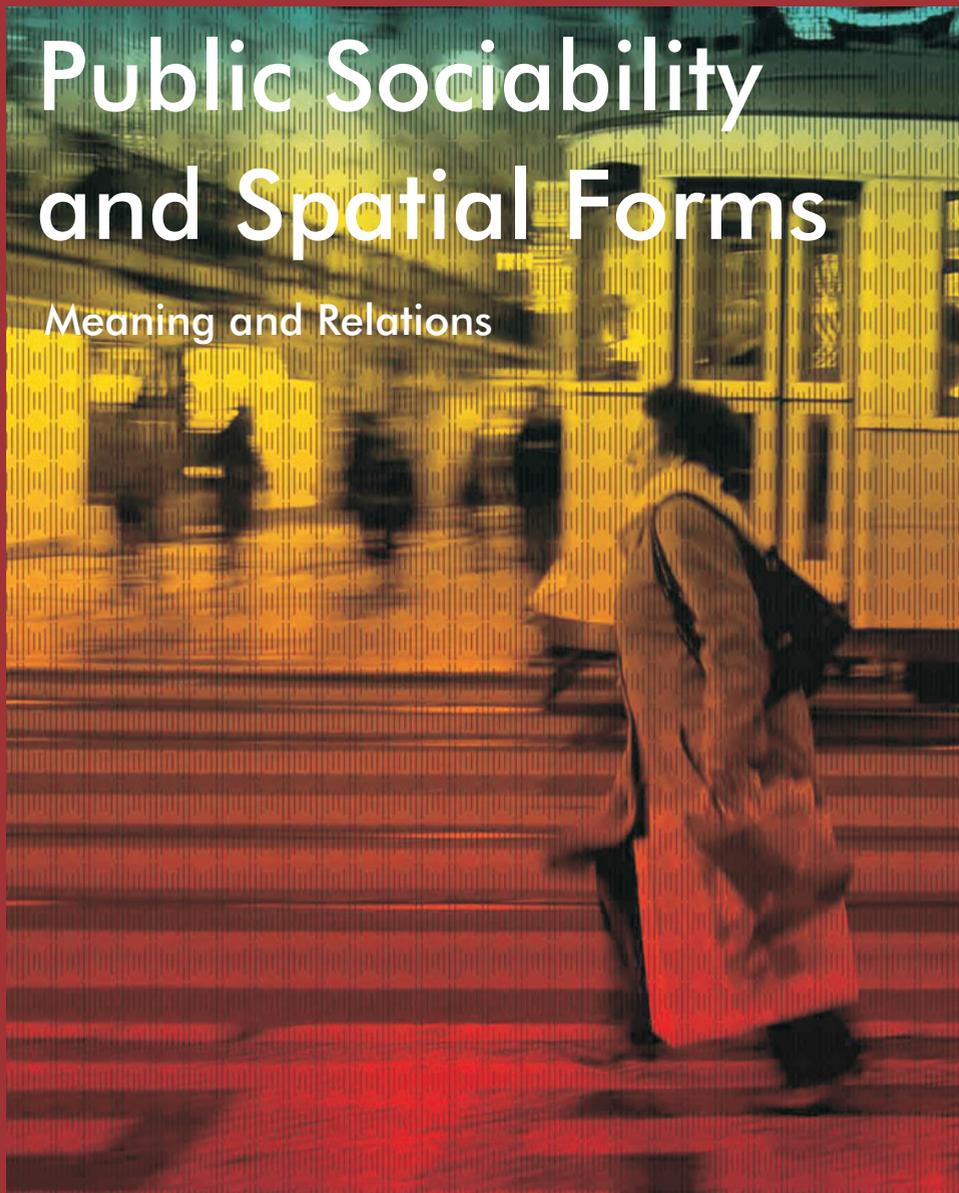


Graça Índias Cordeiro, Sofia Santos  
e Renato Carmo  
(editors)

SICYUrb • vol. VII

# Public Sociability and Spatial Forms

Meaning and Relations





SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers, vol. VII

## Public Sociability and Spatial Forms Meanings and Relations

**SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers**

- Vol I *Mobility and Urban Flows. From Transnational Movements to Virtual Flows*  
(organizado por Rita d'Ávila Cachado e Joana Azevedo)
- Vol II *Urban Culture in Action. Politics, Practices and Lifestyles*  
(organizado por Lígia Ferro, Otávio Raposo e Pedro Abrantes)
- Vol III *Making the City Work. Agency in a Changing World*  
(organizado por Gonçalo Gonçalves e Bruno Monteiro)
- Vol. IV *City in Movement. Activism, Social Participation and Urban Reinventions*  
(organizado por Inês Pereira, Nuno Nunes e Ioana Florea)
- Vol V *Recomposing the Urban Fabric. Centralities and Peripheries Revisited*  
(organizado por João Pedro S. Nunes e Pedro Costa)
- Vol VI *Building and Living the Urban Space. Housing, Tourism and Segregation*  
(organizado por Patrícia Pereira e João Martins)
- Vol VII *Public Sociability and Spatial Forms. Meanings and Relations*  
(organizado por Graça Indias Cordeiro, Renato Carmo e Sofia Santos)

Graça Índias Cordeiro, Sofia Santos e Renato Carmo (eds.)

SICYurb • Proceedings of the Second International Conference of Young Urban Researchers, vol. VII

# Public Sociability and Spatial Forms

Meanings and Relations

Ana Veronica Neves  
Antonin Margier  
Camille Benigni  
Dan Rodrigues Levy  
Elisangela Alves de Araújo  
Joana Ferreira  
Juliana Pedreschi Rodrigues  
Marcele Trigueiro Morais  
Maria João Oliveira  
Miguel Silva Graça  
Miguel Vasconcelos Magalhães  
Olivia von der Weid  
Pedro Marques Alves  
Pedro Porfírio Guimarães  
Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco  
Teresa Madeira da Silva  
Vitor Sorano Pereira

Lisboa, 2013

© Graça Índias Cordeiro, Sofia Santos e Renato Carmo (eds.), 2013

Graça Índias Cordeiro, Sofia Santos e Renato Carmo (eds.)  
**Public Sociability and Spatial Forms. Meanings and Relations**

Primeira edição: novembro de 2013

ISBN: 978-989-732-152-8

em repositório ISCTE-IUL: <http://hdl.handle.net/10071/4307>

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10)

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Lina Cardoso

Imagem da capa: Daniel Moreira

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor, por Graça Índias Cordeiro, Sofia Santos  
e Renato Carmo

Contactos:

ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Av. Das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: +351 217903000 • Fax: +351 217964710

*E-mail*: [geral@iscte.pt](mailto:geral@iscte.pt)

Página: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

# Índice

	<b>Introdução</b> .....	1
	<i>Graça Índias Cordeiro e Sofia Santos</i>	
1	<b>Organização do espaço em edifícios de habitação social</b> .....	3
	<i>Teresa Madeira da Silva, Pedro Marques Alves, Miguel Vasconcelos Magalhães e Maria João Oliveira</i>	
2	<b>La pacification de la ville</b> .....	21
	<i>Marcele Trigueiro de Araújo Morais</i>	
3	<b>A resistência do centro das cidades</b> .....	39
	<i>Pedro Porfírio Guimarães</i>	
4	<b>A cidade e a universidade pública</b> .....	47
	<i>Juliana Pedreschi Rodrigues, Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco e Elisangela Alves de Araújo</i>	
5	<b>Tissus urbains</b> .....	57
	<i>Benigni Camille</i>	
6	<b>A demolição na evolução da cidade</b> .....	73
	<i>Joana Ferreira</i>	
7	<b>Inclusão e exclusão</b> .....	91
	<i>Vitor Sorano Pereira</i>	
8	<b>A Vila Olímpia e as novas formas de sociabilidade urbana</b> .....	111
	<i>Dan Rodrigues Levy</i>	

<b>9</b>	<b>Shopping (&amp;) Center</b> .....	127
	<i>Miguel Silva Graça</i>	
<b>10</b>	<b>O comportamento e o espaço construído</b> .....	155
	<i>Ana Verónica Neves</i>	
<b>11</b>	<b>A cidade imaginada</b> .....	163
	<i>Olivia von der Weid</i>	
<b>12</b>	<b>Les dynamiques socio-spatiales de l'exclusion dans les espaces publics</b> .....	183
	<i>Antonin Margier</i>	

# Índice de figuras e quadros

## Figuras

1.1	Bairro do Condado .....	5
1.2	Bairro dos Lóios .....	6
1.3	Relação bairro/cidade. Vias de acesso e atravessamento dos bairros .....	7
1.4	Tipologia funcional: banda do Condado .....	14
1.5	Tipologia funcional: torre do Condado .....	15
1.6	Tipologia funcional: banda dos Lóios .....	16
2.1	Invitations les uns chez les autres au moins une fois par mois, par catégories de relations (Q3a4) .....	30
2.2	Retrouvailles à l'extérieur (ou dans des lieux publics) au moins une fois par mois, par catégorie de relations (Q3b4) .....	30
2.3	Petits achats quotidiens; grands achats hebdomadaires ou mensuels; affaires administratives courantes (Q4a1, Q4b1, Q4c1) .....	31
2.4	Activités conviviales et culturelles (Q4d1, Q4e1) .....	31
2.5	Activités de loisirs organisées; activités physiques organisées; activités nature non organisées (Q4f1, Q4g1, Q4h1) .....	32
2.6	Equipement du quartier: bistrot, cafés; restaurants (Q20g, Q20h) .....	32
5.1	Dispositifs courants de la résidentialisation: cour d'entrée et clôture. Première photographie: dispositif courant de l'immeuble de rapport au XIX <sup>e</sup> siècle. Deuxième photographie: dispositif adopté par la promotion privée (Aulnay-sous-bois). Troisième photographie: Cour et clôture dans l'habitat social neuf La Rochelle OPHLM, Christian Menu architecte. Quatrième photographie: Généralisation dans les opérations de résidentialisation des grands ensembles, Aulnay-sous-bois.....	68

5.2	Première photographie: un lotissement clos Deuxième photographie: un exemple d'installation par les riverains de plots en béton pour empêcher le passage des véhicules .....	69
5.3	Première photographie Vue aérienne de la cité des Quarts du Creusot rendant compte de la densification des parcelles Deuxième photographie Exemple de transformations de densification des maisons de la Cité des Quarts.....	71
7.1	Parque das Nações; em amarelo, região central e Zona de Acesso Condicionado (ZAC), privilegiada na observação .....	95
7.2	Parque das Nações; em amarelo, região central e Zona de Acesso Condicionado (ZAC), privilegiada na observação .....	97
7.3	Anúncio do Esplanando .....	103
7.4	Anúncio do Esplanando .....	103
9.1	Brochura publicitária, Otis Elevator Co. (1949) .....	129
9.2	"99 Cent", Andreas Gursky (1999) .....	131
9.3	"Número e duração das visitas nos centros comerciais na Europa", Where People Shop (2004) .....	133
9.4	"Porcentagem de visitantes dos centros comerciais na Europa, por faixa etária", Where People Shop (2004) .....	133
9.5	"Evolução da Oferta de Retail em Portugal: Área Bruta Locável em Stock", Centros Comerciais em Portugal: Tendências" (2007) .....	135
9.6	"Número de visitantes por ano (milhões)", Retail Overview 2007 / Perspectives 2008-2011: Portugal (2008). .....	135
9.7	"Crescimento dos Centros Comerciais na Europa (1980-2011)", Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe (2010). .....	136
9.8	"Número de visitantes por ano (milhões)", Retail Overview 2007 / Perspectives 2008-2011: Portugal (2008) .....	136
9.9	"We are now central", Hong Kong & Shenzhen Bi-City Biennale of Urbanism/Architecture (2007). .....	140
9.10	"The Third Street, Potsdamer Platz Berlin", Chen Shaoxiong (2001) .....	142
9.11	"Eating the City at Selfridges", Song Dong (2006). .....	144
9.12	"57 Things to do for free in Harvard Square", The Institute of Infinitely Small Things (2005-2006) .....	146
9.13	"Short Cut", Michael Elmgreen & Ingar Dragset (2003) .....	147
9.14	Vivaci Guarda (2008) .....	149
9.15	Centro Colombo (1997), Lisboa .....	151
10.1	Vigilância natural .....	158
10.2	Vigilância natural .....	159
10.3	Uma paragem de autocarro em Alfragide, Amadora, com boa vigilância natural e objectivo bem definido .....	159

10.4	Vigilância natural, reforço territorial, acesso natural controlado e manutenção .....	160
------	---	-----

### **Quadros**

3.1	Programas de apoio ao sector comercial .....	44
-----	--	----



## Introdução

*Graça Índias Cordeiro e Sofia Santos*

Neste volume discute-se o espaço urbano nas suas múltiplas formas, funções e significados. Nos doze textos que se seguem a cidade surge na sua dimensão espacial, em múltiplas escalas e em diferentes enfoques temáticos e disciplinares, perspetivando cada lugar como palco e agente de dinâmicas de desigualdade e apropriações identitárias.

O espaço urbano e, em particular, os usos e representações dos seus espaços públicos, nas suas várias definições possíveis, são os tópicos através do qual a cidade é questionada, através de diversos olhares, intervenções e enquadramentos teóricos, que conduzem a visões contrastadas, mas também complementares, da vida urbana. A dimensão relacional do espaço urbano, que se vai estruturando através de uma tensão permanente entre intervenções políticas, continuidades históricas e interações sociais, é um dos aspetos mais desafiantes trabalhados nestes textos. A relação entre sociabilidade pública e formas espaciais é procurada através do significado que o espaço urbano assume em cada cidade, cada bairro, cada época.

A ação do planeamento urbano na transformação do espaço público tem aqui um lugar de destaque, chamando a atenção para a responsabilidade do estado e, de um modo mais geral, das políticas públicas interventoras no território no sentido de promover inclusão ou exclusão de diferentes grupos populacionais. Os espaços públicos são casos de estudo, seja tomando como laboratório tomando certos bairros de habitação social como lugares de conflitualidade e insegurança, em Chelas, Lisboa (Silva *et al*), seja como lugares hostis à sociabilidade que acabam por se tornar 'entraves à urbanidade', em Lyon (Morais), ou na análise dos centros históricos em cidades portuguesas (Guimarães) ou, ainda, no estudo das creches públicas em São Paulo (Rodrigues *et al*).

Mas, o espaço público é também inspirador da criação de modelos e tipos-ideais que são o espelho dos modelos de sociedade que se procuram, nas correspondências e contradições entre o material e o imaterial. Assim o

demonstra a análise da metamorfose dos tecidos urbanos e dos espaços intermediários (Begnini) ou a visão do desenho urbano como projeto político a partir da discussão dos significados e concretizações das políticas de demolição (Ferreira). Neste sentido, a planificação urbana é uma das dimensões da constituição do espaço público, através dos fenómenos de integração e exclusão, tal como são analisados para o caso do Parque das Nações, Lisboa (Pereira) ou da Vila Olímpica de São Paulo (Levy).

Finalmente, cabe destacar a imprevisibilidade dos modos de apropriação do espaço urbano que contribuem para a transformação de ideias e noções preconcebidas. O lugar desempenhado pelos centros comerciais na sua transformação (Graça), o comportamento face ao espaço construído (Neves) ou, ainda, as diferentes formas de perceção do espaço urbano (von der Weid) chamam a atenção para este aspeto. E, a fechar, ficamos com o inspirador ensaio de Margier que faz uma discussão teórica aprofundada em torno dos vários sentidos que o espaço público reveste nos seus usos e significados e que nos lembram aquilo que já sabíamos, mas que voltamos a confirmar com estas contribuições: são tantas as cidades numa só.

## **Organização do espaço em edifícios de habitação social Conflitualidade e insegurança urbana**

*Teresa Madeira da Silva*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA-CET (teresa.madeira@iscte.pt)

*Pedro Marques Alves*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (p.marques.alves@gmail.com)

*Miguel Vasconcelos Magalhães*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (miguel.v.magalhaes@gmail.com)

*Maria João Oliveira*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (mjoaomoliveira@gmail.com)

### **Resumo**

Esta comunicação decorre de um estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção em dois bairros sociais (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”), situados em Marvila (Chelas), na cidade de Lisboa, realizado por uma equipa do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, para o IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana). Projectados e construídos nas décadas de 70 e 80 do século XX, reconhecem-se nestes bairros problemas de conflitualidade, gestão e governabilidade, assim como um avançado estado de degradação e deterioração do património edificado e do espaço público.

Actualmente, o problema da habitação em Portugal já não trata de uma questão quantitativa mas sim qualitativa. O défice habitacional, sentido na época em que foram projectados e construídos estes conjuntos urbanos, tem vindo a deixar de estar no centro do debate. Por outro lado, decorridos cerca de 30 a 40 anos desde a sua construção, apresentam um considerável nível de deterioração, fruto de vandalizações constantes e, sobretudo, da ausência de manutenção do próprio edificado, evidenciando indícios de inadequabilidade à população que neles reside.

Pretende-se com esta comunicação aprofundar o debate sobre de que modo a organização do espaço construído e do espaço urbano pode potenciar, e/ou prevenir, atitudes de negligência, conflitualidade ou mesmo criminalidade principalmente em contextos sociais mais desfavorecidos. Pretende-se igualmente apresentar propostas concretas de organização espacial para os conjuntos urbanos estudados. Tratando-se de bairros de habitação social, a população residente é constituída maioritariamente por indivíduos com baixos recursos, famílias numerosas, idosos e desempregados, agravando-se o potencial de criminalidade e insegurança.

Questionámos, na investigação realizada, o facto de a tipologia urbana (neste caso — edifícios de grande porte, organizados em galeria) ter reflexos na forma como os seus habitantes vivem e usufruem o bairro. O facto de não existir uma hierarquia definida entre espaços públicos, semi-públicos e privados, assim como a indefinição da ligação entre estes, conduz à existência de espaços anónimos ou impessoais, cuja utilização e apropriação é pouco clara dificultando uma apropriação adequada e a possibilidade de vigilância por parte da população residente ou visitante.

Procurámos igualmente responder a um conjunto de questões que, tendo sido levantadas com o aprofundar do estudo, nos parecem pertinentes e actuais, dado o número de bairros com características semelhantes existentes em Portugal.

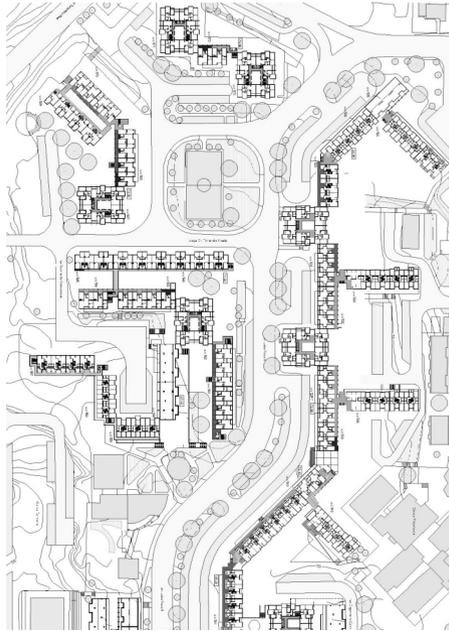
Quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem aos desejos dos moradores e, ao mesmo tempo, respondem às actuais normas e regulamentos da edificação? Quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem às necessidades reais de quem lá habita e que, simultaneamente, ressalvam os pressupostos de qualidade inequívoca do projecto original? O que é que existe para conservar, reforçar ou eliminar? Qual o conjunto de exemplos e boas práticas que deveriam pautar o património construído de habitação social colectiva, ou a sua reabilitação?

Foi a algumas destas questões que procurámos dar resposta através de propostas concretas de reorganização espacial, a partir do edificado e dos espaços urbanos existentes.

## Enquadramento

Os dois conjuntos urbanos que estão na base da investigação desenvolvida situam-se no bairro do Condado e no bairro dos Lóios, na zona oriental da cidade de Lisboa, na freguesia de Marvila. Apelidados de “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa”, respectivamente, foram construídos após a revolução de Abril de 1974 com o intuito de alojar principalmente retornados das ex-colónias e população que vivia em barracas nestas e noutras zonas da cidade. A construção da maioria destes bairros correspondeu à resposta necessária a um problema *quantitativo*: o défice de habitação.

Decorridos cerca de 30 a 40 anos desde a sua construção, os conjuntos urbanos em estudo apresentam consideráveis níveis de deterioração, demonstrando indícios de inadequabilidade e proporcionando uma fraca qualidade de vida urbana. Por outro lado, correspondem a uma importante percentagem do parque habitacional (entenda-se de habitação social) da cidade de Lisboa. Nesta perspectiva, revela-se primordial a necessidade de responder à questão qualitativa com que estes bairros agora se deparam e a que deixaram de conseguir dar resposta.



**Figura 1.1** Bairro do Condado

Sendo bairros consideravelmente mediatizados, e cujas condições estariam em parte divulgadas, não deixamos de ser surpreendidos pela dimensão dos problemas com que somos confrontados logo a partir das primeiras visitas.

A primeira impressão é de que, embora recentes (edificados na década de 1970 e de 1980), encontram-se num avançado estado de degradação construtiva, aspecto que forçosamente contribui directamente para a degradação da qualidade de vida dos seus habitantes.

Em todos os conjuntos, desde o desenho do território à forma dos edifícios, verificamos princípios de organização espacial aparentemente pouco flexíveis na adaptação à população que neles habita e à evolução das suas necessidades.

Assim, a realidade construída traduz-se numa deficiente adaptação aos modos de vida actuais e às necessidades físicas e simbólicas dos residentes, concluindo-se que não constitui a resposta social, ambiental e urbana pretendida ou adequada.

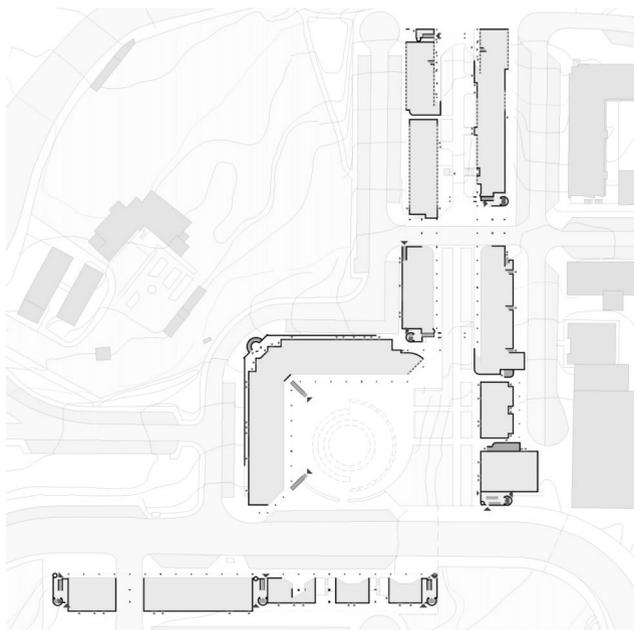


Figura 1.2 Bairro dos Lóios

## Questões chave

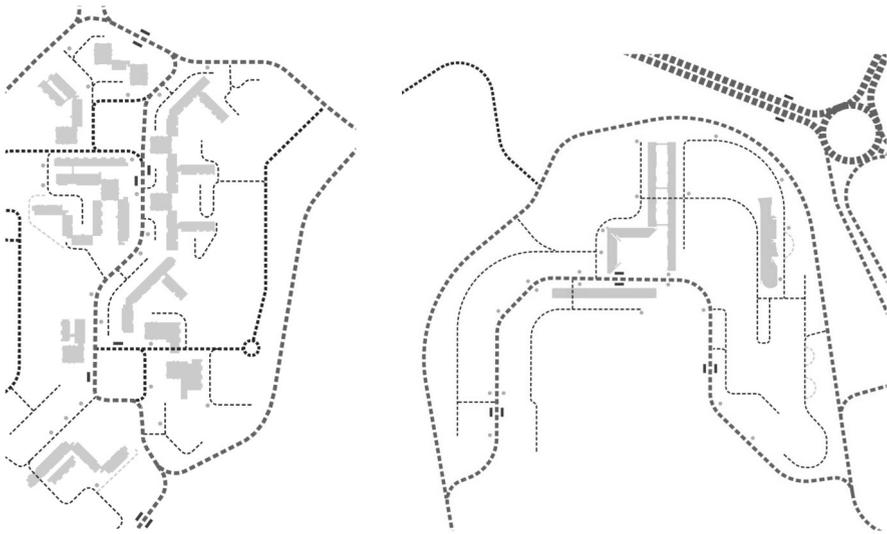
Colocaram-se um conjunto de questões-chave que serviram de orientação à realização do estudo diagnóstico.

A primeira questão tem a ver com a *atractividade*: o objecto de estudo localiza-se numa área urbana cujo nome vem acompanhado de conotações negativas, como “cidade dos excluídos, pessoas de residência atribuída / habitação social, cidade mal servida”<sup>1</sup> – cidade deslocada da urbanidade.<sup>2</sup> Esta conotação negativa, apesar da promoção contrária por parte dos agentes locais e dos promotores, é uma questão fulcral, não apenas por se constituir retrato da qualidade da vida urbana, mas também, por se constituir entrave à capacidade de atrair classes mais favorecidas (e correspondente valorização imobiliária na relação oferta/procura).

---

1 Scher; François, *Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos de Novos Compromisso Urbanos. Um Léxico*. Lisboa, Livros Horizonte, p. 173, 2010.

2 Ferrão, João, “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo”, in Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João, *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 219-225, 2003.



**Figura 1.3** Relação bairro/cidade. Vias de acesso e atravessamento dos bairros

A segunda questão prende-se com a *relação bairro/cidade*: existem vários tipos de relação bairro/cidade, assentes em diferentes ideais e lógicas de organização urbana; o que, naturalmente, se traduz em diferentes especificidades, modos de vida e respectivas relações entre habitantes e utilizadores de diferentes territórios. No caso de Chelas / Marvila o desenho territorial é adverso à ideia de continuidade. Em contrapartida, traduz-se numa leitura clara do território e da implantação dos conjuntos residenciais, o que, se se tratasse da aplicação à letra dos princípios do Modernismo, deveria garantir a fruição do território entre áreas residenciais.

Porém, o aproveitamento rural (e de lazer) dessa área, acontece de forma desorganizada, por apropriação de terrenos baldios e não de forma planeada tendo em vista a melhoria das condições de vida dos seus residentes.

A dispersão e isolamento dos conjuntos residenciais no território traduz-se, por um lado, na fraca relação entre eles e, por outro, na necessidade do uso do transporte público na maioria dos percursos bairro-cidade, revelando a pertinência da questão dicotómica carro próprio/transporte público, enquanto elemento de exclusão social.<sup>3</sup>

3 Quer pelo número, horários, percursos e destinos dos autocarros que atravessam e servem os bairros, quer pela impossibilidade económica ou legal de possuir e conduzir um automóvel (residentes jovens com menos de 18 anos, desempregados e idosos).

A terceira questão remete-nos para a *geografia política dos edifícios*:<sup>4</sup> a forma construída dos conjuntos em estudo, cria obstáculos aos modelos de governabilidade, uma vez que não existe definição das fronteiras entre lotes.

Deste modo, a partilha de espaços de circulação entre habitantes de diferentes lotes é, ao mesmo tempo, motivo e área de conflito para os moradores dos diferentes lotes/fracções, potenciando situações de apropriação de espaços comuns (e/ou públicos) e encerramento de passagens no interior dos conjuntos edificadas. Decorre desta situação a ausência ou deficiente manutenção dos espaços comuns de circulação bem como de fachadas, coberturas, acessos, etc. A esta indefinição, associa-se ainda a questão da propriedade. Os habitantes, lojistas e utilizadores dos edifícios que, devido à sua condição — proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes (ilegais) — têm interesses e responsabilidades distintos e desempenham papéis díspares, e por vezes conflituosos, nos processos de decisão.

A quarta questão prende-se com a *qualidade construtiva*: os aspectos respeitantes à qualidade construtiva são importantes, não só no que diz respeito às patologias do invólucro dos edifícios, à necessidade de consideração da segurança estrutural e do conforto dos habitantes, mas também porque a flexibilidade (ou falta dela) dos elementos construtivos condiciona a possibilidade de alteração da organização do espaço arquitectónico. Assim, importa identificar e promover a flexibilização dos elementos construtivos, não só como resposta à organização arquitectónica, mas também às melhorias de segurança, conforto e funcionamento que daí possam advir e que hoje estão extensamente regulamentados.

Na verdade, o surgimento de nova regulamentação normativa, força-nos a olhar para o património construído também segundo essa perspectiva.<sup>5</sup>

### Sobre o diagnóstico

Sobre o espaço urbano e a relação bairro cidade, pudemos compreender que estes bairros não funcionam de forma complementar à cidade que os envolve. Tratam-se de bairros que servem apenas os seus habitantes e utilizadores, e raramente são atravessados por terceiros, contribuindo para ideia de se constituírem “impasse social”. Esta não transversalidade urbana/social/viária, reforça a noção de que estes bairros se constituem “ilha urbana”.

---

4 Termo utilizado por Pedro Viana Botelho, referindo-se ao modo de gestão e de governabilidade dos edifícios.

5 Se enquadrarmos os conjuntos em estudo no RCCTE (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios), no Decreto-Lei 163/2006 (que aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, ), no Decreto-Lei 220/2008 (que estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios), ou mesmo nas actualizações ao RGEU (Regulamento Geral de Edificações Urbanas), verificamos que serão assinaláveis, um considerável conjunto de deficiências.

Por outro lado, registaram-se dificuldades na relação entre o edifício e os espaços urbanos directamente adjacentes. Estas decorrem principalmente da complexidade formal dos edifícios, ao nível do piso térreo, da difícil relação entre frentes cegas e a rua e do facto do conjunto dos elementos construídos dificultar a leitura e controlo do espaço público.

Estes reconhecem-se como obstáculos a que a vida própria da actividade dos edifícios contamine (positivamente) a rua.

Neste aspecto, é notória a forma como o crescente encerramento dos pisos térreos empurra as áreas exteriores para a condição de “terra de ninguém”, onde a vigilância fraqueja e a manutenção escasseia.

No que se refere à gestão dos edifícios e à sua governabilidade, o principal obstáculo a uma gestão convencional dos edifícios estudados encontra-se na sua forma. Na maioria dos casos, os lotes têm dependências comuns que obrigam à partilha da mesma caixa de escadas, dos mesmos elevadores, dos mesmos acessos, etc.

A esses conjuntos de lotes (que partilham dependências essenciais ao funcionamento do edifício) chamámos “unidades funcionais”. Note-se que, segundo esta definição, dos 43 lotes estudados do Condado e dos 9 lotes estudados nos Lóios, apenas 11 e 5, respectivamente, funcionam de forma isolada, sendo que os restantes estão aglomerados sob a forma de unidade funcional.

Acresce a todos os problemas decorrentes da complexidade formal e, portanto, também da gestão e funcionamento dos edifícios, a pouca clareza sobre a posição e o papel que cabe a cada uma das entidades envolvidas na gestão deste património (IHRU, CML, administrações, associações de moradores, moradores, lojistas, etc.), os quais, em conformidade com a sua condição de proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes ilegais têm interesses e responsabilidades distintas que importam esclarecer.

Foi também diagnosticada a ausência geral de produtividade, ou seja, de meios que permitam criar receita para a manutenção dos edifícios. Excepção feita para a unidade funcional L. 03 (lote 224), onde, mediante a “venda” de direito de utilização de cobertura, foi registada a instalação de uma antena.

Sobre os edifícios/qualidade construtiva, em primeiro lugar, confirma-se a inequívoca degradação dos edifícios, que resulta de questões construtivas (portanto de projecto), da idade do edificado associada à falta de manutenção, e também do modo, muitas vezes inadequado, como os utilizadores se apropriaram dos edifícios.

Existem todo um conjunto de patologias, consideradas em pormenor por um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC, 2003), e que em casos extremos comprometem a segurança estrutural dos edifícios, sobretudo no bairro do Condado. As condições construtivas dos edifícios são também a causa dos baixos níveis de conforto térmico, quer no

Verão quer no Inverno, e portanto o grande obstáculo ao aproveitamento passivo de energia.

A idade, falta de manutenção e limpeza dos edifícios, a má utilização do espaço, os actos de vandalismo, quer nas áreas comuns dos edifícios, quer no espaço urbano que lhes está adjacente, contribuem gravemente para a degradação dos conjuntos.

No entanto, é o esquema funcional destes edifícios que maioritariamente dificulta a leitura dos mesmos, verificando-se situações complexas, anárquicas, e, por vezes, labirínticas, na forma como as circulações se distribuem no seu interior.

As áreas de circulação comum são as áreas dos edifícios que intermedeiam o domínio público e o domínio privado, assumindo uma importância singular, uma vez que constituem o espaço de controlo dos acessos e de estabelecimento de relações de vizinhança, ou seja, o primeiro espaço de contacto entre visitantes e visitados.

Nos bairros em causa, os acessos aos lotes raramente são verdadeiramente controlados, principalmente devido ao mau funcionamento dos trincos ou à ausência de campainhas, o que leva a que a “porta da rua” esteja por regra aberta, tornando o espaço de hall num contínuo do espaço público que só parece acabar nos controlos de apropriação “ilegal” das galerias, ou na própria porta de casa.

A apropriação de espaços de circulação, quer seja pela necessidade de criar fronteiras (controlo de acesso), de forma a intermediar o espaço público e privado e aumentar a sensação de segurança dos habitantes, quer seja pela necessidade de colmatar uma carência espacial do fogo, assume consequências negativas e positivas que importa salvaguardar.

Se por um lado temos os aspectos negativos decorrentes da instalação de controlos, como a multiplicação de obstáculos à circulação de pessoas de mobilidade reduzida e à circulação em caso de necessidade de fuga bem como um número excessivo de controlos no circuito casa-rua; registamos, por outro, o estabelecimento de relações de pertença com o espaço de circulação comum que, naturalmente, resulta na manutenção desses mesmos espaços.

Seria expectável que esta constituísse a principal preocupação em matéria de segurança em caso de fuga. Mas estes — os já referidos obstáculos nos circuitos de fuga e o encerramento de circulações verticais (ou das suas saídas para a rua) — correspondem apenas a um acréscimo de preocupação face à ausência de manutenção dos meios de combate a incêndios (quando estes existem) e sobretudo face ao próprio desenho dos edifícios. Na maioria dos casos os percursos de fuga não se encontram dimensionados de acordo com as unidades de passagem da regulamentação actual, nem as situações de impasse cumprem as distâncias desejáveis às circulações verticais.

Ainda sobre esta matéria, sobretudo no Condado, há que registar a partilha dos mesmos acessos, e das mesmas circulações com usos diferenciados (habitação, serviços e equipamentos), numa fórmula de distribuição de funções pouco convencional. Estas circulações, para maior conforto e permeabilidade desejável, deveriam ser separadas e a sua leitura clarificada.

Em contrapartida, ao nível urbano, há que reconhecer e salutar a convivência de usos registada nos conjuntos urbanos em estudo; é que a alternativa — formações urbanas mono funcionais — tem por norma um impacto negativo na qualidade de vida dos seus habitantes, especialmente aqueles que não se deslocando ao emprego, continuamente o habitam: os desempregados, as donas-de-casa, os que trabalham a partir de casa, as crianças, os adolescentes, os idosos, etc.<sup>6</sup> O que está em causa não é apenas a qualidade de vida dos habitantes ou a valorização programática e patrimonial do bairro, é também a produção de emprego, economia, e cultura nas áreas residenciais. A presença de diferentes valências no espaço residencial é garante de vitalidade urbana e os conjuntos urbanos em estudo comprovam-no.

### **Algumas conclusões sobre o diagnóstico**

Na sua actual forma os edifícios são “inadministráveis” ou se preferirmos “ingovernáveis”. Esta situação decorre da deficiente definição dos limites dos lotes, partilha e continuidade dos espaços de circulação entre lotes e da partilha de circulações verticais com situações de impasse de largas dezenas de metros, facilitando processos de apropriação ilegal das mesmas.

Enquanto edifícios de habitação social, e portanto instrumentos de apoio a um período de insolvência das famílias para reestruturação das suas vidas, não têm qualquer valor pedagógico positivo.

Não se quer com isto dizer que são “maus edifícios”, mas sim trazer à evidência a capacidade de resposta de cada edifício, abrindo caminho para o desenvolvimento do seu potencial, mesmo que, com outros níveis ou tipos de ocupação.

### **Cenários de intervenção**

Após a caracterização e diagnóstico do estado físico e funcional dos edifícios, a localização dos problemas detectados, a identificação dos problemas relacionados com a gestão dos edifícios, assim como o entendimento das principais carências dos conjuntos urbanos onde os lotes se inserem, procedeu-se à

---

6 Montaner, Josep Maria, Muxi, Zaida, *Habitar el Presente*, Ministerio de Vivienda, Madrid, 2006, p. 34.

elaboração do quadro de cenários possíveis para o futuro dos bairros que servirá de suporte a uma possível reabilitação urbana.

Se por um lado se pretende conseguir respostas concretas e objectivas, que suportem uma reabilitação equilibrada e sustentada dos lotes que integram o estudo e a sua envolvente próxima de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus moradores, por outro, pretende-se proporcionar um número variado de possibilidades de intervenção de acordo com o interesse e as características específicas de cada lote.

Desta forma, os cenários possíveis não são conjuntos de acções estanques e herméticas em si mesmas mas uma série de linhas de actuação combináveis e reorganizáveis, onde as diversas acções se contabilizam individualmente e se podem realizar através de diversas combinações possíveis.

Neste sentido, os quadros que apresentamos, têm um carácter operativo que, através da combinação de diferentes acções permite organizar dados, prever soluções, definir custos e antever benefícios de acordo com o interesse de quem as promove.

Como referimos, os cenários de intervenção delineados têm por base o quadro de diagnóstico. Neste, haviam sido introduzidas uma série de linhas de investigação (“questões”) que desde logo ganharam um carácter propositivo, pondo à prova a identificação de elementos de valorização patrimonial contemporâneos e a aproximação ao funcionamento padrão da cidade convencional. Nesse sentido, e por se tratar de um conjunto de diferenças à realidade projectada sobre essa mesma realidade, não importa apenas registar a sua ausência.

Procurou-se, mais uma vez, responder a “quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem aos desejos dos moradores, às actuais normas e regulamentos da edificação, e que ainda assim ressalvem os pressupostos do projecto original, sempre que a estes corresponda uma qualidade inequívoca e a própria identidade do bairro?”; pergunta cuja resposta não possui exactidão matemática, mas sim um conjunto de ponderações de apoio à decisão.

Materializámos portanto esse conjunto de ponderações sob a forma de cenários que, colocados lado a lado, põem em evidência a relação custo / benefício.

Foram considerados quatro cenários. O *cenário A*: “manter a situação existente”, o *cenário B*: “reparações”, o *cenário C*: “intervenção”, e o *cenário D*: “nova Chelas”.

Sucintamente, passamos a explicar cada um dos cenários referidos:

O *cenário A* corresponde a “manter a situação existente”, ou seja, não fazer intervenção de qualquer ordem. Este cenário tem custos associados: os custos decorrentes da manutenção e gestão do edificado existente, os custos correntes energéticos associados à forma e qualidade construtiva, e os custos indemnizatórios em caso de catástrofe com perda de vidas humanas ou prejuízo da integridade física dos moradores, assim como o custo político

associado a essa ocorrência e o custo político de manter os moradores sem melhorias de qualidade de vida urbana. Não existem quaisquer benefícios assinaláveis, mantendo-se todas as lacunas, deficiências e condicionantes já assinaladas no diagnóstico.

O *cenário B*, apelidado de “reparações”, corresponde ao assumir uma organização decorrente da apropriação feita pelos moradores, a qual reproduziu um modelo de autogestão por unidade funcional. O que se procura neste cenário é trazer as condições necessárias ao funcionamento das unidades funcionais, através da introdução de escadas de emergência, reparação ou substituição de elevadores (conforme necessário), substituição das redes (organizadas agora por unidade funcional), reparação das áreas comuns de circulação, instalação de sistemas de combate a incêndios, reparação de patologias, reparação das coberturas e pintura das fachadas.

Os benefícios das acções descritas no presente cenário, correspondem sobretudo, à redução dos riscos associados a catástrofes e a uma pequena melhoria dos níveis de conforto.

São ainda questionáveis os benefícios ao nível da gestão das unidades funcionais com mais do que um lote. Estas têm os limites que os habitantes conseguiram garantir. São desenhar e são, exclusivamente, o resultado do desejo de segurança contra o furto, ao invés de um projecto colectivo de gestão do património comum.

O *cenário C*, apelidado de “intervenção”, corresponde a um cenário cuja implantação tem como principal objectivo criar as condições para o funcionamento do edificado construtivo lote a lote, através da segmentação das áreas comuns por lote, resultando numa melhoria da qualidade da construção e da produtividade.

No capítulo da melhoria da qualidade construtiva foram consideradas as seguintes acções: reparação de patologias, instalação de segundo pano de fachada e sistema de cobertura com isolamento térmico e impermeabilização integrados, substituição de caixilharia existente por caixilharia com corte térmico e vidro duplo e, quando necessário, reforço estrutural; garantindo-se desta forma benefícios ao nível da melhoria dos níveis de conforto e dos níveis de aproveitamento passivo de energia, resultando directamente numa poupança efectiva e quotidiana no que diz respeito à utilização do edifício, bem como a redução de ocorrência de patologias construtivas e de riscos associados a sismos e outras catástrofes.

No que se refere à produtividade foram consideradas a instalação de colectores solares para aquecimento de águas, sistema de aproveitamento de águas pluviais e instalação de painéis foto voltaicos; garantindo-se desta forma os benefícios de poupança e aproveitamento activo de energia, e a possibilidade de rentabilização através da venda de energia à rede.

O *cenário C* obrigou a alguma investigação em desenho, ou esquema gráfico, de modo a afirmar as pretensões do ideal proposto, uma vez que,



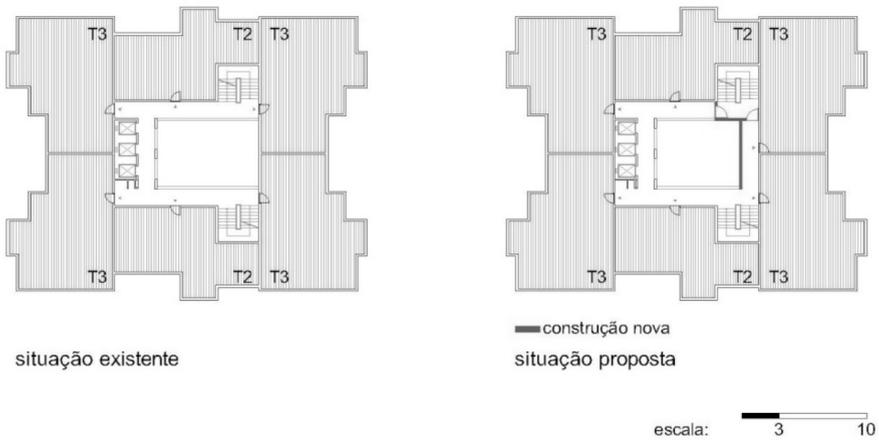
**Figura 1.4** Tipologia funcional: banda do Condado

diferentes tipologias funcionais obrigam a diferentes formas de intervenção. Foram consideradas três tipologias funcionais para investigação gráfica: a *banda do Condado*, a *torre do Condado* e a *banda dos Lóios*.

Conforme se pode ver no esquema apresentado, a *banda do Condado* é caracterizada pela partilha dos elementos de circulação vertical por diferentes lotes (no caso três lotes). A sua segmentação, de forma a possibilitar um funcionamento mais próximo do padrão da cidade convencional, está condicionada à criação de acessos verticais por lote, à substituição de redes (organizadas também por lote), à reparação das áreas comuns de circulação e à demolição da circulação vertical existente, devendo também ser considerada a instalação de sistemas de combate a incêndio. A criação de acessos verticais por lote tem a dupla função de organizar os limites administrativos e reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga.

No caso da *torre do Condado*, trata-se de um edifício que, por norma, funciona sem quaisquer dependências de outros lotes (tendo até em alguns casos registado alienações de propriedade). A principal questão que prejudica o bom funcionamento das torres prende-se com a segurança contra incêndios.

Em caso de incêndio o pátio central da torre funciona como uma “chaminé” e a ausência de uma escada encerrada para percurso de fuga é um aspecto de maior preocupação, sobretudo face ao número de habitantes que cada torre comporta.



**Figura 1.5** Tipologia funcional: torre do Condado

Assim sendo, estudou-se a hipótese de encerramento de uma das escadas, recorrendo à alteração do acesso de um fogo por piso. Acção que deve ser considerada a par com a necessária reparação das áreas comuns de circulação e a reparação/instalação dos sistemas de combate a incêndios.

No caso dos Lóios, a sistematização de soluções torna-se mais complexa dada a singularidade dos edifícios estudados. Foi, a título de exemplo, considerado o estudo da *banda dos Lóios* correspondente à rua ajardinada do conjunto da “Pantera Cor-de-Rosa”.

Neste, a segmentação lote a lote encontra-se bastante condicionada pela forma do conjunto. Mesmo a divisão dos lotes em Unidades Funcionais, verificada na fase anterior do presente estudo, demonstra já a impossibilidade de funcionamento dos lotes de acordo com os limites instituídos.

Consideramos portanto recomendável que, quer no *cenário B*, quer no *cenário C*, qualquer intervenção seja global. Provavelmente fará sentido considerar a renomeação e organização dos lotes em função dos acessos verticais que forem possíveis edificar, e que, conforme o proposto para a banda do Condado, tenham também, a dupla função de organizar os limites administrativos e reduzir o comprimento dos impasses e percursos de fuga.

Deverão ainda ser consideradas a reparação das áreas comuns de circulação e a reparação/instalação dos sistemas de combate a incêndios.

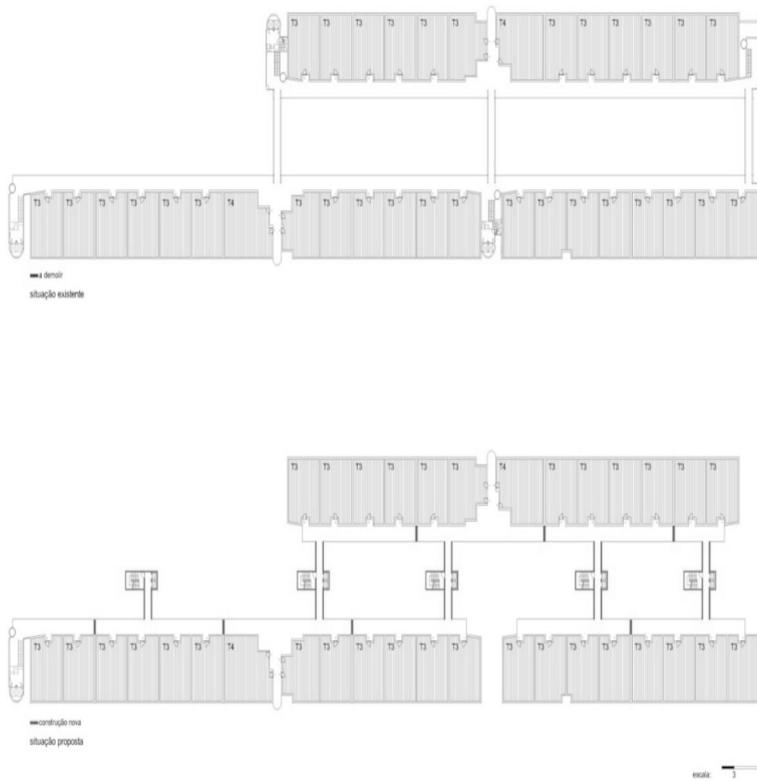


Figura 1.6 Tipologia funcional: banda dos Lóios

### Conclusão: reflexões sobre o potencial de intervir

As propostas apresentadas, por permitirem uma alteração da organização do edificado, deveriam também permitir as alterações de fundo que garantissem uma gestão mais próxima do padrão da cidade convencional. A sua actual forma, para além de ser de difícil gestão, tem ainda alguma mistura funcional, resultante da ocupação de alguns pisos com serviços e habitação, sem a salvaguarda de circulações e acessos diferenciados o que dificulta também a segurança dos moradores. Assim, a possibilidade de reordenar essa ocupação por lote, deslocando os serviços para os lotes menores (com dois pisos além do térreo), resolveria as incompatibilidades descritas, potenciando a alienação de propriedade (privatização) e a implantação de modelos de gestão apropriados a cada tipo de ocupação, por lote.

A *alienação*, por outro lado, é uma oportunidade de reduzir os custos correntes das instituições (IHRU, CML e GEBALIS), no que se refere aos edifícios que lhes pertencem. Na prática, essa redução de custos é pouco significativa enquanto houver propriedade pública nos lotes. A gestão dos mesmos é, à vista das várias partes, um processo pouco esclarecido e que, por norma, tem recaído sobre as instituições públicas. Só a alteração dos princípios (ou regulamentos) de gestão, permitiria mudar essa realidade. Se a alienação for um objectivo, fará sentido adoptar políticas que permitam e potenciem a venda (e portanto valorização) de fracções no mercado convencional. Política que poderia ser instituída a partir da compra de 50% das fracções pelos actuais moradores, dando sempre primazia aos mesmos, e estando garantidas as condições de deslocação dos moradores arrendatários.

Tal solução traria os já referidos benefícios da redução (ou eliminação) da participação pública na gestão dos lotes, um potencial maior encaixe financeiro decorrente da venda a preços competitivos, e ainda os benefícios advindos de um “mix social” mais heterogéneo de moradores por lote, o que traria vantagens consideráveis no que se refere à segurança e tipo de vivência dos moradores.

A resposta que encontramos para a resolução de muitos dos problemas de insegurança e conflitualidade com que fomos confrontados, passa pela aproximação dos conjuntos edificados à forma de funcionamento da cidade convencional. A criação de acessos verticais por lote, tem como funções essenciais, organizar os limites administrativos dos conjuntos separadamente (lote a lote), reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga, facilitar a vigilância, a segurança e a gestão de cada um dos lotes e potenciar a alienação através da privatização das fracções, o que facilitaria a futura venda das fracções. Como referimos, para além dos benefícios advindos do “mix social” de entre os moradores dos bairros, estas acções facilitaram a gestão e a governabilidade de todos os conjuntos urbanos e, conseqüentemente, atenuariam muitos dos problemas de insegurança com que os moradores recorrentemente se confrontam.

### Referências bibliográficas

- Alves Costa, Alexandre (2001), “Excertos de escritos dispersos dos anos 80”, *J-A Jornal Arquitectos*, 200, p. 36.
- Alves, Pedro Marques (2009), “Uma” casa portuguesa? *Formas de Habitar Contemporâneas e a Capacidade de Respostas dos Modelos de Habitação Colectiva Existentes, o seu Papel nos Processos de Transformação Urbana*, Trabalho Final do Mestrado Integrado em Arquitectura (Texto policopiado), Lisboa, ISCTE-IUL.
- Ascher, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos dos Novos Compromissos Urbanos, Um Léxico*, Lisboa, Livros Horizonte.

- Cabrita, A. M. Reis (1981), “Conjunto habitacional em Chelas: Zona 2”, in *Revista Arquitectura*, Lisboa, S. 4, n. 140, pág. 19-29.
- CML, Câmara Municipal de Lisboa (2010), Programa Local de Habitação de Lisboa, *Carta dos BIP/ZIP Bairro e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, Relatório, Metodologia de Identificação e Construção da Carta dos BIP/ZIP*, Lisboa, Disponível em:  
[http://www.cmlisboa.pt/archive/doc/06\\_Relatorio\\_\\_Metodologia\\_de\\_identificacao\\_e\\_construcao\\_da\\_Carta\\_dos\\_BIP-ZIP\\_\\_14\\_de\\_Julho\\_.pdf](http://www.cmlisboa.pt/archive/doc/06_Relatorio__Metodologia_de_identificacao_e_construcao_da_Carta_dos_BIP-ZIP__14_de_Julho_.pdf)  
 (última consulta a 11/1/2011).
- CML, Câmara Municipal de Lisboa (2008), DMCRU – Unidade de Projecto de Chelas, IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, *Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila – Documento Estratégico, A Situação de Referência*, Lisboa, Dezembro.
- Costa, Alexandre Alves (2009) “Tipologia e Luta de Classes: A Propósito da Demolição das Torres do Aleixo no Porto”, in *JA*, n.º 237, p. 6-8, outubro, novembro e dezembro.
- Ferrão, João (2003), “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo”, in *Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João, Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp: 219-225.
- Freitag, Michel (2004), *Arquitectura e Sociedade*, Lisboa, Publicação D. Quixote.
- Heitor, Teresa Valsassina (2001), *A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas. Uma abordagem Sintáctica*, Lisboa, FCG e FCT.
- Lapuerta, José Maria de; Altozano, Fernando (2010), *Vivenda, Envolverte, Hueco – Un Catálogo de Soluciones Constructivas para la Vivienda*, Madrid, Actar.
- LNEC, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2003), *Parecer sobre anomalias nos revestimentos de fachada do bairro do Condado, em Chelas*, Relatório 151/03, NRI, Lisboa.
- Montaner, Josep Maria; Martinez, Zaida Muxí (2006), *Habitar el Presente. Vivienda em España. Sociedad, Ciudad, Tecnología y Recursos*, Madrid, Ministerio de Vivienda.
- Monteys, Xavier; Fuertes, Pere (2001), *Casa Collage. Un Ensayo Sobre la Arquitectura de la Casa*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, pagina 112.
- Ihru (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) (2010), *Portal da Habitação*, disponível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/>.  
 (última consulta a 21/8/2010).
- Pereira, Luz Valente; Gago, M. Amélia Corrêa; e, Lopes, M. José (1984), *Inquérito à Habitação Urbana*, Lisboa, LNEC.
- Portas, Nuno (2005), *Arquitectura (s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações.
- Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003), *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Silva, Christopher; Pereira, David; Leite, Gonçalo; Vieira, Liliana; Ribeiro, Luís (2009), *Chelas: ZONA N2 ByrByrne e Reis Cabritane e Reis Cabrita O "Pantera Cor-de-Rosa"*, (Trabalho de História da Arquitectura Portuguesa, Lisboa, ISCTE, 5º ANO, 08/09).
- Silva, Luís Octávio da (2010), *Primórdios da Habitação Social. As Experiências do Entreguerras na Europa e Estados Unidos (1)*, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp475.asp>. (última consulta a 11/10/2010).
- Silva, Teresa Madeira, Alves, Pedro Marques, Oliveira, Maria João, Magalhães, Miguel (2001), *Recuperação do património recente: dois bairros de intervenção prioritária na periferia de Lisboa*, Coimbra, CES — Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/portugal2011/media/abstracts/4\\_Teresa\\_Madeira\\_da\\_Silva\\_et\\_al.pdf](http://www.ces.uc.pt/portugal2011/media/abstracts/4_Teresa_Madeira_da_Silva_et_al.pdf). (última consulta a 12/2/2011).



## **La pacification de la ville** **Le cas des espaces publics sensibles des Minguettes, à Lyon**

*Marcele Trigueiro de Araújo Moraes*

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (marcele.trigueiro@gmail.com)

### **Abstract**

Seen as the epicenter of urban and social problems, the large-scale housing estates situated on the outskirts of big cities are presented as territories hit by the urban crisis. Linked to this problem, the public spaces have become the places where the new cleavages of society are shown. Keeping this in mind, this paper deals with the urban transformation of public spaces of these areas and, more precisely, the idea that social cohesion needs to be reinforced, which seems to support some urban actions. Furthermore, this paper aims to question the request of social cohesion rebuilt as well as the answers given by the “makers”, in relation to urban management, from the moment that this crisis is interpreted as a crisis of the social cohesion. The makers devised a state of social activity in which the technical devices should be adapted: within the urban renewal framework of Les Minguettes large housing estate, they give the prognosis of a state of condition of individuals or society characterized by a breakdown of social norms and values as a result of the weakening of social cohesion, anomy, and they foresee the public spaces converted into instruments which can allow the restoration of this cohesion. The corpus of the issue to be studied is limited to the urban and social dimensions. The association of different research techniques and the purpose of a counterexample led to the establishment of a number of results. Thus, the policies are excessively centered on the urban changing of the public space, but not so much on the setting up of the elementary conditions of urbanity.

### **Introduction**

En France, le discours sur la crise urbaine porte majoritairement sur les quartiers périphériques d’habitat social et, plus précisément, sur les grands ensembles bâtis dans la période d’après-guerre: ces derniers sont alors repérés comme des territoires atteints par les problèmes socio-économiques et par le

fort marquage territorial liés aux évolutions sociales et urbaines contemporaines. Définitivement associés à cette situation de crise, les espaces publics, espaces par lesquels les lieux de la ville se relient, sont marqués par l'éloignement, par la distance sociale qui détruit la spécificité "solidaire" d'une ville dont les tissus urbains sont intégrés: dans ce contexte, ils deviennent les lieux où s'expriment les nouveaux clivages de la société.

Au milieu des années 1970, la crise urbaine est considérée comme une crise sociale: la société urbaine n'étant plus seulement définie à partir des seuls critères matériels, l'accent est désormais mis sur le contenu social de ce processus [Stebe J. -M., 2005]. Parallèlement, surviennent les effets liés à la crise des banlieues [Stebe J. -M., 1999]. Les grands ensembles, édifiés comme réponse à la crise du logement et aux changements économiques de l'après-guerre, vont dès lors connaître un long processus de dégradation. Dès la fin des années 1970, des démarches sont entreprises par les autorités politiques, en vue de l'amélioration du cadre de vie dans ces secteurs jugés "sensibles". Toutefois, la crise s'installe de façon progressive et les procédures mises en place dans le cadre de la "politique de la ville", depuis la fin des années 1980, ne suffisent pas. La montée des incivilités et du sentiment d'insécurité, la progression de la violence, l'absentéisme scolaire, l'abstention dans les engagements politiques et dans les dispositifs de concertation [Vareilles S., 2006], etc. constituent les caractéristiques d'un tableau inquiétant et le diagnostic ne tarde pas à être posé: pour les responsables politiques, les quartiers périphériques d'habitat social, réceptacles de tous les maux urbains, sont aussi les lieux des rapports sociaux éclatés et du "lien social" déperdi.

Un fantasme hante dès lors l'imaginaire de ceux qui font la ville [Garnier J. -P., Goldschmidt D., 1978, p. 15]: le fantasme du lien social et, plus précisément, l'hypothèse de sa rupture. Pour "l'exorciser" [ibidem], les autorités urbanistiques prônent son "resserrement" par un réaménagement des espaces publics urbains: de cette nouvelle devise, la politique de renouvellement urbain fait un véritable credo. En effet, c'est par le jeu de la loi relative à la Solidarité et au Renouvellement Urbains du 13 décembre 2000 (SRU), que sont prises les premières dispositions visant à régler le problème de la crise du lien social. Le règlement de cette crise semble être définitivement attaché à la politique de renouvellement urbain et aux modalités d'interventions urbanistiques qu'elle fédère: la restructuration urbaine des grands ensembles, menée dans le cadre du Grand Projet de Ville (GPV) et des Opérations de Renouvellement Urbain (ORU), passe fondamentalement par la requalification, le réaménagement ou la création d'espaces publics. C'est en quelque sorte la réponse en termes d'aménagement urbain qu'adressent les "fabricants" de la ville (élus, fonctionnaires et représentants des collectivités territoriales, architectes, urbanistes, paysagistes, etc.) à ces secteurs en difficulté qui nous intéresse particulièrement ici. En effet, la problématique de cette

communication se tourne vers les espaces publics produits dans le cadre du renouvellement urbain des grands ensembles et conçus sous l'égide d'un retour à l'"état urbain normal", voire d'une pacification urbaine, au travers du "rétablissement des liens sociaux".

Cette communication reprend des données produites durant un séjour doctoral réalisé en France entre 2002 et 2008. Elle s'appuie en outre sur un appareil conceptuel précis, légué par Emile Durkheim [e2004], notamment les concepts de "solidarité sociale" et "d'anomie". Ainsi, formulons-nous l'hypothèse qu'en partant d'un diagnostic erroné, car fondé sur l'état anémique et sur l'affaiblissement du lien social, les fabricants envisageraient le rétablissement des liens sociaux, par la restructuration de l'espace public, précisément là où les liens seraient les plus forts et où l'espace public serait le plus mobilisé. Nous suggérons également que la transformation urbaine des espaces publics, fondée sur la mise en place de dispositifs techniques rappelant à la "raison urbaine" et augurant de la "rémission sociale", conduirait à des aménagements en partie contre-productifs, car sur-programmés et faiblement appropriés aux activités de socialisations urbaines.

Les méthodes alors construites devaient nous permettre d'accéder à l'observation des actions urbanistiques, instaurées dans le cadre du renouvellement urbain des grands ensembles, mais aussi, en guise de contrepois aux informations afférentes à l'acte de la fabrication, de recueillir des renseignements à propos des publics urbains pour lesquels cette offre d'aménagements urbains est proposée. L'observation des interventions urbaines est-elle passée par une investigation documentaire, réalisée au Service Politique de la Ville et Renouvellement Urbain (SPVRU) du Grand Lyon. L'observation du rapport des publics urbains à l'espace public et des relations sociales élaborées au sein des terrains identifiés a été menée au travers de dispositifs méthodologiques "hérités" des programmes RESTATE et HVU: plus précisément, nous nous sommes servis de deux enquêtes quantitatives. Nous reviendrons, pour cette communication, sur les données concernant les espaces publics du grand ensemble lyonnais des Minguettes, à Vénissieux, et, en particulier, sur les opérations menées dans les sous-quartiers du Cerisier et Armstrong.

Ce texte s'organise en cinq temps: tout d'abord, nous reviendrons sur le cadre théorique de cette recherche; ensuite, dans un deuxième temps, nous nous attacherons à décrire les terrains d'étude et, plus précisément, les espaces publics de deux sous-quartiers des Minguettes à Vénissieux, le Cerisier et Armstrong; dans un troisième temps, nous rapporterons les directives prônées par la politique de renouvellement urbain des Minguettes; les principales données produites par les enquêtes RESTATE et HVU seront alors brièvement exposées, laissant place aux réflexions que nous esquisserons en guise de conclusion.

## Sur les raisons d'appeler à l'espace public pour réactiver le lien social et pacifier la ville: cadre théorique

Les fabricants, en tant que délégués aux affaires urbaines, tendent généralement à justifier leurs activités par l'amélioration de la qualité urbaine. Ils sont, au gré des élections notamment, conduits à faire des offres d'aménagement: c'est en ce sens qu'est réalisé le "Plan de Mandat 2001-2007" de l'agglomération lyonnaise [Grand Lyon Communauté Urbaine, 2001]. Ces transformations de l'espace conduisent à constituer de nouvelles possibilités en pratiques urbaines et à produire par là même une nouvelle offre en urbanité: c'était typiquement le cas en 1989 à Lyon, quand a été initiée la politique de requalification des espaces publics, et c'est toujours le cas aujourd'hui, où la requalification des espaces publics reste la cheville ouvrière de l'offre en aménagement.

Le raisonnement des fabricants semble suivre une logique qui associe qualité d'aménagement urbain et qualité sociale. En partant de ce principe et dans le cadre du renouvellement urbain, il semblerait que les fabricants font, d'une part, l'analyse de la marginalisation de quelques éléments de la société, de son appauvrissement, son exclusion et, par conséquent, de sa désaffiliation, en termes de rupture du lien social et, d'autre part, l'analyse des espaces publics aménagés, pris en tant que dispositifs techniques et spatiaux de l'urbain, en termes d'instruments pouvant permettre la restauration de ce lien.

Ce rapport de cause à effet entre qualité d'aménagement urbain et qualité sociale est au centre des discussions entre les autorités responsables pour la transformation urbaine des quartiers. Dans le cas des grands ensembles, la transformation urbaine, réalisée dans le cadre du renouvellement urbain, se présente comme une forme pragmatique d'action: de fait, l'aménagement ne vise pas la constitution d'une ville idéale, mais l'engagement d'un processus de mutation de la ville et une altération suffisante des espaces pour assainir les situations sociales. Le renouvellement urbain de ce fait conduit à des transformations urbaines capables de rendre possible des transformations d'usages [Grand Lyon Communauté Urbaine, 2001, p. 41]. En admettant des dispositifs techniques et spatiaux "porteurs de valeurs communes" [cf. *supra*], les aménagements urbains conçus dans le cadre du renouvellement urbain se composent d'éléments pouvant autoriser des pratiques et en sanctionner d'autres; ils réalisent, par là même, le rappel aux publics urbains des identifications normales à la raison urbaine.

En faisant l'association entre transformation des espaces publics et reconstruction du lien social, entre qualité d'aménagement urbain et qualité sociale, les fabricants considèrent l'espace public comme ferment de l'amélioration urbaine et sociale des quartiers en difficulté. Aussi, plaignent-ils au travers des directives postulées par la politique de renouvellement urbain et de la restructuration des espaces publics pour un

renforcement des liens sociaux: les espaces publics, en tant que dispositifs techniques et spatiaux de l'urbain, semblent ainsi être observés par les fabricants comme les lieux favorables à la récupération urbaine et à la restauration sociale. Cette position des fabricants peut apparaître de bonne foi: en effet, qui peut reprocher aux responsables politiques et aux mandatés aux affaires urbaines de vouloir apporter une qualité urbaine à ses espaces publics? Qui peut reprocher aux représentants politiques et aux délégués de la cité de vouloir intégrer à la ville tous ses membres et tous les membres de la ville entre eux? En réalité, le problème ne tiendrait pas à la bonne ou à la mauvaise foi, mais au fait que les quartiers dits sensibles, à qui sont prêtés tous les dysfonctionnements liés à la crise récurrente de l'urbain, mais aussi à la décomposition du corps social, voire à la disparition du lien social, sont aussi ceux dont il est possible d'affirmer que le lien social est sans doute le plus fort.

Il serait alors prudent de préciser que si anomie il y a dans ces quartiers, elle tiendrait moins de l'inexistence de solidarités sociales que du sentiment d'impuissance né de l'impossibilité d'atteindre les objets du désir, paradoxalement illimités dans la société modernisée; l'anomie des grands ensembles, présupposant qu'il en existerait une, procéderait de l'insuffisance d'une réglementation capable de déterminer les désirs et la valeur sociale de chacun et, par conséquent, de garantir la contribution de tous à "l'œuvre commune".<sup>1</sup> Victimes premières de la société industrielle et des logiques de sa modernisation, directement touchés par les inégalités sociétales qu'un tel système laisse naître, les quartiers périphériques d'habitat social regrouperaient, selon la pensée durkheimienne, les conditions susceptibles de produire des sociabilités essentiellement primaires, élaborées mécaniquement, et des liens de solidarité sociale très forts, communautaires même. Dans cette conjoncture, l'espace public serait sans doute très fortement mobilisé: pour reprendre les termes de Ferdinand Tönnies [e1946], "la communauté du sang comme unité de l'existence tend et se développe vers la communauté de lieu qui a son expression directe dans l'habitation commune" [*id.*, pp. 14-16].

### **Les sous-quartiers du Cerisier et d'Armstrong: terrain d'études**

Le Cerisier et Armstrong sont localisés au cœur du grand ensemble des Minguettes: bordés par l'avenue Jean Cagne, un des principaux axes du quartier,

---

1 "Ce qui fait la gravité de ces faits, c'est qu'on y a vu quelquefois un effet nécessaire de la division du travail, dès qu'elle a dépassé un certain degré de développement. Dans ce cas, dit-on, l'individu, courbé sur sa tâche, s'isole dans son activité spéciale; il ne sent plus les collaborateurs qui travaillent à côté de lui à la même oeuvre que lui, il n'a même plus du tout l'idée de cette oeuvre commune. La division du travail ne saurait donc être poussée trop loin sans devenir une source de désintégration" [Durkheim E., e2004, p. 348].

ils se situent plus précisément en face du centre commercial Vénissy. Dans sa configuration spatiale initiale, le Cerisier ne comprend pas de logements: un grand espace vert d'environ 17 000 m<sup>2</sup>, le cinéma Gérard Philippe ainsi qu'un parking représentent l'ensemble des composantes du site. Structuré à l'Est par l'avenue du 8 mai 1945, Armstrong est un quartier résidentiel, composé de logements sous régime locatif social. Les deux sous-quartiers bénéficient de la proximité de certains équipements publics: au sud du Cerisier, se trouve le collège Elsa Triollet; au sud du quartier Armstrong, la Maison des fêtes, le gymnase Cosec ainsi que le groupe scolaire Paul Langevin.

Armstrong est originellement composé de cinq barres à trois étages ainsi que de trois tours à 11 étages. Dans son ancienne configuration spatiale, les tours occupent une place centrale et les barres, disposées aux quatre extrémités du quartier, sont tournées vers son centre:<sup>2</sup> cette disposition concentrique en fait un des secteurs les plus enclavés du grand ensemble. A l'exception des trois tours centrales, les bâtiments se trouvent dans un état physique relativement bon. Les chiffres relatifs au projet de renouvellement urbain rendent compte du rapport espace libre / espace bâti au sein du sous-quartier:<sup>3</sup> les espaces extérieurs représentent 83% de la surface totale de l'opération et l'espace bâti, 17%. Quant au Cerisier, avec une surface approximative de 2.7 hectares, il est essentiellement constitué d'un espace vert, au milieu duquel se trouve planté un arbre fruitier, un cerisier...; le mail piéton qui le traverse en diagonale ainsi que le parking du cinéma Gérard Philippe sont les seuls éléments existants sur son étendue de verdure — du moins, telle est la situation du Cerisier avant les travaux. Sur les 2.7 hectares de surface totale, l'espace vert représente, comme mentionné précédemment, environ 1.7 hectares: même si la qualité paysagère du grand ensemble est indéniable, cet aspect presque intégralement végétal reste une spécificité du Cerisier.

Composés de petits squares et de quelques terrains de sports, les espaces publics du sous-quartier Armstrong se trouvent en très mauvais état. Même si le bâti révèle d'assez bonnes conditions physiques, les espaces publics manquent d'entretien. Le mobilier urbain est presque inexistant et le revêtement des trottoirs ou de certains terrains de sports, très dégradé. Il en va de même pour les aires de jeux pour enfants, même si une partie de ces dispositifs "bénéficie de la végétation luxuriante située entre l'avenue Jean Cagne et la barre" [Eftenie V., 2004, p. 38]. La situation des espaces libres qui s'étendent entre les tours est tout aussi désolante: en état de quasi-abandon, l'on y trouve des morceaux de verre, des ordures ménagères et autres déchets — "les distances sont

---

2 L'opération de démolition par grignotage dont il fait l'objet en 2004 raye de son territoire les trois tours centrales.

3 Données provenant du Service Politique de la Ville et Renouvellement Urbain du Grand Lyon : elles ont été calculées par rapport aux surfaces totales des opérations de renouvellement urbain engagées dans les sites en question.

longues, le bâti est dispersé dans l'espace" [*ibid.*]. Un tel délabrement est certainement le résultat du chantier du GPV dont le quartier fait l'objet en 2004.

En dépit des dimensions importantes et même d'une végétation abondante sur certains des secteurs, les espaces libres du sous-quartier Armstrong se trouvent délaissés, leur relation au bâti étant inexistante, voire complètement niée. A ce propos, Michel Roz [apud Hatzfeld H., 2006, p. 33] affirme que "l'obsession des architectes du mouvement moderne de libérer le sol "a conduit à ce qu'effectivement le sol soit libéré, mais il est tellement libre qu'il est sans usage. Par exemple, on a pu considérer que les Minguettes sont (en surface) le quatrième espace vert de l'agglomération lyonnaise. Les gamins, les ados surtout, n'ont aucune raison d'aller se promener dans cet espace vide au milieu des tours, donc ils restent au pied des tours" [*id.*, 2006]. Davantage pensés comme un "solde" au départ que comme des espaces à valeur positive, et donc à fonctions affirmées [Piron O., 1997, p. 8], ces espaces publics donnent à penser à des parcelles résiduelles. Pour Antoine Grumbach [2003], "la dimension des espaces ouverts est souvent ressentie comme une qualité mais ils se caractérisent en général par leur manque de lisibilité. [...] Les idées d'espaces publics ou d'espaces privés sont ici souvent abstraites, on peut les solliciter mais la faible définition du statut des espaces rend toute description précise impossible" [*id.*, p. A04].

### **Le renouvellement urbain des Minguettes**

Les enjeux de renouvellement urbain du grand ensemble vénissien et les conditions d'évolution de ce site ont été initialement définis par Antoine Grumbach dans le cadre d'une mission d'urbaniste du GPV des Minguettes. Dans l'élaboration du cadrage urbain, Grumbach et son équipe partent donc du principe que la recomposition du foncier peut produire la mutation des occupations des parcelles: ils annoncent en ce sens que les actions de "démolition-reconstruction ou remodelage", associées au renforcement du réseau viaire, pourront "remédier à l'introversion des quartiers" et ainsi "permettre un retour à une normalité urbaine de développement" [*ibid.*].

### **Les principales directives pour le Cerisier et pour Armstrong**

Les actions de renouvellement urbain envisagées pour le Cerisier prennent en compte la position privilégiée du sous-quartier, situé le long de l'avenue Jean Cagne et proche de Vénissy: selon l'urbaniste chargé d'établir les propositions de cadrage urbain pour les Minguettes, "le caractère stratégique du secteur se renforcera à moyen terme après le renouvellement des quartiers Vénissy et Armstrong et par la venue du tramway" [Grumbach A., 2003, p. D10]. Le principal enjeu étant de faire de ce secteur un nouveau quartier aux Minguettes, deux actions orientent essentiellement les interventions sur

le secteur: d'une part, la constitution d'un pôle culturel autour du Cinéma Gérard Philippe avec deux programmes d'équipements publics et, d'autre part, la construction de 110 logements par l'OPAC du Rhône — dont 60 locatifs sociaux, 25 locatifs intermédiaires et 25 en accession à la propriété.

Fondé sur la construction de deux équipements et de nouveaux logements, le triple parti pris pour le Cerisier intervient de façon importante sur l'espace public du quartier et, en particulier, sur l'étendue verte qui le compose. Dans le rapport technique intitulé "Ilot du Cerisier. Aménagement des espaces extérieurs: programme" [Grand Lyon Communauté Urbaine, 2003], la Direction des opérations s'appuie sur le cadrage urbain réalisé par Grumbach et énumère les éléments du marché de maîtrise d'œuvre relatifs à la conception des espaces [*id.*, pp. 3-4]: a) il est décidé d'ouvrir une voie en diagonale du quartier, afin de pérenniser l'usage d'un tracé emprunté par les habitants; b) il est également prévu la création d'une rue interne située entre les futurs logements collectifs et les maisons de ville; c) il est enfin convenu la réalisation: d'un espace végétalisé au centre du quartier et en front de l'Avenue Jean Cagne, qui intègre l'arbre qui donne son nom au secteur; des espaces extérieurs qui bordent l'îlot des futurs logements; "des espaces extérieurs attenants à l'emplacement du futur I. U. F. M. ; de la place du Cerisier comprenant les deux espaces situés devant le cinéma Gérard Philippe et la future école de musique" [*id.*].

L'ensemble de ces actions est compris dans le cadre de la résidentialisation du Cerisier. Par ailleurs, selon la délibération N° 2003-1108 [Grand Lyon Communauté Urbaine, 2003], relative à séance publique du 7 avril 2003 concernant le volet urbain du GPV de Vénissieux, "la Communauté urbaine réaliserait les aménagements extérieurs de la première phase (accompagnement des équipements publics et création d'une placette) sur des terrains propriétés de la commune et de la Communauté urbaine" [*id.*, p. 5].

En ce qui concerne le quartier Armstrong, les actions interviennent sur les espaces extérieurs mais aussi sur le bâti existant. Selon Grumbach [2003], dans l'objectif de "permettre le désenclavement du quartier et son ouverture vers le nouveau Vénissy" ainsi que de "diversifier l'offre de logements" [*id.*, p. D07], sont prévues des actions de démolition, de reconstruction de logements et de réhabilitation du bâti restant, mais aussi de requalification des jardins de pied d'immeuble, dans le cadre de la résidentialisation du quartier.

Les espaces publics sont là encore très fortement concernés; en effet, sont programmés: a) un nouveau maillage, au travers du rétablissement de la rue Armstrong et de l'ouverture d'une nouvelle rue qui coupe le sous-quartier dans l'axe Nord-Est / Sud-Est et qui se prolonge vers le Vénissy (pour établir un lien direct entre les deux quartiers); b) la réhabilitation des autres rues et contre-allées; c) le "réaménagement de tous les espaces extérieurs", tels que "les rues, les trottoirs, les stationnements, les espaces piétons, les arbres, les

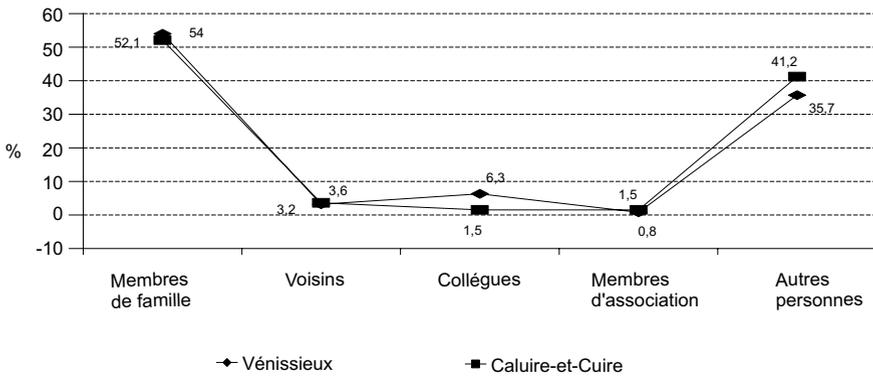
aires de jeux pour enfants” [Mediactif & Médialogues, 2004, p. 1]; d) la création d’un espace collectif pour les jeunes du quartier.

Les actions menées dans le cadre du renouvellement urbain du Cerisier et Armstrong confirment l’importance de l’espace public dans le processus de transformation urbaine souhaité pour ces quartiers. Idéalisées par des équipes d’architectes, urbanistes et paysagistes appelées à collaborer dans le cadre de missions AMO (Assistance à la Maîtrise d’Ouvrage), ces actions fédèrent une multitude d’interventions programmées pour les espaces publics. Pour en citer les principales: reprises et ouvertures de nouvelles voiries; redéfinitions spatiales par le biais de traitements, requalifications et recompositions paysagères; création de parcs de stationnement ainsi que de nouveaux chemins, squares, places, etc.; réorganisations de jardins en pied d’immeuble. Autant de modalités qui rentrent, pour la plupart, dans le cadre de la résidentialisation des sous-quartiers observés et qui, rappelons-le, s’attachent à “clarifier les domanialités [...], à définir le statut de chaque espace”, afin que “tout individu [puisse] reconnaître le statut et les usages autorisés des lieux et percevoir les responsabilités qui s’y appliquent” [DGUHC, 2002, p. 10]. Essentiellement centrées sur la mise en place de dispositifs qui rappellent ainsi plus ou moins explicitement la “bonne” conduite urbaine à adopter, ces actions donnent à voir la sur-programmation des aménagements, voire l’espèce d’“acharnement spatial” par lequel le salut urbain semblerait pouvoir s’élaborer aux yeux des fabricants.

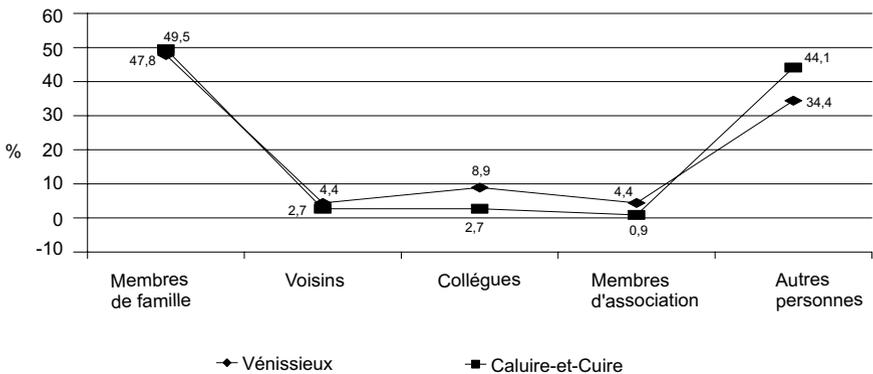
### **Pacification et sur-programmation spatiales: l’inefficacité en matière de sociabilité urbaine**

Les informations relatives aux transformations pensées pour l’espace public urbain doivent être confrontées aux dispositions sociales existantes dans les sous-quartiers étudiés. Ainsi, les enquêtes RESTATE et HVU montrent que des instruments de la sphère privée (résidences des uns et des autres) et de la sphère publique (espaces extérieurs ou lieux publics) sont mis à contribution lors des retrouvailles des interrogés entre eux [cf. figures 2.1 et 2.2]; lorsque les rencontres entre membres de la famille et amis ont lieu moins fréquemment, l’unité domestique et les lieux extérieurs ou publics sont mobilisés de façon similaire.

Aussi, les enquêtes indiquent-elles que les lieux de culte, les lieux culturels, les lieux conviviaux ou encore les associations sont majoritairement refoyés par les interrogés au moment de faire des nouvelles rencontres. Ce dernier résultat recoupe les informations publiées par la DIV [2004] à la suite de l’enquête “Vie de Quartier”: les équipements récréatifs et socio-culturels sont particulièrement peu fréquentés par les habitants des quartiers en ZUP, pourtant largement équipés en structures de ce type; “en ZUS, 90% des personnes disposant d’une installation sportive dans leur quartier ne l’ont pas



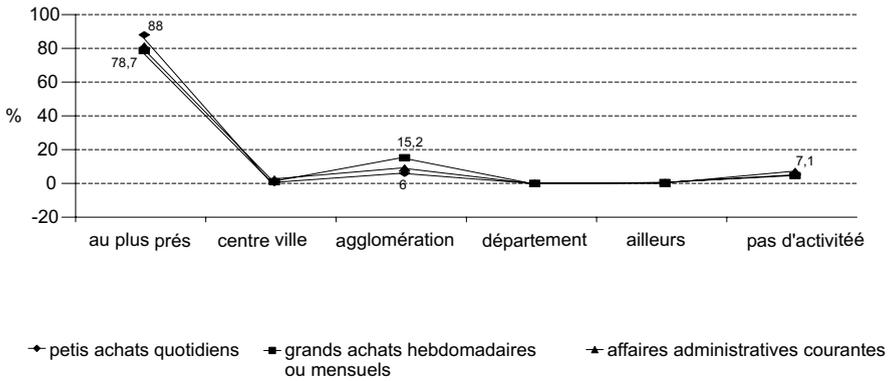
**Figure 2.1** Invitations les uns chez les autres au moins une fois par mois, par catégories de relations (Q3a4)



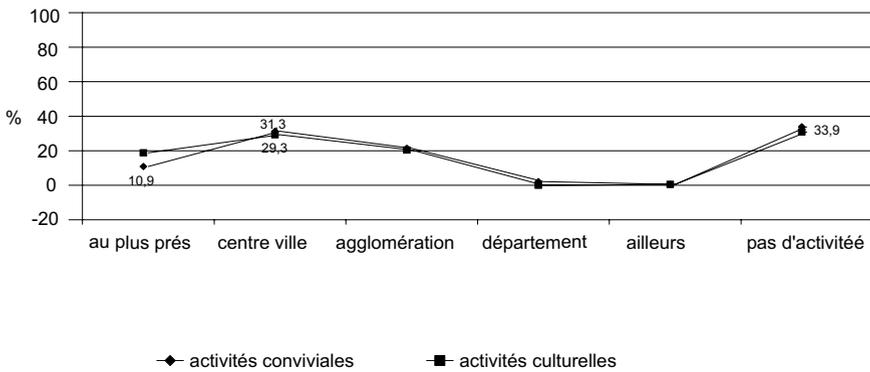
**Figure 2.2** Retrouvailles à l'extérieur (ou dans des lieux publics) au moins une fois par mois, par catégorie de relations (Q3b4)

utilisé au cours des dernières semaines, 93% n'ont pas fréquenté le centre socio-culturel ou la maison de quartier" [*id.*, p. 101].

Corrélat à la "réserve" observée par les Vénissiens vis-à-vis du grand ensemble des Minguettes, ce dernier croisement rend compte d'une certaine manière de l'effet "intimidant" de cette réserve sur la mobilisation des instruments disposés sur l'espace urbain. Ainsi, il est possible d'affirmer que les espaces publics analysés aux Minguettes font l'objet d'utilisations finalement peu intenses et qui ne s'amplifient que dans la mesure où la fréquence des rapports privilégiés diminue. Les propos de Michel Roz,

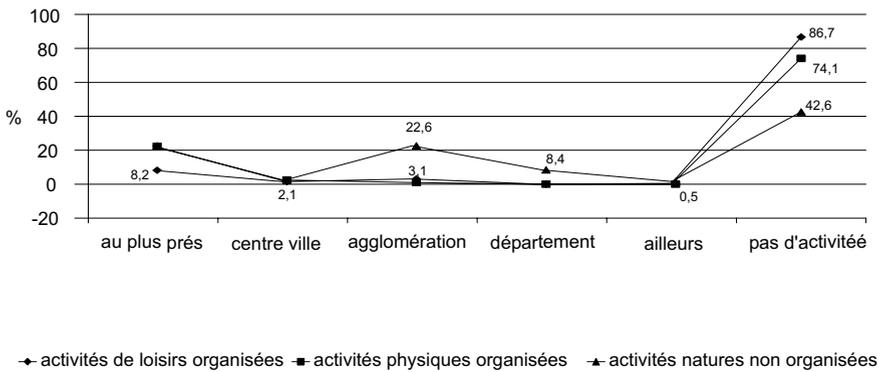


**Figure 2.3** Petits achats quotidiens; grands achats hebdomadaires ou mensuels; affaires administratives courantes (Q4a1, Q4b1, Q4c1)

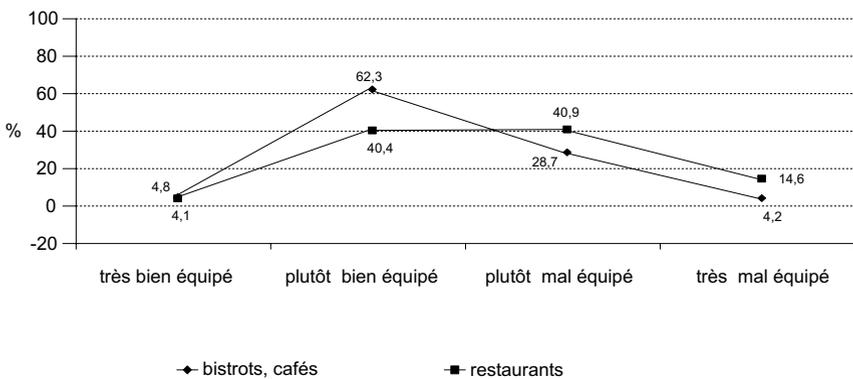


**Figure 2.4** Activités conviviales et culturelles (Q4d1, Q4e1)

recueillis par Hélène Hatzfeld [2006], confortent ce résultat. Selon l'architecte, le grand ensemble des Minguettes a beau être le quatrième espace vert de l'agglomération lyonnaise, il n'en demeure pas moins un territoire d'espaces "sans usages": "les gamins, les ados surtout, n'ont aucune raison d'aller se promener dans cet espace vide au milieu des tours, donc ils restent au pied des tours. C'est un joli paysage, mais personne n'éprouve le besoin d'y faire quoi que ce soit" [id., p. 33]. L'évaluation positive au sujet des espaces publics n'assure définitivement pas la forte mobilisation de tels instruments, lesquels sont certainement perçus par la plupart des habitants comme étant agréables,



**Figure 2.5** Activités de loisirs organisées; activités physiques organisées; activités nature non organisées (Q4f1, Q4g1, Q4h1)



**Figure 2.6** Equipement du quartier: bistrot, cafés; restaurants (Q20g, Q20h)

mais peu stimulants au développement de leurs activités de socialisations urbaines.

L'enquête HVU met en évidence une série de constats. Les activités sociales (collectives) quotidiennes des interrogés se déroulent essentiellement dans le quartier [cf. figure 2.3]. En ce qui concerne les activités conviviales (collectives), le grand ensemble est visiblement délaissé au profit du centre-ville; c'est aussi prioritairement au centre-ville que se développe la plupart des activités culturelles (collectives) des Vénissians et une part importante des interrogés nie l'exercice de toute activité conviviale et culturelle

au sein du grand ensemble vénissian [cf. figure 2.4; cf. figure 2.5]. Selon l'Observatoire national des zones urbaines sensibles [2004, DIV sur Internet], le contexte financièrement difficile des familles qui vivent dans ces quartiers est à l'origine d'une telle privation: "les habitants des ZUS sont peu nombreux à pratiquer une activité de loisirs, à fréquenter cafés, restaurants ou spectacles. La faiblesse des revenus explique en grande partie cette moindre utilisation d'équipements publics et marchands. De plus, à revenu égal, les habitants des autres quartiers pratiquent davantage ces activités".

Certes, le régime économique est un facteur déterminant dans la consommation urbaine et son caractère restreint peut jouer en la défaveur de l'intégration urbaine des populations, pouvant aller jusqu'à limiter leur accès à l'urbanité, mais les contraintes économiques imposées aux ménages ne constituent pas l'unique cause de ces restrictions; à juger les données HVU, le manque d'équipements appropriés au développement de ces activités est également à considérer [cf. figure 2.6]. Sous-équipés en dispositifs techniques et spatiaux qui favoriseraient la rencontre et la convivialité urbaine, le grand ensemble des Minguettes est en revanche très largement équipé en structures scolaires, commerciales de type alimentaire et en structures administratives d'usage courant, tels que les bureaux de poste et les sièges de mairie.

Mis en relation avec l'ensemble de renseignements ici présentés, ces résultats, et en particulier la préférence très nettement affichée par les interrogés pour les instruments de la sphère domestique dans leurs sociabilisations principales, laissent place à un ensemble de réflexions. Tout d'abord, ces résultats permettent d'interroger les conditions de la convivialité urbaine que les lieux publics en général et les espaces publics urbains en particulier sont en mesure d'offrir aux habitants du grand ensemble des Minguettes. Ensuite, ils donnent lieu à des conjectures sur le fait que la qualité spatiale des dispositifs techniques ne garantirait pas la forte mobilisation de ces derniers, encore moins le développement d'une urbanité valable pour le quartier; ainsi donc, la qualité spatiale des instruments de l'urbain, pourtant fondamentale, ne serait pas suffisante pour pallier le déshébergement du grand ensemble et permettre à ses habitants le plein déploiement de l'urbanité. Le critère d'urbanité, plus que celui de la qualité du logement, et plus que celui de la qualité spatiale des instruments de l'urbain, apparaît donc comme une condition nécessaire pour que les habitants du grand ensemble se sentent bien dans leur quartier.

En somme, un décalage entre l'offre abondante en équipements d'usage courant (les sièges administratifs, les commerces alimentaires, les services municipaux et services sociaux, les équipements scolaires, etc.) et le manque d'instruments qui favoriseraient la convivialité et les socialisations urbaines se dégage ici. De ce fait, l'absence d'activités conviviales en général ne surprend pas: en effet, elle semble clairement associée au sous-équipement du quartier en termes de bistrot, de cafés, de restaurants, etc., mais aussi à l'insuffisance des revenus des enquêtés. La faiblesse des activités pratiquées en plein air est

de même une information particulièrement révélatrice, alors que le grand ensemble vénissien est amplement équipé en espaces verts et que ces espaces sont l'objet d'appréciations globalement positives de la part des interrogés. En confirmant qu'en dépit d'une certaine qualité urbaine, des espaces publics restent sous-utilisés, ces données révèlent un évitement des espaces extérieurs et des lieux publics, non seulement lors des retrouvailles entre parents et amis ou à l'occasion des nouvelles rencontres, mais également dans le développement de certaines activités sociétaires en air libre.

### **Considérations finales: la pacification urbaine, une entrave à l'urbanité**

Les Vénissiens semblent faire face à une certaine limitation en matière d'urbanité dans le quartier. Selon Isaac Joseph [2002, p. 35], l'urbanité comporte une double dimension socio-technique, formée par les dispositions sociales du citadin et les dispositifs techniques de socialisation en milieu urbain. A juger l'ensemble des résultats, le grand ensemble des Minguettes comprend des caractéristiques qui, associées, constituent une entrave suffisamment importante au déploiement de l'urbanité: les inégalités sociales, les carences matérielles, bref les difficultés vécues au quotidien par les familles interrogées, mais également le contexte stigmatisant et peu rassurant du grand ensemble des Minguettes ainsi que l'insuffisance de dispositifs techniques adaptés aux activités de socialisations et capables de promouvoir la convivialité urbaine sont autant de particularités observées qui contraignent très certainement l'accomplissement de l'urbanité dans le quartier.

Dans la ville, entendue comme le lieu par excellence de la rencontre entre étrangers et inconnus [Lefebvre H., 1968; Sennett R., e1979], le lien social est objectivé et relève du fonctionnement de biens qui sont mis en partage en milieu urbain: cette objectivation de la solidarité sociale est en partie responsable du processus d'individuation qui rend possible l'urbanité. Il nous semble alors possible d'affirmer que la logique de conception urbanistique, qui s'engage à mettre en place dans l'espace des instruments coercitifs et pacifiants, tend au final à produire des aménagements sur-programmés et relativement inefficaces en termes de sociabilité urbaine.

### **Références bibliographiques**

#### *Support papier*

Agence d'urbanisme pour le développement de l'agglomération lyonnaise (2004), *Observatoire territorial du Contrat de ville de l'agglomération lyonnaise. Indicateurs sociaux*, Lyon, Agence d'urbanisme pour le développement de l'agglomération lyonnaise, 6ème édition du rapport annuel, juin 2004, 34 p.

- Benevolo Leonardo, e (1998), *História da Arquitetura Moderna*, São Paulo, Editora Perspectiva, 800 p.
- Borlandi Massimo, Boudon Raymond, Cherkaoui Mohamed, Valade Bernard (dir.) (2005), *Dictionnaire de la Pensée Sociologique*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. "Quadrige", 758 p.
- Butler Rémy, Noisette Patrice (1977), *De la Cité Ouvrière au Grand Ensemble. La Politique Capitaliste du Logement Social 1815-1975*, Paris, François Maspero, coll. "Petite collection maspero", 193 p.
- Comerçon Nicole, Chignier-Riboulon Franck, Trigueiro Marcelle, Zepf Marcus (2003), *Large Housing Estates in France. Overview of Developments and Problems in Lyon*, Utrecht, Urban and Regional research centre Utrecht, Faculty of Geosciences, Utrecht University, 87 p.
- Durkheim Emile, e (2004), *De la Division du Travail Social* (1ère édition: 1930), Paris, Presses Universitaires de France, coll. "Quadrige", 6ème édition, 416 p.
- Faure Anne (1996), *Entre les Tours et les Barres. Restructurer les Espaces Publics des Grands Ensembles*, Lyon, CERTU, 205 p.
- Garnier Jean-Pierre, Goldschmidt Denis (1978), *La Comédie Urbaine ou la Cité Sans Classe*, Paris, François Maspero, 334 p.
- Germain Annick (2002), "La redécouverte de l'espace public: regards d'architectes et de sociologues", in Tomas François (dir.), *Espaces Publics, Architecture et Urbanité de Part et d'Autre de l'Atlantique*, Saint-Étienne, Publications de l'université de Saint-Étienne, pp. 25-31.
- Grand Lyon Communauté urbaine (2003), *Ilot du Cerisier. Aménagement des Espaces Extérieurs. Programme*, Lyon, Communauté urbaine Grand Lyon, Service Développement social urbain, Maîtrise d'oeuvre d'infrastructures et d'espaces urbains, juin 2003, 7 p.
- Grumbach Antoine (2003), *Cahier des Charges Général. GPV Vénissieux : Les Minguettes*, Lyon, Etat / Grand Lyon / Ville de Vénissieux, Grumbach Antoine & Associés (Architecture, Urbanisme, Paysage), 35 p.
- Hatzfeld Hélène (dir.) (2006), *Les Espaces Libres, Atouts des Grands Ensembles*, Lyon, CERTU (Centre d'études sur les réseaux, les transports, l'urbanisme et les constructions publiques) / Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Lyon, coll. "aménagement et urbanisme", 141 p.
- Joseph Isaac (2002), "Espace public, urbanité, citoyenneté", in Jole Michèle (dir.), *Espaces Publics et Cultures Urbaines. Actes du Séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002*, Lyon, CERTU, coll. "Débats. Aménagement et Urbanisme", pp. 33-42.
- Lefebvre Henri, e (1986), *Le Droit à la Ville* (1ère édition: 1968), suivi de *Espace et politique* (1ère édition: 1972), Paris, éd. Anthropos, coll. "points", 284 p.
- Legrand Christian (2002), *Le Logement Populaire et Social en Lyonnais 1848-2000*, Lyon, Edition aux Arts, 486 p.
- Marx Karl, Engels Friedrich (1978), *La Crise*, (traduction et notes par Dangeville Roger), Paris, Union générale des éditions, coll. "10/18", 444 p.

- Piron Olivier (1997), "Préface", in Picon-Lefebvre Virginie (dir.), *Les Espaces Publics Modernes. Situations et Propositions*, Paris, Groupe Moniteur, coll. "Architextes", pp. 8-9.
- Sennett Richard, e (1979), *Les Tyrannies de l'Intimité* (1ère édition: 1974, tire original: *The Fall of Public Man*, traduit par Berkman Antoine et Folkman Rebecca), Paris, Editions du Seuil, coll. "La couleur des idées", 282 p.
- Stebe Jean-Marc (1999), *La Crise des Banlieues*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. "Que sais-je?", 127 p.
- Stebe Jean-Marc (2005), *La Médiation dans les Banlieues Sensibles*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. "Le lien social ?", 127 p.
- Toussaint Jean-Yves (2003), *Projets et Usages Urbains. Fabriquer et Utiliser les Dispositifs Techniques et Spatiaux de l'Urbain*, Habilitation à diriger des recherches, sous la coordination de Yves Grafmeyer, Lyon, Université Lumière Lyon 2 / INSA de Lyon, 263 p.
- Vareilles Sophie (2006), *Les Dispositifs de Concertation des Espaces Publics Lyonnais. Éléments Pour l'Analyse du Rôle de la Concertation des Publics Urbains dans la Fabrication de la Ville*, Thèse en Géographie, Aménagement et Urbanisme, sous la direction de Jean-Yves Toussaint et Monique Zimmermann, Lyon, INSA de Lyon, 307 p.
- Ville de Vénissieux (2000), *Convention Particulière de la Ville de Vénissieux du Contrat de Ville de l'Agglomération Lyonnaise 2000-2006, Grand Projet de Ville*, Lyon, Ville de Vénissieux, novembre 2000, 57 p.
- Weinberg Achille (2001), "Lien social. Crise et recomposition", *Sciences Humaines*, thème "Les grandes questions de notre temps", Hors série n° 34, septembre/octobre/novembre 2001, pp. 58-61.

### *Support électronique*

- Abdallah Mogniss H. (2002), "1983: La marche pour l'égalité", *Plein Droit*, thème "Parcours, filières et trajectoires" [en ligne]. Décembre 2002, n° 55. Disponible sur: <http://www.gisti.org/doc/plein-droit/55/marche.html> (consulté le 01.09.2006)
- Bedarida Catherine (2005), "La banlieue, loin du rap et des clichés", *Le Monde* [en ligne]. Paris, 6 décembre 2005. Disponible sur: <http://www.lemonde.fr/web/recherche/> (consulté le 05.09.2007)
- Délégation interministérielle à la Ville (2004), *Observatoire National des Zones Urbaines Sensibles* [en ligne]. Paris, Les Editions de la DIV, novembre 2004, 525 p. Disponible sur: <http://www.ville.gouv.fr/infos/editions/observatoire-rapport.html> (consulté le 10.10.07)
- Direction générale de l'Urbanisme de l'Habitat et de la Construction (2002), *La Résidentialisation. Quelle Approche Pour les DDE? Actes du séminaire du 16 janvier 2002* [en ligne], Paris, DGUHC, septembre 2002, 38 p. Disponible sur: [http://www.urbanisme.equipement.gouv.fr/publi/amenagt\\_intervurbaines/doc.pdf/la\\_residentialisation.pdf](http://www.urbanisme.equipement.gouv.fr/publi/amenagt_intervurbaines/doc.pdf/la_residentialisation.pdf) (consulté le 15.11.2006)

Grand Lyon Communauté Urbaine (2001), *Plan de Mandat 2001-2007* [en ligne], Lyon, Grand Lyon Communauté Urbaine, 12 Novembre 2001, 69 p. Disponible sur: [http://www.grandlyon.com/fileadmin/user\\_upload/Pdf/institution/Plan\\_mandat/Plan\\_mandat\\_2001\\_2007.pdf](http://www.grandlyon.com/fileadmin/user_upload/Pdf/institution/Plan_mandat/Plan_mandat_2001_2007.pdf) (consulté le 21. 02. 2006)



## **A resistência do centro das cidades O contributo das políticas públicas**

*Pedro Porfírio Guimarães*

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa  
(pedroguimaraes@campus.ul.pt)

### **Resumo**

O conceito de que o centro das cidades, usualmente os seus centros históricos, é a área a partir da qual uma cidade se constrói parece antiquada e desactualizada. A disseminação de várias centralidades (de nível semelhante dentro da hierarquia urbana) pelas cidades tem levado a que estes espaços percam importância no contexto urbano. Outrora lugares centrais, os centros históricos têm vindo a perder esta mesma centralidade ao mesmo ritmo que a capacidade de ser acessível também se desvanece. Com diversos problemas ao nível do estado de conservação do edificado, estes espaços têm assistido, entre outros problemas, (i) a uma perda da capacidade de atracção de novos investimentos que permitam a ocupação dos espaços físicos existentes; (ii) a uma incapacidade de retenção de moradores locais e de atrair novos. Como consequência assiste-se a uma diminuição do número de transeuntes, especialmente durante a noite, reflexo da falta de moradores, associando a estas áreas um sentimento de insegurança. Ressalva-se, no entanto, que este sentimento pode ser algo fruto do imaginário colectivo e não se adequar à insegurança efectivamente existente. Apesar destas debilidades permanece a ideia que estas áreas históricas se constituem em si como espaços a preservar. Desta forma, o estabelecimento de medidas que proporcionem a viabilidade e a vitalidade do antigo centro das cidades parece estar na agenda política e dos planeadores. É o caso do apoio fornecido pelo sector público ao sector comercial, denotando-se um privilégio pelas intervenções realizadas nos centros históricos. Por um lado, esta situação pode justificar-se pelo facto de serem algumas das áreas mais antigas das cidades e, como tal, necessitarem de intervenções de forma mais premente do que as novas áreas urbanizadas. No entanto, por outro lado, já nos encontramos numa situação em que diversas áreas da cidade, outrora periféricas, já possuem problemas semelhantes aos verificados nos centros históricos. Assim, estas medidas orientadas para o antigo centro das cidades confirmam um privilégio

atribuído a estas áreas. As medidas estabelecidas sob a forma de programas de urbanismo comercial concentram intervenções em três vias: (i) apoio directo aos empresários; (ii) apoio à revitalização dos espaços públicos das áreas intervenionadas; (iii) apoio às associações comerciais para conseguirem auxiliar no processo de modernização do sector comercial.

No presente artigo pretendemos perceber a evolução que levou ao estabelecimento de vários programas de apoio ao sector comercial e de revitalização do espaço público localizado no antigo centro das cidades, elucidando acerca dos referidos programas encetados em Portugal no final do séc. XX e de que forma estes apoios podem contribuir para a resistência dos empresários à mudança e à modernização.

## Introdução

A razão do aparecimento das cidades não se esgota numa única explicação. Pelo contrário têm sido sugeridas várias explicações, das quais se podem destacar três: comércio (Pirenne, in Barata-Salgueiro e Cachinho, 2009:9), Kotkin (2011:19); religião (Kotkin, 2011:19); defesa (Kotkin, 2011:19). No entanto, a evolução e transformação das cidades tem sido uma constante ao longo da história. O seu desenvolvimento fez-se inicialmente através do seu sítio, podendo ao longo do tempo adquirir outra(s) centralidade(s). Desta forma, as áreas que assumimos, no presente, como centrais e históricas poderão não o ter sido desde a origem do centro urbano. Existe alguma lentidão nos processos que originam as mudanças profundas<sup>1</sup> que se fazem sentir nos centros urbanos.

Estas antigas áreas centrais históricas estavam, até há pouco tempo, dotadas de uma centralidade que seria sustentada por uma acessibilidade que atribuía a estes espaços uma importância acrescida no contexto urbano, relativamente aos demais espaços das cidades. Estas áreas centrais possuíam ainda uma multifuncionalidade relevante, agrupando o comércio e a habitação com as funções sociais e político-administrativas.

No entanto, o carácter monocêntrico da cidade tem vindo a sofrer alterações até ao presente. A afirmação de que a cidade possuía uma centralidade, o seu centro histórico, exercendo funções de grande relevância a nível social, cultural e económico já não será aplicável na sua totalidade e em grande parte dos casos (Porfírio Guimarães, 2009:7). Com a mudança nos padrões da acessibilidade, induzida pelo aumento da taxa de motorização, assistiu-se

---

1 Com excepção para os desastres naturais, do qual um exemplo normal será o terramoto que afectou a cidade de Lisboa em 1755, com claras repercussões para a actual malha urbana presente na área que, no presente, assumimos como o "centro" da cidade. Outra excepção é o caso das cidades afectadas por guerras. Como exemplo temos as várias cidades europeias afectadas pelas Guerras Mundiais que tiveram de ser reconstruídas após o seu final.

ao mesmo tempo a um aumento de novas superfícies comerciais, localizadas em eixos rodoviários de grande acessibilidade, no exterior das cidades. Admite-se que a instalação de grandes superfícies na periferia das aglomerações urbanas, na coroa suburbana ou mesmo na franja, alterou o equilíbrio tradicional na repartição do comércio entre o centro e a periferia (Barata-Salgueiro, 1998:78). Embora a mudança esteja sempre associada à cidade e ao seu centro tradicional, foi sobretudo a rapidez da mudança que fez com que houvesse uma incapacidade de adaptação por parte dos empresários localizados nos antigos centros de comércio. Pode assim afirmar-se que assistimos a uma verdadeira “revolução comercial” (Fernandes, 2003:4).

Com a vantagem competitiva de se localizarem em áreas mais acessíveis do que os antigos centros históricos passou a existir uma competição entre o sector comercial localizado nestes espaços e o comércio localizado na periferia das cidades, sobretudo aquele que se encontra sob a forma de centros comerciais. Esta competição não tem sido equilibrada, havendo um claro prejuízo para o comércio dos centros históricos. A centralidade que estas áreas possuíam desvanece-se por via da diminuição da acessibilidade. Para além disto também se deve tomar em consideração de que falamos de espaços diferenciados na sua génese: (i) as novas superfícies comerciais são propriedade de uma determinada empresa que faz a gestão comum do espaço, dita as regras e controla a sua aplicação. São espaços físicos controlados onde nada é deixado ao acaso, havendo inclusive um planeamento da localização das lojas de acordo com o produto que transacciona; (ii) os centros históricos são espaços em que no limite podemos ter um proprietário por cada uma das lojas existentes na área, não havendo uma gestão comum da área, deixando esse ónus à mercê dos diversos proprietários. Acrescem problemas relacionados com o estado de conservação do espaço público e do edificado (este último, em parte, relacionado com as baixas rendas que ainda se praticam em alguns dos mais antigos estabelecimentos comerciais).

No ponto seguinte do artigo vai ser elaborada uma análise da evolução sentida pelas áreas centrais e as razões que levaram e levam ao seu declínio. De seguida vão ser enumeradas algumas das medidas estabelecidas pelos governos no sentido de inverter o declínio dos antigos centros e de que forma as mesmas podem estar a provocar a resistência destas áreas. Posteriormente irá fazer-se uma síntese das principais conclusões.

### **O “centro” das cidades**

Os centros históricos das cidades, outrora detentores de uma centralidade que se destacava dentro do contexto urbano onde se inseriam, têm vindo a perder protagonismo.

São múltiplas e complexas as causas para esta diminuição sendo que, apesar de estarem interrelacionadas, podem ser diferenciadas em internas e

externas. Assim, nas primeiras evidencia-se a excessiva terciarização do tecido económico, composto em grande medida por estabelecimentos com horários de funcionamento diminutos e que não abrangem o período nocturno; a dificuldade de circulação automóvel; as dificuldades de estacionamento e/ou preços muito elevados pelo mesmo; o mau estado de conservação do edificado, correspondendo em muitos casos a edifícios antigos, sem que nos mesmos se tenha procedido a obras de reabilitação; e a desertificação habitacional da área provocada em grande medida pelas causas enunciadas anteriormente. As causas externas surgem por oposição mas também simultaneamente como consequência das que acabamos de identificar. Assim sobressai o aparecimento de novas urbanizações em áreas externas às dos centros históricos, em locais onde as paisagens rurais eram frequentes; a facilidade de circulação automóvel e o estacionamento gratuito ou com preço mais baixos; o desenvolvimento de novos padrões comerciais tanto ao nível dos consumidores (mais exigentes, buscando, para além das compras, o lazer, o convívio e o passeio) como ao nível das estruturas comerciais (centros comerciais de nível regional, com gestão comum e uma forte oferta comercial, mais exigentes em termos de áreas mínimas necessárias para implantação, respondendo às actuais necessidades dos consumidores conseguindo responder à alteração do consumo de mercadorias para um consumo de mercadorias, espaços, sensações e vivências). Como consequência verifica-se que o alargamento do perímetro urbano criou novas centralidades em locais antigamente considerados como periferia, relegando os centros históricos, outrora o lugar central das cidades, para uma posição inferior, transformando-se, segundo a ATCM (2002:5), em termos funcionais, naquilo que era para nós, ainda há alguns anos, a periferia característica.

### **Medidas de apoio ao comércio**

Com o intuito de fazer face às debilidades acima mencionadas, têm sido lançadas várias medidas que de forma geral ambicionam a:

- Modernização do sector comercial
- Reabilitação do espaço público

A premência da modernização do sector comercial surge por vários motivos, destacando-se: (i) o aparecimento de novos formatos comerciais com maior capacidade de atracção, modernos, com novas técnicas de venda e uma capacidade promocional muito aguerrida coloca em causa o sector comercial, dito tradicional, do centro das cidades, mais passivo; (ii) como consequência do anterior motivo, as associações comerciais necessitam de responder às exigências dos seus associados, localizados na sua maioria nos antigos centros tradicionais de comércio e que se encontram em dificuldades para

acompanhar as mudanças; (iii) como consequência do declínio do sector comercial assiste-se ao declínio acelerado do centro das cidades, passando a ter grandes problemas ao nível da vitalidade e viabilidade.

A reabilitação do espaço público surge, desta forma, como uma solução para melhorar o aspecto das áreas intervencionadas, tornando-as mais atractivas, esperando-se que fomentem a maior circulação de transeuntes e por conseguinte as tornem mais viáveis para a instalação de novos estabelecimentos comerciais. A intervenção no espaço público reafirma a sua importância para a cidade até porque, segundo Mela (in Porfírio Guimarães, 2010:18) aquilo que melhor caracteriza as cidades é o seu espaço público, sem o qual não passariam de um aglomerado de locais reservados a diversos indivíduos. De acordo com o mesmo autor o espaço público, pelo menos em princípio, é sempre acessível a qualquer um, contrariamente ao que pode suceder nos centros comerciais.

É neste contexto que, desde a última década do séc. XX têm sido, de forma sistemática, lançados vários programas de apoio ao sector comercial, sobretudo aquele localizado no antigo centro das cidades. Progressivamente estes programas têm alargado as suas valências de intervenção no espaço público, como consequência da tomada de consciência que o acto de comprar envolve cada vez mais não apenas o produto que se adquire mas também todo o espaço envolvente. Isto é, o consumidor pretende deixar envolver-se pelos espaços de consumo que, embora artificiais, transportam os consumidores para a descoberta de novos espaços e sensações.

Estes programas assumem, desta forma, o sucesso dos novos formatos comerciais, adoptando algumas das suas vantagens como a gestão comum (Cachinho, 2006:41), tentando transpor para o centro das cidades algumas das características que se admite que transformam os modernos centros comerciais em espaços de sucesso.

De forma geral há três programas que se destacam: SIMC — Sistema de Incentivos à Modernização da Economia; PROCOM — Programa de apoio à modernização do Comércio; URBCOM — Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial.

A implantação destes programas foi possível devido ao seu enquadramento nos quadros comunitários de apoio (QCA) de que Portugal tem beneficiado, sendo que os programas acima mencionados fazem parte do QCA I, QCA II e QCA III, respectivamente.

Relativamente ao primeiro, o SIMC, é um programa menos abrangente do que os subsequentes e baseia-se no apoio directo a pequenas e médias empresas ou suas associações. Num contexto de rápida mudança do sector comercial, através das alterações sentidas nos formatos e localizações comerciais, o tipo de apoio fornecido por este sistema de incentivos pretendeu facilitar a modernização do sector comercial, sobretudo aquele com menor capacidade de actualização, adequando-o às novas exigências dos consumidores. Por exemplo, apoia a

**Quadro 3.1** Programas de apoio ao sector comercial

Nome	Período de Vigência
SIMC	1991-1993
PROCOM	1994-1999
URBCOM	2000-2008

introdução de novos processos relacionados com formas e técnicas de distribuição e venda.

Com a implantação do PROCOM e, subseqüentemente, do URBCOM, aparecem os projectos de urbanismo comercial. Inovadores, na medida em que introduzem uma vertente de intervenção no espaço público e fazem depender a amplitude desta intervenção do número de empresários (da respectiva área de intervenção) dispostos a aderir ao projecto. Com estes projectos passa a existir um apoio tripartido em três componentes principais:

- apoio directo aos empresários localizados na área de intervenção do programa, pretendendo-se que os mesmo modernizem o estabelecimento comercial;
- apoio às Associações Comerciais, com o objectivo de as dotar de valências que lhes permitam actuar de forma eficaz junto do tecido empresarial;
- apoio às Autarquias de forma a dotá-las de capacidade, sobretudo económica, para intervir no espaço público, melhorando-o com o intuito de o tornar mais atractivo para os consumidores.

A escolha das áreas de intervenção para os projectos privilegiou as áreas com maior densidade comercial, excluindo assim alguns centros periféricos em detrimento das antigas áreas comerciais localizadas no antigo centro das cidades. Também se assume que a obrigatoriedade de participação das associações comerciais as possa ter levado a privilegiar as áreas centrais das cidades, em virtude de aqui se localizarem um conjunto significativo dos seus associados. É neste sentido que acreditamos que o “velho centro”, embora tenha deixado de ser único, vai ainda resistindo com o maior ou menor apoio das medidas de protecção política e com participação mais ou menos importante de uma crescente procura de visitantes esporádicos, especialmente turistas (Lacaze, in Fernandes, 2003: 6).

Por outro lado, as características de uma parte significativa dos empresários-alvo destes programas são difíceis de ser alteradas. Os mesmos possuem, de forma geral, idades elevadas e grande resistência à mudança, alegando que já passaram por periodos de maior negócio com as actuais

técnicas de venda e disposição da loja. Como tal, por parte dos mesmos, pode ser difícil de compreender que as antigas técnicas não se encontram ajustadas às novas exigências dos consumidores. Desta forma, estes apoios aos empresários e seus estabelecimentos poderão não dotar os primeiros das competências e ferramentas necessárias para se tornarem competitivos no actual quadro concorrencial. Podem, por outro lado, potenciar a resistência dos empresários à mudança, auxiliando-os a permanecerem nas mesmas áreas, havendo poucas garantias de que serão capazes de modernizar as estruturas físicas das lojas e adquirirão uma postura pró-activa de forma a que se mantenham competitivos no futuro.

### **Conclusão**

O antigo centro das cidades com uma relevância acrescida na história das mesmas tem vindo a entrar em declínio. Com a passagem da cidade monocêntrica para a cidade policêntrica assistiu-se a uma perda da importância relativa do antigo centro dentro do contexto urbano. A centralidade que derivava, em parte, da sua capacidade de ser acessível, diminuiu em detrimento de novas áreas periféricas mais ajustadas a uma sociedade com maior mobilidade através de automóvel particular. Esta perda de vitalidade foi acompanhada ou impulsionada pela perda da multifuncionalidade, em virtude da diminuição dos residentes, das funções sociais e, em alguns casos, das funções político-administrativas.

Relevando o papel do centro das cidades, mesmo no contexto da cidade policêntrica, foram implantados vários programas de revitalização do sector comercial e do espaço público destas áreas. No entanto, a adopção generalizada das características dos centros comerciais, transpondo-as para o centro das cidades pode levar a cidade a perder a sua característica identitária que as distinguem umas das outras. Por outro lado, concluiu-se que a atribuição de fundos para a modernização do tecido comercial não dá garantias que esta modernização seja sustentada. Isto é, embora a estrutura física dos estabelecimentos possa ser melhorada, a disponibilização de fundos pode levar à resistência dos empresários e das áreas onde se localizam que, mesmo sem capacidades de serem competitivos num futuro próximo, tenham nestes programas uma forma de prolongarem a sua existência, mantendo uma postura passiva face às alterações que se verificam no sector comercial.

### **Referências bibliográficas**

- ATCM (2002), *A Gestão do Centro Urbano*, Tomo I, URBE, Lisboa.
- Barata-Salgueiro, T. (1998), *Comércio e Cidade, Economia & Prospectiva*, vol. II, nº 1, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Lisboa, pp.69-84
- Barata-Salgueiro, T. ; Cachinho, H. (2009), "As relações cidade — comércio,

- dinâmicas de evolução e modelos interpretativos”, *Cidade e Comércio. A Rua Comercial na Perspectiva Internacional* (org. Carreras, C.; Pacheco, S.), Armazém das Letras, Rio de Janeiro.
- Cachinho, H. (2006), *Consumactor. Da Condição do Indivíduo na Cidade Pós-Moderna*, Finisterra, XLI, 81, 2006, pp. 33-56, retirado em fevereiro de 2012 de [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81\\_02.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_02.pdf)
- Fernandes, J.A.R. (2003), *A reestruturação Comercial e os Tempos da Cidade*, retirado em fevereiro de 2012 de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo12451.pdf>
- Kotkin, J. (2011), *A Cidade. Uma História Global*, Círculo de Leitores, Maia.
- Porfírio Guimarães, P. (2009), *O Comércio no Centro da Cidade de Braga Face aos Impactos Provenientes da Implantação de Dois Novos Centros Comerciais*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
- Porfírio Guimarães, P. (2010), *A Implantação de Novos Centros Comerciais e as Alterações nos Hábitos de Compra*, *Geoplanum*, nº1, pp. 17-22, retirado em Janeiro de 2012 de <http://www.geoplanum.pt>.

## **A cidade e a universidade pública** **A busca de soluções coletivas e criativas para o problema das** **“creches conveniadas” da cidade de São Paulo**

*Juliana Pedreschi Rodrigues*

EACH/USP (julianaprodrigues@usp.br)

*Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco*

EACH/USP (repacheco@usp.br)

*Elisângela Alves de Araújo*

PMSP (elis.lis.alves@bol.com.br)

### **Resumo**

O livro *As cidades invisíveis* mostra como é possível “construir” diferentes cidades em uma mesma cidade. Isso acontece conforme os interesses de sujeitos em privilegiar determinados aspectos e ou grupos de uma cidade. Partindo da ideia de Calvino (1990) podemos observar e refletir sobre as dicotomias e desigualdades aparentes tão comuns em uma grande metrópole como a cidade de São Paulo. Seja na área da saúde, da habitação, dos transportes, do lazer ou da educação, a realidade de uma mesma cidade pode se apresentar com diferentes facetas, sendo mais bonita e justa para alguns ou muito feia e perversamente excludente para muitos. No campo da educação pública, na cidade de São Paulo, notamos tal contradição personificada em equipamentos escolares não específicos: as “creches conveniadas”, escolas criadas em imóveis residenciais adaptados, com pouca segurança, salubridade e espaços de lazer necessários para a educação de crianças. Essas creches foram criadas através de convênios de particulares com o poder público, visando garantir o acesso de crianças à educação pública. Atualmente a Secretaria de Educação da Prefeitura de São Paulo conta com 1.927 equipamentos escolares específicos e próprios, sendo 315 creches indiretas, operadas por entidades conveniadas, e 772 convênios assinados com creches particulares e entidades alfabetizadoras. Esse tipo de convenio foi criado atender uma demanda de crianças carentes com idade entre 0 e 5 anos, que não encontram vagas nas escolas municipais diretas. Esse público infantil é composto por filhos de pais trabalhadores residentes em bairros pobres, locais conhecidos como “bairros dormitórios”, localizados nas áreas periféricas, locais em que os equipamentos públicos das mais diversas áreas como da educação, saúde e lazer, são insuficientes ou até mesmo inexistentes. Entende-se que o oferecimento da educação deve ser igual para todos os cidadãos de uma mesma cidade, e, ainda, compreende-se a importância do diálogo entre a universidade pública e a comunidade para a busca de soluções para os mais

diversos problemas urbanos. Com base em tal realidade o presente estudo tem como objetivo central refletir sobre problemas, ligados aos equipamentos educacionais não específicos, que atendem as camadas da população que reside nas regiões periféricas e pobres da cidade de São Paulo. Ao olharmos para a cidade, entendemos que o caminho para a transformação e/ou readequação dessas creches conveniadas que oferecem educação e, ao mesmo tempo, corroboram para a manutenção e reprodução das desigualdades sociais existentes nessas regiões, pode ser iniciado se as portas da universidade pública, que também está localizada também nessa periferia, forem efetivamente abertas para os cantos esquecidos da cidade que pouco a conhece. Nesse processo são protagonistas professores, estudantes de graduação, pós-graduação, membros da comunidade, ONGs, todos reunidos, com o objetivo de conhecer as desigualdades dessa “cidade esquecida” e refletir sobre os problemas que envolvem a ausência de equipamentos educacionais específicos e de qualidade nas comunidades periféricas e, também, para o encontro de soluções coletivas e criativas para esses problemas que evidenciam a existência de desigualdades sociais e a construção de “cidades e direitos diferentes” em uma mesma cidade.

### Considerações iniciais

O presente texto tem como propósito principal discutir questões que envolvem a ausência de equidade na prestação e gestão de serviços públicos, relacionados com a educação infantil, na cidade de São Paulo. Este texto é parte de uma pesquisa que se pretende desenvolver, até o final do ano de 2012,<sup>1</sup> na região da Zona Leste 2 da cidade de São Paulo, na região de Guaianases, com o objetivo de mapear e analisar as diferentes formas de gestão nos centros de educação infantil, com vistas à reflexão e comparação das diferentes realidades desses centros que são divididos em: centros de educação infantil de rede direta, centros de educação infantil de rede indireta e os centros de educação infantil conveniados popularmente conhecidos como “creches conveniadas”.

Os Centros de Educação Infantil (CEI) da rede direta são aqueles nos quais todo o atendimento é realizado por intermédio de agentes do Estado. Professores, coordenadores, direção e funcionários são contratados de forma direta, embora algumas atividades tais como limpeza e segurança sejam terceirizadas. Os CEIs de rede indireta, de forma geral, ocupam próprios municipais. A estrutura física do centro, portanto, está construída em espaço público e faz parte do patrimônio público. No entanto, toda a operação do

---

1 O presente texto refere-se ao projeto de pesquisa iniciado pela Professora Juliana Pedreschi Rodrigues no curso de especialização Ética, Valores e Saúde na Escola, ocorrido entre os anos de 2010/2011, na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, foi encaminhado para a FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e aguarda financiamento para o início da pesquisa.

CEI — a prestação do serviço de atendimento às famílias — bem como a contratação de todo o pessoal está a cargo de alguma instituição que firmou um contrato com o município para a prestação deste serviço. Sobrevivem, portanto, com repasses de recursos feitos pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Os CEIs, objeto de discussão neste trabalho, são aqueles popularmente conhecidos como “creches conveniadas”. Nestas, tanto o espaço físico quanto a gestão e operação de atendimento às famílias é realizado por alguma instituição local que assina com a prefeitura municipal um contrato de convênio para a prestação de serviço. Para isso, também recebe da municipalidade um montante de recursos proporcional às crianças atendidas. O que se observa é uma completa desinformação da população com relação a estas diferentes formas de gestão da educação infantil municipal em São Paulo. Não nos parece que esta desinformação seja casual: ela é parte da engrenagem que move todo o sistema.<sup>2</sup> No entanto, ao observar-se atentamente o sítio eletrônico da prefeitura municipal, fica claro o quanto há estímulos para que as associações locais candidatem-se como conveniadas. Não seria exagero comparar isso a um grande balcão de negócios. A pergunta que fica é: interessa, de fato, a que grupos no município esta precarização do atendimento na educação infantil?

### Objetivos e metodologia do estudo

Estabelecemos como objetivos principais:

- A analisar a estrutura de financiamento da educação pública da cidade de São Paulo, destinada aos Centros de Educação Infantil diretos, indiretos e conveniados.
- Levantar o número e condições estruturais dos Centros de Educação Infantil conveniados, existentes na região da Zona Leste 2.
- Avaliar a legislação existente utilizada para a viabilização dos convênios para a criação das creches conveniadas.

---

2 No sítio eletrônico da Prefeitura Municipal aparecem as seguintes definições para estes serviços: “Centros de Educação Infantil da Rede Pública Indireta são assim denominados quando, durante o período do convênio, as entidades gerenciam o próprio municipal e bens móveis necessários ao funcionamento, para desenvolverem atividades correspondentes ao plano de trabalho específico, inclusive quando o imóvel for locado pela Secretaria Municipal de Educação. Centros de Educação Infantil/Creches Particulares Conveniadas, como unidades que desenvolvem atividades correspondentes ao plano de trabalho específico do convênio, em imóvel da própria entidade, a ela cedido, por ela locado com recurso financeiro próprio ou com verba repassada pela Secretaria Municipal de Educação para custear as despesas com as instalações”. Disponível em <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/EdInf/convenios.aspx?MenuID=111&MenuIDAberto=88> Acesso em agosto de 2011.

- Analisar a forma de contratação e condições de trabalho dos profissionais que atuam nos centros de educação conveniados.
- Verificar se as diferentes formas de gestão interferem no trabalho pedagógico e na preservação dos direitos das crianças à educação pública de qualidade.

Essa pesquisa empírica prevê o levantamento bibliográfico e documental visando à coleta e análise de documentos públicos federais, estaduais e municipais, que regulamentam o financiamento dos centros educacionais diretos, indiretos e conveniados. Pretende-se realizar pesquisa de campo com diferentes sujeitos que participam das discussões sobre os convênios educacionais da cidade de São Paulo, seja na gestão ou na apropriação desses serviços. Serão abordados os administradores públicos, os gestores que atuam especialmente nas “creches conveniadas”, os profissionais que lidam diretamente com os alunos desses centros educacionais, as famílias atendidas e as lideranças comunitárias da região que reivindicam vagas e qualidade na educação pública.

A análise qualitativa de todos os dados levantados possibilitará uma visão aprofundada sobre questões que envolvem as discussões sobre os convênios educacionais que nos últimos dez anos tem ganhado destaque entre pesquisadores interessados nas questões que envolvem o financiamento da educação pública no Brasil.

Adrião e Peroni (2008) ao discutir as relações entre o público e privado na educação reúnem autores com diferentes pontos de vista. No entanto, todos convergem para o questionamento deste encontro nebuloso entre o público e o privado no Brasil, especialmente no tocante ao atendimento das demandas da educação infantil. Neste estudo, Arelaro (2008) discute, entre outras questões, a não transparência das relações entre público e privado no caso das creches conveniadas. A autora questiona a lógica dos financiamentos públicos que, indiretamente, viabilizam a precarização dos serviços educacionais ofertados às crianças ente 0 e 3 anos de idade. Em geral, os municípios, visando atender esta crescente demanda, recorrem aos convênios com entidades filantrópicas, confessionais ou comunitárias sem fins lucrativos como alternativa menos onerosa aos cofres públicos. O barato pode sair caro, no entanto. Arelaro (2008) ainda questiona o caráter de permanência dessa solução que inicialmente surge como uma medida provisória. Por sua vez, Montaño (2008) observa as relações contraditórias existentes entre o público e o privado e ainda sobre o papel do terceiro setor como articulador do interesse dos dois setores, fazendo uma reflexão que auxilia na compreensão desta relação no campo da educação e especialmente no que se refere ao crescimento dos convênios.

A pesquisa de Adrião e Borgui (2008) aborda questões que envolve o fortalecimento das parceiras e convênios em municípios do Estado de São

Paulo. Como Peroni (2008), as autoras consideram que a articulação entre público e privado na educação “é uma das estratégias para a Reforma do Estado implantada no país a partir dos anos 1990”, e que corroboram com os mecanismos de descentralização e privatização da educação pública municipal.

Ainda sobre os convênios, Oliveira (2007) analisando questões sobre o financiamento da educação no Brasil, apresenta dados acerca da expansão de tais convênios com entidades privadas, instituições conveniadas, outras formas de “parcerias”. Relata um caso ocorrido no ano de 2002 em que a PMSP vê-se obrigada pelo poder judiciário a implementar um plano de atendimento emergencial para crianças de 0 a 6 anos residentes na Zona Norte da cidade. Este fato se repete até hoje em diferentes regiões da cidade. Nestes casos o poder público, justificando a impossibilidade de construção imediata e sua incapacidade de atendimento, recorre aos convênios. Esta solução torna-se permanente. Esta “demanda” e “pressão” por parte da população e corroborada pelo Ministério Público acaba, contraditoriamente, facilitando o estabelecimento de convênios que servirão para consolidar bases de apoio eleitorais locais e não para atender a população de forma eficiente, o que deveria ser o seu direito.

### **Sobre a zona leste da cidade de São Paulo**

A cidade de São Paulo, atualmente, conta com uma população de 11.253.503 habitantes,<sup>3</sup> sendo que, apenas uma região, definida administrativamente como Zona Leste, dividida em leste 1, 2 e zona sudeste, ocupa uma área de 298,8 km<sup>2</sup> e concentra uma população de aproximadamente 4 milhões de habitantes. Essa região condensa os sete distritos de maior concentração populacional da cidade de São Paulo, em sua demografia pode ser comparada com a população de alguns países europeus, mas, por suas condições urbanas, pode ser comparada as mais pobres cidades da América Latina.

A Zona Leste é também a região da cidade de São Paulo popularmente conhecida como “cidade dormitório”. Abriga milhões de trabalhadores pobres, que, em decorrência das péssimas condições do transporte público, acordam muito cedo para ganhar o seu sustento e para sustentar o desenvolvimento e a riqueza de outras áreas da cidade de São Paulo.

A instituição de origem desse estudo localiza-se na Zona Leste da cidade de São Paulo. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), conhecida como “USP Leste”, também nasceu da reivindicação de populares organizados que travaram, por muito tempo, um longo e difícil diálogo com os diversos setores da sociedade e, em especial,

---

3 Dados do último censo (IBGE 2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica>. Acesso em agosto de 2011.

com o poder público, que por muito tempo, por sua ausência promoveu, nos últimos cinquenta anos, as desigualdades ainda existentes na região. Muitos problemas, também, referem-se à ocupação não planejada ocorrida na região. Tais desigualdades manifestam-se em todos os serviços públicos, como na área da saúde, dos transportes, da moradia, do lazer, do saneamento básico e na educação municipal. Nesse sentido justificamos a nossa aproximação (da universidade) com a Zona Leste e com o estudo e intervenção em seus problemas.

### **Os centros de educação infantil do município de São Paulo: as “creches conveniadas”**

Conforme estudos de Rodrigues e Silva (2011) a Rede de Ensino da Cidade de São Paulo é o maior sistema educacional municipal do Brasil, com aproximadamente um milhão de alunos (990.427 alunos), o que significa 9,2% dos 10,8 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Dados de 2011, da Secretaria Municipal de Educação, nos informam que a cidade conta com 1.940 escolas públicas municipais.

Desse total de escolas 55,4% funcionam em prédios privados, devido aos convênios assinados com creches particulares e entidades alfabetizadoras que são financiadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, para atender milhares de crianças que não conseguem vagas nos centros educacionais diretos do município.<sup>4</sup>

Esses convênios surgiram para dar conta da demanda de crianças carentes, filhos de trabalhadores de regiões periféricas da cidade de São Paulo, como no caso da Zona Leste, e são decorrentes da ausência de vagas em escolas públicas diretas e da falta de investimentos da Secretaria Municipal de Educação na construção de novos equipamentos escolares específicos nos últimos anos.

De maneira geral, a Diretoria de Ensino da região<sup>5</sup> realiza a abertura de convênios com entidades mantenedoras locais como associação de moradores, organizações não-governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, dentre outros tipos de organizações civis. Uma vez observadas as condições exigidas pelo poder público e, assinado o convênio, a entidade recebe um recurso financeiro mensal por criança atendida.

---

4 Disponível: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/EdInf/convenios.aspx?MenuID=111&MenuIDAberto=88> e <http://educacao.prefeitura.sp.gov.br>

5 A cidade de São Paulo, em tese, tem uma gestão descentralizada em 31 subprefeituras que são espécies de distritos regionais. Cada subprefeitura tem atribuições próprias e no caso da política municipal de educação, cada subprefeitura tem uma Diretoria de Ensino responsável pelo acompanhamento e execução de uma política pública que é, na realidade, centralizada.

Podemos destacar algumas diferenças entre as creches diretas, indiretas e conveniadas. A primeira delas refere-se à questão do investimento do recurso financeiro por criança matriculada. Observa-se que as despesas com as crianças da rede conveniada é, em média, inferior a 50% dos gastos com rede direta. Outro fator que deve ser considerado é a diferença em relação aos profissionais dos centros de educação infantil. Em geral observa-se a precarização do trabalho desses profissionais em relação a rede direta, inclusive com diferenças de jornada de trabalho, no número de alunos por professor e nos salários.<sup>6</sup>

A diferença também pode ser observada na oferta de recursos materiais e na estrutura física das escolas. Na maior parte dos casos, esta estrutura física não é compatível com a rede direta, especialmente com os Centros Educacionais Unificados (CEUs) equipamentos construídos recentemente na região e que funcionam atendendo de forma direta a educação infantil e fundamental, bem como oferecendo diversas atividades de cultura, esportes e lazer (Pacheco, 2009). Estes fatores — menor nível de investimentos, precarização do trabalho docente, estrutura material e física inapropriada — em seu conjunto, interferem no desenvolvimento pedagógico e na qualidade do atendimento.

Segundo o Movimento Comunitário Nossa São Paulo (2011),<sup>7</sup> a prefeitura gasta com alunos de rede conveniada metade do valor que gasta com alunos da rede direta. O valor pago por aluno na rede conveniada, renda per capita mensal, em unidade conveniada é em média R\$ 423,00 reais com valor adicional ao berçário de R\$ 127,00 (conforme Portaria Nº 3.127/11 da Prefeitura de São Paulo).

### **Considerações finais: entendendo as relações políticas locais e a política municipal de educação infantil**

Observa-se ainda que os equipamentos escolares não específicos, as “*creches conveniadas*” na Zona Leste, de maneira geral, ocupam imóveis residenciais adaptados, com pouca segurança, salubridade e espaços para brincar necessários para a educação de crianças. Essas creches, originalmente criadas de forma provisória para atender crianças sem vagas nas escolas diretas cumpriram, nas últimas décadas, seu papel de atendimento emergencial, que pode ser questionado. Porém, é necessário reconhecer que a terceirização, de maneira geral, e desse serviço em especial, considerado essencial, é bastante questionável e todo o serviço poderia e deveria ser executado diretamente

---

6 Dados coletados pela pesquisadora Elisângela Alves de Araujo.

7 Dado retirado de panfleto informativo do Movimento Comunitário Nossa São Paulo: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/quem> e confrontado com os dados disponíveis no sítio eletrônico da PMSP.

pelo poder público. O argumento da insuficiência de recursos nos parece bastante questionável na medida em que nos últimos anos optou-se por construir escolas “espetaculares” na cidade, a um alto custo, tal como os CEUs. E ainda assim, manteve-se em larga escala a falta de vagas na educação infantil.

No entanto, a legislação permite que sejam celebrados tais convênios e eles existem em profusão, como pôde-se observar. Há justificativas muito mais políticas do que operacionais e pedagógicas para tal fato. Como a cidade de São Paulo é muito grande, a sua subdivisão em subprefeituras acentuou o caráter clientelista local que confere aos políticos locais grande força na mobilização de recursos, especialmente no campo da saúde, educação e infraestrutura urbana. Assim, para que o executivo municipal consolide sua base de apoio em busca da governabilidade, uma intrincada teia de favores se estabelece entre o executivo municipal e parte do legislativo e lideranças locais que dominam as subprefeituras, estabelecendo um jogo de forças clientelista que dá suporte às ações governamentais e garante a governabilidade. Assim, é de se supor que muitas entidades assistenciais e filantrópicas detentoras de contratos de convênio no campo da educação infantil sejam ligadas aos políticos e lideranças locais. Em alguns casos percebe-se, inclusive, parte da população atendida pelo serviço de educação infantil referindo-se a determinada liderança política local, como se o serviço estivesse sendo prestado por esta e não pela municipalidade.

Entende-se que o oferecimento da educação pública deve ser igual para todos os cidadãos de uma mesma cidade, e, ainda, compreende-se a importância do diálogo entre a universidade pública e a comunidade para a busca de soluções para as questões que envolvem as desigualdades na educação pública. É o que se pretende com a continuidade desta pesquisa.

### Referências bibliográficas

- Adrião, Theresa e Peroni, Vera (org) (2008), *Público e o Privado na Educação. Novos Elementos Para o Debate*, São Paulo, Xamã.
- Adrião, Theresa e Borgui, Raquel (2008), “Parcerias entre prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo?”, in Adrião, Theresa e Peroni, Vera (org). *Público e o Privado na Educação. Novos Elementos Para o Debate*, São Paulo, Xamã, p.99-127.
- Arelaro, Lisete R. G. A (2008), “não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas”, in Adrião, Theresa e Peroni, Vera (org). *Público e o Privado na Educação. Novos Elementos Para o Debate*, São Paulo, Xamã, p.51-66.
- Calvino, Italo (1990) *As Cidades Invisíveis*, São Paulo, Cia das Letras.
- Montaño, Carlos (2008), “Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: o papel político-ideológico do ‘terceiro setor’”, in Adrião, Theresa e Peroni, Vera (org). *Público e o Privado na Educação. Novos Elementos Para o Debate*, São Paulo, Xamã, p.27-49.

- Oliveira, Romualdo (2007), “O financiamento da educação” in Oliveira, Romualdo e Adrião, Theresa, *Gestão, Financiamento e Direito à Educação. Análise da Constituição Federal e da LDB*, São Paulo, Xamã, p. 83-129.
- Pacheco, Reinaldo T. B. (2009), *O Espetáculo da Educação. Os Centros Educacionais Unificados do Município de São Paulo Como Espaços Públicos de Lazer*, Tese de Doutorado, São Paulo, FEUSP.



## **Tissus urbains Espaces intermédiaires & densification**

*Benigni Camille*

CRH LAVUE UMR 7218, Paris Ouest Nanterre (camllebenigni@hotmail.fr)

### **Summary**

Our paper focuses on showing our thoughts about how a progressive densification of suburban tissues could minimize urban sprawl, starting from the analysis of the urban fabric and its transformations. For this purpose, we will question the definition of the space which is between public and private, called in the French urban and architectural language the “intermediate space”. In so, we will be revealing the dialectic between public and private spaces but also the role of the intermediate space in the transformation of urban fabric, and finally the devices that attempt to address problems associated with these spaces, such as devices of closure. After analyzing these devices, we recommend solutions in order to densify suburban fabrics and create a higher sustainable density. The suburban densification of these tissues thanks to the intermediate spaces deserves to be put in place over vernacular existing solutions. We will attempt to establish sustainable solutions for a predictable evolution of urbanization environmentally friendly.

Dans l’historiographie architecturale, on privilégie l’apparition des nouveaux édifices, mais l’évolution des bâtiments et des tissus existants n’est pas étudiée dans les différents travaux menés et écrits. De fait, la métamorphose des tissus urbains ne fait pas l’objet de véritables réflexions. Notre communication consistera à développer l’étude des processus qui n’y apparaissent pas. Ainsi, nous nous attacherons à comprendre cette métamorphose des tissus et d’en étudier les différents changements. Tout d’abord, notre analyse portera sur les tissus urbains, afin d’établir un constat des processus de métamorphoses des tissus. Ainsi, nous nous attèlerons à identifier les procédés de cette métamorphose, les espaces dans lesquels ils s’opèrent, d’en dégager les problèmes, et les solutions créées pour y remédier. Dans un but d’évolution pérenne et de planification urbaine durable, nous aborderons les solutions envisagées dans le cadre de notre recherche.

## Les tissus urbains et leur transformation

### *La morphogénèse des tissus urbains*

L'objet de notre recherche s'attache à analyser la métamorphose des tissus périurbains et ce que nous appelons "étalement urbain" qui n'étant pas continu, a produit un phénomène constant de mitage du territoire urbain. Nous effectuerons un tour d'horizon rapide des tissus urbains et de leurs métamorphoses. Nous baserons sur le tissu de la ville de Paris, largement étudié. Dans l'espace "continuum"<sup>1</sup> médiéval qui prend la rue comme support, la priorité dans les rapports sociaux et les échanges commerciaux est donnée à l'espace public. Cela conditionne le parcellaire, qui se développe en lanières étroites et profondes. Les voies sont utilisées jusqu'à leur saturation, l'habitat est ainsi localisé le long de la rue elle-même et est implanté selon la voie de passage, qui canalise la construction. Les parcelles sont remplies jusqu'au grignotage de tous les espaces libres, elles se juxtaposent et leurs activités aussi. Les fonctions les plus dévoreuses d'espace sont placées dans les cours d'îlots à maille plus large, ainsi ces espaces sont à vocation utilitaire. Il y a donc apparition de passages à l'intérieur des parcelles, qui constituent des cours successives. Le parcellaire est ainsi très découpé et la promiscuité des individus et de leur relation découle de ces transformations successives. La profondeur des parcelles fait rentrer en compte un paramètre de hiérarchisation des espaces depuis la rue: à l'alignement avec la rue, nous trouvons le commerce et les fonctions nobles du logement, sur cour les logements de moindre classe et des stocks des activités artisanales dépendantes du commerce en façade. Le mode de remplissage des parcelles de l'époque pour répondre à une limitation d'extension de la ville, consiste à occuper les cours, derniers vides des parcelles, par des extensions ou bâtiments légers: hangars ou entrepôts en rez-de-chaussée. La cour devient un simple lieu réduit au passage, ce type d'occupation de la parcelle a perduré dans le temps car c'est un moyen d'assurer la présence d'activités artisanales en centre de ville et en cœur de parcelle car la pression du logement et du commerce commence à être forte. Dès la Renaissance, il existe un rejet de la ville héritée du Moyen-Âge, des décisions sont prises afin de les transformer, ces métamorphoses nous intéressent. Dès le XVI<sup>e</sup> siècle, les autorités condamnent l'encombrement des artères, dont la cause est le débordement des activités de commerce sur la voie publique. Dans cette croisade pour l'amélioration des voiries, les autorités mettent en application plusieurs arrêtés ordonnant l'élargissement des voiries aux propriétaires des habitations, selon deux méthodes l'amputation ou le retranchement<sup>2</sup> des habitations. Au début

1 Loyer François, *Paris: l'Immeuble et la Rue*, Paris, éd. Hazan, 1987, 544 p.

2 Darin Michaël, *La Comédie Urbaine*, Paris, éd. Infolio, collection Archigraphy, 2009, 560 p.

du XVIII siècle, est créée une servitude d'alignement qui préfigure aux grandes modifications des tissus urbains réalisées par des plans d'alignement faits pour chaque grande ville française. Cependant ces changements sont lents et incomplets jusqu'au début du XIX siècle. C'est alors que s'organisent des transformations de grande envergure, qui visent à assainir, transporter et surtout régir la promiscuité (des rapports et des activités) et l'insalubrité qui existent depuis le Moyen-Âge. Ainsi, Haussmann vise à revaloriser les monuments, aller contre l'insalubrité et la vétusté, et surtout établir des images de la modernité: espace, lumière, circulation, par un réseau de double voie. L'apparition de la différenciation des espaces urbains: privés et publics se crée. Cette réponse est donnée par l'élément urbain suivant: l'îlot. Dans la conception des îlots haussmanniens, les espaces communs sont réduits également dans un objectif de hiérarchisation des systèmes urbains. La rue se différencie de l'intérieur de l'îlot, elle devient un espace public et l'îlot se spécifie. Plus on s'éloigne de la rue, plus l'espace devient privé et non visible. Les rapports entre les habitants sont régis par l'organisation de ces tissus à travers de cette forme urbaine qu'est l'îlot. On voit naître ainsi une séparation de la rue et de l'espace privé, une séparation public/privé.

#### *Les lotissements au XIX<sup>e</sup> siècle*

Dès la Restauration, on commence le lotissement des communes voisines des barrières de Paris (Neuilly, Passy..) aussi par le morcellement des forêts de banlieue. Dès les années 1820 à 1850, ils sont implantés en petite banlieue. La croissance démographique de Paris, alors ville préindustrielle, est forte et on assiste à un boom immobilier. L'intérêt à la croissance des villes se traduit par l'émergence d'une discipline qui est l'urbanisme, les réformateurs souhaitent accompagner les transformations de l'existant, mais aussi développer des formes urbaines inédites telles les cités patronales, lotissements, villas. L'industrie se développant, les patrons cherchent un moyen de loger les ouvriers de manière rationnelle, la construction d'immeubles (phalanstères..) étant fortement critiquée, ils optent pour la création de logements patronaux individuels, où la main d'œuvre serait fixée. Mais les lotissements suburbains ne sont pas dans les moyens des ouvriers, les classes dominantes en font leurs maisons de plaisance dans les forêts de l'Ouest et l'Est parisien. Les lotisseurs privés s'emparent de ce concept pour en faire des opérations de type populaire et peu à peu les opérations, fort de la croissance démographique des villes de banlieue, trouvent acquéreurs. Ainsi, il existe une propagande, on milite pour un départ en banlieue, insufflé par l'image bucolique de la villégiature des classes aisées. La préoccupation hygiéniste fortement présente, on cherche sans doute à montrer que sortir de Paris, peut apporter un nouveau type de vie sain: l'habitat pavillonnaire (exemples du Vésinet, d'Aulnay). Nous pouvons décrire le modèle ainsi: organisation autour du pavillon, recul d'alignement,

pavillon en milieu de parcelle, environnement paysager et clôture basse qui obéit à une réglementation précise. Les promoteurs, vendant les parcelles pour faire du profit, développent des lotissements plus modestes avant la première guerre mondiale. L'accès de ces lotissements aux classes populaires est difficile (éloignement géographique), cependant le fait que de plus en plus de groupes issus de la classe populaire y accèdent, montre que ce type d'habitation s'est répandu dans toutes les couches de la société, peut-être par principe de mimétisme qui a permis le passage d'une classe à l'autre et par démocratisation du transport. La volonté d'avoir la ville à la campagne est prédominante, des revues diffusent les préceptes hygiénistes, la banlieue semble y être décrite comme le remède aux maux de la ville. (Inspiration des cités jardins anglaises). Ainsi entre la fin du Second Empire et la première guerre mondiale, le lotissement et la banlieue ont une image positive et rentrent dans les mœurs des habitants de toutes classes. Cependant avant 1914, la construction de petites baraques dans la zone de non aedificandi<sup>3</sup> de Paris traduit un manque de logements pressant et une surpopulation des quartiers populaires parisiens. Après la première guerre mondiale, on reprend les opérations qui sont considérées comme des nouveautés en matière d'économie urbaine: leur caractère est très ouvrier, ce sont des "bicoques".<sup>4</sup> À Paris, la population augmente de 500 000 habitants entre 1921 et 1946, en 1921, 43% des habitants sont mal logés. L'augmentation de la population entraîne des lotissements défectueux. La démographie n'est pas le seul motif de la construction des bicoques, en effet, les parcelles sont vendues à nu, non aménagées et sans équipements, elles se situent le plus souvent loin des gares ou d'un arrêt de tramway promis par les lotisseurs. Il y a une mutation des désirs des habitants: entre le logement en ville proche de son lieu de travail ou bien une parcelle en banlieue, la diffusion des thèmes hygiénistes fait pencher la balance. Mais l'ensemble des lotissements ne constitue pas un tissu urbain organisé d'un point de vue spatial, l'espace public est négligé, ne fédère pas de rapport entre les habitants, qui ont déjà des difficultés à gérer leur espace privé. Les lotissements sont défectueux et les habitants ne peuvent construire une vie et un rapport aux autres. C'est dans ce contexte que des réglementations vont être créées pour permettre d'améliorer ces lotissements.

### *La politique de construction*

Tout d'abord, rappelons quelques lois significatives de l'évolution de la politique pavillonnaire: La loi Ribot, en 1908, étend l'aide de l'État, son but est de

---

3 Zone non aedificandi de Paris est une bande de 250 mètres autour des fortifications de Thiers, interdite à la construction, elle a joué un rôle de transition vers la banlieue.

4 Bonnefond M, *Les colonies de bicoques de la région parisienne*, Mémoire de l'Institut d'Urbanisme de l'université de Paris, 1922, publié in *la Vie Urbaine*, n<sup>os</sup> 25 et 26, 1925, p. 532

faire que les habitants se fixent par la propriété. En 1919, la révision de la loi Siegfried impose un plan et un programme d'aménagement aux groupes d'habitations. La loi Cornudet amène un renforcement des contrôles des lotissements et une obligation d'adopter un plan d'aménagement. En 1928, la loi Sarrault prévoit le réaménagement des lotissements défectueux. La loi Loucheur prévoit la création en cinq ans de 10000 propriétaires par extension du financement de l'État, favorisant le lopin de terre.

Après la Seconde Guerre mondiale, la construction des grands ensembles constitue une réponse quantitative aux impératifs de la "Reconstruction", puis à la crise du logement qui marque l'après-guerre, l'État y est planificateur et programmateur. L'industrialisation de la construction, la rationalisation des techniques permettent une production massive, qui imprime leurs marques sur l'architecture et l'organisation de l'espace. Une nouvelle forme urbaine émerge de l'application des principes du mouvement moderne (aussi de Le Corbusier) et des idéaux hygiénistes: "Les grands ensembles sont le résultat d'une pensée qui prônait à la fois la collectivisation du foncier, l'autonomie du bâti et de la voirie, et préparait l'éclatement du tissu et qui serait le point extrême d'aboutissement du processus de désintégration de l'urbain".<sup>5</sup> La rue et le parcellaire sont bannis au profit des tours et des barres, l'espace environnant est présumé libre et dégagé, en faveur de "larges surfaces vertes". Les grands ensembles s'inscrivent dans une forme urbaine originale. Cependant, ces grands ensembles posent très vite des problèmes, et sont l'objet de nombreuses critiques, d'un point de vue architectural (confort sommaire, bruit, isolation thermique, dégradation rapide) et surtout d'un point de vue urbanistique. À une échelle plus globale, les tissus nouvellement créés sont en rupture avec les tissus et la ville existants. Les réseaux de transports sont souvent situés à l'extérieur des grands ensembles, ils se trouvent isolés. Nous pouvons dire qu'il y a une extraterritorialité des grands ensembles par rapport à la ville. À l'échelle locale, il y a des difficultés de fonctionnement de l'ensemble. La libération du sol doit permettre l'appropriation par l'habitant, pensée initiée par la Charte d'Athènes en 1933 et l'architecture moderne (séparation des fonctions urbaines, libération du sol par la construction du bâtiment sans logements en rez-de-chaussée et des constructions en hauteur distantes les unes des autres réduisent le rapport de l'habitant avec celles-ci, à la contemplation), mais ne favorise pas les rapports sociaux entre les habitants. Le fonctionnement des espaces libérés dits "verts" est contestable et les propositions du mouvement moderne en la matière ne sont pas efficaces, car ces espaces restent problématiques par leur statut, leur entretien et leur appropriation.

---

5 Panerai Philippe, Lange Julien, "Le restructuration des grands ensembles", in *Études foncières*, n° 88, automne 2000, pp. 6-10.

Comme nous l'expliquent les ouvrages de référence *La politique pavillonnaire* [M-G Dezès]<sup>6</sup> et *L'habitat pavillonnaire* [N.Haumont, H.Raymond],<sup>7</sup> l'habitat individuel pavillonnaire s'est développé sur une période courte à savoir de 1830 à nos jours, mais il recouvre des situations très différentes dans le temps et l'espace. De 1954 à 1972, la France s'urbanise à un rythme accéléré. Le taux d'urbanisation français est passé durant cette période de 57 % à 73 %. De 1975 à 1999, la population augmente en particulier dans les banlieues et les campagnes, c'est ce que nous appellerons l'explosion du périurbain, dont on commence à véritablement désigner par le terme "périurbanisation,"<sup>8</sup> à partir des années 1980. Dans les années 1970, ces espaces récemment péri-urbanisés sont nommés "dortoirs", car la ville concentre encore tous les services et les équipements. La création des tissus périurbains s'est fait parmi des tissus déjà existants. Au fil des années 1990, la périurbanisation voit se dessiner le desserrement des tissus urbains, par un relâchement des activités du centre vers la périphérie (concept de "ville émergente"). Ces tissus périurbains prennent une légitimité, ils s'intègrent aux tissus existants et s'organisent comme les villes existantes. Pour certains urbanistes, ces tissus ne répondent pas aux préoccupations actuelles de développement durable, les espaces "mités" ne sont pas économes de territoire, et pour d'autres, ces espaces sont un prolongement du développement des tissus urbains, par la localisation des activités dans des zones lâches. Cela nous permet de nous interroger sur les dispositifs par lesquels ces transformations des tissus se sont opérées?

### Les espaces intermédiaires

#### *Une définition des espaces intermédiaires*

Dans cet objectif de définir les processus de transformations des tissus et d'en dégager des solutions pour notre recherche, nous tenterons d'établir une définition du terme d'"espace intermédiaire", son sens est fonction du contexte

---

6 Dezès Marie-Geneviève, *La Politique pavillonnaire*, Paris: éd. I.S.U/C.R.U. 1966, 362 p.

7 Raymond Henri, Haumont Nicole, Dezès Marie-Geneviève, *L'habitat pavillonnaire*, Paris: éd. L'Harmattan, 2001, 114 p.

8 "Le terme de *périurbanisation* décrit le processus d'urbanisation qui s'est développé à partir des années 1970 à la périphérie des villes, dans des espaces de faible densité sans continuité de l'habitat avec l'agglomération urbaine. Il est caractérisé par les espaces où dominent des constructions pavillonnaires ou des villas, souvent habitées par des classes moyennes. Ce terme s'oppose au terme de *suburbanisation* qui définit l'extension urbaine dense, depuis la fin du XIX<sup>e</sup> siècle, orientée le long des infrastructures de transport et occupée par une population de statut socioprofessionnel faible" in CERTU, *Le périurbain Quelles connaissances? Quelles approches?*, rapport commandité par CERTU, Lyon, 2007, p.13

historique, théorique, disciplinaire et idéologique, ce terme s'emploie, mais sa définition reste à être établie. Dans le Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement, l'article consacré à l'"espace public" n'évoque que succinctement les espaces intermédiaires: "entre l'espace public et l'espace privé proprement dits, l'architecture et l'urbanisme distinguent en outre souvent, des espaces intermédiaires, surtout en matière d'habitat. Ainsi, on qualifie par exemple d'espace "privatif" un espace réservé à l'usage d'un particulier, sans lui appartenir ; d'espace "collectif" ou d'espace "semi-public", un espace réservé à un usage de voisinage."<sup>9</sup> Ces espaces sont entendus comme des espaces définis uniquement par leurs usages, qui les rattachent à une réalité. Ils ne bénéficient pas d'une reconnaissance officielle, d'un point de vue juridique, institutionnel. Ils sont analysés de façon statique et normative, et ne sont pas abordés comme des lieux dynamiques. Dans le Dictionnaire de l'habitat et du logement, nous trouvons une analyse de ces lieux, telle une "zone d'"entre-deux" qui donne sens et qualités à l'espace du logement", se basant sur une grille d'analyse, "l'analyse des seuils et des rituels de passage",<sup>10</sup> cette définition des espaces intermédiaires est tournée vers un rapport de l'habitant à l'espace, à son espace. Enfin, dans l'ouvrage Espace urbain, vocabulaire et morphologie, la définition s'intéresse à la fonction de ces espaces qui est de garantir la transition entre le public et le privé, et elle fait référence aux qualités de ces espaces: "l'espace aménagé de façon à répondre aux exigences du rapport public-privé. Il s'agit généralement d'espaces privés visibles de l'espace public (balcons, couvertures en terrasse, etc.) ou d'espaces de distribution intérieure comme les parties communes des immeubles, situés entre l'espace privé de l'appartement et l'espace public".<sup>11</sup> Les expressions suivantes apparaissent: "les prolongements de la voie publique", ou bien "les prolongements du logis, du logement".<sup>12</sup>

Les espaces intermédiaires suscitent un regain d'intérêt depuis le XIX siècle car les transformations à l'échelle de la ville sont très importantes. La question de l'articulation entre espace public et privé et celle des relations entre ces sphères se posent. Il y existe une transformation du rapport entre le

9 Merlin Pierre, Choay Françoise, *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, Paris: éd. PUF, 1988, p.274 ; 1996, p.320-321 ; 2000, p.335

10 Bonnin Philippe, "Espaces intermédiaires", in Segaud Marion, Brun Jacques, Driant Jean-Claude (dir.), *Dictionnaire de l'habitat et du logement*, Paris: éd. Armand Colin, 2003, p.148.

11 Gauthier Bernard, *Espace urbain, vocabulaire et morphologie*, Paris: éd. du Patrimoine, 2003, p.449.

12 Secci Claudio, Thibault Estelle, "Espace intermédiaire. Formations de cette notion chez les architectes" in Haumont Bernard, Morel Alain, *La Société des voisins: partager un habitat collectif*, Paris: éd. De la maison des sciences de l'homme, Collection Ethnologie de la France. Cahiers 21, 2005, 334 p.

dedans et le dehors, et une autonomie des sphères publiques/ privées. Par cette différenciation du dehors et du dedans, on cherche à mettre en place une hiérarchie pour passer de l'un à l'autre. Cette hiérarchie s'établit par une progression spatiale, transcrite à l'intérieur de l'organisation des logements (privés, familiaux..) ou dans les espaces publics de la ville qui se spécialisent (espaces de représentation, des activités, de la mise en scène). Ainsi dans cette recherche de la bonne forme au cours du XIX siècle, avec la prise en compte des exigences hygiénistes, sont amenées de nombreuses désignations de ces espaces intermédiaires, à la frontière des deux sphères publiques et privées. Nous trouvons parmi ces termes: les parties communes, les espaces collectifs, les espaces hors logement, les dégagements, les extérieurs du logement, les prolongements extérieurs, les espaces verts, les espaces publics de proximité, les espaces semi-privés, les espaces de transition, les articulations, les annexes du logement, les abords du logement, les sas, le palier, le seuil. Nous pouvons souligner la pluralité des expressions et leur ambivalence. Dans cette quête architecturale et urbaine dans la fin du XIX siècle, des lieux sont pensés, entre le collectif et le privé, ils sont l'objet de débat comme la cour à laquelle (nombreux travaux, des réglementations) ou la coursive, considérée comme un lieu de danger (hygiénique et physique).

L'autonomisation des sphères public/privé participe à la transformation progressive des tissus urbains et du rapport entre public et privé, et c'est ainsi que la morphogénèse des tissus se voit évoluer. Nous le retrouvons à son extrême dans la pensée et l'architecture du mouvement moderne qui consiste à libérer l'architecture de ses contraintes (alignement, son rapport à la rue, son intégration à son contexte et au parcellaire existant). Cela entraîne la négation du contexte et du rapport de l'immeuble à celui-ci. La situation montre une indifférence des deux sphères, ce qui peut amener un "affrontement" des celles-ci. Malgré un contexte de construction de masse du logement collectif et individuel, il y a un manque d'espaces intermédiaires et pourtant il y a une multiplicité d'emploi du terme: "La floraison des qualificatifs autour des espaces intermédiaires, juste après mai 1968, incitait à l'interroger dans ce contexte d'utopie, mais également des mesures effectives: évolution de la politique du logement...". Leur "mise en lumière" est réalisée par le procès des grands ensembles et leur absence de cette production. "L'intérêt post-moderne manifesté dans les années 1970 pour l'"architecture de la ville" correspondait alors à la tentation d'inverser le cours de l'histoire, en rétablissant des espaces perdus pour en retrouver les vertus d'"urbanité" tant morphologique que sociale".<sup>13</sup> En effet, l'espace intermédiaire est le fondement des transformations des tissus, c'est par ces espaces intermédiaires que la morphogénèse des

---

13 Moley Christian, *Les abords du chez-soi en quête d'espaces intermédiaires*, Paris: éd. La Villette, 2006, 256 p.

tissus évolue, et qu'il y existe des problèmes relatifs au manque de définition et de statut de ces espaces.

*Des espaces qui posent problème*

Dans les grands ensembles, de nombreux dispositifs vont tenter d'apaiser les maux existants, dès 1977, on lance des programmes visant à remettre en état le bâti et à la réhabilitation, avec le programme Habitat et Vie Sociale. En 1990, la Loi d'Orientation sur la Ville vise à créer la mixité sociale et permet le lancement des contrats de ville et des premiers Grands Projets Urbains qui initient "la démarche de projets urbains associant intervention sur le bâti et sur l'aménagement et amélioration de la gestion des espaces extérieurs" [Certy, 2007]. Ces différentes actions à vocation réparatrice ne stoppent pas les dysfonctionnements urbains et sociaux. Les analyses et les travaux de recherche menés par des professionnels, architectes, urbanistes sur les espaces intermédiaires, révèlent que ces espaces y sont définis par défaut, bien souvent résiduels, il n'existe que peu d'appropriation et d'individualisation, ils sont peu nombreux, fréquemment considérés comme des "espaces de renvoi" souvent mal conçus, trop petits ; et mal situés. On y dénombre des pratiques inappropriées et illégales: le squat, trafic et bricolage, les lieux du sale, du désordre et pratiques réprouvées. L'appropriation y est compliquée, il manque à ces espaces, un statut précis, par rapport à une désignation, délimitation, fonction. Les espaces intermédiaires ne sont pas seulement le support de l'élaboration des relations entre l'habitant et son espace mais ils sont le support des relations de voisinage, du rapport entre les habitants. Au lieu d'en être le support, ils en sont un obstacle. Dans les solutions à apporter aujourd'hui, de nombreux débats ont eu lieu sur le COS<sup>14</sup> faisant intervenir des architectes (Roland Castro, Christian Devillers). Roland Castro propose de densifier les tissus urbains des grands ensembles, qui sont peu denses, et de cimenter ces tissus avec la ville par l'implantation d'équipements couturés à celle-ci: "Construire la ville sur la ville".<sup>15</sup> Bernard Huet se propose d'intégrer les grands ensembles dans la réflexion et l'urbanisation de la ville.

En ce qui concerne les zones pavillonnaires, d'une manière générale, l'insertion des équipements dans ces zones est difficile, cela pose la question du fonctionnement et de la rentabilité, les habitants souhaitent avoir une garantie de tranquillité et de préservation de leur espace de vie. Cependant lorsqu'on mentionne ces difficultés, caractérisant l'"archaïsme pavillonnaire" [N.Haumont], ce n'est pas seulement d'un point de vue de l'organisation urbanistique, mais surtout d'un point de vue spatial avec la désaliénation de

14 COS signifie coefficient d'occupation des sols.

15 Castro (Roland), *Le logement de tous au service de l'urbanité, Loger tout le monde dignement*, rapport commandité par le Ministère du Logement et de la Ville, 2008, 63 p.

l'espace. L'espace du pavillon est caractérisé par son marquage (clôture). Le sentiment d'appropriation est fort par le marquage, cependant cette appropriation s'effectue sur un espace temps qui est celui d'une vie, l'habitant a le sentiment de pouvoir avoir sa propre organisation de l'espace. Le jardin constitue un espace à part entière entre le dedans et le dehors, car il n'est pas dans le pavillon mais il fait partie du chez-soi, il a donc cette particularité d'être un espace de transition vers l'intérieur. Pour les enfants, il constitue un espace extérieur mais tout en étant à l'intérieur de la zone de marquage du pavillon, car pour les habitants, la rue toujours représente un danger. Aussi, le système pavillonnaire est séparé du lieu du travail, il est marqué par la permanence des clôtures, son systématisme montre un besoin de différencier son espace de vie et d'être tranquille chez soi. Il révèle une volonté de "contrôler son voisinage et son environnement direct". Les zones pavillonnaires amènent une possibilité d'appropriation qui semble difficile dans les grands ensembles, et qui posent problème. En effet, dans le cadre de la recherche de processus réparateurs dans les grands ensembles, certains travaux mettent en évidence des réflexions qui mènent aux caractéristiques de la solution de la résidentialisation, car la gestion de ces espaces n'étant pas clairement définie.

### **Les transformations envisagées par les espaces intermédiaires**

#### *La résidentialisation: une mesure politique?*

La résidentialisation est mise en place comme une mesure politique de protection, voire policière. D'ailleurs, nous pouvons évoquer la résidentialisation employée dans la loi française du 1er août 2003, loi d'orientation et de programmation pour la ville et la rénovation urbaine et la loi du 18 janvier 2005, loi de programmation pour la cohésion sociale. Pour la période 2004-2011, le programme de rénovation urbaine prévoit la "réhabilitation de 400 000 logements locatifs sociaux et la résidentialisation d'un nombre équivalent de logements sociaux".

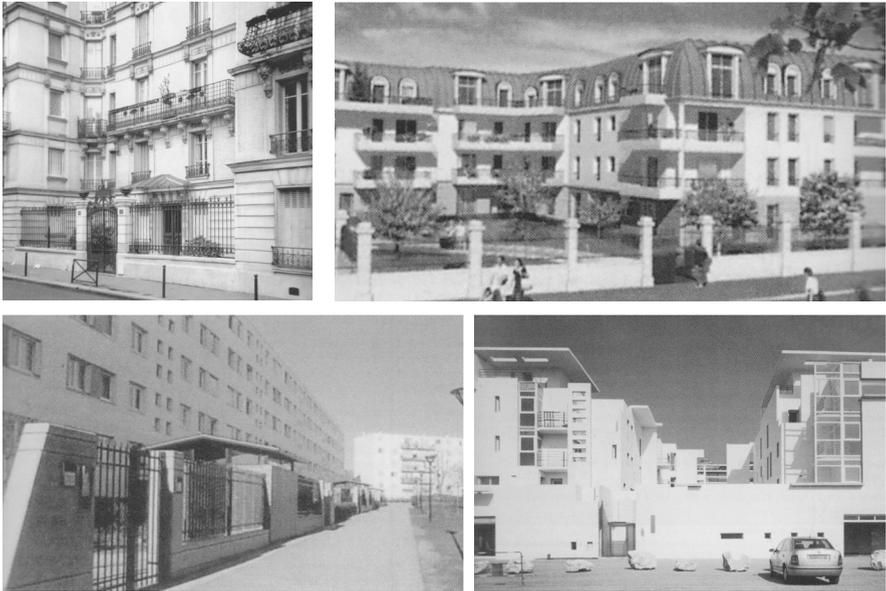
La résidentialisation consiste en l'intervention du gestionnaire pour entretenir et organiser les espaces extérieurs, ce qui pose la question des travaux, du contrôle permanent de leur état, du gardiennage et du nettoyage. Dans la question actuelle des espaces intermédiaires, la notion de limite est présente par la notion récente de "résidentialisation", qui est apparue en 1995. Le processus de résidentialisation opère de la requalification des grands ensembles, il y a une volonté de définir clairement les statuts juridiques de ces espaces publics ou privés. Cette opération tente d'amener à une redéfinition des limites des groupes résidentiels, repenser leur intégration dans leur quartier, dans la ville. Celle-ci s'opère par des découpages qui créent des espaces entre les immeubles et les espaces publics ou rues. Mais il y a toujours des ambiguïtés de statuts des espaces intermédiaires: est-ce que

ces espaces favorisent l'ouverture ou au contraire la fermeture, faut-il penser à partir de la rue ou de l'immeuble? Les discours sur la résidentialisation partent avec l'intention de requalifier les espaces de proximité afin qu'ils contribuent à former avec les immeubles des "unités résidentielles". Pour les bailleurs sociaux, les choix sont soit de former avec plusieurs immeubles des unités de voisinage, soit de sous-diviser les immeubles afin de créer des pieds d'immeubles et des entrées privatisées. Ces immeubles-barres, ainsi résidentialisés vont dans le sens de l'appropriation. La résidentialisation vise à donner un statut précis aux espaces intermédiaires, mais elle peut avoir des enjeux totalement différents, en l'occurrence, elle peut être la délimitation de l'espace résidentiel (clôture et la fermeture), qui semble renvoyer à une demande sécuritaire. La volonté de faire du logement social, une résidence est un terme caractéristique de la promotion privée: liée à l'image de l'immeuble et à la sécurité. La disposition la plus fréquente, aujourd'hui dans les opérations de résidentialisation est la cour d'entrée, plantée ou non, ostentatoire, qui crée une distance à la rue par la clôture et l'espace de devant: est-ce un prolongement vers la rue ou pour privatiser. À partir des années 1980, le désenclavement des grands ensembles devient une priorité, il est nécessaire de les relier à la ville et dans les années 1990, les priorités s'inversent en laissant place à la privatisation des espaces par un souci gestionnaire et sécuritaire.

Dans les années 1990, la notion de "limite" est de plus en plus présente dans la réflexion urbaine au détriment peut-être de la question de l'"espace intermédiaire". L'émergence de cette notion a eu lieu lors de la critique de la "cellule" produite pendant les trente glorieuses, jugée "limitée". Les projets actuels de ZAC urbaines, sont basés sur le principe d'îlot à cour. Ces projets présentent une ouverture relative avec un parc public et une fragmentation du front bâti en plots pour donner une profondeur visuelle d'îlot. Cela renoue avec l'îlot ouvert, mais les clôtures rompent la continuité des cœurs des îlots, ici est le paradigme actuel de la relation entre l'espace public et espace collectif de l'ensemble d'habitation, qui explique la difficulté de la résidentialisation. Intéressons-nous également à ce phénomène des limites et de la résidentialisation dans les périphéries, la démultiplication des limites et des espaces est plus visible. Dans les tissus moins denses des maisons individuelles ou groupées, la verdure s'immisce, la référence à l'idéal pavillonnaire se prête aux espaces intermédiaires: espaces délimités sur l'avant de l'habitation, jardins de derrière ou aux cœurs des résidences. "La résidentialisation constitue le plus récent avatar linguistique et idéologique de la question des espaces intermédiaires aussi contradictoire, qu'utopique".<sup>16</sup> Le phénomène de la résidentialisation amène un statut de limite

---

16 Moley Christian, *Les abords du chez-soi en quête d'espaces intermédiaires*, Paris: éd. La Villette, 2006, 256 p.

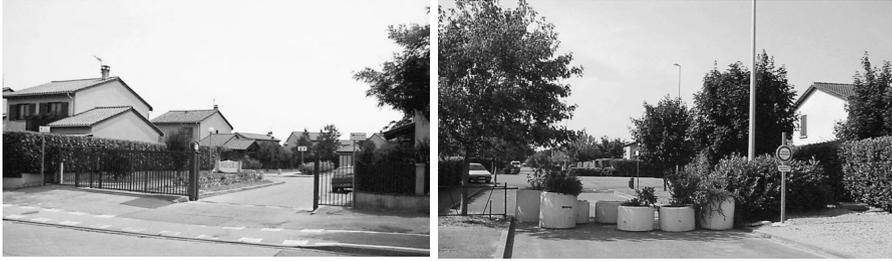


**Figure 5.1** Dispositifs courants de la résidentialisation: cour d'entrée et clôture. Première photographie: dispositif courant de l'immeuble de rapport au XIX<sup>e</sup> siècle. Deuxième photographie: dispositif adopté par la promotion privée (Aulnay-sous-bois). Troisième photographie: Cour et clôture dans l'habitat social neuf La Rochelle OPHLM, Christian Menu architecte. Quatrième photographie: Généralisation dans les opérations de résidentialisation des grands ensembles, Aulnay-sous-bois,

Fonte: Tirées de Moley Christian, *Les abords du chez-soi en quête d'espaces intermédiaires*, Paris: éditions La Villette, 2006, 256 p.

aux espaces intermédiaires. Malgré l'aspect sécuritaire qui peut se dégager d'une telle mesure, elle rentre dans un processus de remodelage et de transformation des tissus périurbains à la marge et des espaces intermédiaires laissés vacants.

Cependant nous pouvons nous interroger sur l'existence de dérives à ce phénomène, notamment avec l'essor des lotissements clos en France. En effet, les habitants de ces ensembles pavillonnaires clos seraient à la recherche d'une tranquillité à l'écart des nuisances que l'on trouve dans les grands ensembles (circulation intempestive, regroupement d'adolescent) ils souhaitent avoir leur propre espace de vie dans une zone géographique choisie, surtout choisir leur voisinage, de se sentir protéger et être tranquilles. "L'habitat et son environnement immédiat ont traditionnellement un rôle de refuge. Il s'agit d'une donnée quasi anthropologique".<sup>17</sup> Il est nécessaire de ne pas tomber dans une radicalisation, c'est pourquoi notre recherche se développera sur d'autres processus de transformations.



**Figure 5.2** Première photographie: un lotissement clos Deuxième photographie: un exemple d'installation par les riverains de plots en béton pour empêcher le passage des véhicules

Fonte: Photographies extraites de l'article: "Le développement des lotissements clos" in *Études Foncières*, n°99, 2002, pp. 15-19.

### *Une solution par le processus de densification*

Cette solution à envisager fait partie de l'objet de notre recherche. En effet, nous pouvons souligner que la loi permettait aux communes d'imposer une superficie minimum aux parcelles, afin de maintenir les prix de celles-ci élevés. Dans un objectif de réduction de l'étalement urbain, cette loi avait été supprimée par la loi "Solidarité et renouvellement urbain" de décembre 2000, puis a été rétablie en 2003 par la loi "Urbanisme et Habitat". La diminution des tailles des parcelles n'étant pas imaginable pour limiter l'étalement urbain dans les communes périurbaines, il est nécessaire d'envisager d'autres solutions.

En France, dans 44% des habitants des zones pavillonnaires, il existe une insatisfaction liée à leur habitat pavillonnaire et que leur choix serait d'habiter en centre-ville. Face à ce constat, l'étude de la morphogenèse des tissus périurbains ouvrira la réflexion sur de nouvelles perspectives de conception des tissus périurbains et à la transformation envisageable des périphéries.

Nous nous inspirerons des solutions de densification vernaculaire afin de trouver des solutions et envisager des processus architecturaux et urbains à mettre en place. Le premier processus de densification est l'extension du bâti en zones pavillonnaires périurbaines. Elle est un processus naturel que nous pouvons observer dans différentes situations. Dans le cas des habitants ou propriétaires les plus modestes: la densification survient après l'accumulation qui a permis d'acquérir ou d'édifier le minimum, il s'agit donc d'un long processus amenant le confort. Ainsi sur plus d'une génération un bâti modeste, ou un logement minimal peut devenir un "chez-soi" dans lequel se manifestent les

17 Charmes Eric, *La vie périurbaine face à la menace des gated communities*, Paris: éd. L'Harmattan, collection Villes et entreprises, 2005, 220 p.

envies, désirs des occupants. Ce processus s'est installé dans le cadre de la parcelle par la présence de végétation et la tolérance des voisins. Cependant cette densification est soumise aux réglementations et aux règles de prospect. Ces règles figent le pavillon au milieu de sa parcelle. Une suggestion de la construction ou l'adossement en mitoyenneté permettrait d'améliorer le jardin, cette construction par addition est un des processus de la densification observée. Le deuxième processus de densification est le phénomène de dédoublement du bâti sur une même parcelle, qui est une autre logique de la densification, ce processus est ce que nous appellerons le processus d'ajout (construction d'un second pavillon sur la parcelle afin de louer ou vendre). Ces densifications restent modestes, cependant elles pourraient dans des zones de densité faible, apporter un gain de 20 à 40 % de la surface utilisée.

Un dernier processus de densification est à développer: les substitutions. Cela consiste en une substitution d'un pavillon par un immeuble de 2, 3 ou 4 logements dont la volumétrie s'insère dans le tissu existant. Ces substitutions peuvent amener des solutions d'articulation entre les pavillons, un travail sur les espaces intermédiaires: un travail à réaliser sur l'articulation avec les pavillons existants, les accès, les entrées, les espaces extérieurs et mitoyens. De telles substitutions peuvent être disséminées ponctuellement dans le tissu en fonction des opportunités et peuvent être limitées dans le cadre réglementaire mais elles peuvent être également rassemblées autour d'un axe circulatoire afin de donner une densité plus forte et même d'accueillir des équipements et services qui viseront à améliorer la qualité de vie des habitants, tout en créant de nouveaux logements. Ce type de densification témoigne d'importantes transformations mais ne remet pas en cause tous les tissus pavillonnaires environnants, cela vient créer un jeu de complémentarité, de dynamisme à la ville. Cela peut permettre de valoriser les centres-bourgs et de développer les centralités.

Tous ces processus de densification s'inspirent des processus de transformation de la morphogénèse des tissus anciens centraux et permettent une ouverture des possibilités de choix et une diversification des parcours résidentiels au travers d'une richesse donnée aux espaces intermédiaires dans leur rôle d'articulation entre ces différents types de tissus périurbains.

Il y a également d'autres processus pour une densification des tissus périurbains. Il sera important d'établir des corrélats de la densité tels que les accès faciles aux transports en commun, l'accessibilité rapide aux commerces de proximité car dans les centres anciens, ils sont les acteurs de la centralité. Dans cette démarche, il est nécessaire d'organiser et de transformer les zones pavillonnaires et certaines pistes peuvent être explorées: une densification des anciens faubourgs de première couronne autour d'un centre dense des grandes agglomérations ou bien renforcer les noyaux urbains des grandes couronnes des grandes agglomération par la construction de petites opérations de logements collectifs et de maisons mitoyennes. Le ministère de l'Équipement, lui-même a créé un appel d'offre pour des maisons de ville,



**Figure 5.3** Première photographie Vue aérienne de la cité des Quarts du Creusot rendant compte de la densification des parcelles Deuxième photographie Exemple de transformations de densification des maisons de la Cité des Quarts

Fonte: Tirés du mémoire de recherche de J.C Blésius, "Au temps de l'appropriation: chroniques du Creusot d'aujourd'hui".

appelées "villa urbaine durable". En effet des possibilités telles que les maisons de ville, créant une rue commerçante, permettront la mise en place d'une centralité car les habitants des villes périurbaines n'acceptent la densité qu'en contrepartie d'une ambiance urbaine, comme nous pouvons l'illustrer par des exemples qui fonctionnent telle que l'opération Apollonia à Villeparisis dont il y a aujourd'hui 3500 habitations créées. En région parisienne grâce à des densifications mesurées (addition, ajout, substitution), les communes pourraient obtenir un nombre de 15 000 logements supplémentaires.

## Conclusion

Les espaces intermédiaires sont au cœur des différentes transformations des tissus urbains et périurbains, car nous connaissons les sphères public/privé, et dans ce langage dialectique entre ces deux sphères, que se passe-t-il? Ainsi, à travers cette communication, nous pouvons dire qu'il existe un reformatage systématique des tissus urbains par ces espaces intermédiaires. Les espaces intermédiaires représentent sans doute le processus de fond de fabrication de l'espace urbain. En établir une définition et une typologie précise tend à en dégager les potentialités. Dans une volonté de limiter la prolifération des tissus et de stopper l'étalement urbain, la densification des tissus périurbains paraît une option inéluctable, car il ne faut pas densifier pour densifier. La densification de ces tissus par les espaces intermédiaires gagne à être mise en place par rapport aux solutions vernaculaires existantes. Par notre recherche, nous tenterons de préconiser des solutions durables en vue d'une évolution prévisible d'une urbanisation soucieuse de l'environnement.

## Références bibliographiques

- Bonnin Philippe (2003), "Espaces intermédiaires", in Segaud Marion, Brun Jacques, Driant Jean-Claude (dir.), *Dictionnaire de l'habitat et du logement*, Paris, éd. Armand Colin, p.148.
- Castro Roland (2008), *Le Logement de Tous au Service de l'Urbanité, Loger Tout le Monde Dignement*, rapport commandité par le Ministère du Logement et de la Ville, 63 p.
- Charmes Eric, (2005), *La Vie Périurbaine Face à la Menace des Gated Communities*, Paris, éd. de l'Harmattan, collection Villes et entreprises, 220 p.
- Cinget Anne (dir.) (2009), *CETE Sud Ouest, La Résidentialisation*, rapport commandité par le Ministère du Logement et de la Ville, Lyon, CERTU, 58 p.
- Darin Michaël (2009), *La Comédie Urbaine*, Paris, éd. Infolio, collection Archigraphy, 560 p.
- Dezès (Marie-Geneviève) (1966), *La Politique Pavillonnaire*, Paris, éd. I.S.U/C.R.U., 362 p.
- Fourcaut Annie (2000), *La Banlieue en Morceaux*, Grâne, Créaphis, 339 p.
- Gauthier Bernard (2003), *Espace Urbain, Vocabulaire et Morphologie*, Paris, éd. du Patrimoine, 494 p.
- Huet Bernard (2003), *Sur Un État de la Théorie de l'Architecture au XXe siècle*: conférence de Bernard Huet donnée dans le cadre du cours de théorie de l'architecture de 4e année le jeudi 7 juin 2001 à l'École d'architecture de Paris-Belleville, Paris, éd. Quintette, 61 p.
- Loyer François (1987), *Paris. L'Immeuble et la Rue*, Paris, éd. Hazan, 544 p.
- Moley Christian (2006), *Les Abords du Chez-Soi en Quête d'Espaces Intermédiaires*, Paris, éd. La Villette, 256 p.
- Paneraï Philippe, Lange Julien (2000), "Le restructuration des grands ensembles", in *Etudes Foncières*, n° 88, automne, pp. 6-10.
- Raymond Henri, Haumont Nicole (2001), *Dezès Marie-Geneviève, l'Habitat Pavillonnaire*, Paris, éd. L'Harmattan, 114 p.
- Rouleau Bernard (1988), *Le Tracé des Rues de Paris*, Paris, éd. Presses du CNRS, 129 p.
- Secci Claudio, Thibault Estelle (2005), "Espace intermédiaire. Formations de cette notion chez les architectes" in Haumont Bernard, Morel Alain, *La Société des Voisins. Partager un Habitat Collectif*, Paris, éd. De la maison des sciences de l'homme, Collection Ethnologie de la France. Cahiers 21, 334 p.

## **A demolição na evolução da cidade**

### **Estratégias subjacentes aos discursos de demolição nos processos de requalificação urbana**

*Joana Ferreira*

Escola Universitária Vasco da Gama (Joanaferreira@euvg.pt)

#### **Resumo**

Este trabalho pretende abordar o papel da demolição enquanto estratégia ideológica latente nos discursos que a envolvem, no processo de evolução da cidade, procurando compreender essencialmente o seu sentido político e cultural. Compreendê-la enquanto prática e enquanto discurso, na história de fazer cidade.

Para a análise destes processos pretendem demonstrar-se três exemplos, de diferentes épocas da História Moderna (Belo Horizonte, Coimbra e Rio de Janeiro) onde, sob o discurso de resolução da crescente problemática da segurança, da habitação, da circulação e da salubridade, a demolição assumiu ou assume grande protagonismo, em nome da evolução urbana.

Para a determinação dos exemplos em estudo não existiu um denominador comum para além das práticas demolidoras. A premissa foi exclusivamente a escolha de exemplos marcantes de diferentes épocas da História Moderna, que fossem determinantes para a evolução da cidade em que ocorreram. Assim, quer pela demonstração do alastramento transatlântico do fenómeno da Haussmanização; quer pela preferência de um exemplo nacional associado a um regime totalitário; quer enfim, pela escolha de um exemplo que se encontra em pleno curso, os casos citados afiguraram-se-nos pertinentes e oportunos.

Recorrendo sistematicamente aos dados recolhidos na pesquisa bibliográfica, pretendemos confrontar os discursos e as práticas dos actores envolvidos, no sentido de compreender e demonstrar até que ponto mostram uma, ou as duas faces da mesma moeda.

#### **A demolição enquanto fenómeno de dialécticas**

Tradicionalmente encaramos a cidade como um organismo que cresce, e menos vezes nos detemos nos processos de “destruição” que lhe permitem

reconstruir-se. Não será a demolição, também ela, uma forma de fazer cidade? Mesmo que a história nos revele que, na maioria das vezes, essa forma tem servido desigualmente aos interesses de classes privilegiadas e desfavorecidas. É certo que, para cada circunstância, existem duas faces. O acto da demolição é, de resto, pródigo em dialécticas que adensam a sua complexidade e a tornam ambígua, tanto quanto ecléctica.

A mais imediata é, naturalmente, a dualidade de Fim e Princípio, que é uma constante em todas as intervenções demolidoras. Porque se demolição significa o fim de alguma coisa, significa, obrigatória e automaticamente o princípio de outra. Mesmo que do vazio. As mudanças de Regime Político são sempre propícias às destruições significativas (Veschambre, 2008). Estas destruições (nem sempre materiais) mais não são do que a demarcação de um território de poder. A demarcação do fim de uma época e do princípio de uma nova, geralmente pautada por novas construções, no lugar das anteriores, como forma de apagar a memória existente (Veschambre, 2008), impondo o seu “legado em pedra, ferro e vidro.” (Sudjic, 2005).

As questões da segurança e, por oposição, da insegurança, estão também frequentemente associadas à demolição. Esta dualidade pode ser material ou ideológica, uma vez que pode reportar-se tanto a construções que representem o risco de colapso, como pode servir de argumento para a destruição de um bairro sobre o qual penda o epíteto de “problemático”. Torna-se, porém, difícil determinar, ou isolar a segurança da insegurança, considerando que, muitas vezes, a realidade é uma, ou outra, conforme o lado (de dentro ou de fora) de onde se avalia. (Berthéleu, 2008); (Bourdieu, 1993)

A demolição parece poder representar igualmente a linha que separa a salubridade da insalubridade, convertendo-se, nesses contextos, num acto fortemente significativo de um discurso que legitima e é legitimado pelas necessidades de requalificação urbana e habitacional. O que nos remete, automaticamente, para os roteiros de visibilidade e invisibilidade que se manifestam em dois níveis. O primeiro materializa-se através dos fenómenos de enobrecimento urbano, que permitem o “branqueamento” dos centros urbanos, através da “invisibilização” de comunidades ditas “indesejáveis”, relegando-as para as periferias. (Weber et al, 2006). O segundo nível reporta à construção, propriamente dita, uma vez que a demolição permite, automaticamente, a invisibilidade material de uma construção que seja, de alguma forma ou por alguém, indesejada. E utiliza-se aqui a expressão “material”, porque se, de facto, um edifício pode ser destruído e desaparecer materialmente falando, tal não implica que caia no esquecimento. Pelo contrário, pode não só ser lembrado por tempo indefinido como, pelo facto de ter remanescido apenas na memória, ver-se conferido de uma patine de nostalgia. (Goyena, 2010).

Ao fim e ao cabo, a dualidade constante que os actos de demolição representam, acaba por materializar-se numa dialéctica maior, que engloba as

demais: a demolição versus a conservação. Sendo certo que, para cada situação, prevalecerá uma delas, o jogo está em compreender de que forma pode, cada uma das opções, ser devidamente legitimada no discurso que a precede. Tal como até que ponto a realidade traduz, posteriormente, os argumentos invocados em tais discursos. (Plassard et Mesnard, 2000)

### **Actos demolidores ao longo da história moderna**

No século XIX iniciou-se o fenómeno que a história viria a apelidar de “Hausmanização”. Tal epíteto deveu-se ao Barão Haussmann — também conhecido pelo “artista demolidor” — que, sob instruções de Napoleão III, levou a cabo o projecto de modernização e embelezamento estratégico da cidade de Paris (Benjamin, s/d). Sob um discurso vanguardista e higienizador, proclamando a preocupação de mitigar o flagelo das epidemias e modernizar o centro da cidade, escondiam-se, porém, intenções de impedir as barricadas e insurreições populares, bem como expulsar a classe trabalhadora para a periferia, reservando a área privilegiada para a nobreza e a burguesia emergente.

A geometria dos boulevards e, em geral, o resultado final de tal intervenção fez multiplicar intervenções da mesma natureza em tantas outras metrópoles, ou mesmo espaços que ainda o não eram como, por exemplo, Belo Horizonte, então Curral d’el Rey.

#### *O processo de Hausmanização em Belo Horizonte*

A história do início do povoamento onde hoje está a cidade de Belo Horizonte não é unânime. Adoptando a versão de Barreto (1995)

“o responsável pela fundação do arraial foi João Leite da Silva Ortiz em 1701, quando estabeleceu a Fazenda do Cercado nos arredores, onde hoje se localiza o bairro Calafate. (...)” logo depois de fundada a fazenda do Cercado, foi surgindo o povoado, ao qual os habitantes deram o nome de Curral d’el Rey, por causa do cercado ou curral ali existente.”

O arraial teria crescido com diversas fazendas e, em 1823, tinha cerca de 1339 habitantes. Apesar de não ter sofrido com a decadência das minas, sofreu um processo de estagnação durante o século XIX, que se fez sentir igualmente noutras partes do Estado.

Em 1889 é proclamada a República e, com ela, anunciava-se um movimento progressista que pretendia apagar o passado monárquico. Assim, em 1890, o nome do Curral d’el Rey era (em nome do progresso e da dignidade dos seus habitantes), alterado para Belo Horizonte.

Ressurge então uma velha questão, a da mudança de capital do estado, uma vez que a topografia da cidade de Ouro Preto (então capital) não oferecia

condições para o desenvolvimento urbano. Um desenvolvimento que se queria inovador, com urbanismo e saneamento adequados ao modo de vida e ideias vigentes na época, renegando a arquitetura colonial portuguesa, símbolo de atraso e da soberania de terceiros.

Após a análise de cinco localidades (Juiz de Fora, Várzea do Marçal, Barbacena, Paraúna e Belo Horizonte), Belo Horizonte acaba eleita, em 1893, como sede para a nova capital. (Barreto, 1995)

A população festejou a vitória, pois a sua maioria almejava a eleição. Mas em 1894 foi confrontada com um decreto do governo, desapropriando todos os imóveis dentro da zona destinada à nova capital. O arraial ia desaparecer.

O Padre Francisco Martins Dias ouviu do engenheiro chefe Aarão Reis [o planejador da nova cidade] que “não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando. (Barreto, 1995)

Não tinha estado nunca nos planos do Poder a manutenção do núcleo central do arraial, uma vez que a sua natureza rural, de traçado irregular, não acompanhava os princípios de uma cidade moderna e planejada de acordo com o pensamento do Movimento Positivista que se cultivava então. Da mesma forma, não havia interesse em manter a sua população. Era necessária a sua total demolição para que essa população perdesse todos os elementos de identificação e se retirasse para áreas mais afastadas.

Grande parte dos curralenses, após a desapropriação de suas casas mudou-se para regiões mais afastadas do centro do arraial como o Calafate, Cardoso e Venda Nova. Devemos lembrar que alguns dos antigos moradores permaneceram na nova capital, permutando suas antigas residências por lotes nas imediações de suas antigas propriedades. Na sua maioria os que permaneceram tinham influências políticas, diversas propriedades no antigo arraial ou mesmo contratos para o fornecimento de equipamentos e víveres. Seus nomes figuram entre os proprietários das primeiras residências e casas comerciais na nova capital.<sup>1</sup>

Aarão Reis planeou a cidade com duas malhas: as das ruas formando ângulos rectos e as avenidas estrategicamente situadas, formando ângulos de 45º que as ligavam às ruas. Esta configuração evitava a circulação em “zigzague” habitual dos traçados coloniais. O plano atendia aos ideais positivistas e progressistas: Um espaço urbano organizado geometricamente, hierarquizado e com funções sociais e administrativas bem definidas e delimitadas.

---

1 <http://curraldelrei.blogspot.com/>

O projeto de Aarão Reis é minucioso, sofisticado, segregacionista e elitista. O plano da cidade determina o espaço a ser ocupado tanto pelas atividades (habitação, trabalho, lazer e administração pública, por exemplo) quanto pelas classes sociais, preservando e isolando as de maior poder aquisitivo. (BH Verso e Reverso, 1996)

Mais tarde, o já referido Padre Francisco Martins Dias manifestou as suas impressões perante o lento desaparecimento do arraial:

Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades: ao pé de uma cafua de barro, coberta de capim ou zinco, eleva-se um edifício velho do Curral Del Rey, surge um primoroso palacete da Nova Capital; junto de uma estreita e pobre rua, formada de casas e choupanas de todos os tons e categorias, que atestam a modéstia ou pobreza dos antigos habitantes do Curral, estira-se, desafrontada, larga e extensa rua da nova cidade. Mas essas cafuas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como que por encanto, surgem outras novas. (Barreto, 1995)

De acordo com um blog local, a história não aconteceu exactamente conforme previsto:

(...). Acreditava-se que os problemas sociais seriam evitados com a retirada dos operários após a conclusão das obras, o que na prática não ocorreu. A cidade foi inaugurada às pressas, ainda inacabada. Os operários, em meio às obras, não foram retirados e, sem lugar para ficar, formaram favelas na periferia da cidade juntamente com os antigos moradores do Curral del Rei.<sup>2</sup>

Mais tarde, em virtude da multiplicação da população, a cidade foi alvo de inúmeras demolições com o propósito de verticalizar a habitação, numa tentativa de dar resposta ao problema.

A realidade descrita sobre a intervenção em Belo Horizonte pode sintetizar-se em três fases concretas:

- 1<sup>a</sup> Reconhecimento do Curral d'el Rey como o local mais favorável à implantação de uma nova capital do Estado. A alegria da população manifesta-se até pela mudança de nome da localidade para Belo Horizonte, em nome do progresso.
- 2<sup>a</sup> Elaboração de um traçado moderno, geométrico, progressista e higienizador, tradutor do discurso positivista de então, onde nem as ruas

---

2 [http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/belo\\_horizonte/historia.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/belo_horizonte/historia.htm)

estreitas e sinuosas de Curral d'el Rey, nem os habitantes rurais pouco influentes, se encaixam;

- 3<sup>a</sup> Destruição do antigo povoado e segregação da população rural para a periferia. Venda de alguns dos lotes da nova cidade apenas aos antigos habitantes de Curral d'el Rey portadores de influências políticas e capacidade financeira para viver numa cidade moderna.

Verifica-se, então, que o discurso político positivista, da ordem e do progresso, encerrava afinal uma intenção segregadora. Que na estratégia de evolução desta cidade, inicialmente uma luta de todos, não cabia o futuro dos menos afortunados.

Já na primeira metade do século XX, os regimes totalitários seguiam a mesma tendência, impondo a sua vontade pela “lei do camartelo”, como afirmação de pPoder. O surgimento do fascismo fez proliferar estes regimes um pouco por toda a Europa, como o Estado Novo, em Portugal.

### **A alta de Coimbra**

“Se a “Cidade Universitária” foi concebida em França num sentido cosmopolita, como forma de criar relações de compensação mútua entre os povos, nos estados autoritários foi entendida como uma forma de controlo e planificação da vida académica, no âmbito das ideias de “ordem” e defesa de valores que se pretendiam “comuns”, como o nacionalismo e o respeito sagrado pelo Poder.” (Torgal, 1995)

“Edificada pelo Estado Novo, sobre os escombros da zona superior da Alta, a cidade Universitária de Coimbra parece constituir a intervenção urbanística e arquitectónica mais significativa do regime.” (Rosmaninho, 2001). Para que, a partir dos anos 30, fosse construída a nova Cidade Universitária na Alta de Coimbra, área urbana consolidada, com uma vida social corrente, a vida dos “Salatinos” (os residentes) foi, subitamente, descontinuada e re-localizada, até 1954, nos Bairros de Celas, da Porcelana, do Marechal Carmona, Fonte do Castanheiro, da Conchada e do Alto da Sta Clara, então na periferia da cidade. Ao de Celas foram dados os nomes das ruas da Alta, “com o propósito de fazer reviver uma série de denominações de lugares públicos desaparecidos com a execução das obras da Cidade Universitária.” (Loureiro, 1964).<sup>3</sup> Para lá foram também levados fragmentos representativos das construções arrasadas, como tentativa de recriar mecanismos de identificação da comunidade com o novo espaço.

A discussão sobre esta intervenção começou de forma calma e ponderada, analisando pragmaticamente a necessidade de ampliação e renovação das condições da mais emblemática Universidade do país:

---

3 Citado por Nuno Rosmaninho, 1996.

A cidade alta não tem, é verdade, arruamentos que se prestem à circulação rápida, mas a sua transformação não é possível sem a destruição do conjunto e sem fazer despesas excessivas. Felizmente não é necessário recorrer a estes meios, porque a pequena densidade(...) e o número considerável de pequenos jardins e de espaços não construídos tornam o bairro relativamente higiénico e agradável. Por conseguinte, o nosso arranjo deve-se limitar a conservá-lo no seu estado actual à excepção dos interiores e exteriores que necessitem de reparações. (...) As casas deverão conservar exactamente o seu carácter e harmonia dos estilos actuais. (De Gröer, 1940)

Contudo, face às limitações morfológicas e urbanísticas da Alta, colocou-se o dilema: por um lado, adaptar a Alta, mantendo a antiga e tradicional localização, por outro, escolher um local mais amplo, porém mais periférico, capaz de responder às previsíveis necessidades futuras de expansão.

A localização final, escolhida segundo critérios essencialmente afectivos, criou obstáculos de difícil resolução, relacionados com a exiguidade do espaço, então na posse da Universidade, o acidentado terreno e a densa ocupação populacional. (...) para atender às necessidades que a subida da frequência o ensino superior deixava adivinhar, impunha-se a ocupação de áreas mais extensas, roubadas à área habitacional, impondo assim demolições, realojamentos e a destruição do Património urbano. (Rosmaninho, 1996)

Esta vontade do pPoder de manter a universidade no local que era característico proporcionou inicialmente um discurso dialéctico de salubridade, tradição e progresso:

Se a censura era um facto, o certo é que se ouviram, tanto quanto possível, vozes contrárias à destruição da velha cidade, para ali se construir de raiz uma "nova": vozes da população que dali era erradicada (...) antigos estudantes (...) intelectuais (...) até de Salazaristas (...) [mesmo os] que não comungavam com as ideias do regime, pelo menos [tinham] a condescendência em relação ao cartelo e às obras que se começavam realizar, pretextando a esperança de verdadeira modernização cultural de uma Universidade inapelavelmente bafienta de Tradicionalismo. (Torgal, 1995).

Os estudantes revelaram, de início, alguma receptividade à ideia de beneficiar de melhores condições de estudo:

"Que a "malta" não chore a destruição da colina "heróica" com o arrasar de prédios e o desaparecer de sítios onde vivia a lembrança (...) E bem pode ser que na cidade nova haja, com fornecimento abundante de água potável, um serviço

eficaz de esgotos, de limpeza e asseio dos caminhos, de remoção dos lixos — concorrendo para um melhor estado sanitário da população escolar.”<sup>4</sup>

Porém, só numa fase posterior às demolições, ganharam consciência dos efeitos colaterais de uma intervenção a escala tão esmagadora.

Cria-se, então, uma bifurcação nos discursos dos vários actores que, descrevendo uma mesma realidade, ilustravam cenários completamente antagónicos. Por um lado, a nostalgia e o sentimento de perda dos estudantes:

(...) Tudo desapareceu subitamente, criando vazio onde antes havia movimento (...). O largo da Feira (...) perdeu a sua identidade e importância tornando-se num espaço socialmente morto e cada vez mais vocacionado para parque automóvel. Deste modo, os estudantes que conheceram a velha Alta lamentam, com tanta veemência como os seus habitantes, a perda da memória vivencial. (...) (Rosmaninho, 1996)

e dos moradores:

(...) para os actuais habitantes da Alta, sobretudo para os mais idosos, “o início da morte progressiva” desta zona [tem] uma data precisa: 7 de Janeiro de 1942, quando, por Despacho da Presidência do Conselho e do Ministro das Obras Públicas, foi dada luz verde à demolição de grande parte da Alta para o alargamento da Cidade Universitária. (...) com as casas foi demolida a vida de muita gente. “Muitos morreram de desgosto”, diz Isabel Henriques, de 77 anos, “E não é maneira de falar” (...) quando foram realojados definharam, definharam, definharam, até morrer.”<sup>5</sup>

Por outro, os ataques à salubridade do espaço:

(...)o Presidente da Câmara (...) considerou, em 1950, que eles eram “na sua grande maioria, casebres anti-higiénicos e sobrepovoados”. O vice-reitor José Carlos Moreira foi mais longe e 3 anos depois saudou “o camartelo que reduziu a poeira aquelas pocilgas”. Em 1958, Manuel de Sá e Mello adoptou o discurso higienista “ Além do problema de carácter social, respira-se nesse meio, outro, de natureza moral, derivado da promiscuidade ambiente, que urge por termo em nome do bem-estar geral da população citadina.

4 António Macedo, antigo Estudante da universidade de Coimbra, numa conferência proferida quando as demolições já se haviam iniciado, em 16 de Maio de 1945, de acordo com Nuno Rosmaninho.

5 Rosmaninho citando “Graça Barbosa Ribeiro” recuperação da Alta de Coimbra avança com dificuldades, romper a custo o imobilismo de meio século”, Público, Edição do Porto, ano IV, nº 1425, 30 de Janeiro de 2004, caderno “local”, p.58.

Ao centro, a Gazeta de Coimbra, que noticiava o desaparecimento de 23 ruas e travessas da seguinte forma:

“quase todas celebradas pela tradição e fama dos costumes académicos, pequeninas, esconsas ruas de um bairro que a poesia e a saudade do romantismo quiseram que fosse o último castelo do sonho e da lenda coimbrã”. (...) elas dariam “lugar a artérias espaçosas e arejadas”, “majestosas e imponentes”.<sup>6</sup>

A intervenção foi um acto totalmente assumido pelo poder central do Estado Novo. “A deferência governamental de conceder ao reitor a presidência da comissão teve, como principal finalidade não melindrar o brio da Universidade de Coimbra.” (Rosmaninho, 2001)

A câmara municipal de Coimbra, os professores e a imprensa (na sua maioria) tornaram-se “poderes silenciosos”, ora aplaudindo sem questionar os efeitos negativos, ora forçando o silêncio sem assumir uma posição. A câmara municipal foi, porém, confrontada com os problemas de realojamento das populações, descartados pela Comissão de Obras da Cidade Universitária, obrigando-se a arranjar alojamento para as famílias desalojadas, das quais 70<sup>7</sup> eram de posses muito limitadas.

De acordo com os estudos de Nuno Rosmaninho, as indemnizações saldaram-se em valores muito baixos de aquisição, nalguns casos, cerca de 50% do valor inicialmente previsto:

Os habitantes da Alta — Os Salatinas — desalojados, ou não, queixaram-se da iniquidade das expropriações, da política de realojamentos, e sobretudo da profunda quebra de identidade a que foram autoritariamente sujeitos, mantendo bem viva, até hoje, a dor provocada pelas demolições maciças” (...) em resposta à exposição de 55 proprietários e inquilinos [foi traçado] um quadro perturbante das condições sanitárias da Alta demolida, exagerando desmesuradamente as deficientes condições de habitabilidade dos prédios demolidos na Alta.(...)

O projecto que se veio a realizar na Alta, durante o período de 1943 a 1975, difere fundamentalmente das propostas anteriores (...) invocando benefícios materiais que adviriam para a Universidade, (espaço de circulação, higiene, habitabilidade, melhores condições de ensino), o Estado apresentou a obra como reflexo da energia do regime, negligenciado em absoluto a legitimidade e os custos humanos e urbanísticos da intervenção. (Rosmaninho, 1996)

---

6 Citação de Nuno Rosmaninho, 1996

7 Fonte:Rosmaninho, 1996

A realidade descrita sobre a intervenção totalitária da alta de Coimbra pode sintetizar-se em três fases concretas:

- 1<sup>a</sup> Reconhecimento da necessidade de ampliação e melhoramento das instalações da Universidade, face ao crescente número de alunos que a acediam. Opção de ampliação da Universidade, mantendo-a no local, por questões afectivas;
- 2<sup>a</sup> Evolução do programa de instalações entre 2 momentos:
  - Momento inicial que pretendia a intervenção conservacionista da Alta, recorrendo apenas à beneficiação dos espaços existentes;
  - Momento final de intervenção propagandística, monumental, progressista e higienista que culminou no reconhecimento da necessidade de destruição de grande parte da Alta para possibilitar o cumprimento do programa.
- 3<sup>a</sup> Execução da intervenção, de forma radical, desalojando os “Salatinas”, realojando-os nas periferias e indemnizando-os por valores substancialmente inferiores aos prometidos tendo, como argumento, a insalubridade e o estado de conservação das suas habitações.

Sendo que certo que os regimes totalitários não eram pródigos no campo das justificações pelas acções, verifica-se, ainda assim, que o discurso sofreu transformações ao longo do processo. A intervenção que se afigurava cirúrgica, de início, culminou naquela que veio a ser a intervenção arquitectónica mais marcante daquele poder, com total desprezo pelos moradores e pelas dinâmicas sociais que ali existiam.

A realidade contemporânea encontra-se mais acompanhada de um poder crescente: o dos interesses imobiliários, que vem ganhando consistência na era Pós Moderna. Junto com o crescimento das políticas culturais, encetam o discurso da requalificação urbana. Exemplos disso têm sido os grandes eventos mundiais.

### **Rio de Janeiro e os grandes eventos mundiais**

O Rio de Janeiro personifica o mais recente exemplo onde, em nome do sucesso dos Jogos Olímpicos de 2016, e do progresso do país, se têm desalojado famílias inteiras sem aviso prévio, ou perante ameaças de força.

Sendo uma realidade que se desenrola no presente, as dinâmicas que se verificam são apenas detectáveis pelos discursos que vão sendo veiculados pela imprensa.

A 11 de Outubro de 2009, a sociedade carioca festejou de forma calorosa e efusiva a vitória da candidatura brasileira à realização dos Jogos Olímpicos de 2016. A vitória representava uma mudança no destino da cidade. Esta vitória foi, inclusivamente, encarada como uma conquista do respeito pelo Brasil,

as suas instituições políticas, a economia, a sua capacidade de se organizar e evoluir, perante o resto do Mundo. Nas palavras do presidente Lula:

O Brasil deixou para trás o seu estatuto de 2ª classe e juntou-se aos países de 1ª classe. Hoje recebemos respeito”. Numa referência aos seus críticos, disse depois “os mesmos que pensavam que nós não tínhamos a capacidade de governar, ficarão surpreendidos com a capacidade do nosso país de organizar as Olimpíadas.<sup>8</sup>

Várias associações cariocas organizaram festas com semanas de antecipação. O empenho foi geral. Também de acordo com o presidente, foi isso que os distinguiu:

os outros países apresentaram propostas. Nós apresentámos não só uma proposta, mas os corações, as almas, e a paixão do povo brasileiro... eu penso que a alma, a forma de ver as coisas, o calor, o ritmo, a cor, os sorrisos das nossas pessoas são invencíveis... o mundo finalmente reconheceu que é a vez do Brasil.<sup>9</sup>

De acordo com Theresa Williamson, num longo artigo publicado no site “Rio on Watch” (site especialmente orientado para os desalojamentos compulsivos que se fazem nas favelas de toda a cidade), Lula não revela, porém, que um dos critérios de selecção era não haver, no país, uma oposição formal de comunidades que fossem contra a realização do evento, como havia, por exemplo, face à candidatura de Chicago. Não havia no Brasil, talvez por ser um país com menor grau de escolarização e, conseqüentemente, de esclarecimento das populações acerca dos potenciais efeitos adversos de uma estratégia urbanística com génese na realização de grandes eventos.<sup>10</sup>

Grassam as manchetes sobre a notícia, não só no momento da candidatura, como durante toda a evolução do processo. Há, naturalmente, um lado da comunicação social que veicula o lado positivo dos jogos Olímpicos do Rio. E enaltece a satisfação com que Rogge vê a velocidade a que as obras seguem. “A Vila Olímpica é um local sagrado, onde o mundo inteiro vive em harmonia e eu tenho certeza de que será uma grande vila”

Presidente Do COI Elogia Andamento Das Obras Do Projeto Olímpico Do Rio — “No lançamento da pedra fundamental da Vila Olímpica dos Jogos Olímpicos de 2016, as autoridades brasileiras ouviram do presidente do Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge, um elogio sobre o andamento do projeto da cidade. (...)” Estou orgulhoso, pois a preparação do Rio está indo extremamente

---

8 <http://rioonwatch.org/?p=83>

9 <http://rioonwatch.org/?p=83>

10 <http://rioonwatch.org/?p=123>

bem. (...)“Os Jogos são uma grande oportunidade de fazer obras de infraestrutura, de fazer em sete anos o que demoraria 20, 25 anos. É uma oportunidade de acelerar e trazer melhorias que vão durar muito mais do que os dias dos Jogos”, disse Jacques Rogge.<sup>11</sup>

Comissão Olímpica Internacional visita obras no Rio de Janeiro — No início da manhã, Rogge sobrevoou de helicóptero o traçado da via expressa Transoeste, que interligará o bairro de Campo Grande à Barra da Tijuca, ambos na Zona Oeste da cidade, e terá um corredor expresso de ônibus articulado. (...) A comitiva do COI também visitou o local das obras da Linha 4 do metrô, que ligará a Barra da Tijuca ao bairro da Gávea, com 9,2 quilômetros de extensão. O novo trajeto terá ainda uma estação em São Conrado, perto da comunidade da Rocinha, e deve beneficiar 247 mil passageiros por dia.<sup>12</sup>

No entanto, Theresa Williamson, no mesmo artigo, descreve longamente uma prática que confronta o discurso empreendedor que é veiculado. Nomeadamente no que toca à intervenção da Vila Autódromo, uma comunidade piscatória com mais de 40 anos, sem problemas sociais ou de marginalidade e que, em prol do sucesso do projecto urbanístico dos Jogos Olímpicos, poderá ser removida:

Vila Autódromo reafirma vontade de ficar — A comunidade da Vila Autódromo, (...) vem se mobilizando desde o ano passado para garantir sua permanência. O fato é que o projeto para as Olimpíadas de 2016 prevê a saída das famílias do local, onde está prevista a construção do Centro de Mídia e do Centro Olímpico de Treinamento. Desde o anúncio da retirada, feito pelo Prefeito do Rio Eduardo Paes (PMDB/RJ) em entrevistas coletivas, os moradores têm manifestado a vontade de permanecer em suas casas nas assembléias realizadas na comunidade organizadas pela Associação de Moradores — das quais já participaram mais de mil pessoas.<sup>13</sup>

A par com esta, outras manchetes mostram uma realidade substancialmente diferente daquela que é aclamada pelos actores directamente envolvidos na organização do evento:

Moradores das comunidades da Restinga, Vila Recreio II e Vila Harmonia, no Rio de Janeiro, estão sofrendo desde o ano passado desocupações forçadas. A ação, de responsabilidade da Prefeitura municipal, justifica os despejos e demolições

11 <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/presidente-do-coi-elogia-andamento-do-projeto-olimpico-do-rio>

12 <http://www.clmais.com.br/informacao/14023>

13 [Http://www.pactopelacidadania.org.br/index.php/artigos/206-vila-autodromo-reafirma-vontade-de-ficar](http://www.pactopelacidadania.org.br/index.php/artigos/206-vila-autodromo-reafirma-vontade-de-ficar) consultado em 10 de Junho de 2011

com argumentos de que a área será utilizada para a construção da Transoeste, obra que visa à estruturação da cidade para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (...) O desrespeito à legislação nacional e internacional e as consequentes violações aos direitos humanos dos moradores das comunidades praticadas pela Prefeitura foram denunciados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH-OEA) (...) no período em que aguardavam uma resposta da CIDH todas as casas marcadas na comunidade da Restinga foram demolidas.(...) As demolições e os despejos sem negociação prévia mostram que a preparação da cidade para os megaeventos está acima do direito humano à moradia. (...)”<sup>14</sup>

A retirada de moradores de favelas para abrir caminho para obras da Olimpíada de 2016 é um sinal preocupante de que os direitos humanos podem não ser respeitados durante os preparativos do Rio de Janeiro para o evento, disse o secretário-geral da Anistia Internacional nesta segunda-feira. Entre outros projetos, o Rio planeja construir três vias expressas de ônibus (BRTs) antes de 2016, que passarão por várias favelas que abrigam milhares de moradores que vivem em condições precárias. (...) “Todo mundo entende perfeitamente que algum grau de movimento é inevitável quando se realiza um projeto tão importante, mas a questão é saber se um processo justo está sendo seguido”(...) O país muitas vezes não acompanha suas palavras com ações, disse Shetty.<sup>15</sup>

A realidade descrita sobre as intervenções em curso na cidade do Rio de Janeiro pode igualmente sintetizar-se em três fases concretas:

- 1ª Candidatura do Brasil aos eventos do Campeonato Mundial e Jogos Olímpicos como um “empurrão” no desenvolvimento do país, de melhoria de condições de vida e catapulta para a lista dos mais importantes do mundo — um passo importante na mudança da sua imagem enquanto país corrupto, país das favelas;
- 2ª Vitória das candidaturas e onda de alegria partilhada pelos políticos e cidadãos, celebrada a larga escala;
- 3ª Evolução da preparação para os eventos visível através de 2 realidades:
  - Discurso político do bom andamento dos trabalhos e optimismo no que toca ao respeito pelos prazos de conclusão;
  - Reivindicações e reportagens chocantes sobre o esvaziamento compulsivo de bairros, sem adequadas políticas de realojamento e reinserção social.

---

14 <http://paginaglobal.blogspot.com/2011/04/brasil-povo-escoracado-de-suas-casas.html>

15 [http://espn.estadao.com.br/olimpiada/noticia/188181\\_OBRAS+OLIMPICAS+DO+RIO+AMEACAM+DIREITOS+EM+FAVELAS+DIZ+ANISTIA+INTERNACIONAL](http://espn.estadao.com.br/olimpiada/noticia/188181_OBRAS+OLIMPICAS+DO+RIO+AMEACAM+DIREITOS+EM+FAVELAS+DIZ+ANISTIA+INTERNACIONAL)

Compreende-se que as políticas de *bota-abaixo*, da forma como estão a ser levadas a cabo, não só desalojam uma grande quantidade de população como, nalguns casos, destroem os seus negócios de bairro, fonte única de subsistência. Da mesma forma relegam comunidades inteiras para a periferia, longe dos seus locais de trabalho e das suas redes sociais. O discurso, no entanto, permanece o do progresso, o da eficácia das intervenções e o de mostrar ao mundo que o Brasil é capaz de montar um mega evento.

### Conclusão

Parece-nos que, ao longo da história, apesar de em circunstâncias substancialmente diferentes, social, cultural e cronologicamente falando, a demolição continua a materializar-se, na prática, enquanto estratégia de enobrecimento das centralidades urbanas.

O caso de Belo Horizonte é, nesse aspecto, mais desconcertante, uma vez que, perante os factos, se conclui que o *Curral d'el Rey* teve, como utilidade única, ser uma localidade e, por isso, poder concorrer com as demais ao posto de nova capital. Uma vez ultrapassado esse patamar, o espólio da povoação (tangível e intangível) foi totalmente esvaziado de qualquer valor e o novo território planeado como se de uma folha em branco se tratasse, servindo os interesses dos actores influentes do poder e da indústria.

No caso da Alta de Coimbra a reapropriação simbólica do espaço dá-se, porém, em dois níveis: Num primeiro nível, através do reforço identitário da Universidade mais antiga do país, cuja relevância importava enaltecer enquanto parte da propaganda nacional. Num segundo nível, enquanto forma de "controlo e planificação da vida académica, no âmbito das ideias de "ordem" e defesa de valores que se pretendiam "comuns". Entende-se, neste caso, o enobrecimento não tanto como um processo directamente associado a uma hierarquia social, mas mais a uma hierarquia intelectual, na medida em que se reservou o espaço para o culto exclusivo da sabedoria, segregando a comunidade que até aí partilhava com os estudantes as "vivências extra-curriculares".

Já no Rio de Janeiro encontramos um enobrecimento mais ordinário, na actualidade, e que se tem vindo a verificar, inclusivamente, noutros cenários de preparação para grandes eventos mundiais. A tradição da "vista grossa" feita a determinadas áreas de génese "problemática", por períodos de tempo que quase as poderiam legitimar, é rapidamente convertida em políticas de requalificação dos espaços, numa tentativa de "embeleazar" os roteiros de visibilidade da cidade e tentando ocultar-lhe as "entrelinhas".

Confirma-se também que as estratégias de enobrecimento que se verificam nos três exemplos confirmam a sua indissociabilidade dos fenómenos de especulação imobiliária. Seja pela desvalorização dos terrenos e das habitações existentes durante os actos de expropriação (mesmo que os dados

apresentados sobre Belo Horizonte não sejam concretos a esse respeito) seja pela sua posterior valorização desmesurada (nos casos brasileiros, uma vez que em Coimbra não se verificou a posterior alienação de património como, aliás, era característica dos regimes totalitários)

Parece-nos, enfim, que em todos os casos, podemos encarar a demolição como uma expressão de poder. Como modo de formalizar relações hegemónicas, já que parece constante o total desrespeito pelas representações sociais das comunidades locais. A demolição parece funcionar, assim, em termos de reapropriação simbólica do espaço. (Veschambre, 2008)

A ideia central deste trabalho era, através de três exemplos de três épocas diferentes da História Moderna, confrontar os discursos e as práticas em intervenções onde a demolição tivesse assumido grande protagonismo, em nome da evolução da cidade.

A análise confirmou que, apesar de mais de um século de distância separarem a primeira e a última intervenções referidas, apesar da distância geográfica que as separa a todas, há um fio condutor comum às três: o discurso dos mecanismos de poder que legitimam a demolição, encerram em si um lado negativo. E se é invariável que todas as coisas têm um lado positivo e outro negativo, a verdade é que, neste contexto, também parece invariável que o lado negativo da acção acaba sempre por pender para as classes menos preponderantes, menos esclarecidas e, portanto, com um poder de reivindicação menos audível.

É importante referir que neste trabalho não foi considerada a consciência de que demolições em contexto de grandes eventos são diferentes de demolições no âmbito de promoção de acções de salubridade. E que demolições concretizadas num contexto de crise e decadência são diferentes das que ocorrem em contextos de exuberância e de afirmação. Mas que, ainda assim, no final, parece-nos concluir-se que, de forma mais ou menos consciente, mais ou menos premeditada, na evolução histórica da cidade há uma constante nas estratégias ideológicas, subjacentes nos discursos que envolvem a demolição. Que a demolição assume diferentes contornos enquanto prática e enquanto discurso. Se, na teoria, ela é celebrada como acto redentor de uma área urbana, na prática, continua a materializar-se como estratégia de enobrecimento das centralidades urbanas e de especulação imobiliária, num constante reforço da segregação social e favorecimento das classes sociais privilegiadas.

Será importante, por fim, salvaguardar que existem, contudo, cenários em que se verificou uma preocupação de contrariar as tendências do enobrecimento, requalificando o espaço e reintegrando as populações locais. Com frequência os espaços urbanos onde tais acções ocorreram acabaram por sofrer fenómenos de contra revanchismo (Leite e Peixoto, 2009). Supõe-se então que a requalificação dos espaços da cidade pode continuar a ser um jogo em aberto, mas parece não haver ainda uma consistente alternativa à cristalização dos enclaves de estilos de vida e das hierarquias sociais.

## Referências bibliográficas

- Barreto, Abílio (1995), *Belo Horizonte. Memória Histórica E Descritiva — História Antiga E História Média*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.
- Baudelaire, Charles (1869), “De Le Spleen de Paris” *Les Petits Poèmes en Prose*.
- Benjamin, Walter (1997), “Paris, capital do século XIX.” (org.), Carlos Fortuna. *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia*, Oeiras, Celta Editora.
- Berman, Marshall (1986), *Tudo o Que é Sólido Desmancha no Ar* (Trad.), São Paulo, Companhia das Letras.
- Bertheleu, Hélène (2008), “Ils veulent abattre le quartier: mobilisations minuscules contre les demolitions urbaines”.
- Belo Horizonte, Prefeitura (1996), *BH Verso e Reverso*, Brasil, Secretaria Geral da Cultura.
- Goyena, Alberto (2010), “Coleccionando fantasmas urbanos: o lugar de edifícios demolidos no imaginário carioca” *33º Encontro Anual da Anpocs*, Rio de Janeiro.
- Goyena, Alberto (2010), “Rituais urbanos de despedida, reflexões sobre procedimentos de demolição e práticas de colecionamento” *2º Seminário Internacional, Museografia, e Arquitectura de Museus, Identidades e Comunicação*, Praia Vermelha, Rio de Janeiro.
- Leite, Rogério Proença e Paulo Peixoto (2009), “Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o recife Antigo e a Zona histórica da Cidade do Porto” *Cadernos MetrÓpole*, 1ºsem de 2009, pp. 93-104.
- Plassard, François e Isabelle Mesnard (2000), “Faut-il démolir les banlieues?” *Geocarrefour*, vol. 75, pp. 165-172.
- Rosmaninho, Nuno (2001), *O Poder da Arte. O Estado novo e a Cidade Universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da UC.
- Rosmaninho, Nuno (1996), *O Princípio de Uma “Revolução Urbanística” no Estado Novo, os Primeiros Programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934 - 1940)*, Coimbra: Minerva, 1996.
- Sato, Alberto, “Demolição e Clausura” *ARQ, Ensayos y Documentos* 59-61.
- Sudjic, Deyan (2005), *The Edifice Complex*.
- Torgal, Luís Reis (1999), *A Universidade e o Estado Novo. O Caso de Coimbra 1926-1961*, Coimbra, Minerva.
- Veschambres, Vincent (2011), “Norois , 195 | 2005/2” 8 de Agosto de 2008, *Le Recyclage Urbain, Entre Démolition et Patrimonialisation: Enjeux d'Appropriation Symbolique de l'Espace*, 5 de Abril, <http://norois.revues.org/index548.html>.
- Weber, Rachel, et al. (2006), “Tearing the city down: understanding demolition activity in gentrifying neighbourhoods” *Journal of Urban Affairs*, vol 2 2006, 19-41.

*Referências online*

- <http://curraldelrei.blogspot.com/> consultado em 12.03.2011
- [http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/belo\\_horizonte/historia.htm](http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/belo_horizonte/historia.htm) consultado em 12.03.2011 consultado em 12.03.2011
- <http://rioonwatch.org/?p=83> consultado em 31 de Maio de 2011
- <http://rioonwatch.org/?p=123> consultado em 31 de Maio de 2011
- <http://www.oreporter.com/detalhes.php?id=36219> consultado em 26 de Maio de 2011
- <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/presidente-do-coi-elogia-andamento-do-projeto-olimpico-do-rio> consultado em 26 de Maio de 2011
- <http://www.clmais.com.br/informacao/14023> consultado em 26 de Maio de 2011
- <http://www.pactopelacidania.org.br/index.php/artigos/206-vila-autodromo-reafirma-vontade-de-ficar> consultado em 10 de Junho de 2011
- <http://paginaglobal.blogspot.com/2011/04/brasil-povo-escorracado-de-suas-casas.html> consultado em 26 de Maio de 2011
- [http://espn.estadao.com.br/olimpiada/noticia/188181\\_OBRAS+OLIMPICAS+DO+RIO+AMEACAM+DIREITOS+EM+FAVELAS+DIZ+ANISTIA+INTERNACIONAL](http://espn.estadao.com.br/olimpiada/noticia/188181_OBRAS+OLIMPICAS+DO+RIO+AMEACAM+DIREITOS+EM+FAVELAS+DIZ+ANISTIA+INTERNACIONAL) consultado em 26 de Maio de 2011



## **Inclusão e exclusão**

### **A suave e fragmentária organização do espaço de uso público lúdico**

*Vitor Sorano Pereira*

Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa  
(vspereira@fcsh.unl.pt)

#### **Resumo**

Principal caso português das reurbanizações das frentes de água europeias, o Parque das Nações é a intervenção urbanística responsável por, em uma década, transformar uma zona periférica em segunda centralidade e em um dos principais destinos turísticos de Lisboa. A transformação é fruto de um modelo de urbanização que assenta na necessidade e no estímulo da mobilidade. A administração divulga que 20 milhões de visitantes passam pelo território por ano ante uma população residente de 20 mil.

Analisamos o espaço de uso público resultante da intervenção via pesquisa de terreno. Colocamos a hipótese de que a forma, a utilização e a gestão desse espaço propõem uma estrutura fragmentária do meio urbano e organizam as possibilidades de interação potencializadas pela mobilidade. Argumentamos que a fragmentação resulta do que definimos por processos de inclusão (por institucionalização ou tolerância) e exclusão (por supressão de recursos ou proibição) de contextos, ações e papéis.

#### **Introdução**

Algumas reurbanizações (Thörn, s.d.; Degen, 2003; Lees, 2003) como a que aqui será analisada envolvem como preocupação central garantir condições de ocupação dos espaços de uso público, permitindo ao indivíduo deixar o ambiente privativo do carro se deslocar a pé ou em outras mobilidades suaves — como a bicicleta — e desenvolver outras ações para além do deslocamento — como sentar para comer — ou agregadas a ele — como fazer jogging. Garantir a qualidade é garantir condições para essa diversidade, entendem alguns urbanistas (Serdoura e Nunes da Silva, 2006).

Essa oferta de condições ocorre entretanto conjuntamente com tentativas de organização das ocupações desenvolvidas nesse espaço. A organização, excludente mas também inclusiva, ocorre pelo que identificamos como processos

de inclusão e exclusão, um conceito analítico (Wieviorka, 1994) desenvolvido a partir de uma investigação sobre o Parque das Nações. O Parque é a alegada nova centralidade de Lisboa (Portugal), um de seus principais destinos turísticos e decorre de uma reurbanização entendida internamente como uma ferramenta para tornar a cidade mais competitiva (Matias Ferreira e outros, 1997). Objetos de planejamento e gestão exaustivos, os espaços de uso público do perímetro servem, assim como os equipamentos privados aí existentes, como instrumentos de atração de usuários de cidade e gente de negócios (Martinotti, 2005), públicos alvo dos territórios consumíveis (Baptista, 2004).

Apresentaremos o objeto, contextualizando-o face aos fenômenos urbanísticos que propositaram a reurbanização. Em seguida, mostraremos como as formas pelas quais se dá a organização das ocupações do espaço contribuiu para a constituição de um meio urbano fragmentário. Já em conclusão, discutiremos brevemente como essa lógica se relaciona com duas modulações do urbanismo moderno enquanto mecanismo de poder apresentadas por Michel Foucault (2007): a de disciplina, relacionada à construção e organização de multiplicidades artificiais; e a de segurança, relacionada à organização dos fenômenos decorrentes da multiplicidade trazida pelo potencializar da circulação em uma cidade já existente.

O Parque das Nações é um perímetro de 3,3 km distribuído pelos territórios das cidades de Lisboa e Loures, sendo considerado a nova centralidade da primeira. A gestão urbana está a cargo de uma empresa, a Geurbana, e não das autarquias municipais.<sup>12</sup> A Geurbana é um braço do Grupo Parque Expo, majoritariamente detido pelo Governo Central português (99,78%, sendo os 0,22% restantes pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa) à qual foi delegada a competência pela reurbanização e posterior administração.

O Parque é resultante do projeto urbano que serviu como uma justificativa para a realização da Exposição Mundial de 1998 (Expo'98)<sup>3</sup> em Lisboa, numa estratégia em linha com a progressiva aproximação entre a cultura e o urbanismo em Portugal (Ferreira, 2006) O projeto urbano em si foi justificado pela necessidade de reurbanizar um perímetro da Área Metropolitana de Lisboa considerado degradado em razão de abrigar indústrias (parte das quais desativada) e habitações destinadas a população de baixos estratos sociais e de estar desintegrado da malha urbana em termos de acessibilidade (Ferreira, 2006; Gato, 1997). Desse passado imediato, uma torre de refinaria

---

1 Investigador colaborador

2 No original "it was a matter of organizing circulation, eliminating its dangerous elements, making a division between good and bad circulation, and maximizing the good circulation by diminishing the bad" (t.n.)

3 A extinção da empresa foi anunciada em agosto de 2011, pressupondo a transmissão para as autarquias municipais das competências de gestão urbanística (Público, 2011)

permanece, à guisa de arte pública. Tinha, por fim, o objetivo de dar mais competitividade à capital portuguesa e servir como instrumento de marketing urbano sobretudo no contexto da Península Ibérica (Matias Ferreira e outros, 1997), onde a vizinha Espanha vinha de abrigar uma Exposição Mundial (Sevilha'92) e uma Olimpíada (Barcelona'92).

Esse modelo de reurbanização se enquadra em uma estratégia de captação de recursos (Les Galès, 2005) como forma de colmatar a queda de investimento público resultante ao menos em parte da crise do Estado Social na Europa (Matias Ferreira e outros, 1997). A atração de investimento privado, no Parque, é feita por meio de favorecimento ao estabelecimento de uma oferta expressiva de serviços e comércio, com destaque para os de cariz lúdico. Além dos equipamentos surgidos com ou após a reurbanização (como o Oceanário de Lisboa, a interface de transportes Gare do Oriente, o Centro Comercial Vasco da Gama - CCVG, além de hotéis e restaurantes), houve realocação para o Parque da Feira Internacional de Lisboa, um centro de exposições antes localizado em outro ponto da cidade.

No contexto local, a reurbanização faz parte de um processo que visava inserir as frentes ribeirinhas do Rio Tejo no que Vitor Matias Ferreira e outros (1997:151) chamam de “modernidade ‘tardia’”, identificada com “lazer e tempo livre; cultura e recreio; turismo e impactes ambientais; serviços e tecnologias avançadas”.<sup>4</sup> Em Portugal, as práticas de lazer voltadas aos espaços de uso público (e espaços privados de uso público) como praias, parques, centros comerciais, zonas de diversão e áreas centrais de cidades surgem como as mais expressivas após as marcadamente domésticas (como ver TV e ouvir rádio) e das de convivialidade mais próxima (como visitar parentes) (Fortuna, Ferreira e Abreu, 1998/1999).

No discurso do administrador da Geurbana, a oferta de lazer é um dos fatores que faz do Parque das Nações uma nova centralidade em Lisboa:

{entrevistado} No fundo esta é uma nova centralidade porque tem aqui uma série de equipamentos, alguns de escala metropolitana e de diversas funções desde a área dos transportes ao lazer etc., que no fundo são equipamentos polarizadores e funcionam como elementos âncora de atração das pessoas (...) a Gare Intermodal de Lisboa, (...) temos aqui equipamentos de lazer de referência como por exemplo o Oceanário, o Pavilhão Atlântico, o Teatro Camões, o Pavilhão de Portugal, temos equipamentos, usos da área comercial que também são grandes atrações como o Centro Comercial Vasco da Gama (...) (LRO, administrador Geurbana)

---

4 O que não exclui outros motivos, claro esteja

Nas estimativas da administração, o Parque tem 20 mil moradores e recebe 20 milhões de visitantes por ano. A Turismo de Lisboa<sup>5</sup> divulga que metade dos turistas estrangeiros que passaram pela cidade em 2009 inquiridos visitou o Parque (TL, 2009). E, por outro lado, um inquérito encomendado pela Geurbana aponta os moradores da envolvente próxima como prevalecentes entre os visitantes do Parque (Geurbana, 2009).

### **Método e conceitos chave**

A presente análise é um extrato de uma investigação que teve como questionamento de partida identificar como se organiza a ocupação dos espaços de uso público. A hipótese inicial era de que haveria um controle rígido mas pouco perceptivo das formas de ocupação. Em linha com a Teoria da Estruturação (Giddens, 1974), julgamos que essa investigação poderia ser feita via análise de contextos. As ações do indivíduo adquirem recursos, constrangimentos e sentidos no contexto em que são desempenhadas, ao mesmo tempo o constituindo. Nós não pretendemos que a ação do indivíduo seja diluída no contexto por via de uma sobrevalorização desse último, já que os significados e sobretudo os motivos da ação individual não dependem única e exclusivamente dele (Martucelli, 2002). Todavia, é possível ler no contexto estabilidades que funcionam como recursos e constrangimentos para ações, assim como para a interpretação do significado das ações. Entendemos então o Parque das Nações como um contexto do tecido urbano da Área Metropolitana de Lisboa, dentro do qual contextos menores se constituem, e assim sucessivamente até o nível da interação face a face.

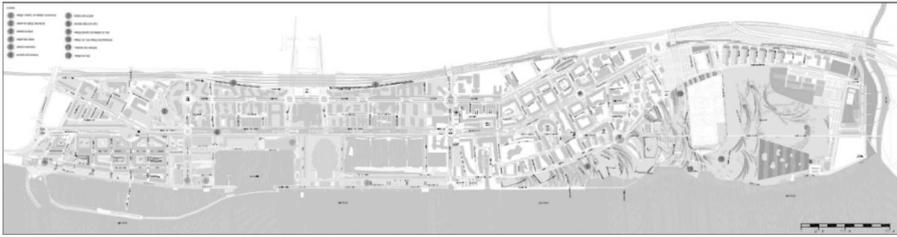
Os dados foram recolhidos por pesquisa de terreno (Burgess, 1997; Costa, 1990) com privilégio da observação direta (Peretz, 2004), em duas fases. A primeira, de janeiro a novembro de 2010, teve baixa estruturação inicial. Durante ela, foi desenvolvido um quadro conceitual (Miles e Huberman, 1994) para tentar captar o conceito analítico (Wieviorka, 1994) da organização dos espaços de uso público, a que chamamos de processos de inclusão e exclusão. A segunda, feita intermitentemente entre janeiro e junho de 2011, teve objetivo de refinar esse conceito analítico e o testar em novos confrontos com o campo, em linha com a abordagem metodológica indutiva (Becker, 1985, 1994; Burgess, 1997).

Foram privilegiados os períodos da tarde (34 visitas) e da manhã (23), nessa ordem, em relação ao noturno (14).<sup>6</sup> Houve um privilégio dos dias

---

5 As aspas são usadas quando a citação de uma entrevista ou texto é literal ou traduzida. No caso das entrevistas tentamos manter a citação o mais literal possível, apenas fazendo adaptações quando a compreensão, se mantida tal forma, era prejudicada sobremaneira

6 Associação privada de interesse público, composta por representantes do setor do turismo e presidida pela Câmara Municipal de Lisboa



**Figura 7.1** Parque das Nações; em amarelo, região central e Zona de Acesso Condicionado (ZAC), privilegiada na observação

Fonte: Geurbana.

úteis, compensado em parte pelo fato de cerca 1/4 das visitas ter ocorrido em agosto, que é um mês de férias (escolares, mas também profissionais em alguns setores como os serviços de restauração) em Portugal e em outros países europeus. Na primeira fase foram realizadas entrevistas não estruturadas, mais próximas de conversas informais, em 32 das 34 visitas. Na segunda fase, foram realizadas entrevistas não estruturadas (44 gravadas, 1 não gravada a pedido) mas mais orientadas e o material foi utilizado como acessório à observação.

Na recolha de dados privilegiamos a região mais central do Parque (na figura 7.1 em amarelo), onde se concentram as ofertas de comércio, serviços e lazer e onde funciona a Zona de Acesso Condicionado (ZAC), onde a circulação de veículos automotores é restrita. Houve entretanto recolha nas outras regiões, bem como na envolvente do Parque (nas áreas das Freguesias de Marvila e Moscavide, sobretudo) e, em menor escala, no centro histórico de Lisboa.<sup>7</sup>

Há três os conceitos chave do enquadramento teórico a que recorremos para, na costura com os dados do terreno, desenvolver a análise: motilidade, inclusão e exclusão.

Identificar os recursos e constrangimentos da estruturação da vida social em um contexto de alta mobilidade demanda olhar para como ela aí se constitui. Estando na raiz de estratégias modernas de produção de cidades (Foucault, 2007), a mobilidade (física e social) está também na raiz da heterogeneidade dos urbanitas e do modo de vida urbano. Mobilidade e diversidade são duas

7 A soma do número de visitas por período é maior tendo em vista que em algumas visitas permanecemos no campo por mais de um período. Definimos manhã como sendo das 5h (horário mais cedo em que realizamos pesquisa de terreno) às 12h, tarde das 12h às 19h, e noite das 19h à 0h (horário mais tarde em que realizamos pesquisa de terreno). Os horários são aproximados e a definição dos períodos segue o senso comum em Portugal

características do mesmo indivíduo cosmopolita de Louis Wirth (1997), capaz de se mover entre diversas redes e grupos e ocupar diferentes papéis.

Kauffmann, Bergman e Joye (2004) criam o conceito de motilidade<sup>8</sup> para apreender a mobilidade enquanto um capital social, quer ao nível do indivíduo, quer ao nível da estrutura física urbana. A motilidade, à diferença do entendimento de Urry (2002), é em si própria um capital social e não apenas um meio para ele, condensando mobilidade física social e se dividindo em três elementos inter-relacionados: acesso, referente às possibilidades de mobilidade de acordo com lugar, tempo e outros constrangimentos contextuais; competência, que reúne as habilidades que o indivíduo deve deter para poder operar a sua mobilidade (física e social); e apropriação, que se refere às motivações ou necessidades do indivíduo para se mover. O urbanismo, julgamos, permite influir na motilidade dos indivíduos sobretudo por meio das condições de acesso e da demanda de competências.

O conceito de inclusão guarda relação com as estratégias de “formalização da vida pública”<sup>9</sup> que Monica Degen (2003) utiliza para descrever como a administração de uma área reurbanizada de Manchester (Inglaterra) regula os eventos, essencialmente lúdicos, desenvolvidos nos espaços de uso público. A nossa ideia de inclusão é mais abrangente, pois a estendemos a outros tipos de atividades não necessariamente lúdicas, e a ações desenvolvidas também por outros atores, institucionais ou não.

A ideia de exclusão se aproxima do conceito de “políticas suaves de exclusão”<sup>10</sup> de Catharina Thörn (s.d.), que a autora forja para explicar como a administração do centro de Gotemburgo age empurrando do centro para a periferia indivíduos que dormem na rua, de uma maneira mais suave<sup>11</sup> em comparação com as leis anti sem-abrigo do Estados Unidos. As políticas suaves envolvem medidas sanitizantes, que reduzem os recursos físicos favorecedores da permanência dos sem-abrigo (como bancos ou moitas), o estabelecimento de códigos civis que “disfarçam a dura realidade da vida nas ruas dos sem-abrigo” (s.d.: 27), e a constituição de um imaginário (imagineering) que transforma o espaço de uso público de um “bem comum” (s.d.:16) em uma “sala de estar comum” (s.d.:16). A paisagem sensória<sup>12</sup> decorrente dessas medidas funciona ela própria como uma ferramenta de afastamento de ocupações indesejadas. O segundo aspecto dessas políticas é que elas dependem de uma aproximação entre poder privado e poder público que permita o planejamento exaustivo do espaço. À diferença de Thörn, usamos o

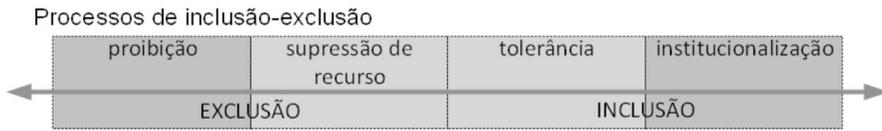
8 Na Rua Augusta, onde entrevistamos artistas de rua; e na Praça da Figueira, um local usado para a prática de skate.

9 “motility” no original (tradução nossa)

10 “formalizing public life” no original (t.n.)

11 “soft policies of exclusion” no original (t.n.)

12 O *suave* não significa formas de poder mais gentis, mas mais elásticas e fluidas



**Figura 7.2** Parque das Nações; em amarelo, região central e Zona de Acesso Condicionado (ZAC), privilegiada na observação

Fonte: Geurbana.

conceito de exclusão para outros papéis além do de sem-abrigo e para outras medidas.

Os processos de inclusão e exclusão, como definimos em nosso conceito analítico, devem ser entendidos como complementares e estão representados na figura 7.2. Fazem parte de um continuum no qual enquadraremos fenômenos (ações, contextos e papéis) de acordo com os recursos e constrangimentos a ele postos em um contexto. Assim, falamos em fenômenos que sofrem processos de exclusão por serem: 1. diretamente proibidos por um regramento, legal ou infra legal; 2. por terem suprimidos recursos à sua ocorrência e em fenômenos que sofrem processos de inclusão; 3. pela tolerância, por existirem apesar de haver um impedimento formal ou uma resistência informal; ou 4. pela institucionalização, em que a administração do Parque toma papel ativo na gestão desses fenômenos, diretamente ou indiretamente.

### A constituição de motilidade no Parque

As influências do contexto do Parque (e dos contextos nele contidos) na motilidade dos indivíduos têm duas vertentes principais: a) a da dotação do perímetro de acessibilidades a partir do exterior (seja a envolvente imediata, sejam outros países), o que permite a inserção do Parque, como um território consumível, na “passarela global”<sup>13</sup> das cidades (Degen, 2003); e b) a da promoção de deslocamentos dentro do Parque, com valorização da circulação suave, sobretudo pedestre.

Na primeira vertente, o Parque abriga em sua área central a Gare do Oriente. Planejada para ser um eixo estruturante do sistema de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, congrega metropolitano, transporte rodoviário e ferroviário local, regional, nacional e internacional,<sup>14</sup> além de

13 “disguise the harsh realities of life on the streets for homeless people”, “common living room”, “common good” e “sensescape” no original (t.n.)

14 “global catwalk” no original (t.n.)

parques de estacionamento.<sup>15</sup> A administração<sup>16</sup> estima em 160 mil a 180 mil por dia o número de entradas na interface, para usar transportes e/ou os estabelecimentos comerciais e de serviços ali disponíveis. No limite norte do Parque está a Ponte Vasco da Gama, um projeto longamente adiado de criação da segunda travessia sobre o Rio Tejo concretizado com a intervenção urbanística. Há ainda acessibilidades à Autoestrada do Norte (que liga Lisboa ao Porto, a segunda maior área metropolitana Portugal), à Circular Regional Interior de Lisboa (construída para retirar o tráfego de atravessamento das áreas centrais da cidade) e a outras vias que fazem a conexão com a envolvente imediata do Parque e com outras partes da malha urbana lisboeta e lourense. Tal oferta faz com que, do ponto de vista de acessibilidade viária, o Parque das Nações esteja integrado ao restante da cidade de Lisboa (Serdoura, 2008).

No que toca à segunda vertente, dentro do Parque a acessibilidade motorizada é condicionada em favor da pedestre e de outras mobilidades suaves, gradualmente, de acordo com a proximidade em relação ao Rio Tejo. Há 3 eixos Norte Sul: o mais distante do Tejo é a Avenida D. João II, que dá acesso à Gare do Oriente e onde há circulação automóvel e passeios largos; o intermediário é a Alameda dos Oceanos, onde o tráfego automóvel é penalizado pelo desenho urbano que obriga a menores velocidades e os passeios são mais valorizados; o terceiro, já à margem do Tejo, é constituído exclusivamente por passeios e estacadas. Entre a Alameda e o Tejo, ao longo de toda a faixa ribeirinha e nas áreas mais centrais (onde se encontram diversas âncoras de atração<sup>17</sup>) funciona a Zona de Acesso Condicionado (figura 1, em amarelo), que restringe a entrada de veículos automotores a autorizações caso a caso concedidas tendo em vista não só segurança, mas também reduzir o “efeito negativo que a imagem dos veículos transmite na paisagem e (no) ambiente” (Geurbana, 2011).<sup>18</sup>

Em ambas vertentes, há potencialização da motilidade. Assim como há oferta de recursos por meio de redes de transporte e tráfego automóvel para se chegar até o Parque e até a ZAC, internamente a desconcentração das

- 
- 15 É o possível terminal de Trem de Grande Velocidade, projeto que, à época em que escrevemos (setembro/2011), estava suspenso em decorrência de restrições orçamentais do governo português
  - 16 Durante um período esteve integrada também ao transporte fluvial, enquanto funcionou junto ao Parque um ponto de ancoragem. A distância da gare em relação ao rio e a inexistência de meios motorizados de transporte para fazer a conexão entre o ponto de ancoragem e a gare são apontados pela administração dessa última como as razões para a desativação
  - 17 A empresa Gare Intermodal de Lisboa é detida a 49% pelo Grupo Parque Expo, sendo a Rede Ferroviária Nacional (REFER) e o Metropolitano de Lisboa (ambas empresas públicas) os detentores do restante capital social
  - 18 Oceanário de Lisboa, Teatro Camões, Marina do Parque das Nações, Rua da Pimenta — dedicada à restauração com esplanadas — Ponte Vasco da Gama, Pavilhões do Conhecimento, de Portugal e Atlântico, Feira Internacional de Lisboa

principais âncoras de atração de visitantes, bem como a oferta de bicicletas,<sup>19</sup> karts a pedal, teleférico, simulacro de comboio turístico e autocarros são recursos disponíveis a quem está dentro do perímetro.

A pedestrialização ali existente parece poder reverter o que Urry e Sheller (2003) identificam como o efeito negativo do automóvel sobre o espaço público na perspectiva ampla. Para os autores, o veículo reduz a participação das pessoas no mundo público uma vez que o constante movimento e o encapsulamento impedem o indivíduo de viver o espaço público, as particularidades desse espaço, de encontrar estranhos. No Parque, estão postos recursos e constrangimentos para que o indivíduo saia do carro. Na lógica dos autores, então, potencializadores da experiência do mundo público. Potencialização ainda mais expressiva se considerado o objetivo da Geurbana expresso pelo administrador no que toca ao público alvo do Parque:

{investigador} Há um tipo de utente ou alguns tipos de utente, visitante e residente, que o Parque tenha em mente, que o senhor tenha em mente quando pensa as expectativas que deve atingir?

{entrevistado} Não, não. Deixe-me dizer, (...) o nosso objetivo é que o Parque seja o mais possível utilizado por todas as classes, por todos os segmentos e por toda a população. Portanto quando pensamos nas iniciativas que desenvolvemos, por assim dizer, é para o cidadão em abstracto, portanto não é dirigido a pessoas (de) determinado segmento quer económico, quer social, quer o que seja. (LRo, administrador Geurbana)

A cidade porém coloca estranhos em interação em ambientes não neutros (Hannerz, 1983). O aumento à sensibilidade ao outro no Parque é feito em conjunto com recursos e constrangimentos para que essa experiência seja lúdica. Além dos recursos de mobilidade citados, há uma expressiva distribuição de brinquedos, equipamentos de lazer (como parques infantis e uma pista de skate) e obras de arte urbana nos espaços de uso público. Por fim, as próprias ocupações lúdicas do perímetro pelos utilizadores<sup>20</sup> contribuem para tal experiência lúdica.

---

19 O uso do carro particular também encontra recursos no Parque. Para além de impedir interferências na circulação ser uma preocupação central na Geurbana, há um número expressivo de vagas de estacionamento e há indulgência, por parte dos atores institucionais responsáveis por regulá-lo (Emel e a Polícia de Segurança Pública), com o estacionamento irregular, inclusive em paragens de autocarro

20 Para além da ciclovia, o veículo (que pode ser transportado no metropolitano e nos comboios) a) pode ser usado em virtualmente qualquer área pedestre, b) há alguns poucos estacionamentos próprios; para ele e c) há também tolerância com seu uso em locais interditos

Para esse e outros fins é que funcionam os processos de inclusão e exclusão. Na ZAC há controle mais estrito das ocupações, justificado por representantes da Geurbana em duas razões: o indivíduo na ZAC está em um momento de lazer e assim deve ser resguardado de algumas interações; e há ocupações consideradas não qualificadoras (carros, barulho, comércio ambulante, publicidade expressiva ou funcionários comendo “à mesa posta”). Como refere um funcionário da empresa:

{investigador} A distribuição de panfleto. Por que ela é autorizada (...)?

{entrevistado} Não é autorizada em todos os espaços (...) Nós temos uma zona central de acesso prioritário pedonal [a ZAC] que consideramos uma zona de lazer, onde as pessoas poderiam descansar sem poderem ser incomodadas ou perturbadas. É uma zona onde não autorizamos publicidade e (...) esse tipo de ação. Entendemos que alguém que quer descansar, andar aqui não devia ser incomodado entre aspas ou interrompido seu percurso por pessoas que distribuem publicidade ou vendam produto etc. Preservação da qualidade como espaço de lazer (...) (RF, responsável por eventos, Geurbana)

A ZAC, assim, serve a estruturar os espaços de uso público mais centrais do Parque das Nações como algo separado do restante da malha urbana, com a justificativa de ser destinada ao lazer. Há uma tentativa de criar, no centro da nova centralidade, um contexto de exceção. Algo condizente com as necessidades do lazer de ter uma característica de exceção em relação a) ao tempo (Baptista, 2004), b) aos locais (Urry, 2002), e c) às ações (Mendes, 2001/2002) do restante da vida cotidiana.

### **Os processos de inclusão e exclusão na organização das ocupações**

Tendo identificado como o modelo de urbanismo adotado no Parque das Nações pressupõe uma fragmentação da zona central em relação ao contexto urbano mais abrangente em que ela se insere, identificaremos agora como processos de inclusão e exclusão contribuem para organizar e em grande medida separar papéis, ações e contextos menores.

#### *Explorações de recurso*

Uma ocupação do espaço pode servir de recurso a outra. Peditórios, distribuição de panfletos, venda ambulante, cartazes podem ser entendidos como formas de usar como recurso a população cambiante que ocupa os espaços de uso público. Consideramos explorações propositivas aquelas que envolvem uma interação face a face (como os peditórios e a distribuição de panfletos)

por iniciativa do indivíduo que pratica a ação, e reativas as que não pressupõem essa interação (como os cartazes, os stands de comércio de rua e as esplanadas).<sup>21</sup>

As propositivas são menos expressivas quanto mais próximo se está do Rio Tejo. Ou seja, inversamente proporcional à progressiva pedestrialização em direção a ele, em linha com a ideia de que evitar interações é uma necessidade para o lazer. Entretanto, a Geurbana e a administração da Gare autorizam que algumas delas ocorram na Praça da Gare e demais proximidades do CCVG, um contexto de alta circulação de indivíduos. Explorações não autorizadas, como mendicância e venda de castanhas, também foram aí encontradas fortuitamente. A arrumação de automóveis, atividade regulamentada pelo Governo Central (DL310/2002) mas considerada “elemento intranquilizador do cidadão comum” (Fernandes, 2006) e proibida no Parque, ocorre junto ao CCVG, exclusivamente à noite, enquanto fora do Parque ocorre o dia todo. Constitui-se assim, na envolvente do CCVG mas fora da ZAC, um contexto de maior invasão do território do eu (Goffman, 1973a), inclusive institucionalizada.

Descontados os quiosques de gelado e as esplanadas dos restaurantes, a ação de vender comida pronta em espaços de uso público depende do cariz lúdico e de exceção para ser incluída, como por exemplo a venda de cerveja em festivais. Como refere o responsável pelo Direção de Qualidade e Conceção Urbana:

{investigador} que tipo de ocupações se autoriza, quais não se pode autorizar (...)?

{entrevistado} uma das coisas que nós não autorizamos por regra a não ser que venham estar em algum evento que tenha alguma componente cultural (...) é a venda de comida e a confecção de comida no espaço público (...) porque consideramos que isso não é qualificador do espaço público. (LRa, Departamento de Qualidade e Conceção Urbana — DQCU/Geurbana)

Para além dessa inclusão pela institucionalização quando está associado a um evento, encontramos também inclusão pela tolerância com a venda de alimentos nos contextos de exceção decorrentes da ocorrência de um grande concerto no Pavilhão Atlântico. Nesse caso a venda ocorreu mesmo às vistas da segurança privada e da polícia.

O cariz lúdico também permite que o pedir dinheiro seja tolerado, como ocorreu quando parte de um grupo de cerca de 100 de jovens fez peditórios junto ao CCVG durante confraternização de entrada no ensino superior —

---

21 V. Mendes (2001/2002) para a importância do lúdico nas experiências no Parque das Nações

chamada de praxe em Portugal —, também sob as vistas da segurança. Os mendigos, por sua vez, jamais permanecem parados em um mesmo local, efetuando alguns incursões no Parque para saírem em seguida. Parece inexistir, em regiões frontais ou exteriores, o papel do mendigo de assento (Fernandes e Agra, 1991), que é uma constante em centralidades portuguesas, assim como o de limpador de vidros em cruzamentos, que está entretanto presente na envolvente do Parque.

### *Âncora de juventude*

O Terreiro dos Radicais, a pista destinada à prática de “desportos radicais”, está instalada na periferia norte do Parque. Está distante da área central, ao ponto de um skatista que trabalhava no CCVG saber da existência mas nunca a ter utilizado. O distanciamento é compensado pela oferta de transporte público e pela acessibilidade viária. Encontramos ali moradores do Parque, de outras áreas de Lisboa, de outras cidades de Portugal e de outros países.

Os contextos ancorados na pista reúnem um conjunto de ações desempenhadas nos espaços de uso público por jovens de classe média em Portugal durante os tempos livres descritas por José Machado Pais (1991): namorar, usar drogas leves, beber álcool, fumar, conversar. A existência de iluminação durante as 24 horas, o distanciamento em relação às zonas mais centrais, e a existência de uma vigilância que garante a segurança do lazeres<sup>22</sup> mas não reproduz o controle (parental ou de outros atores) do qual o jovem foge quando vai para os espaços de uso público (Pais, 1991), são recursos para fazer do Terreiro dos Radicais uma âncora da juventude, embora o equipamento também seja utilizado por adultos e crianças (sobretudo de dia).

Além disso, o Terreiro serve a incluir o skate e o graffiti. Ambas, assim como o bmx, são práticas excluídas de todo o restante perímetro do Parque pela proibição (o skate também pela supressão de recursos, uma vez que quase todo o calçamento é dissuasor da prática), embora ocorram clandestinamente. A inclusão se dá pela institucionalização do skate e do bmx, citados na placa indicativa das atividades a que Terreiro é destinado. Já o graffiti é incluído pela tolerância, quase mesmo institucionalização, que na pista deixa de ser “vandalismo” para se tornar algo que “faz parte da cultura da coisa” conforme referem os representantes da Geurbana. A intolerância com a prática mesmo na casa de banho que serve a pista é um claro indicativo do planejamento exaustivo a que os espaços de uso público do Parque estão submetidos.

---

22 Essa divisão é imperfeita, entretanto: há casos de funcionários de restaurantes com esplanadas que tentam chamar a atenção dos passantes, por exemplo

**Experimente uma experiência de consumo única, reveladora de agradáveis sensações:**

O acesso a uma experiência romântica que vive habitualmente no imaginário da generalidade das pessoas - um piquenique à beira do Rio

Sinta o apelo à descontração que um passeio de bicicleta lhe pode proporcionar.



Reserve os melhores e mais longos e mais bonitos momentos das suas férias de verão, e desfrute-os com a sua família de um modo diferente e agradável em Parque que é o rio.

**esplanando** sinta o prazer de um piquenique...de bicicleta.

**Figura 7.3** Anúncio do Esplanando

Fonte: [www.esplanando.pt](http://www.esplanando.pt)

Pic-Nic

Na elaboração do seu cesto de pic-nic poderá optar por qualquer um dos menus disponíveis no restaurante numa embalagem "take away" ou, se preferir, escolher entre as sandes, salgados e bebidas também disponíveis. Em qualquer das situações ser-lhe-ão fornecidos a toalha, copos e talheres necessários a um bom pic-nic.



Bebidas    Refeições ligeiras    Pequeno almoço    **Pic-Nic**

A ementa

**Figura 7.4** Anúncio do Esplanando

Fonte: [www.esplanando.pt](http://www.esplanando.pt)

No Parque, comer é uma ação transversal a diversos papéis e contextos. Come-se em regiões frontais e posteriores; no intervalo do trabalho ou como uma forma de ocupar o tempo livre com a família; nos bancos, relvados, muretas, passeios e esplanadas de restaurantes. Além desses, prontos-a-comer e mercados fornecem recursos para que os indivíduos possam adquirir comida e a consumir no espaço de uso público. Há ainda quem a traga de fora.

Pic nics são formas comuns do comer no Parque. Nas formas não institucionalizadas, os indivíduos trazem consigo alguma comida em geleiras ou em sacolas, desenvolvem uma certa preparação desses alimentos (montar o sanduíche, cortar o bolo) e ocupam conjuntos de bancos, áreas de passeios ou de relvados, no centro e nas periferias do Parque. Há entretanto uma forma institucionalizada oferecida por um restaurante,<sup>23</sup> de um grande relvado da região periférica norte. O local foi escolhido, segundo um representante da Geurbana, por ser o pic nic uma atividade de lazer e, portanto, mais adequada a essa área de relvados do que à malha urbana mesmo pedestrializada — onde, repetimos, também observamos pic nics. Além da sugestão das características espaciais do contexto, a institucionalização envolve propor algumas características do papel — da fachada usada na representação (Goffman, 1973b). Quando do lançamento do serviço, havia junto ao restaurante uma bicicleta de aluguel com um cesto portando frutas de plástico. Um anúncio no site (figuras 7.3 e 7.4) propõe outros elementos: duas pessoas, toalha, um chapéu de palha, vinho. Não há geleiras, bancos e grupos de 20 pessoas como é uma estabilidade entre as diversas formas de pic nic no Parque.

Consumir comida distribuída por instituições de caridade, como fazem os sem-abrigo, também é uma forma de comer incluída, mas por tolerância e não por institucionalização. Acontece em um contexto mais periférico espaço-temporalmente: no corredor da Gare do Oriente que conecta os fundos da estação à área mais central, e quase sempre após as 21h (segundo uma das associações, o horário decorre da logística de distribuição, que não sofre interferência da administração da gare ou do Parque). CCa, administrador da Gare, afirma que “facilita a vida” das associações não impedindo que a distribuição ocorra assim como mantém uma postura de “tolerância” com a presença de sem-abrigo que ali encontram outros recursos para permanecer (abrigo, segurança, casa de banho gratuita, autorização para se deitar à noite).

Cabe-nos olhar agora para as exclusões. Para além da proibição do uso de fogareiros (outra estabilidade do comer em espaços de uso público em Portugal), não há mesas quer no relvado da região periférica norte, quer nas áreas centrais, embora esse equipamento seja uma demanda transversal aos papéis de sem-abrigo, trabalhador e participante de pic nic entrevistados; e embora seja um mobiliário urbano comum em Portugal. A justificativa da

---

23 A manutenção de vigilância é uma demanda dos próprios utilizadores, inclusive jovens

inexistência é a inadequação de uma forma de comer que ele permite à forma de comer imaginada para o Parque:

{investigador} (...) e por que não há mesas (...)?

{entrevistado} Nós na verdade não queremos (...) que o Parque das Nações seja um espaço onde as pessoas se sentam para comer (...) em princípio existe um conjunto de serviços que oferecem um serviço de restauração (...), as pessoas tem espaços para se sentarem, encostarem, nós não entendemos que as pessoas para comer no espaço público precisem de uma mesa (...) a razão é esta. Nós, as pessoas, o que é que as pessoas comem no espaço público? Levam, vão à loja, take away, trazem a comida ou trazem os hambúrgueres no saquinho com as batatas fritas ou trazem aqueles coisinhas de plástico e comem nos tupperwarezitos e tal e é assim que as pessoas comem.. é assim que eu como no espaço público, eu não preciso, não uso uma mesa para comer no espaço público, portanto não nos parece que seja uma grande necessidade. (LRa, DQCU, Geurbana. *Itálico nosso*)

Assim, exclui-se suavemente, pela supressão de recursos, determinadas formas de estruturar a ação “comer em de uso público”, sem proibir diretamente sua prática. A frase colocada em *itálico* mostra como o estilo de vida do indivíduo ajuda a definir qual é, e por conseguinte, qual não é a forma de comer que é favorecida no Parque. Já a exclusão por proibição ocorre com o comer de “*mesa posta*” quando praticado por funcionários de limpeza e manutenção do Parque, como afirmam dois representantes da Geurbana:

{investigador} (...) existe alguma limitação (...) para que eles usem os espaços públicos para comer nos horários previstos?  
(...)

{entrevistado} Se a pergunta é se é suposto nos vermos um grupo de operários fardados sentados a descansar, a dormir ou a comer não é aceitável

{investigador} mesmo no horário de almoço...

{entrevistado} não é suposto porque isso não contribui para a boa imagem”  
(LRa, DQCU, Geurbana)  
(...)

{entrevistado} Não quer dizer que se for uma sandes, uma fruta isso não pode acontecer, isso é normal que aconteça. Estamos a falar (...) da mesa posta, uma mesa, tal, isso é que não” (JRP, Direção de Obras e Infraestrutura Urbana — DOIU/ Geurbana)

Já operários da construção civil que trabalhavam em uma obra no Oceanário afirmam ser proibidos pelos patrões de comer em espaços de uso público, no Parque ou em outros locais. Para além disso, nas palavras de um deles, “não fica bem” uma vez que o Parque é um local de “turistas”. Julgamos encontrar aí o efeito da paisagem sensória que Thörn coloca como um dos elementos das políticas suaves de exclusão.

## Conclusão

Identificamos duas dimensões de fragmentação no espaço de uso público no Parque das Nações. A primeira é a própria tentativa de isolar as zonas centrais como um contexto lúdico, ancorada na percepção de que há necessidade de que o indivíduo, no momento de lazer, isole-se de certas interações mesmo estando em espaço de uso público. A segunda é a organização das ocupações dentro e na envolvente desse contexto por processos de inclusão e exclusão, promovendo formas e contextos específicos de ocorrência dessas ocupações.

Essa fragmentação parece resultar da estratégia de organizar um ambiente urbano promotor da mobilidade. Nesse sentido, o urbanismo adotado na produção e gestão dos espaços de uso público do Parque parece reproduzir duas modulações identificadas por Foucault (2007)<sup>24</sup> ao analisar os mecanismos de poder intrínsecos às políticas urbanísticas: a de disciplina e a de segurança.

O Parque, como um todo, pode ser interpretado como um empoderamento de Lisboa na passarela global de cidades, servindo de recurso à competitividade urbana da capital portuguesa. Nisso há uma característica da modulação de segurança, que é o estímulo à circulação interna e externa em uma região já existente da cidade tendo como princípios a) o desenvolvimento econômico (no caso, a atração de investimentos) e b) a eliminação de miasmas (no caso, o uso industrial/habitacional de baixa renda e desintegração do tecido urbano) dessa cidade. Isso é feito por meio do estabelecimento de recursos e constrangimentos influentes na motilidade dos indivíduos. Entretanto, também funciona para o mesmo objetivo uma característica da modulação de disciplina, que é a criação, substituindo quase totalmente o passado, de um novo território urbano. O Parque nasce como se do zero fosse em uma região de Lisboa que já existia.

Dessa nova centralidade, a parte mais central é concebida e constituída como um contexto destinado ao lazer e, em razão disso, devendo ser segregado em diversos aspectos do contexto urbano mais abrangente em que se insere (sem interações indesejadas, sem mendigos, sem carros, sem muita publicidade). Além disso, constrói-se o Terreiro dos Radicais como âncora para as ocupações da juventude, sobretudo para as que colidem com a preocupação de

---

24 Que aluga bicicleta

evitar alterações no desenho físico (skate, bmx e graffiti). São essas duas expressões da atribuição de ocupações a áreas específicas do tecido urbano, algo também característico da modulação de disciplina. A dualidade centro/periferia presente na localização do Terreiro na periferia demonstra por fim a existência do princípio de hierarquia também inerente a essa modulação.

Já regulação proposta via distribuição de recursos e constrangimentos retoma uma segunda característica da modulação de segurança que é, como a descreve Foucault (2007:34), a questão “de organizar circulação, eliminar os elementos perigosos, fazer uma divisão entre boa e má circulação, e maximizar a boa circulação diminuindo a má”.<sup>25</sup> Trata-se de estruturar a ocupação dos espaços de uso público recorrendo a uma regulação mais suave, condizente com o favorecimento da diversidade de ocupações a que se propõe o modelo de reurbanização aqui analisado, e condizente com a ideia de um espaço de uso público para todos, para o “cidadão em abstracto” como expressa o discurso do administrador da Geurbana. Chamamo-la mais suave por a) ter uma importante dimensão inclusiva e não ser apenas excludente; b) atuar às vezes sobre elementos específicos de um contexto e não sobre todo ele e muito menos sobre o indivíduo em concreto; c) às vezes, em vez de proibir, suprimir recursos; e c) em vez de determinar, sugerir ações, contextos e papéis.

A sujeição das ocupações dos espaços de uso público a processos de inclusão e exclusão estabelece assimetrias de recursos e constrangimentos. Entendendo os recursos como meios pelos quais os indivíduos exercem poder (Giddens, 1974), as políticas urbanas funcionam não apenas como mecanismos de poder sobre o indivíduo ou a população, mas têm estabelecem (as)simetrias de poder entre os indivíduos ou populações, e as formas pelas quais eles exercem poder. É a partir daí que investigações futuras poderiam buscar identificar como o espaço de uso público assim estruturado influi no espaço público no sentido amplo, espaço físico mais esfera pública. Algo que permitiria — aí sim — discutir a sua morte (Sennett, 1974) ou a sua transformação em um novo tipo que tenha a fragmentação por uma característica estruturante (Caldeira, 2000).

## Referências bibliográficas

### *Livros e artigos*

Baptista, Luís Vicente (2004), “Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): Ensaio de um ponto de partida”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia (disponível em [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR461180e841edb\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461180e841edb_1.pdf))

---

25 V. também “Ordonance, discipline and regulation” (Rabinow, 2003).

- Becker, Howard S. (1985), *Outsiders*, Paris, Éditions A.-M. Métailié.
- Becker, Howard S. (1994) "Cases, causes, conjunctures, stories and imagenary" in Ragin, Charles e Becker, Howard (1994) (orgs.) *What is a Case*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Burgess, Robert (1997), *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Caldeira, Teresa (2000), *City of Walls. Berkeley e Los Angeles*, University of California Press.
- Costa, António Firmino (1990), "A pesquisa de terreno em sociologia" in Pinto, José Madureira e Silva, Augusto Santos (orgs.) (1990) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Degen, Monica (2003), "Fighting for the global catwalk: formalizing public life in Castlefield (Manchester) and diluting public life in el Raval (Barcelona)", *International Journal of Urban and Regional Studies*, 27.4, pp. 867-880.
- Fernandes, Luís (2006), "O medo à cidade", *Actas do Encontro de Intervenção Social. Saberes e Contextos*, Porto, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Fernandes, Luís e Agra, Claudio da (1991), *Uma Topografia Urbana das Drogas*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga, Ministério da Justiça.
- Ferreira, Claudino C. (2006), *A Expo'98 e os Imaginários do Portugal Contemporâneo*, Tese de doutoramento em Sociologia, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudino e Abreu, Paula (1998/1999), "Espaço público urbano e cultura em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, pp. 85-117.
- Foucault, Michel (2007), *Security, Territory, Population*, Hound Mills, Nova Iorque, Palgarve MacMillan.
- Gato, Maria A. (1997), *Expo'98. Uma Ocasião Para Construir a Cidade*, Dissertação de mestrado em geografia e planeamento regional/gestão de território, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Giddens, Anthony (1974), *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press.
- Goffman, Erving (1973a), *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*, 2, *Les Relations en Publique*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Goffman, Erving (1973b), *La Mise en Scène de la Vie Quotidienne*, 1, *Présentation de Soi*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Hannerz, Ulf (1983), *Explorer la Ville*, Paris, Éditions de Minuit.
- Kauffmann, Vincent, Bergman, Manfred e Joye, Dominique (2004), "Motility: mobility as a capital", *International Journal of Urban and Regional Research*, 28.4, pp. 745-756.
- Lees, Loretta (2003), "The ambivalence of diversity and the politics of urban renaissance: the case of youth in downtown Portland, Maine", *International Journal of Urban and Regional Research*, 27.3, pp. 613-634.
- Les Galès, Patrick (2005), "Elusive Urban Policies in Europe", in Kazepov, Yuri (2005) *Cities of Europe*, Malden, Oxford, Victoria, Blackwell Publishing.

- Martinotti, Guido (2005), "Socio morphology and governance in the new metropolis", in Kazepov, Yuri (2005) *Cities of Europe*, Malden, Oxford, Victoria, Blackwell Publishing.
- Martucelli, Danilo (2002), *Grammaires de l'Individu*, s.l, Gallimard.
- Matias Ferreira, Vitor (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Mendes, Luís (2001/2002), "O lazer e o recreio no Parque das Nações: o consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna", *Inforgeo*, 17/18, pp. 81-108.
- Miles, Matthew B. e Huberman, A. Michel (1994), *Qualitative data analysis. An expanded sourcebook*, Thousand Oaks, London, New Dheli, Sage.
- Machado Pais, José (1991), *Formas Sociais de Transição para a Vida Adulta. Os Jovens Através dos Seus Quotidianos*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.
- Peretz, Henri (2004), *Les Méthodes en Sociologie. L'Observation*, Paris, Éditions La Découverte.
- Ragin, Charles (1994), "'Casing' and the process of social inquiry" in Ragin, Charles e Becker, Howard (1994) (orgs.) *What is a Case*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rabinow, Paul (2003), "Ordonance, discipline, regulation. Some reflections on urbanism", in Low, Setha M. e Laurence-Zúñiga, Denise (2003) *The Anthropology of Space and Place, Locating culture*, Malden, Oxford, Victoria, Blackwell Publishing.
- Sennett, Richard (1974), *The Fall of Public Man*, Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company.
- Serdoura, Francisco M. (2008), "A emergência de novas centralidades: o caso de Lisboa", *Pesquisa e Tecnologia Minerva*, 5(2), pp. 187-196.
- Serdoura, Francisco M. e Nunes da Silva, F. (2006), "Espaço público. Lugar de vida urbana", *Engenharia Civil*, 27, pp. 5-20.
- Thörn, Catharina (s.d.) "Soft policies of exclusion". s.e.
- Tonnellat, Stéphane (2010), "The sociology of urban public spaces" in Wang, Hongyang, Savy, Michel e Zhai, Guofang (orgs) *Territorial Evolution and Planning Solution. Experiences from China and France*, Paris, Atlantis Press.
- Urry, John (2002), "Mobility and proximity", *Sociology*, 36(2), pp. 255-274.
- Urry, John e Sheller, Mimi (2003), "Mobile Transformations of Public and Private Life", *Theory, Culture & Society*, 20(3), pp. 107-125.
- Wieviorka, Michel (1994), "Case studies: history or sociology?" in Ragin, Charles e Becker, Howard (1994), (orgs.) *What is a Case*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wirth, Louis (1938), "O urbanismo como modo de vida" in Fortuna, Carlos (Org.) (1997) *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

*Outras publicações*

- Borja-Santos, Romanja (2011), “A Parque Expo foi se perpetuando, na perspectiva do governo sem razão”, Público, 19 de agosto. Disponível em [http://www.publico.pt/Local/a-parque-expo-foise-perpetuando-na-perspectiva-do-governo-sem-razao\\_1508291](http://www.publico.pt/Local/a-parque-expo-foise-perpetuando-na-perspectiva-do-governo-sem-razao_1508291) Página consultada a 15 de setembro de 2011.
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2002), Decreto-lei 310/2002, Lisboa, Diário da República.
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (1993) Decreto-Lei 207/93, Lisboa, Diário da República.
- Parque Expo Gestão Urbana, “Objectivos”, Disponível em <http://www.parquedasnacoes.pt/content.aspx?menuid=36&eid=9&bl=1>. Página consultada a 7 de março de 2011.
- Observatório do Turismo de Lisboa (2009), Inquérito ao grau de satisfação. Disponível em <http://www.visitlisboa.com/getdoc/cdde5af5-f0ad-42be-a863-511cddc91689/Inquerito-ao-Grau-de-Satisfacao-2009.aspx> . s.l., s.e. Página consultada a 15 de Setembro de 2011.
- Parque Expo Gestão Urbana (2009), s.t., s.l.,s.e.

## **A Vila Olímpia e as novas formas de sociabilidade urbana Metrópole de São Paulo**

*Dan Rodrigues Levy*

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. (Danlevy82@hotmail.com)

### **Resumo**

Com este trabalho pretendemos analisar novas formas de sociabilidade urbana surgidas na metrópole de São Paulo. Como cenário de análise, mergulhamos no bairro da Vila Olímpia, localizado no distrito do Itaim-Bibi, na zona oeste da capital paulista. Atualmente, esta região é marcada por uma grande concentração de empresas multinacionais, por uma arquitetura de megaprojetos imobiliários para fins comerciais e edifícios corporativos, caracterizando o mais recente eixo de negócios da metrópole. Como ponto de partida, analisamos a sociabilidade urbana em São Paulo, caracterizada, nos dias de hoje, pelo ápice do processo de metropolização, pela globalização e existência de novas centralidades na cidade alargada, ocasionando modificações no espaço urbano e, conseqüentemente, nas sociabilidades, enfatizando valores como: a incivilidade, a intolerância e a segregação. Além disso, tal processo acarreta também a efemeridade e a incerteza nas/das relações sociais. Em seguida, entramos de fato no terreno objeto de estudo, realizando uma sucinta caracterização da área. A análise engloba a transformação da antiga Chácara das Flores até a Vila Olímpia, compreendida hoje como uma das mais novas centralidades em São Paulo. A metodologia foi baseada na técnica de pesquisa exploratória, na qual realizamos visitas em espaços de sociabilidade e entrevistas em profundidade com antigos e novos moradores. Como resultados obtidos acreditamos haver uma dinâmica peculiar entre os atores sociais que habitam esta nova centralidade, destacando certa ausência de relação social entre os antigos e novos moradores do bairro. Esta ausência é marcada por um conflito espacial, tendo em vista a existência de uma vida urbana reduzida pela distribuição do capital globalizado e pela diminuição de espaços públicos de interação social, o que corrobora a ideia do planejamento urbano submetido às lógicas do interesse privado.

## A sociabilidade urbana na metrópole de São Paulo

Atualmente vivemos o ápice do complexo processo de metropolização das cidades. As ditas cidades modernas que se desenvolveram durante a primeira metade do século XX, hoje, atingem um patamar de urbanização jamais previsto nos estudos urbanos (United Nations, 2008).

Este processo modifica o espaço urbano,<sup>1</sup> apresentando diferentes formas de padrões e estilos de vida. Assim, não há mais o centro, o começo ou o fim da cidade, mas sim todas as configurações urbanas, todos os problemas e vantagens de várias cidades em uma só. Logo, deixa-se de existir um centro referencial na cidade, iniciando a dispersão e fragmentação de sua centralidade (Frúgoli Jr., 1995, 2000), caracterizando uma cidade alargada.

Profundas transformações são vivenciadas em cidades alargadas como São Paulo, em decorrência dos interesses do capital global, acarretando em uma urbanização descontrolada e/ou desordenada, resultando na vulnerabilidade das relações sociais na cidade. Percebemos uma significativa globalização heterogênea do capital, do trabalho e da cultura (Soja, 2002), em que o estilo de vida urbano é baseado numa heterogeneidade econômica, social, cultural e institucional (Amin; Graham, 1997).

É na grande cidade que se desenvolvem as relações, os processos e estruturas que constituem as formas de sociabilidade<sup>2</sup> (Ianni, 1999). Assim, o estranhamento, a imprevisibilidade, o distanciamento e o afastamento nas relações sociais passam a ser predominantes na cidade alargada, tendo em vista se tornarem potencializados na aglomeração urbana, pelo que se começa a falar em certo esgotamento da sociabilidade ou em ausência de vitalidade em tais relações.

Sobre este aspecto, Caldeira (2000) retrata o isolamento ou a segregação das elites baseando-se na criminalidade em São Paulo, demonstrando que uma pequena parcela da população, a qual detém o capital financeiro, se “protege” da cidade em seus muros (não apenas físicos, mas também simbólicos), em seus carros blindados, em condomínios fechados, em shopping centers, com a utilização de técnicas de segurança e de distanciamento social cada vez mais sofisticadas, voltando-se contra a vida pública, de costas para a rua, ignorando o outro, o diferente, o estranho.

Essas transformações refletem desvantagens, sobretudo em relação à sociabilidade, ou como prefere Soja (1989), em relação à spatiality, como, por

---

1 Tomamos como conceito de espaço urbano a noção defendida por Harvey a qual afirma que nós somos determinados pelo ambiente construído (Harvey, 2009).

2 Adotamos como conceito de sociabilidade o entendimento de Simmel que afirmava ser a sociedade continuamente constituída pelos indivíduos através de interações recíprocas, designando um complexo de indivíduos socializados em processos gerais e particulares de associação, formando um para com os outros uma “unidade”, uma “sociedade” e que sejam conscientes disso (Simmel *apud* Frúgoli Jr., 2007: 8-9).

exemplo: impossibilidade de comunicação; solidão, individualismo; as relações humanas perdem a estabilidade e a longevidade; dissolução da família; a construção de novas formas de sociabilidade; decadência dos argumentos sociais tradicionais; melancolia (o indivíduo descentrado perde a noção de espaço e tempo).

Nesta mesma perspectiva, São Paulo apresenta-se, na primeira década do século XXI, como uma cidade alargada em que os valores enfatizados são: a incivilidade, a intolerância, o isolamento, a impessoalidade, o confinamento, a insustentabilidade, a discriminação e a segregação<sup>3</sup>, tendo em vista a alteração da sociabilidade metropolitana acentuada, também, pela violência e criminalidade, reflexos da globalização no espaço urbano.

Raquel Rolnik (2008: 11) argumenta a transformação de São Paulo demonstrando que o espaço metropolitano expandiu-se sobre a "(...) zona rural, redefinindo as fronteiras urbanas e espalhando enclaves como condomínios fechados, hipermercados e shoppings centers".

Segundo a urbanista, esta lógica modifica a clássica dualidade centro-periferia, dando lugar a uma nova divisão: "lugares seguros versus lugares violentos". Esta característica também aprofunda a segregação socioespacial, tendo em vista que se verifica outro tipo de sociabilidade em espaços fechados e exclusivos, nos quais a multiplicidade da cidade não penetra.

Vislumbramos, portanto, diferentes sociabilidades em diferentes espaços cada vez mais segregados, não coesos. Podemos dizer, assim, que as metrópoles brasileiras estão mergulhadas em uma crise de sociabilidade, cujo lado mais evidente é a exacerbação da violência. Por este e outros motivos que pretendemos analisar a Vila Olímpia, bairro situado no distrito do Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, como sendo um espaço urbano que atravessa acentuada crise decorrente da fragilização do regime dual de bem-estar.

Não é demais lembrarmos que esta configuração do homem metropolitano, foi tão bem descrita e analisada por Simmel (1979), por intermédio da atitude blasé, e ratificada por Wirth (1979), vinculando a capacidade relacional ao urbanismo ou urbanidade.

Nos dias de hoje, verificamos um cenário de coisas que intensificam profundamente a atitude blasé e o estilo de vida do homem metropolitano, principalmente, se levarmos em consideração o peso das novas tecnologias, os processos de segregação, a maximização da individualidade e da impessoalidade, a fragmentação, a super aglomeração, a valorização da vida no anonimato.

Vivemos, portanto, em um paradoxo: apesar de fazermos parte de uma aglomeração urbana, muitas vezes nos sentimos isolados, sozinhos, cumprimos o outro sem resposta.

---

3 Entendemos segregação espacial urbana como sendo um processo de dualização social, reflexo da "reestruturação produtiva e das transformações ocasionadas no espaço das cidades num contexto de globalização". (Bógus, 2009: 118).

Todos esses fatores tornam as relações sociais constantemente incertas, pragmáticas, uma vez que, segundo Bauman (2007), quando existentes, não se consolidam, são efêmeras, passageiras, voláteis, breves.

Estas transformações demonstram o que está mudando nas relações humanas e confirmam a ideia de que as novas formas de sociabilidade surgidas estão aquém das mudanças econômicas e políticas da sociedade.

Por outro lado, tenta-se recriar a praça e o espaço de estar e de encontro de uma vida comunitária perdida, o que coincide com a cidade não real, imaginária, ou faz-de-conta, com uma realidade virtual e com uma cultura do simulacro, em que se verifica também a falta de profundidade, novas intensidades emocionais ou o esmaecimento do afeto (Herculano, 2006).

Esta cidade alargada é reflexo das fragilidades e premissas que basearam a metrópole moderna. O espaço social, em uma sociedade do espetáculo, apresenta-se como recriação da realidade pela ficção (Featherstone, 2001), e a metrópole contemporânea se torna o palco de ausência e desaparecimento dos sujeitos.

Isso altera a dinâmica do tecido social e a maneira como as pessoas se veem umas às outras. Reflete, portanto, diretamente na estrutura social, e até mesmo na trajetória social dos indivíduos. Desta forma, a mundialização do capital (Chenais, 1996) e a pausterização (Véras, 1999) da economia mundial, moldam a distinção social prevista por Bourdieu (1994) refletida em novos gostos de classes e estilos de vida.

Por estas e outras razões, precisamos repensar a cidade e as relações sociais que nela existem com um olhar mais profundo e analítico, para compreendermos os problemas de sociabilidade surgidos com o advento da globalização e da financeirização dos mercados. O espaço urbano vem sendo modificado por tais processos, e por consequência as relações de interação social. É sob este prisma que tentaremos demonstrar o que está acontecendo na região da Vila Olímpia, área de abrangência da pesquisa desenvolvida neste trabalho.

## **A sociabilidade perdida: da chácara das flores à vila Olímpia**

### *Caracterização da área de estudo*

Cabe mencionarmos, inicialmente, que a área objeto de estudo foi escolhida para análise, tendo em vista representar uma nova centralidade em São Paulo, centralidade que é em verdade, não um fato, mas um processo social, uma imposição espacial do poder econômico e político (Fix, 2007), caracterizada por uma intensa intervenção do capital privado associada aos investimentos públicos de infraestrutura, nos últimos anos, como, por exemplo, as operações urbanas em seu entorno.<sup>4</sup>

---

4 Para maiores informações sobre o assunto ver: Bógus, 2008; Fix, 2007.

A Vila Olímpia,<sup>5</sup> localizada no distrito do Itaim Bibi, pertencente a sub-prefeitura de Pinheiros, situada na região sudoeste, a mais desenvolvida da capital paulista, durante a maior parte do século XX foi uma área predominantemente residencial, e surgiu como um aglomerado de chácaras formadas em sua maioria por portugueses e seus descendentes.

Dentre os portugueses que se interessaram pela região, encontramos o sr. Policarpo, que no início de 1914 comprou uma chácara, dando-lhe o nome de 'Chácara das Flores' (...) A região da Alta Vila Olímpia foi povoada por diversas chácaras de floristas que trabalhavam para fornecer suas flores não só para os cemitérios da cidade, como também para as famílias mais abastadas que habitavam os bairros mais próximos.. (Conceição, 2003: 11).

Ainda quanto à memória da Vila, podemos ressaltar que só a partir da década 1960 que começaram as construções, as ruas de terra batida foram substituídas por asfalto, a energia elétrica se instalou de vez, a primeira igreja foi construída, mas o comércio (padaria, mercearia, vendinha) ainda surgia de acordo com as necessidades dos seus moradores. Nesta época as chácaras já estavam sendo loteadas e os córregos em volta da região canalizados.<sup>6</sup>

A partir da década de 70 através da instalação de indústrias, faculdades, bancos além de outros tipos de comércio a vila se expandiu e começou a deixar para trás o aspecto de "vila", tornando-se cada vez mais um bairro. Já em 1990, o fato do bairro vizinho, Itaim Bibi estar saturado comercialmente fez com que investidores imobiliários voltassem os olhos para os lados da Vila Olímpia. A prefeitura através de alguns projetos ajudou a promover uma revolução na região da vila, motivada pela abertura da Av. Nova Faria Lima e a Av. Hélio Pelegrino, o que facilitou o acesso à vila e também a modernização da região. Já em 1993/1996 as obras de alargamento dos córregos Uberaba e Uberabinha (já subterrâneos) provocaram um surto de desenvolvimento instantâneo. Sem a preocupação com os alagamentos que eram frequentes na região, o setor imobiliário começou a agir rápido junto aos proprietários numa tentativa de agilizar a construção de imóveis de pequeno e grande porte, que pudesse comportar não só áreas residenciais como também comerciais e culturais.

Atualmente, casas noturnas, bares e danceterias dividem espaços com os poucos sobradinhos ou casas que ainda resistem à modernização da vila. Essa modernização não permite mais aos moradores andarem pelas ruas da vila sem encontrar um empreendimento, seja ele comercial, residencial ou cultural.<sup>7</sup>

---

5 Área formada pela Avenida dos Bandeirantes, Av. Santo Amaro, Av. Juscelino Kubitschek e Av. Nações Unidas.

6 *Ibidem, Ibid.*

7 *Ibidem*, p. 23-24.

É nítida a transformação do espaço desde a antiga Chácara das Flores até a Vila Olímpia de hoje. Tais modificações contribuíram para a evolução histórica, social e urbana da região, caracterizando-se hoje como um novo perfil de espaço urbano, completamente desconfigurado desde o seu surgimento, apresentando nítidas características de uma região urbanizada em decorrência “dos interesses privados do mercado imobiliário, fundiário e financeiro, atuando, primordialmente em benefício das elites dominantes e do capital, levando à perda do valor de uso da terra, à expulsão da população de baixa renda para a periferia e à consolidação de enclaves sociais” (Bógus, 2008: 126).

Caminhando pelas ruas da Vila Olímpia, facilmente observamos que as casas e sobrados que ainda existem, se não são utilizados para fins comerciais, foram e estão sendo substituídas por edifícios verticais luxuosos, por uma arquitetura de megaprojetos imobiliários para fins comerciais e edifícios corporativos, caracterizando o mais recente eixo de negócios da cidade.<sup>8</sup> Conforme Fix (2007) “a transformação de uma região pantanosa na área mais valorizada da cidade é, na verdade, um exemplo de criação da máquina imobiliária de crescimento”.

### **Estratégias metodológicas para a construção da pesquisa**

A metodologia de investigação utilizada para este trabalho foi a técnica de pesquisa exploratória (Queiroz, 1995), tendo em vista que realizamos várias visitas na área objeto de estudo, assim como, participamos de uma festa da “Turma do Beira Rio”, formada pelos antigos moradores da Vila Olímpia, além de profundas investigações em espaços de interação social (o Clube de Bocha; a lanchonete Lanches Amazonenses, a Biblioteca Anne Frank, Parque do Povo, dentre outros).

Vale ressaltar que esta pesquisa ainda está sendo realizada, portanto, não está acabada, pelo que ainda estamos a fazer entrevistas em profundidade com moradores locais.<sup>9</sup>

---

8 Atualmente, a Vila Olímpia comporta, dentre outros empreendimentos: a Villa Daslu, o shopping Vila Olímpia, o shopping JK (ainda em construção), a casa de shows Via Funchal, a Faculdade Anhembí Morumbi, mais de cinco hotéis de luxo, mais de 120 restaurantes de diversas especialidades e nacionalidades, mais de 10 grandes imobiliárias, incorporadoras e construtoras, mais de 45 *pubs* e discotecas, mais de 40 bares, sede de inúmeros bancos como Santander, empresas de diversos ramos, o *E-Tower* (5º edifício mais alta da cidade). É também conhecida como o Vale do Silício brasileiro, pois abriga empresas multinacionais como Unilever, Google, Yahoo, Buscapé, Intel, Symantec, Microsoft, e muitas outras (disponível em: <http://www.encontravilaolimpia.com.br/> Acesso em: 12.04.2011).

9 Cabe mencionar que esta pesquisa não está acabada, posto que faz parte do projeto de tese de doutorado em Cidades e Culturas Urbanas, o qual estou concluindo junto à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, sob a orientação do professor Dr. Carlos Fortuna.

Desta forma, partimos do levantamento do registro experimental e documental, contatando personagens chaves que ajudassem a evocar a evolução do terreno, alvo de análise, para orientar a pesquisa.

A pessoa de fundamental importância que serviu como intermediária e que abriu as portas para a imersão no terreno foi a moradora Ana, a qual é voluntária em uma escola pública da região, desenvolvendo projetos com o objetivo de resguardar a memória e a história da Vila Olímpia, além de patrocinar reclamações frente aos órgãos públicos visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro.

O contato realizado com a Ana partiu de um e-mail que enviei para várias bibliotecas municipais de São Paulo, com o intuito de saber se havia alguma publicação referente a história da Vila Olímpia. Dentre os bibliotecários que responderam o meu e-mail, a coordenadora da biblioteca Anne Frank<sup>10</sup> indicou a Ana como uma pessoa adequada para fornecer as informações necessárias.

Foi também a própria Ana que me convidou para uma festa da “Turma do Beira Rio” comunidade formada por antigos moradores da Vila a qual comemorou trinta anos de amizade.<sup>11</sup>

As visitas na lanchonete Lanches Amazonenses,<sup>12</sup> no Clube de Bocha<sup>13</sup> e no Parque do Povo<sup>14</sup> foram realizadas em decorrência das entrevistas com os moradores locais, os quais, quando questionados sobre lugares de lazer e descontração que frequentavam na Vila Olímpia, ressaltaram esses como espaços de sociabilidade e interação social.

Por fim, as entrevistas realizadas até o término deste artigo foram feitas com dois grupos de moradores,<sup>15</sup> sendo o lapso temporal de residência na área o diferencial para a análise das referidas entrevistas. Assim, dividimos os entrevistados entre antigos moradores (moradores de residências térreas

---

10 A biblioteca Anne Frank está situada na Rua Cojuba, 45, Itaim Bibi, São Paulo, e é a biblioteca que abrange a região da Vila Olímpia, onde são realizados encontros, palestras e atividades lúdicas, principalmente entre os alunos de escolas públicas do bairro.

11 A festa da “Turma do Beira Rio” foi realizada na oficina mecânica Manolo, localizada na Rua Atílio Inocenti, 834, Vila Olímpia, no dia 03.10.2010, domingo, marcada para as 12h.

12 Lanchonete localizada na Rua Clodomiro Amazonas, 1393, Vila Olímpia, representando um importante ponto de encontro entre os moradores da região, sobretudo, aos finais de semana, em que se reúnem para almoçar, tomar cerveja e conversar.

13 O Clube de Bocha faz parte do Centro Desportivo Municipal da Vila Olímpia e está localizado na Rua Helion Povoá, 126, sendo um importante ponto de encontro, principalmente, entre os moradores idosos da região que praticam Bocha como esporte e como meio de lazer.

14 O Parque do Povo localiza-se entre a Av. Cidade Jardim, Av. Nações Unidas e Rua Henrique Chamma.

15 A escolha dos dois personagens para analisar as novas formas de sociabilidade surgidas na Vila Olímpia, não exclui os demais atores sociais que direta ou indiretamente contribuem para este processo.

horizontais antigas, como no mínimo dez anos de residência no bairro), e novos moradores (moradores de residências verticais recentes com no máximo cinco anos de residência no bairro).<sup>16</sup>

Informamos, desde já, que foi mais fácil entrevistar antigos moradores, do que novos, tendo em vista aqueles se demonstrarem mais solícitos, com mais tempo para responder às perguntas, e mais interessados na pesquisa.

No mais, ainda estamos realizando investigação no Observatório das Metrópoles, centro vinculado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC/SP, sob a co-orientação da professora Dra. Lúcia Bógus, a qual contribui de forma decisiva para a elaboração da pesquisa.

A metodologia da pesquisa, através de uma abordagem sociológica, e da observação *in locu* da Vila Olímpia, ajudou a desvendar as contradições e as complexidades instauradas nesta nova centralidade de São Paulo, compreendendo os novos ritmos que a temporalidade urbana tem adquirido e seus consequentes impactos sobre a luta no e pelo espaço (Telles, 2006).

Por meio da abordagem da *rhythmanalyse* (Lefebvre, 1992; 2004), acreditamos ser possível entender a dinâmica das relações de sociabilidade nesta nova centralidade, tendo em vista que nos deparamos não somente com transformações físicas na região estudada, mas, sobretudo, com modificações no desenvolvimento, no ritmo do espaço urbano e de seus indivíduos. As alterações no cotidiano, na fração do dia, nos horários, nos transportes, no dia e na noite, na velocidade, são exemplos dessa transformação.

A “ritmanálise” permite delimitar, portanto, os ritmos da cidade e das pessoas na cidade, facilitando o entendimento de como uns e outros se entrelaçam, através do modo como organizam seus ritmos, influenciando a maneira como interagem socialmente entre si (Fortuna, 2009).

No mais, observando a clareza e a coerência na exposição do pensamento, as ideias expostas foram revestidas de originalidade para se atingir uma argumentação contundente e pertinente para o entendimento, discussão e interpretação do estudo, utilizando, também, uma metodologia qualitativa.

### **A dinâmica dos atores sociais na nova centralidade: desvendando sociabilidades**

De acordo com a pesquisa apresentada, podemos perceber certa dinâmica entre os atores sociais que utilizam o espaço urbano da Vila Olímpia. Para esta

---

16 O lapso temporal e o tipo de residência se justificam por um contexto histórico-social do bairro, pois a partir da década de 1980/1990 (em que ainda havia a predominância de residências térreas horizontais), houve grandes intervenções urbanas na área, presenciadas por moradores da época. Atualmente, verificamos como reflexo dessas transformações a expulsão dos antigos moradores, e a chegada de novos moradores (em sua grande maioria vivendo em residências verticais recentes) principalmente por motivos profissionais.

dinâmica, portanto, selecionamos dois atores sociais principais: os novos moradores e os antigos moradores; e um ator secundário: os trabalhadores (que não residem na área). Para os dois primeiros, levamos em consideração a dimensão temporal anteriormente ressaltada.<sup>17</sup>

Entre os antigos moradores e os trabalhadores, percebemos uma não-relação, ou uma ausência de relação social, tendo em vista não se cruzarem, não se relacionarem no espaço público, uma vez que o sujeito que trabalha na Vila Olímpia, só utiliza a região para exercer sua atividade laboral. Para este ator, a vila não passa de uma vila operária, local onde exerce sua força de trabalho.

Já entre os novos moradores e os trabalhadores, percebemos uma relação profissional, uma vez que, em sua grande maioria, aqueles se mudaram para a Vila Olímpia para morarem perto do trabalho (comodidade considerada privilégio de poucos em uma cidade como São Paulo), logo esses atores sociais muitas vezes acabam se relacionando com os trabalhadores, sobretudo, por motivos profissionais.

Importa ressaltarmos que nesta pesquisa, estamos nos aprofundando, principalmente, na relação entre os antigos e novos moradores da região estudada. Sendo assim, importa questionarmos se existe de fato uma interação social entre estes agentes. Se existe, que tipo de relação? Há um conflito espacial entre os antigos e novos moradores habitando o mesmo espaço? Quais as formas de sociabilidade existentes nesta relação? Essas e outras inquietações que impulsionam o desenvolvimento da pesquisa.

Devido à pesquisa ainda estar em andamento, não podemos afirmar qualquer conclusão definitiva, entretanto, até o presente momento acreditamos que entre os antigos moradores do bairro existe uma intensa interação social, concretizada por laços de amizade, de cordialidade, por estímulos ou interesses que se coadunam com a noção de urbanidade, com a vida cotidiana.<sup>18</sup>

A “Turma do Beira Rio” é um verdadeiro exemplo disso. Formada por antigos moradores da Vila Olímpia, surgiu entre um grupo de amigos vizinhos que se juntaram para jogar bola, e também para fazer e soltar balões em festas juninas, à beira do rio Pinheiros. Muitos integrantes da turma já não moram mais na região, porém, ainda se encontram na própria Vila Olímpia para estreitar os laços de amizade.

---

17 O objetivo da pesquisa é desvendar novas formas de sociabilidade surgidas entre antigos e novos moradores da Vila Olímpia, em decorrência das transformações urbanas ocorridas no bairro nos últimos anos. Entretanto, os trabalhadores (que não residem na área) direta ou indiretamente influenciam esta dinâmica, razão pela qual não podemos deixar de ressaltá-los.

18 Para estes atores, o espaço público definido pela modernidade como um espaço cívico de encontro dos iguais não está morto, ao contrário do que afirma Leite (2009).

Aqui nos deparamos com um exemplo nítido de que a ideia de comunidade não desaparece totalmente com a cidade alargada, pois apesar desta, algumas formas de sociabilidade ainda resistem em comunidades menores e específicas, retratando uma verdadeira cultura de bairro.

Podemos afirmar, portanto, que estes atores sociais formam um grupo, em que valores como liberdade e segurança são essenciais para garantir a manutenção das relações sociais em uma determinada comunidade frente às dinâmicas de convivências humanas em tempos de globalização (Bauman, 2000).

Ainda entre os moradores antigos, podemos observar a noção de cordialidade na fala de uma moradora que mora desde que nasceu no bairro, há 41 anos. Questionada sobre o seu relacionamento com os vizinhos, diz:

O cumprimento [de falar boa tarde, bom dia], é um ponto muito positivo nas residências, nas casas, porque em apartamento — recentemente meu marido até comentou — o vizinho, uma pessoa acaba subindo no elevador quando ela vê a outra, ela deixa o elevador subir pra não ter que encontrar, aí um outro subiu e ele falou, nossa um mora do lado do outro, mas nenhum olha na cara do outro, e tá porta a porta com o vizinho e não tem essa liberdade, né. É muito diferente da casa. Você sai no portão, mesmo que você não tenha intimidade diz oi, é outra coisa. Lá em casa acontece muito isso. Aí o que acontece às vezes, você vai num local, e diz: “Ah, você também mora aqui? Ah, mas eu também moro naquele prédio, mas a gente nunca se encontrou!”. Por isso que eu falo, apartamento não serve pra mim, tem que ser casa.

O trecho demonstra claramente a cordialidade entre os moradores de casas térreas horizontais, e entre os moradores de edifícios ou condomínios verticais. Naquelas, em sua maioria, residem moradores antigos, e nestes residem os moradores novos, recém-chegados ao bairro. Assim, entendemos que o tipo de residência também delimita o estilo de vida individualista entre esses moradores, tendo em vista que os novos cada vez mais se isolam, distanciam-se, tornam-se estranhos em seus enclaves fortificados, diferente dos antigos que ainda tentam preservar certa cordialidade para com os seus vizinhos.<sup>19</sup>

Entre os antigos e novos moradores, observamos uma nítida ausência de interação social, e de sociabilidade, como é demonstrado na fala de um

---

19 Sobre o assunto, Proença Leite demonstra que nas megacidades contemporâneas as classes médias e altas manifestam abstenção social ao encontro, ou seja, possuem atitudes deliberadas de recusa ao encontro com o outro (estranho). Sendo assim, demonstram “suas abstenções pelo confinamento: no modo como habitam condomínios verticais ou horizontais com forte aparato de segurança, pela opção de consumo preferencialmente em shopping centers ou galerias de luxo, pelo uso corrente de carros com vidros fechados e, às vezes, blindados; pela opção já bastante acentuada de deslocamentos por helicópteros; pelo uso ainda corrente de elevadores ‘social’ e de ‘serviços’” (2009: 198).

entrevistado que nasceu na Vila Olímpia e, portanto, mora há 46 anos. Questionado sobre qual a sua relação com o bairro, o mesmo responde:

Frequento a Igreja do Divino Salvador que é na frente da minha casa na Rua Casa do Ator. Hoje em dia muito pouco, mas antigamente fazíamos torneios, jogávamos bola na quadra, treinávamos, fazíamos teatro, dança. Eu fui batizado nessa igreja, fiz primeira comunhão, crisma, fiz tudo nessa igreja, mas hoje em dia a gente não frequenta mais muito, porque o pessoal que administra é um pessoal novo, que não conhece muito a gente, que não conhece o pessoal da rua, os vizinhos, e hoje quem frequenta essa igreja são esses engravatados de calça suja que só tem aparência. Essas são as pessoas que administram a igreja e que não deixam a gente fazer mais nada lá. Tem umas salas lá com lousa e cadeiras novas, mas a gente não vê eles usarem, né! Não fazem trabalho com a comunidade nem nada...

Nesta fala, observamos claramente como os antigos moradores veem os novos, esses em sua maioria se mudam para a região por motivos profissionais, e quando tentam se infiltrar no espaço social dos habitantes veteranos, não desenvolvem relações sociais concretas.

Além disso, percebemos uma diferença de classe social entre os antigos e novos moradores da Vila Olímpia, além da diferença de ocupação, renda, nível de escolaridade, dentre outras.

Os novos moradores, ou a classe dominante que detém o capital financeiro parece não ter vontade de circular em espaços públicos de sociabilidade, ou melhor, optam por espaços privados de sociabilidade, com áreas restritas, mais reservadas, em que a auto-segregação é a regra.

Estes recentes habitantes são vistos como anônimos, pois não participam da vida pública do bairro e não interagem com os antigos moradores que ainda restam no local. Estes ainda sentem a noção de pertença ao lugar, enquanto que os novos não se relacionam com o espaço em que habitam.

A dinâmica deste processo reflete num conflito abstrato, subjetivo entre os antigos e novos moradores. Um conflito indireto entre relações de interação social mediada pelo capital. Seria mais ou menos a lógica das relações intergrupais entre os estabelecidos e os outsiders de Norbert Elias (2000).

Os antigos moradores ligam-se entre si por laços de intimidade emocional, que incluem antigas amizades e velhas aversões, por laços de vizinhança, por interações sociais recíprocas e conscientes. Já os novos moradores não se relacionam com os antigos moradores, não tem tempo de se relacionarem, ou se relacionam de forma fria, frágil, efêmera, sem substância.

Observamos, assim, uma ausência de sociabilidade entre os antigos e novos moradores na Vila Olímpia. O conflito espacial entre esses atores é intensificado por uma visível redução dos espaços públicos de interação social, e por um aumento dos espaços privados oriundos do mercado imobiliário.

Neste sentido, não observamos mais centros de lazer para a comunidade, praças, lugares de convivência ou de sociabilidade, tendo em vista que os espaços são cada vez mais cercados por muros, limitando a circulação das pessoas, são lugares cada vez mais fechados ao público, com restrições de segurança intensa de circulação de pessoas caracterizando uma vida urbana reduzida (Levy, 2010).

### **Conclusões preliminares**

A pesquisa apresentada neste artigo ainda está em andamento tendo em vista fazer parte do desenvolvimento da minha tese de doutorado na Universidade de Coimbra, portanto, as conclusões aqui ressaltadas são de caráter preliminar, tendo em vista a pesquisa não estar acabada.

De qualquer forma, é inegável que o bairro estudado está passando por um processo de urbanização, marcado pelos interesses mais avassaladores do capital globalizado. Da Vila residencial no início do século XX ao bairro reconfigurado pelos megaprojetos imobiliários, observamos que atualmente a região vem apresentando uma urbanização destruidora, em que a verticalização é a regra modificando de forma intensa o espaço urbano relacional.

Os muros parecem ser a regra, em um bairro onde o que resta do espaço público é utilizado como espaço de circulação e não enquanto lugar e suporte de sociabilidades.

Entretanto, observamos que mesmo com esta cruel realidade, a cidade de São Paulo, apesar de sua escala, diversidade e problemas, comporta inúmeras e até surpreendentes formas de sociabilidades através das quais seus habitantes estabelecem (novos) vínculos entre si e com a cidade. Este talvez seja o caso da “Turma do Beira Rio”, comunidade em que acreditamos apresentar uma nova forma de sociabilidade de resistência frente à globalização do urbano.

Mergulhando no cenário estudado, parece existir um conflito espacial entre os antigos e novos moradores do bairro, marcado pela ausência de relação social, pois aqueles ainda relacionam-se em espaços públicos de interação social e, em contrapartida, estes relacionam-se em espaços privados, são vistos como anônimos, como estranhos, como os outros.

Desta forma, a vida urbana é reduzida pela força destrutiva do capital globalizado, acarretando o desaparecimento dos espaços públicos, ou a hibridação dos espaços públicos e privados, ocasionando significativa interferência nas formas de sociabilidade.

Talvez não tenhamos que ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidades que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço urbano (Magnani, 2003).

Ao analisarmos a Vila Olímpia, portanto, compreendemos que o bairro atualmente está refletindo uma dinâmica peculiar de seus atores sociais com o espaço, caracterizada pela sujeição do planejamento à lógica do mercado.

Assim, devemos pensar a cidade no ponto de vista das novas formas de sociabilidade urbana. Entender o que é sociabilidade e aplicar seu conceito nas cidades. Entender essa nova cultura metropolitana, o enclausuramento, o isolamento e o confinamento que impedem as relações sociais. Fortalecer as sociabilidades de resistência como forma de se garantir um real e efetivo direito à cidade.

### Referências bibliográficas

- Amin, A.; Graham, S. (1997), "The Ordinary City", in *Transactions of the Institute British Geographers*, London, Royal Geographical Society, vol. 22, n. 4, pp. 411-429, Dec.
- Bauman, Z. (2000), *Comunidade. A Busca Por Segurança No Mundo Atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Z. (2007), *Vida Líquida*, Jorge Zahar Editor.
- Bógus, Lucia M. M.; Pessoa, Laura C. R. (2008), "Operações urbanas — nova forma de incorporação imobiliária: o caso das operações urbanas consorciadas Faria Lima e Água Espriada", in *Cadernos Metrôpole. Território e Região*, São Paulo, EDUC, n. 20, p. 125-139.
- Bógus, Lucia M. M. (2009), "Segregações urbanas" in Fortuna, Carlos; Leite, Rogério P. (Orgs.), *Plural de cidades. Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Almedina, p. 115-126.
- Bourdieu, Pierre (1994), "Gostos de classe e estilo de vida", in Ortiz, Renato, *Pierre Bourdieu; Sociologia*, São Paulo, Ática, p. 82-121.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio (2000), *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*, São Paulo, Ed. 34 / Edusp.
- Chenais, François (1996), *Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã.
- Conceição, Edmilson (2003), *Vila Olímpia. A morada dos Deuses*, São Paulo, A6 Comunicação Editorial.
- Elias, Norbert (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia de Poder a Partir de Uma Pequena Comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Encontra São Paulo, São Paulo, Guia de Bairros Encontra Vila Olímpia. Acesso em: 12.04.2011. Disponível em: <http://www.encontravilaolimpia.com.br/>.
- Featherstone, Mike (2001), "Culturas globais e culturas locais", in Fortuna, C. *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta editora, p. 83-104.
- Fix, Mariana. (2007), *São Paulo Cidade Global. Fundamentos Financeiros de Uma Miragem*, São Paulo, Boitempo.
- Fortuna, Carlos, (2009), "Cidade e Urbanidade", in Fortuna, Carlos; Leite, Rogério P. (orgs.), *Plural de Cidades. Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Almedina, p. 83-97.

- Frúgoli Jr., Heitor (1995), *São Paulo. Espaços Públicos e Interação Social*, São Paulo, Marco Zero.
- Frúgoli Jr., Heitor (2000), *Centralidade em São Paulo. Trajetórias, Conflitos e Negociações na Metrópole*, São Paulo, Cortez; Editora da Universidade de São Paulo.
- Frúgoli Jr., Heitor (2007), *Sociabilidade Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2007.
- Harvey, David (2009), *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural*, 18ª Ed. São Paulo, Loyola.
- Herculano, Selene (2006), “Modernidade, pós-modernidade, racionalidade e irracionalidade”, in Herculano, Selene, *Em Busca da Boa Sociedade*, Niterói, Rio de Janeiro, EDUFF.
- Ianni, Octavio.. (1999), “Cidade e modernidade”, in Souza, M. A. A. de. *et all.* (orgs.) *Metrópole e Globalização. Conhecendo a Cidade de São Paulo*, São Paulo, CEDESP, p. 15-25.
- Lefebvre, Henri. (1992), *Éléments de Rythmanalyse*, Paris, Éditions Syllepse.
- Lefebvre, Henri (2004), *Rhythmanalysis. Space, Time and Everyday Life*, London, New York, Continuum.
- Leite, Rogerio P. (2009), “Espaços públicos na pós-modernidade”, in Fortuna, Carlos; Leite, Rogério P. (orgs.), *Plural de Cidades. Novos Léxicos Urbanos*, Coimbra, Almedina, p. 187-204.
- Levy, Dan Rodrigues (2010), “Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos”, in Ponto e Vírgula, *Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais*, PUC/SP, n. 7, 1º sem., p. 95-108.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2003), “A rua e a evolução da sociabilidade”, in *Os Urbanitas*, São Paulo, ano 01, vol. 01, ano 0, out.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de (1995), *Sobre Durkheim e as Regras do Método Sociológico*, São Paulo, Ciência e Trópico.
- Rolnik, Raquel (2008), “A lógica da desordem”, in *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, Instituto Pólis, ano 2, nº 13, ago, p. 10-11.
- Simmel, Georg (1979), “A metrópole e a vida mental”, in Velho, O. G. (org). *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 29-72.
- Soja, E. W.; Morales, R.; Wolf, G. (1989), “Urban restructuring: an analysis of social and spatial change in Los Angeles”, in Beauregard, R. A. *Atop the Urban Hierarchy*, Totowa, N.J, Rowman & Littlefield, p. 87-122.
- Soja, E. W. (2002), *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*, Malden, Blackwell Publishing.
- Telles, Vera da Silva; Cabanes, Robert (2006), *Nas Tramas da Cidade. Trajetórias Urbanas e Seus Territórios*, São Paulo, Associação Editorial Humanitas.
- United Nations. (2008), *World Urbanization Prospects. The 2007 Revision*, New York, DESA.
- Véras, Maura Pardini Bicudo (1999), “Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global”, in Souza, M. A. A. de. *et all*

(orgs.) *Metrópole e globalização. Conhecendo a cidade de São Paulo*, São Paulo, CEDESP, p. 197-217.

Wirth, L. (1979), "O urbanismo como modo de vida", in Velho, O. G. (org). *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 97-122.



## **Shopping (&) Center**

### **O centro comercial como lugar de consumo e de centralidade urbana**

*Miguel Silva Graça*

CITTA - DEC / Universidade de Coimbra (miguel.graca@dec.uc.pt)

#### **Resumo**

Os centros comerciais são hoje um dos elementos mais marcantes da cidade contemporânea, um lugar incontornável da própria actividade do consumo e, cada vez mais, um dos lugares-chave da própria vida quotidiana.

Mas, se ir ao “shopping” é experiência de todos, a discussão do próprio papel do centro comercial é todavia um tema controverso. Se, para uns, estas tipologias constituem locais onde tudo se encontra acessível de uma forma confortável, protegida e segura. Por outros, são vistos enquanto uma das realizações mais plenas de um capitalismo avançado, adequados ao tom de uma época na qual o consumo impregna todas as facetas e actividades da vida contemporânea.

Porém, se na base desta fórmula retalhista se encontra subjacente uma intenção de concentração comercial, com vista à maximização do lucro, hoje, estes não são apenas espaços destinados ao consumo. Pois, os ambientes cenográficos das suas “ruas” e “praças” — tal como as da cidade histórica — são também tendencialmente lugares de passeio, de ócio e de lazer. E, por conseguinte, visitá-los é também ir ao “center”.

Assim, para além de constituírem uma expressão particular do mercado de retalho — onde são mostrados, experimentados e vendidos produtos, assim como suportados usos, funções e actividades que antes apenas estavam reservados à esfera dos espaços públicos urbanos — os centros comerciais são, eles próprios, ícones destacados do panorama europeu contemporâneo.

Acompanhando a emergência de uma nova condição urbana, materializada numa cidade que se expandiu fisicamente para lá dos seus limites e que tendencialmente se relaciona em rede, veremos como estas estruturas comerciais se assumem como nós das paisagens metropolitanas nas quais se implantam. E se noções como centro e periferia, público e privado, ou lugar e não-lugar são hoje desafiadas pelo próprio carácter híbrido destas tipologias comerciais; será, precisamente, porque o próprio território urbano europeu se transformou, ao

longo dos últimos quarenta anos, numa entidade cuja escala e complexidade não permite já entender com facilidade o seu papel e natureza.

E Portugal, onde no início da década de 2000, existiam já 745 centros e galerias comerciais e onde encontramos o maior índice de área bruta locável por habitante destas tipologias, no Sul da Europa, não será indiferente a este processo global.

Perante um panorama no qual os centros comerciais acumulam progressivamente as valências de locais privilegiados do consumo — “shopping” — e de centros gravitacionais — “center” — da própria condição metropolitana, o objecto desta comunicação centrar-se-á, assim, na compreensão da forma como, na Europa e com especial detalhe em Portugal, os centros comerciais se assumem como uma condensação de urbanidade na cidade contemporânea. E, por conseguinte, levando-nos a perguntar se este não virá a ser, ou não é já, ele mesmo, cidade.

Porém, se desconhecemos quais os papéis que este híbrido e sobreposto objecto poderá ainda assumir no quadro da cidade europeia, assim como nas “peregrinações” e hábitos dos seus utilizadores; temos, todavia, uma sólida suspeita. A de que, num futuro próximo, esta tipologia venha mesmo a ser, mais “centro” do que “comercial”.

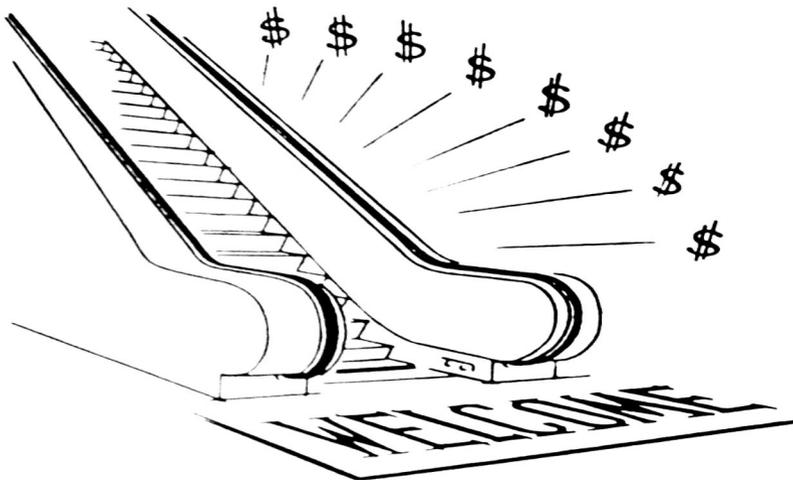
### **Shopping (&) Center: o centro comercial como lugar de consumo e de centralidade urbana**

Os centros comerciais são hoje um dos elementos mais marcantes da paisagem urbana, assim como uma das mais visíveis manifestações da actual sociedade de consumo. Presentes em quase todos os centros e periferias das cidades europeias de grande e média dimensão, estas fórmulas comerciais representam tendencialmente um lugar incontornável da actividade do consumo e, cada vez mais, um dos lugares-chave da vida quotidiana dos próprios cidadãos.

Mas, se ir ao *shopping* é experiência de todos, a discussão do papel hoje desempenhado pelos centros comerciais é, todavia, um tema controverso. Criticados por uns — que os consideram responsáveis pelo declínio dos centros das cidades e do seu comércio tradicional ou que desconfiam do carácter alienante e securizado dos seus ambientes sofisticados de consumo — e apreciados por outros — que os consideram elementos potenciadores de dinâmicas urbanas positivas, acumulando a mais-valia de representarem lugares onde tudo se encontra acessível num mesmo local de uma forma confortável, protegida e segura — estes espaços constituem hoje, independentemente da forma como seja encarada a crescente afirmação do seu papel, uma das mais destacadas peças da cidade contemporânea.

Será, assim, difícil ficar indiferente a estes ambíguos e complexos objectos, a que Cabirio Cautela e Daniela Ostidich simultaneamente denominam de

“paraíso e inferno” da cidade contemporânea (2009:7). Se, alguns autores, lhes imputam o facto de terem inferido na própria noção de espaço público contemporâneo, responsabilizando-os de retirarem consumidores dos centros das cidades e de reduzirem as práticas de uso colectivo a espaços que consideram anti-democráticos (Sorkin, 1992:xi-xv), militarizados (Davis, 1992:154-180), artificializados (Jackson, 1985:260), panóticos (Elin, 1997:73) e que rejeitam as actividades de um verdadeiro centro (Whyte, 1988:208), assim como de circunscrever a noção de espaço cívico a um conjunto de actividades essencialmente orientadas para o consumo (Ghirardo, 1996:66). Outros ressaltam, pelo contrário, a inevitabilidade da sua hegemonia numa cidade genérica (Koolhaas, 1997:3-12), argumentando que o consumo é aliás um dos últimos vestígios de actividade pública (Leong, 2001:128-155), que estas tipologias comerciais oferecem a possibilidade de novas centralidades e sociabilidades (Amendola, 1997: 259) e até de uma urbanidade segura (Rybczynski, 1995: 210), assim como de que estes são, para já, um dos mais importantes paradigmas arquitectónicos do século XXI, para um mundo inteiro que se tornou já, ele mesmo, num centro comercial (Crawford, 1992: 3-30).



**Figura 9.1** Brochura publicitária, Otis Elevator Co. (1949)

Fonte: in CHUNG, Chuihua Judy; INABA, Jeffrey; KOOLHAAS, Rem; LEONG, Sze Tsung (coord.) - *Project on the City 2: Harvard Design School Guide to Shopping*. Köln-London-Madrid-New York-Paris-Tokyo: Taschen, 2001.

E se o centro comercial se define, indiscutivelmente, como um conjunto de estabelecimentos comerciais, planeado, promovido e gerido de forma unificada. E se, ainda, na génese do centro comercial, enquanto fórmula retalhista, se encontra indubitavelmente subjacente uma intenção de concentração comercial, com vista à maximização do lucro. Porém, hoje, estes não são apenas espaços destinados ao consumo.

Condensando elevados fluxos de visitantes e fortes níveis de intensidade de uso, os centros comerciais são também tendencialmente lugares de passeio, de ócio e de lazer. Cumulativamente a uma oferta concentrada de lojas e serviços, cada vez mais, marcam presença nestes formatos um conjunto de novas valências lúdicas, recreativas e culturais, com um objectivo assaz claro: criar espaços amigáveis e convidativos à permanência e ao consumo.

Nos ambientes cenográficos e oníricos das suas “ruas” e “praças” — como nas da cidade histórica, densa e compacta — vagueia-se, come-se, bebe-se, descansa-se e consome-se símbolos e mercadorias. E, por conseguinte, visitá-lo é também ir ao *center*.

Mas, para além de constituir uma expressão particular do mercado de retalho — onde são mostrados, experimentados e vendidos produtos, assim como suportados usos, funções e actividades que antes estavam reservados à esfera dos espaços públicos urbanos — o centro comercial é, ele próprio, um ícone destacado do panorama europeu contemporâneo. Acompanhando a emergência de uma condição urbana, materializada numa cidade que se expandiu fisicamente para lá dos seus limites e que tendencialmente se relaciona em rede, veremos como estas estruturas comerciais se assumem como nós e elementos marcantes das paisagens metropolitanas nas quais se implantam.

Num território que cresce, marcado pela descontinuidade — tanto física, do seu tecido urbano fragmentado e disperso, como relacional, fruto dos avanços no campo das telecomunicações e de novas formas de sociabilidade independentes da proximidade geográfica — veremos assim afirmar-se, sobre a própria estrutura urbana, uma malha hipertextual de formatos lúdico-comerciais e equipamentos de uso colectivo, na qual a tipologia do centro comercial será uma das suas mais representativas rótulas.

Todavia, por consistir num corpo híbrido onde se reúne um palimpsesto de ofertas, funções e actividades, o centro comercial apresentar-se-á na sua essência como um objecto heterodoxo e contraditório. Lugar de negócio, mas também de ócio. Aberto ao uso, mas fechado sobre si mesmo. Público nos seus hábitos, mas privado na sua dominialidade. Focalizado nas experiências individuais de consumo dos seus utilizadores, mas dirigido a públicos e volumes de distribuição massivos. Amplo na sua abrangência geográfica, mas pormenorizado no detalhe da sua escala. Generalista nas suas temáticas, mas representativo para o imaginário de cada utilizador.

Assim, pela sua natureza, este será necessariamente um exercício a diferentes escalas. Pois, como veremos, na aproximação que efectuaremos a este



**Figura 9.2** “99 Cent”, Andreas Gursky (1999)  
 Matthew Marks Gallery (New York) / Monika Sprüth Galerie (Köln).

objecto de estudo — que tanto explora a sua condição de elemento urbano de influência territorial, como de espaço interiorizado de cenografias cuidadas e detalhadas — deparar-nos-emos com um universo de fenómenos que se manifestarão de formas diferenciadas conforme o nível de análise que elegermos para a sua observação. E, entre este conjunto alargado de temáticas, pelo menos três serão, hoje, incontornáveis à própria caracterização destas tipologias comerciais.

Em primeiro lugar, o omnipresente fenómeno do consumo que identificaremos, num plano alargado, manifestado em quase todas as actividades da vida urbana contemporânea; e, num plano estrito, corporizado nos espaços interiorizados dos centros comerciais, enquanto expressão máxima da prática do acto do consumo elevada à condição de experiência *quasi*-urbana.

Já num segundo plano, reconheceremos a emergência de uma “nova condição urbana” que, a uma maior escala, se assumirá como uma estrutura formal na qual os centros comerciais representarão progressivamente pólos de expressiva atractividade; e, a uma menor escala, verá os usos da sua rede tradicional de espaços públicos replicados num sistema de espaços colectivos, entre os quais estas fórmulas comerciais se apresentarão como novos e destacados lugares significativos.

E por fim, num terceiro plano, constataremos a afirmação do papel do próprio centro comercial enquanto peça urbana da própria cidade contemporânea, enquanto fenómeno transversal a todo o panorama metropolitano europeu.

Razão pela qual estruturaremos este artigo em três partes diferentes, saltando propositalmente entre temas e escalas diferentes, o que marcará a própria métrica deste texto. Não só por esta ser uma tipologia que ultrapassa, hoje, as fronteiras do seu mundo interiorizado e assume um papel, a nível territorial, nas próprias dinâmicas e quotidianos urbanos. Como por esta ser, na nossa opinião, a melhor forma de tentar situá-la perante a própria conjuntura específica que enquadra e potencia o seu particular papel.

## Shopping

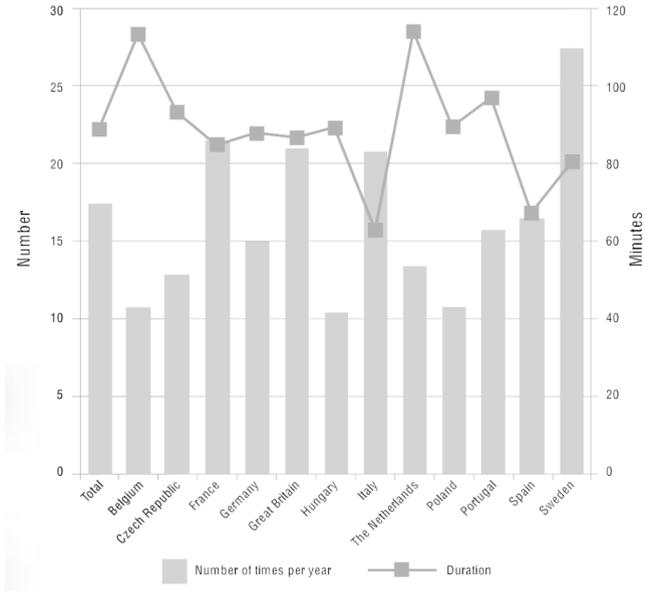
*O admirável mundo novo do consumo, a paisagem urbana e as suas novas catedrais*

Hoje, a condição da cidade europeia contemporânea exprime-se através de um território tendencialmente organizado em rede, marcado pelo campo gravitacional dos seus eixos de mobilidade, do espaço relacional dos seus actores e de um conjunto alargado de espaços colectivos que se constituem como nós desta mesma rede. E se, nas últimas décadas, mudou radicalmente a forma como se vive a urbanidade na Europa, igualmente um outro factor tem hoje, incontestavelmente, um peso determinante na transformação da sua condição urbana: a crescente influência do fenómeno do consumo.

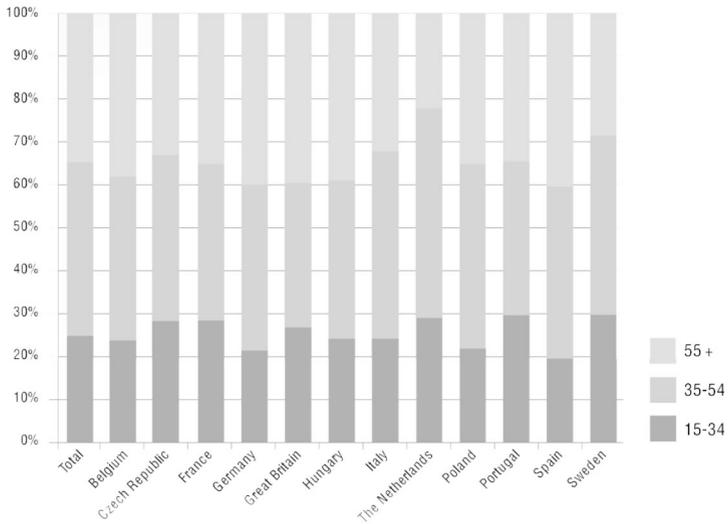
Porém, na viragem do século XX para o século XXI, para além de adquirir tendencialmente uma condição omnipresente, o consumo evolui de uma categoria ligada a uma noção de posse física para, o que Jeremy Rifkin denomina como, uma noção de “acesso” (2000). E, conseqüentemente, a própria experiência associada ao acto do consumo afirmar-se-á enquanto a nova condição económica que sucederá à mera oferta de serviços, de bens e comodidades que caracterizou até aqui esta actividade. Inaugurando um novo paradigma a que B. Joseph Pine II e James H. Gilmore denominarão como “economia da experiência” (1999). A focalização é agora na condição da experiência, e logo no indivíduo e no seu tempo. E à medida que os espaços de uso colectivo e os locais de consumo se sobrepõem, as estratégias passam cada vez mais pela conversão de utilizadores em consumidores.

E com uma crescente afirmação do fenómeno do consumo, multiplicam-se os espaços comerciais que suportam as suas actividades. Pois se não imaginamos já a cidade sem consumo, dificilmente imaginamos também hoje o acto do consumo sem os centros comerciais.

Porém, longe de serem meras máquinas funcionais, os centros comerciais constituem lugares altamente imersivos, onde a iluminação, música e uma cuidada selecção de materiais, não pretendem apenas dispor a mercadoria, mas proporcionar o ambiente adequado à sua percepção e experimentação. Ao criarem ambientes associados a estilos de vida holísticos que enfatizam tanto a marca, como a mercadoria, estes criam espaços onde não se



**Figura 9.3** “Número e duração das visitas nos centros comerciais na Europa”, Where People Shop (2004)  
 Fonte: in C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker: Global Research Reports.



**Figura 9.4** “Porcentagem de visitantes dos centros comerciais na Europa, por faixa etária”, Where People Shop (2004)  
 Fonte: In C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker: Global Research Reports.

vendem apenas produtos, mas a possibilidade de experienciar estilos de vida a eles associados.

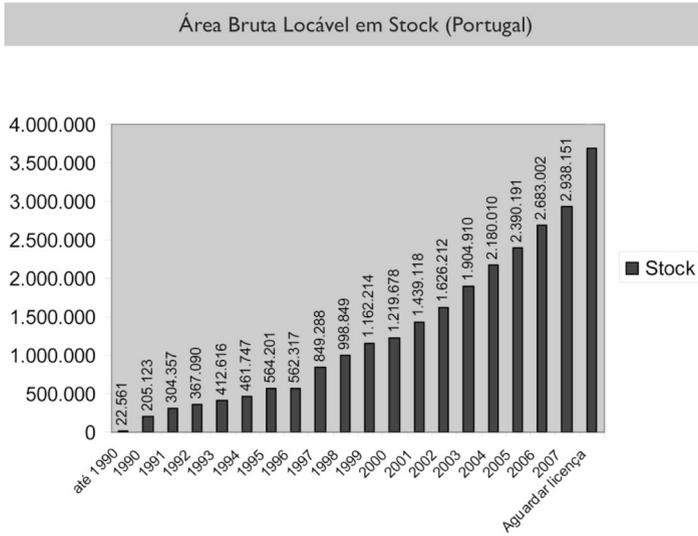
Combinando, como refere Sharon Zukin, *produtos, experiências, publicidade, manifestações culturais, promoção imobiliária e lazer* (1996), os espaços dos centros comerciais, simultaneamente únicos e miméticos, tornam-se assim numa peça destacada deste universo profuso de elementos.

E, a uma escala territorial, o centro comercial — nó privilegiado e exemplarmente localizado de uma rede alargada de espaços colectivos — passa a integrar mais um dos pontos do que René-Paul Desse denomina de “peregrinação” urbana (2000), isto é, os percursos individuais, experimentados e otimizados, associados às actividades dos seus agentes. É assim acrescentado um novo nó às múltiplas redes individualizadas de mobilidade, que constituirá acima de tudo um lugar que permitirá aceder a uma acumulação de funções, de serviços ou de bens que antes estavam disseminados por vários locais da sua “peregrinação” individual. Se somarmos a este conjunto de funcionalidades, um cada vez maior número de ofertas de ócio e lazer, veremos como o centro comercial será hoje um nó de igual importância ao local de residência ou de trabalho nas rotinas quotidianas dos seus utilizadores.

Esta será, assim, uma dinâmica de transformação em que se afirmará, segundo David Mangin, uma crescente importância das redes de consumo na reorganização territorial de uma “ville franchisée”, na qual é visível, em simultâneo, um enfraquecimento dos seus territórios públicos e uma crescente presença dos grandes conjuntos comerciais ao longo das suas áreas metropolitanas (2004:25).

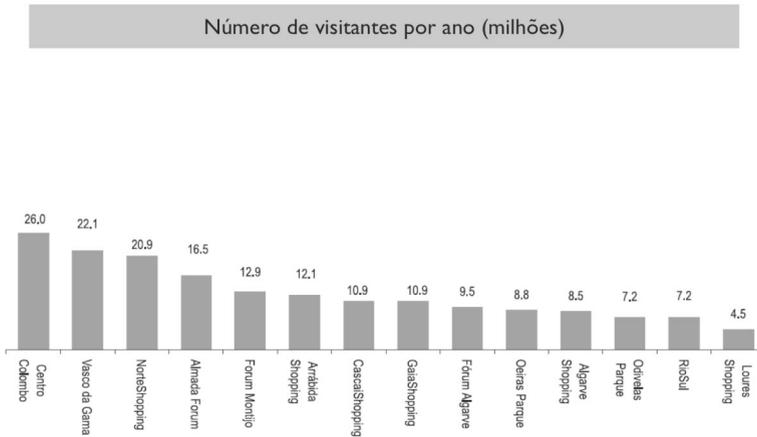
#### *A evolução do panorama retalhista português e o centro comercial em contexto europeu*

Apresentando as mais diversas tipologias, áreas e ofertas de serviços, os centros comerciais representam actualmente um lugar central no quotidiano urbano dos cidadãos europeus. Esta será, aliás, uma das conclusões de um extenso estudo — denominado “Where people shop”, realizado em 2004 pela Cushman & Wakefield, Healey & Baker, sobre o tipo de uso e atitudes dos consumidores que frequentam centros comerciais na Europa, no qual se apontaria que um cidadão europeu não só, em média, visita um centro comercial 17 vezes por ano — ou seja, aproximadamente, de 3 em 3 semanas — e gastando em média, 1 hora e 30 minutos em cada visita; como se evidenciaria, entre os vários países europeus, o próprio contexto português por deter a maior proporção de utilizadores de centros comerciais entre os 15 e os 34 anos — juntamente com a Suécia —, assim como por deter a maior percentagem de inquiridos, cerca de 21%, que afirmam que a principal razão pela qual que visitam um centro comercial consiste no facto de este ser um bom local para passar o seu tempo livre (C&W/H&B: 2004).



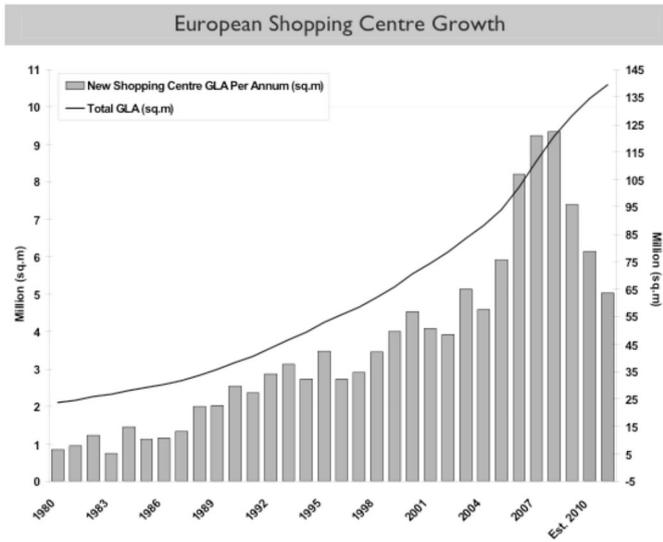
**Figura 9.5** “Evolução da Oferta de Retail em Portugal: Área Bruta Locável em Stock”, Centros Comerciais em Portugal: Tendências” (2007)

Fonte: In Jones Lang LaSalle: Centros Comerciais e Retail Parks - Desafios e Oportunidades.



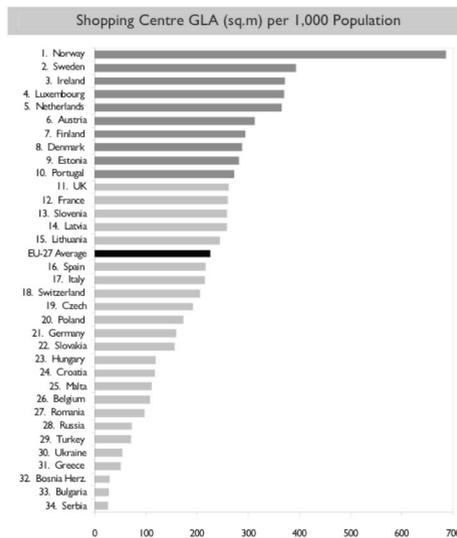
**Figura 9.6** “Número de visitantes por ano (milhões)”, Retail Overview 2007 / Perspectives 2008-2011: Portugal (2008).

Fonte: In Jones Lang LaSalle: Advance.



**Figura 9.7** "Crescimento dos Centros Comerciais na Europa (1980-2011)", Marketbeat - Shopping Centre Development Report: Europe (2010).

Fonte: In C&W - Cushman & Wakefield: Global Research Reports.



**Figura 9.8** "Número de visitantes por ano (milhões)", Retail Overview 2007 / Perspectives 2008-2011: Portugal (2008)

Fonte: In Jones Lang LaSalle: Advance.

Pois, se a expansão e consolidação desta tipologia retalhista, sem sombra de dúvida, se constitui hoje como um fenómeno que se manifesta a uma escala global, Portugal não só não permaneceu indiferente a esta tendência, como apresenta naturalmente o seu conjunto de especificidades próprias.

Desde o aparecimento dos primeiros exemplos, no início da década de 1970, até ao final da primeira década de afirmação deste fenómeno, surgiriam primeiramente 48 destas tipologias comerciais em Portugal (Pinto, 1985:3-24). Já numa segunda fase, entre 1980 e 1990, este número aumentaria para 417 unidades (Cachinho, 2000) e, em 2000 — ano do último levantamento estatístico, a nível nacional, efectuado neste sector — os exemplos acumulados ao longo de uma terceira fase de expansão desta fórmula retalhista, somariam já 789 centros comerciais em Portugal Continental (OC, 2000).

Tal como no resto da Europa, vimos emergir, nos anos 1970, os primeiros exemplos de centros comerciais em contexto português, inicialmente materializados tanto em empreendimentos de pequena dimensão, em localizações urbanas centrais, como enquanto galerias de lojas associadas a hipermercados, geralmente localizados fora dos perímetros urbanos e equipados com grandes bolsas de estacionamento automóvel. Nos anos 1980, de uma forma geral, surgiriam as primeiras tipologias integradas, assim como assistiríamos ao aparecimento dos primeiros empreendimentos de influência regional e ao progressivo alargamento territorial deste fenómeno. Porém, apenas a partir dos anos 1990, se assistiria ao aparecimento de conjuntos comerciais de maior dimensão e influência geográfica, tanto em localizações periféricas e extra-urbanas, como inseridos em conjuntos históricos e associados a operações de regeneração urbana. Tal como se multiplicariam, a partir do início da década de 2000, um conjunto de formatos híbridos de comércio e lazer e de outras tipologias especializadas, como os *retail parks* e os *factory outlet centers*. Ou se evidenciaria, nesta quarta fase de evolução do fenómeno, uma tendencial utilização deste tipo de equipamentos enquanto elemento central de estratégias de planeamento e reconversão urbanística. Oscilando as duas principais tendências, de uma forma geral, entre as reestruturações dentro de núcleos mais consolidados e a construção de novas unidades de grande e média dimensão, geralmente urbanisticamente isoladas, profusamente tematizadas e privilegiando localizações próximas de eixos rodoviários principais.

E se em Portugal existiam, no início dos anos 2000, um total de 61 centros comerciais com mais de 5.000 m<sup>2</sup> — somando no seu conjunto cerca de 1,4 milhões de m<sup>2</sup> de área bruta locável (C&W/H&B: 2002) — este seria um número que registaria uma tendência de aumento progressivo ao longo desta década; e que atingiria, em 2009, mais de 160 conjuntos comerciais de dimensão média ou superior, detendo no seu conjunto mais de 3,3 milhões de m<sup>2</sup> de área bruta locável (Aguirre Newman, 2009). Demonstrando que em Portugal — apesar de uma conjuntura económica internacional desfavorável — se conservaria,

mesmo assim, uma evolução positiva do número de aberturas de novos centros comerciais de média e grande dimensão.

E ainda que este ritmo de aberturas tenha sofrido um efectivo desaceleração — apresentando, o início da década de 2010, taxas de crescimento inferiores a anos anteriores — este apresentar-se-ia, porém, como um fenómeno em contínuo processo de expansão.

Analogamente, ao longo da década de 2000, a tendência geral na Europa seria de continuação de crescimento, inicialmente a um ritmo mais intenso e, de forma mais moderada, perto do final desta década. Pois, se em 2008, inaugurariam mais de 8 milhões de m<sup>2</sup> de área bruta locável construída — confirmando, pelo terceiro ano consecutivo, um incremento da própria taxa de crescimento média deste sector — por outro lado, em 2009, assistiríamos a um desaceleração significativo desta mesma taxa de crescimento ao longo de todo o continente europeu (Jones Lag LaSalle, 2009). Ainda que inaugurando, neste ano, cerca de 7 milhões de m<sup>2</sup> de novos centros comerciais e atingindo, no final desta década, os totais de área bruta locável deste sector, valores que excederiam já os 128,3 milhões de m<sup>2</sup> de área bruta locável. Resultado, acima de tudo, de um aumento continuado do número de centros comerciais na Europa e espelhado numa significativa média europeia de 225,6 m<sup>2</sup> de área bruta locável por cada 1.000 habitantes, que encontraríamos em finais da década de 2000; assim como nos expressivos 271 m<sup>2</sup> de área bruta locável por cada 1.000 habitantes com que nos depararíamos em Portugal, acima da própria média europeia (C&W: 2010).

Confirmando o peso crescente que estas tipologias retalhistas alcançaram nos últimos anos no panorama nacional, veremos não só como se encontram repletas as “ruas” e “praças” cobertas de maior parte dos seus centros comerciais — entre os quais o Centro Colombo, em Lisboa, com cerca de 26 milhões de visitantes anuais, equivalente a mais de 2 milhões de utilizadores por mês, é sem dúvida um dos mais expressivos exemplos (Jones Lang LaSalle, 2008) —, mas igualmente como o próprio contexto português será uma realidade de características particulares entre os vários países europeus.

## Center

*A nova condição urbana, a esfera do consumo e os espaços significativos da cidade contemporânea*

Se, presentemente, os centros comerciais se encontram entre os mais destacados elementos da paisagem europeia contemporânea, a progressiva expansão deste fenómeno em contexto urbano não se apresenta, contudo, como um processo unívoco. Pois, tal como a tipologia do centro comercial, analogamente a própria cidade europeia seria uma entidade que, nas quatro últimas décadas, sofreria um sem número de transformações e metamorfoses.

Impulsionada por novas formas de expansão e urbanização, assistimos nos últimos quarenta anos na Europa, a uma mudança na escala da cidade que sai do seu quadro espacial tradicional, expandindo-se pelo território. Na cidade difusa, extensa e “não-histórica” (Portas *et al*, 2003) — que se relaciona em rede e se organiza por fluxos e sistemas urbanos — os instrumentos de planeamento e ordenamento e gestão do território são substituídos, em muitos casos, pela iniciativa privada e pela promoção imobiliária; e a centralidade própria da cidade compacta, histórica e densa, por novas polaridades e nós ligados às actividades do consumo, do lazer e do ócio.

Assim, lançar um olhar sobre as novas formas de urbanidade que se formam na Europa no início do século XXI, implica antes de mais identificar três importantes pontos de partida, claramente perceptíveis no panorama urbano da contemporaneidade.

Assim, o nosso primeiro ponto de partida será, precisamente, a dificuldade que encontraremos em definir o que hoje entendemos como “urbano”. Pois, por todo o panorama europeu surgem, para além dos limites das suas formas de urbanização tradicionais, novas relações e realidades urbanas.

A questão residirá, assim, em saber se nestes tecidos urbanos — a que Thomas Sieverts denomina de “zwischenstadt” (2005) ou “entre cidades” — se encontram asseguradas todas as funções que antes eram exclusivas das suas áreas centrais e consolidadas. Ou mesmo, se encontraremos uma possibilidade de urbanidade e centralidade neste espaço heteróclito “feito de centros comerciais, estações de serviço, motéis, lojas-*discount*, parques industriais gigantes, bairros residenciais, nós de auto-estrada e terrenos vagos” (Bégout, 2008:48-49).

Um segundo ponto de partida, que se apresenta como essencial estabelecer, será o de que se alteraram nas últimas décadas as lógicas de uso tradicionais dos espaços urbanos. Ou seja, que já não usamos o espaço público e o espaço privado da mesma forma.

Pois, não só presenciaremos uma forte privatização económica e social dos domínios públicos da cidade, como observaremos que as novas vivências urbanas e o desejo de anonimato dos seus actores já não se coadunam com a existência de um espaço público enquanto lugar de encontro interpessoal. Crescem os muros dos condomínios fechados, enchem-se de esplanadas os espaços públicos, mas também as praças de alimentação dos centros comerciais. Preenchem-se as televisões, os jornais, as ruas e os interfaces de transporte com publicidade e demonstrações comerciais. Partilha-se o tempo de lazer e ócio entre jardins e parques temáticos, estádios e *shoppings*, exposições universais e certames industriais; assim como por toda uma rede de equipamentos e peças urbanas alternativas, fortemente contaminadas pelas lógicas do consumo. Transformam-se os espaços de domínio público, em locais de consumo; e os equipamentos colectivos e superfícies comerciais, em locais de lazer e ócio.



**Figura 9.9** "We are now central", Hong Kong & Shenzhen Bi-City Biennale of Urbanism/Architecture (2007).

Por último, será necessário estabelecer um terceiro ponto de partida. O de que, por todas estas razões, não só o estatuto do espaço público se encontra hoje em discussão, como surgem actualmente um conjunto de espaços de uso colectivo, marcados pela forte influência da esfera do consumo, com os quais o espaço público tradicional partilha hoje o seu ancestral papel.

A questão reside, assim, em saber se estes novos elementos urbanos estarão a captar usos de outros espaços ou a criar as suas próprias dinâmicas.

Pois, tendencialmente, encontraremos nestas tipologias de consumo, fenómenos de apropriação espacial e de sociabilização entre actores, semelhantes às lógicas de uso de outros espaços urbanos.

Sabemos, porém, de que algo se alterou no equilíbrio entre estas duas esferas tradicionais da cidade. Pois, a manifestação de um crescente sentimento de crise de representatividade do espaço público tradicional, surge já, não apenas em torno dos usos da sua cidade histórica progressivamente museificada, mas também em volta das dinâmicas de uma cidade excêntrica que cresce para além desta.

*O dualismo entre cidade e não-cidade e o surgimento de uma cidade de produtos*

Todavia, o aparecimento de novos paradigmas não é um facto inédito na história da cidade europeia. Assim, de modo mergulhar nas raízes desta problemática, precisaremos igualmente de confrontar a sua situação actual com um conjunto de dualismos que dominaram, até hoje, a história da cidade.

O primeiro destes dualismos será precisamente o conflito entre um modelo “histórico” de cidade *compacta* e um modelo “não-histórico” de cidade *extensiva* que surge com a expansão económica, industrial e demográfica da cidade europeia.

A cidade compacta da alta densidade e da congestão, que caracterizou o panorama urbano europeu na maior parte da sua história, transformar-se-ia radicalmente, a partir da segunda metade do século XX, altura em que uma larga fatia da sua população deixa de viver no centro das cidades e passa a viver nos seus subúrbios. E, quer por processos de extensão e densificação das grandes cidades, ou por dilatação das zonas urbanas e integração funcional das cidades periféricas, o fenómeno da “metropolização” torna-se, a partir da segunda metade século XX, uma realidade urbana inegável (Ascher, 1995). E, perante a paradoxal natureza do espaço urbano que se forma em finais do século XX, veremos assim afirmar-se, na Europa, um modelo de expansão em forma de nebulosa urbana, de limites e contornos imprecisos, mas de intensas ligações urbanas.

Quer observemos o corredor urbanizado que atravessa Manchester e Londres; o Benelux e as zonas do Ruhr, Reno e Suíça; ou que progressivamente une Milão a Turim. Quer olhemos para as cidades de Roma, Atenas, Madrid ou Paris. Quer examinemos as estruturas policêntricas do anel de cidades do Randstad, na Holanda, o triângulo Bruxelas-Ghent-Antuérpia, na Bélgica, ou o eixo do Vale do Ave e Área Metropolitana do Porto, em Portugal. Veremos como a dicotomia centro-periferia perdeu já muito do seu significado, dado a periferia inter-urbana ter adquirido, em muitos casos, uma autonomia relativamente às próprias metrópoles de maior dimensão que a rodeiam. Identificando-se, em muitas áreas metropolitanas europeias, a consolidação de um mecanismo de agregação em rede, que transforma zonas periféricas em elementos programáticos de uma cidade territorial de maior dimensão, através da introdução de uma estrutura artificializada que influenciará as duas mais importantes variáveis urbanas da contemporaneidade: o tempo e o seu uso.

Por um lado, corporizada por uma rede de comunicação de alta velocidade — de auto-estradas, vias rápidas, comboios de alta velocidade, metros ligeiros, aeroportos e heliportos — que redefiniria totalmente as inter-relações urbanas e que mudaria radicalmente o seu conceito de proximidade geográfica. Conformando uma cidade em *zapping*, onde nos movemos entre pedaços de cidade, não por continuidade, mas por salto.



**Figura 9.10** “The Third Street, Potsdamer Platz Berlin”, Chen Shaoxing (2001)

Fonte: Barbara Gross Galerie (München).

E, por outro lado, materializada numa rede de equipamentos dispersos de forma casuística — campos de jogos, parques urbanos, pistas de corridas, estabelecimentos de ensino, centros comerciais, motéis, lojas de mobiliário, *stands* de automóveis, piscinas, estufas, discotecas, parques infantis, pavilhões de espectáculos ou centros de dia — que criarão o campo de acção dos usos de uma cultura pós-urbana, condensada no tempo e dispersa no espaço.

Desprovida de outras formas de coesão evidentes, a sobreposição destas duas redes será a nova estrutura formal que dará sentido ao conjunto metropolitano e que substituirá a nível funcional e visual, uma outra rede que se foi diluindo e desaparecendo neste processo: a do espaço público urbano.

Depois da cidade compacta, concentrada e separada da sua envolvente. Depois da cidade extensiva, de escala metropolitana e que se expande até às suas periferias estimulada pelo desenvolvimento do transporte massivo e do uso do automóvel. Encontramo-nos perante uma nova fase de crescimento urbano, em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e já não se apresenta, sequer, como uma entidade contínua e espacialmente coerente. Fomentando, alternativamente, a criação de uma ideia de urbanidade composta de elementos e tecidos soltos, algo a que poderíamos denominar como *cidade de produtos*.

E se, na cidade compacta, a densidade se organiza em torno de edifícios históricos ou espaços públicos; na *cidade de produtos* este será um papel desempenhado por um conjunto de outros elementos significativos. Serão, assim, os centros comerciais, os complexos de escritórios, os pólos universitários, as estações de comboio ou outros equipamentos colectivos a marcarem e recentrarem a paisagem urbana contemporânea.

Esta será a condição de um território feito de “produtos urbanísticos e arquitectónicos chave-na-mão” (Mangin, 2005:109). Um domínio onde o fenómeno do consumo ganha uma importância territorial crescente. Um tecido urbano onde se sente um claro enfraquecimento das redes tradicionais de espaços públicos e matrizes de sociabilidade dos seus actores, que veremos progressivamente ser substituídas por redes viárias e matrizes de usos, apoiadas em redes de equipamentos colectivos e comerciais.

E se não sabemos se tudo isto constitui urbanidade; sabemos porém que todos estes fenómenos provocarão uma natural erosão da estrutura contínua da cidade, assim como uma indefinição nos campos de partilha dos domínios público e privado urbanos. Mas, acima de tudo, uma incerteza de qual será o equilíbrio entre os próprios papéis dos espaços públicos e dos espaços privados de uso colectivo, na organização urbana da cidade europeia na viragem deste século.

*O dualismo entre público e privado face à crescente privatização do espaço público e intensificação de usos colectivos em espaços privados*

Assim, entender a nova condição da cidade contemporânea, que se afirma na viragem deste século, será igualmente compreender um outro dualismo que dominou formalmente e historicamente o modelo urbano que a acompanha desde a sua origem: a distinção entre público e privado.

Porém se estes são obviamente conceitos de raízes remotas e seculares, as articulações contemporâneas destes termos tomam hoje novos contornos. Para além destas duas categorias elementares, podemos encontrar associados aos meios urbanos actuais e às suas contemporâneas lógicas de urbanização e expansão, outros conjuntos de espaços que não podemos classificar taxativamente como sendo exclusivamente públicos ou privados.

Contrariando uma lógica dualista de divisão do território da cidade, encontramos igualmente inúmeros exemplos de espaços de lógica mista. Isto é, tanto espaços de estatuto jurídico privado que são de facto públicos ou vividos como tal, no sentido em que o seu acesso é livre a todos; assim como, reciprocamente, muitos domínios públicos que, por não serem de forma efectiva acessíveis a todos, perdem o seu estatuto integral de lugares da esfera pública.

Vemos ser posta em causa a validade de todos estes conceitos, e até a capacidade de resistência destas definições, pelos cada vez mais numerosos



**Figura 9.11** "Eating the City at Selfridges", Song Dong (2006).

Fonte: In *LIFE Magazine*.

exemplos que encontramos, não só de uma progressiva privatização dos domínios públicos da cidade, mas também do aparecimento de entidades e equipamentos privados que estimulam dinâmicas polarizadoras e potenciadoras de intensos usos colectivos.

Dos gigantescos centros comerciais, às iniciativas mistas de construção de espaços públicos, associados à exploração privada de parques de estacionamento, ou mesmo, às concessões privadas de largos e praças a parques de diversões e esplanadas, esbatem-se as fronteiras entre o domínio público e o privado na cidade contemporânea.

A elucidação da condição da cidade europeia contemporânea passa assim também pela discussão da geometria das suas fronteiras. Não é só já a indefinição dos limites urbanos, nem a ausência da forma reconhecível dos seus novos tecidos urbanos, que colocam dúvidas sobre a sua condição. Será também a alteração do equilíbrio tradicional entre as esferas públicas e privadas urbanas, que colocará em confronto estas mesmas categorias, actualmente em clara mutação.

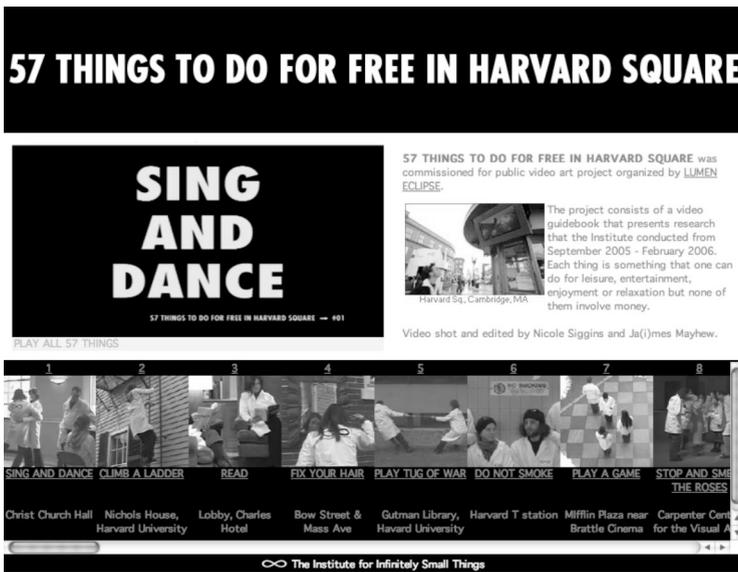
O caso específico do centro comercial é, aliás, um relevante exemplo da afirmação deste fenómeno, representando exemplarmente a condição de um conjunto de novos espaços de lógica mista que possuem um carácter quase público, não apenas no sentido em que o seu acesso é permitido a todos, mas pelo facto de serem vividos como tal.

Porém, a novidade não é a cidade estar impregnada da lógica comercial, mas sim o facto de ela poder hoje ser materializada num simulacro de urbanidade, densidade e centralidade, onde um conjunto de cidadãos-consumidores oscilam algures entre a condição do uso e do consumo. Perdendo-se, assim, a noção das fronteiras entre público e privado, mas também entre o que constitui identidade e descontinuidade, entre o que é lugar e o que é o seu simulacro. Colocando assim em discussão, não só o actual papel do espaço público, mas também o papel da rede de espaços de uso colectivos que o parece substituir.

*O dualismo entre lugar e não-lugar e a afirmação de um sistema de "meta-lugares" da contemporaneidade*

Necessitaremos, assim, de confrontar o papel do espaço público tradicional com esta rede emergente de equipamentos colectivos e comerciais, que tendencialmente estrutura os tecidos urbanos de uma cidade em expansão, e que recoloca em discussão os próprios conceitos de lugar e não-lugar, associados tradicionalmente a cada uma destas categorias de espaços.

Pois, se a cidade, historicamente, encontrou na continuidade, na densidade e na centralidade, o suporte físico da própria urbanidade, estas já não estarão, como vimos, entre os vectores primordiais dos processos de formação da cidade contemporânea. Uma outra cidade extensiva, que se estende



**Figura 9.12** “57 Things to do for free in Harvard Square”, The Institute of Infinitely Small Things (2005-2006)

pelas periferias e que, inclusive, se materializa para além destas, é hoje também lugar de concentração de actividades e funções.

E, à medida que a cidade se dissemina territorialmente, surgirão naturalmente outros lugares, fora da própria rede de espaços da cidade compacta, onde a urbanidade possa ter lugar. Em muitas cidades europeias veremos crescer equipamentos de uso colectivo de carácter periférico, dissolver-se centralidades tradicionais e construir-se centralidades alternativas. Emergindo, entre um conjunto alargado de exemplos, uma classe de espaços em particular que acumula um cada vez maior número de funções e que ganha um cada vez maior peso na rede dos lugares representativos da cidade. Falamos obviamente do centro comercial.

Será precisamente este o ponto de inflexão que marcará indelevelmente a cidade europeia do início deste século. E esta sua alteração de estatuto, resultado de uma clara mutação das formas de apropriação dos seus espaços, implicará igualmente uma reconfiguração da hierarquia dos lugares significativos da cidade contemporânea.

Por um lado, questionando o próprio conceito de “lugar” (Norberg-Schulz, 1976), consolidado no discurso urbanístico, desde último quartel do século XX. E, por outro, contestando a própria validade da noção de



**Figura 9.13** “Short Cut”, Michael Elmgreen & Ingar Dragset (2003)

Fonte: Fondazione Trussardi (Milano) / Galleri Nicolai Wallner (Copenhagen).

“não-lugar” (Augé, 1992) que surgiria, nos anos 1990, em reacção às tipologias nascidas da extensão e suburbanização da cidade.

Até porque acompanhando a emergência de uma “nova condição urbana”, assistiremos não apenas à transformação de antigos “lugares” em “não-lugares”, resultado de profundos processos de privatização, franchising, homogeneização e estetização; assim como à conversão do que outrora eram “não-lugares” em efectivos “lugares” que corporizam, hoje, altos níveis de intensidade de uso e representam focos de acontecimentos e dinâmicas próprias.

Razão pela qual, questionaríamos se a dualidade enraizada por estes dois conceitos ainda fará hoje sentido, por não conseguirem reflectir a condição epistemológica de um sistema de espaços colectivos que encontramos solidamente implantado na cidade europeia contemporânea.

Numa organização territorial e urbana fortemente marcada pelos paradigmas das relações em rede e dos fenómenos do consumo, um conjunto de “outros lugares” da cidade contemporânea constituirão assim um novo campo de acção heterotópico da urbanidade, do consumo, do ócio e do lazer. Pois serão, não só detentores de uma condição profundamente distinta dos “lugares” convencionais da cidade compacta — pelo facto de serem elementos

desterritorializados, onde o local se suspende e apenas é evocado — como também, analogamente, elementos diferenciados do campo de acção dos “não-lugares”, por possuírem a capacidade de produzir formas de agregação e interrelação entre os seus actores, ao contrário dos “não-lugares” que baseiam a sua condição na completa ausência deste tipo de relações de contratualidade.

E, precisamente, frente a um enfraquecimento da posição tradicionalmente estruturadora do espaço público urbano, veremos crescer e consolidar-se, por todo o panorama europeu, um sistema de espaços colectivos, no qual o centro comercial representará, provavelmente, um dos mais afinados exemplos do que preferimos, assim, apelidar de *meta-lugares* da cidade contemporânea.

### Shopping (&) Center

#### *O centro comercial enquanto peça urbana da cidade contemporânea*

O centro comercial é assim, mais do que um espaço físico, um lugar concorrencial de múltiplas mudanças paradigmáticas da própria cidade e de novos modos colectivos de a usar. Uma afinada máquina cuja diversidade, mistura e fusão de valências pretende construir um ambiente no qual os seus utilizadores possam associar o acto de consumir ao uso colectivo de um espaço urbanisticamente intenso. E se, para além de uma estrita dimensão comercial, este é igualmente um lugar de uma nova vivência proto-urbana — simulada, intensa e, sem dúvida alguma, colectiva — hoje, o *shopping* é também *center*.

Condensando, sob o mesmo tecto, a possibilidade da experiência do consumo, da cultura e do ócio, num espaço onde as fronteiras entre o que é público e privado se esbatem numa inebriante atmosfera heterotópica de usos colectivos, o centro comercial constitui-se assim curiosamente como um espaço de fuga de uma cidade, também ela contaminada pelos fenómenos do consumo, do marketing e da securização. Ou seja, de um *center* que é também *shopping*.

Omnipresente e onnipotente no panorama urbano e comercial europeu, o *shopping center* é assim, simultaneamente, uma das suas mais significativas fórmulas comerciais e uma das mais distintivas peças urbanas da cidade contemporânea.

Se o acto de visitar um centro comercial é *per se* uma experiência intuitiva, esta é todavia uma tipologia complexa e profusamente multifacetada. A aglomeração caleidoscópica de mercadorias, ofertas, usos e valências que o caracterizam, assim como a sua importância territorial e capacidade de atratividade urbana, fazem dele um objecto simultaneamente encerrado sobre si e aberto a uma alargada rede de dinâmicas. E, por conseguinte, cada vez mais possuidor de uma condição dupla, reflexo desta mesma justaposição de



**Figura 9.14** Vivaci Guarda (2008)

papéis. Ou seja, não existindo apenas como local de consumo, mas também enquanto lugar de potenciais novas centralidades, e desta forma, simultaneamente *shopping & center* da cidade contemporânea.

Se, enquanto território de consumo, este consiste num produto genérico no qual, independentemente da sua tipologia arquitectónica, podemos adquirir os mesmos objectos, consumir as mesmas marcas e aceder aos mesmo serviços. Por outro lado, cada centro comercial é, em si mesmo, para os seus utilizadores único, ao proporcionar-lhes ambientes, experiências e percursos irrepetíveis, assim como mercadorias e espaços continuamente renovados.

Se, enquanto elemento urbano, a sua posição territorial está estreitamente ligada aos tecidos urbanos que o circundam e a sua acessibilidade está apoiada nas inúmeras redes de mobilidade que nos conduzem directamente até si. Dentro do centro comercial perdemos com facilidade o sentido de orientação, até porque saber onde se está em cada momento carece de importância, pois os avanços, os retrocessos e as repetições são, em si, parte da sua própria estratégia de envolvimento e de convite à permanência.

Assim, para além de um particular espaço de consumo, o centro comercial é também hoje um dos mais poderosos pólos de atractividade de um hipertexto de equipamentos, lugares e actividades que progressivamente se implantam sobre uma cidade, que já não é dominada pela continuidade do seu espaço físico, mas antes por uma rede de fluxos e nós. No centro comercial, os inúmeros visitantes que nele circulam diariamente, traçam novos hábitos sobre o seu mundo próprio, construído a partir de marcas e símbolos universais e liberto de qualquer cultura prévia ou distinta.

Aliás, a própria problemática que gira em torno do enquadramento do seu perfil na urbanidade contemporânea, conduzir-nos-á à própria interrogação do seu papel perante o confronto entre os usos *quasi*-públicos praticados nestas fórmulas retalhistas e a decrescente representatividade de uma esfera pública urbana, assolada por crescentes processos de privatização dos seus domínios e gradualmente descontínua na sua rede de espaços públicos, resultado da afirmação de uma “nova condição urbana” fisicamente fragmentada e difusa.

Por um lado, reconhecendo como o novo papel que os centros comerciais detêm na cidade contemporânea, progressivamente legítima e válida os seus espaços enquanto receptáculos de *lifestyles*, de fidelização de quotidianos ou de construção de redes formais de relacionamento.

E, por outro, identificando como nestes sofisticados ambientes de consumo — minuciosamente pensados e vigiados de modo a serem isentos de imprevistos — todavia vemos emergir, pontual e gradualmente relatados, fenómenos que antes apenas se tornavam visíveis nos espaços públicos das cidades — que irão da afirmação de redes de socialização, tribos e culturas urbanas; à ocorrência de festas, comemorações e eventos culturais, associativos e desportivos; passando pelas campanhas públicas de divulgação e sensibilização, recolha de abaixo-assinados ou manifestações políticas e greves; assim como de práticas violentas, como agressões, roubos ou mortes; ou mesmo de fenómenos de estranha natureza, como suicídios praticados nos seus próprios espaços — e que nos fazem reflectir sobre o próprio carácter heterotópico destes espaços privados de uso colectivo.

Porém, se desconhecemos quais os papéis que este híbrido e sobreposto objecto poderá ainda assumir no quadro da cidade contemporânea, cuja própria natureza física e relacional se altera em tempo real; assim como nas peregrinações e hábitos quotidianos dos seus utilizadores, nas quais representa



**Figura 9.15** Centro Colombo (1997), Lisboa

um elemento cada vez mais significativo. Temos, porém, uma sólida suspeita. A de que, num futuro próximo, esta tipologia venha mesmo a ser, mais “centro” do que “comercial”.

### **Referências bibliográficas**

#### *Monografias*

Amendola, Giandomenico (1997), *La Città Postmoderna. Magie e Paure Della Metropoli Contemporanea*, Laterza, Roma-Bari.

- Ascher, François (1995), *Métapolis ou l'Avenir des villes*, Odile Jacob, Paris.
- Auge, Marc (1992), *Non-Lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Le Seuil, Paris.
- Cachinho, Herculano [coord.] (2000), *Centros Comerciais em Portugal. Conceito, Tipologias e Dinâmicas de Evolução*, Observatório do Comércio, Lisboa.
- Cautela, Cabirio; ostidich, Daniela [ed.] (2009), *Hell Paradise Shopping: L'inferno e il paradiso degli acquisti e del consumo*, FrancoAngeli, Milano.
- DESSE, René Paul (2001), *Le nouveau commerce urbain*, Presses Universitaires de Rennes, Rennes.
- Ellin, Nan (1997), *Architecture of Fear*, Princeton Architectural Press, New York.
- Ghirardo, Diane (1996), *Architecture After Modernism*, Thames and Hudson, Singapura.
- Jackson, Kenneth (1985), *Cabgrass Frontier: The Urbanization of the United States*, Oxford University Press, New York.
- Mangin, David (2004), *La Ville Franchisée: Formes et Structures de la Ville Contemporaine*, Éditions de la Villette, Paris.
- Pine II, B. Joseph; Gilmore, James H. (1999), *The Experience Economy*, Harvard Business School Press, Boston.
- Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João [coord.] (2003), *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Lisboa.
- Rifkin, Jeremy (2000), *The Age Of Access: The New Culture of Hypercapitalism, Where All of Life is a Paid-For Experience*, Putnam, New York.
- Rybczynski, Witold (1995), *City Life: Urban Expectations in a New World*, Scribner, Nova Iorque.
- Sieverts, Thomas (2005), *Entre-ville: une lecture de la Zwischenstadt*, Éditions Parenthèses, Marselha.
- Whyte, William (1988), *City: Rediscovering the Center*, Anchor Books, New York.
- Zukin, Sharon (1996), *The Cultures of Cities*, Blackwell, Cambridge-Massachusetts.

### *Partes de monografias*

- Bégout, Bruce (2008), "Suburbia: du monde (urbain) clos à l'univers (suburbain) infini" in Schmidt, Jérôme; Notéris, Émilie (ed.) *J.G. Ballard, Hautes Altitudes*, Éditions è(r)e, Alfortville.
- Crawford, Margaret (1992), "The World in a Shopping Mall" in Sorkin, Michael (ed.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*, Noonday Press, New York.
- Davis, Mike (1992), "Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space" in SORKIN, Michael (ed.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*, Noonday Press, New York.
- Norberg-Schulz, Christian (1996), "The Phenomenon of Place" (orig. 1976) in NESBITT, Kate (ed.) *Theorizing a New Agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*, Princeton Architectural Press, Princeton.

SORKIN, Michael (1992), "Introduction: Variations on a Theme Park" in SORKIN, Michael (ed.) *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space*, Noonday Press, New York.

*Artigos de publicações em série*

KOOLHAAS, Rem (1997), "La città generica=The generic city". *Domus*, Milão. N.º 791, pp. 3-12.

PINTO, José Manuel Paraíso (1985), "Os Centros Comerciais", *Boletim do Comércio Interno*, DGCI, Lisboa, N.º 1, pp. 3-24.

*Relatórios*

Aguirre Newman (2009), "Informação de Mercado Aguirre Newman: 3T 2009" in *Aguirre Newman: IMAN*.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2002), "Shopping Centre Development: Portugal 2002" in *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W/H&B - Cushman & Wakefield, Healey & Baker (2004), "Where People Shop" in *C&W/H&B: Global Research Reports*.

C&W - Cushman & Wakefield (2010), "Marketbeat – Shopping Centre Development Report: Europe 2010" in *C&W: Global Research Reports*.

Jones Lang LaSalle (2007), "Centros Comerciais em Portugal: Tendências" in *Jones Lang LaSalle: Centros Comerciais e Retail Parks – Desafios e Oportunidades*.

Jones Lang LaSalle (2008), "Retail Overview 2007 / Perspectives 2008-2011: Portugal" in *Jones Lang LaSalle: Advance*.

Jones Lang LaSalle (2009), "Shopping Centre Development: Boom or Bust?" in *Jones Lang LaSalle: On Point*.

OC - Observatório do Comércio (2000), "Levantamento e análise dos Centros Comerciais em Portugal Continental" in *Estudos do Observatório do Comércio*.



## O comportamento e o espaço construído

*Ana Verónica Neves*

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) (vonica9@gmail.com)

### Resumo

Esta apresentação enquadra-se no âmbito do programa de doutoramento em sociologia, no ISCTE, com investigação intitulada: “O Crime e o Contexto” cujo objectivo é perceber a relação do espaço construído (CPTED) e da coesão social na criminalidade de rua, através de dois estudos de caso: uma área consolidada e uma em consolidação, na área da grande Lisboa.

Nesta investigação considera-se “criminalidade de rua” como o grupo que reúne os crimes que ocorrem na “rua”, (...) que se passam no espaço público ou que são observáveis pelo transeunte, directamente ou pelo relato de terceiros, normalmente reportando para factos ocorridos no local que são frequentados pelo emissor e receptor da notícia. Em consequência disso, pode dizer-se que, independentemente da sua gravidade, são crimes que preocupam bastante as pessoas, gerando medo e preocupação fortes (ou, preferindo, sentimento de insegurança) por estarem “perto de nós”. (Metrópoles Seguras, Machado et al, LNEC, 2007).

Nesta comunicação será abordado apenas um conceito principal: CPTED — crime prevention through environmental design, e a forma como o comportamento tem sido objecto de análise na explicação dos fenómenos criminais.

Estudar a criminalidade, implica necessariamente perceber o comportamento humano, essencialmente o comportamento criminal, tentando responder também às seguintes questões:

- Porque algumas pessoas cometem crimes, e outras não;
- Porque algumas pessoas são mais vítimas que outras;
- Porque existe mais criminalidade nuns locais do que noutros

Durante muitos anos se insistiu na unicausalidade do comportamento criminal por uma disciplina académica — a biologia posteriormente a psicologia.

Até aos anos 70 com Sutherland (1939), Taylor, Walton, Young (1973) e depois nos anos 90 com Godfredson e Hirschi (1990) insiste-se na explicação da criminalidade pela sociologia. Mas foi no início do século XX que Durkheim (1895) reclamou à sociologia a explicação do comportamento social com repercussões na criminalidade.

Na realidade muitos factores contribuem para que determinados indivíduos cometam crimes ou incivildades. Mas as abordagens têm assumido diferentes formas de intervenção, essencialmente no que respeita à prevenção da criminalidade:

1. A Escola da Criminologia Clássica, defende a punição como factor desencorajador de comportamentos criminosos;
2. A Escola da Criminologia Positiva aposta na reabilitação dos delinquentes.

Nenhuma das perspectivas apresentaram os resultados desejados para reduzir as taxas de criminalidade.

A sociologia criminal, que resulta da rejeição de Durkheim aos factores biológicos e psicológicos como explicativos do comportamento social, dando primazia ao contexto social, abordado mais tarde pela Escola de Chicago (Mead em 1934, entre outros), e pela de Escola de Harvard (Talcott Parsons), concentrou-se no modelo de Ecologia Social. O contexto físico ou o espaço construído foi ignorado ou negligenciado, i.e., o local em que os indivíduos estabelecem relações entre si e com o meio físico não fazia parte do modelo de explicativo dos comportamentos desviantes ou ilícitos até aos anos 70, nem mesmo pela ecologia social.

No entanto, apesar das diferentes formas de explicar a criminalidade, existem similaridades nas conclusões das diferentes formas de explicar este fenómeno.

Abordagens baseadas nos princípios da CPTED (anos 70 com Jeffery, 1971), da teoria da oportunidade, da prevenção criminal situacional (anos 80 com Clarke, 1980,) bem com como da análise de “zonas quentes”/hot spots (anos 90), partilham em comum as seguintes premissas:

1. Existe um processo de decisão que conduz a comportamentos indesejados ou criminais;
2. existe uma familiarização com o meio em que os crimes ocorrem;
3. A pré-disposição para actos criminosos não é constante em todos os indivíduos. Estes são influenciados pelo momento e local;
4. nem a motivação dos delinquentes, nem as oportunidades para actos ilícitos são distribuídas uniformemente pelo tempo e espaço. Podem variar conforme a hora do dia, a localização ou as características das vítimas ou do contexto.

De facto, o espaço emite informações, causa sensações e gera percepções nos indivíduos, através do processo interpretativo (com uma contextualização que resulta das vivências pessoais) e influencia comportamentos.

Em 1971, Ray Jeffery denominou o conceito de prevenção criminal baseado na relação entre indivíduo e o meio físico de CPTED — *Crime Prevention through Environmental Design*.

O modelo: meio físico — indivíduo — comportamento assumiu novo protagonismo. Este conceito foi mais tarde desenvolvido por Tim Crowe (1991) numa perspectiva pragmática com orientações de construção e gestão do espaço como modo de prevenção criminal.

Quer a **CPTED**, traduzida para Português como: “Prevenção Criminal através do Espaço Construído” (termo concordado num *focus group meeting* sobre CPTED, em 2010 com profissionais que se têm debruçado sobre esta abordagem em Portugal, avançado pela arq<sup>a</sup> Teresa Heitor) quer a **prevenção situacional** (anos 80) desenvolvida por Ronald Clarke (1980), dirigida para casos mais específicos como furto em veículos automóveis, ou furto em residências aconselhando medidas de segurança mais “apertadas” como a utilização de fechaduras mais resistentes, por exemplo, contam com as características do espaço construído, rejeitando os conceitos anteriormente apresentados como a punição, a reabilitação ou o controlo policial, e definindo de forma clara o seu âmbito e a sua limitação.

No entanto, estas duas formas de prevenção criminal, podendo complementar-se para uma melhor eficácia na prevenção do crime, distinguem-se no momento da intervenção:

- A CPTED tenta evitar que comportamentos indesejáveis ocorram;
- a prevenção criminal situacional tenta evitar que mais crimes voltem a ocorrer.

### **CPTED: prevenção criminal através do espaço construído**

A CPTED tenta remover os incentivos ao desenvolvimento de actividades indesejáveis, apelando à utilização do espaço pelos seus legítimos destinatários. Trata-se de uma abordagem que, através de uma gestão do espaço construído, pretende orientar comportamentos e tornar os espaços públicos mais atractivos, apelando à sua utilização diversificada, incentivando actividades como por exemplo através da disponibilização de equipamentos de exercício físico, ou feiras ocasionais locais que incentivem à ocupação legítima do espaço público.

Apesar de o meio não influenciar directamente comportamentos, estes podem ser orientados pelo meio.

A Prevenção Criminal através do Espaço Construído (CPTED) teve origem nos estudos ou obras de: Elizabeth Wood, 1961, “Housing Design, A Social

The-ory”; Jane Jacobs, 1961, “The Life and Death of Great American Cities” com a noção de eyes on the street; Jeffery, C.R., 1971 “Crime Prevention through Enviromental Design”; Oscar Newman, 1973, “Defensible Space: Crime Pre-vention through Enviromental Design — people and design in the violent city”; e Timothy Crowe, 1991, “Crime Prevention through Environmental Design”.

1. Dirige-se a todos os indivíduos que utilizam um determinado espaço, de forma a torná-lo atractivo para os destinatários e desencorajador para os indivíduos indesejáveis (teoria dissuasora do crime; teoria da escolha racional; e das actividades de rotina);
2. Todo o espaço humano tem um objectivo previamente designado, com definições sociais, culturais, legais ou físicas, que conduzem a comportamentos desejáveis e aceitáveis. O espaço deve ser projectado para apoiar e controlar comportamentos desejados;
3. Tem como principais conceitos:
  - a. **Vigilância natural** — não obstrução dos campos de visão
  - b. **Acesso** (dos indivíduos aos espaços) **natural e controlado** — evitar desorientação e consequente vulnerabilidade
  - c. **Reforço territorial** — no sentido de demarcação clara do espaço
  - d. **Manutenção** [demonstração de preocupação, controlo dos indivíduos sobre o espaço — “broken windows” (Kelling & Wilson, 1982)]. Conceito acrescentado posteriormente.

Exemplos:



Figura 10.1 Vigilância natural



**Figura 10.2** Vigilância natural

Como se pode observar na figura 10.1 a desobstrução visual dos elementos naturais que não ultrapassam determinada altura, ou têm início a partir apenas de por exemplo 2 metros. Estas orientações contribuem para uma boa visibilidade natural, sendo pouco atractivas para os delinquentes, por se sentirem observados e expostos. O mesmo se observa na figura 10.2.



**Figura 10.3** Uma paragem de autocarro em Alfragide, Amadora, com boa vigilância natural e objectivo bem definido



**Figura 10.4** Vigilância natural, reforço territorial, acesso natural controlado e manutenção

A figura 10.4 ilustra bem os conceitos principais e os princípios da CPTED embora uns sejam mais evidentes que outros. A vigilância natural é enfatizada pelos elementos naturais que não constituem obstáculo aos campos de visão. O mobiliário urbano é resistente ao vandalismo, e embutido no pavimento. O reforço territorial permite que os cidadãos percebam quais os percursos pedonais, bem como ciclovias, identificando o seu percurso. O acesso natural dos acessos, bem como a manutenção fornecem uma imagem de confiança no cidadãos, percebendo que este espaço não é negligenciado.

Esta abordagem, apesar de ser criticada por não ser alvo de avaliações sistemáticas, tem produzido efeitos significativos na qualidade de vida dos cidadãos, quer através da redução de oportunidades indesejadas, com consequências nas taxas de criminalidade, quer no bem estar dos cidadãos.

Estudos, apesar de escassos, têm comprovado os seus efeitos positivos. As limitações desta abordagem multidisciplinar têm contribuído para a resistência à sua adopção, pois não ambiciona reduzir toda a criminalidade, e deve ser acompanhada com programas de prevenção criminal situacional, que se adaptem à criminalidade já existente.

A forma como vemos o espaço influencia o nosso comportamento. As mensagens que o espaço nos transmite são recepcionadas e interpretadas por cada um, orientado as nossas acções até determinado nível.

A criminalidade ou comportamentos anti-sociais poderão ser desencorajada/os com uma gestão do espaço que contemple os princípios mencionados.

*Porque o crime não acontece em qualquer lugar.* Resulta de um conjunto de circunstâncias que favorecem comportamentos criminais ou anti-sociais.

## Referências bibliográficas

- Clarke, Ronald V (1980), "Situational Crime Prevention: Theory and Practice" *British Journal of Criminology* 20, 136-147
- Crowe, Timothy (2000), *Crime Prevention Through Environmental Design. Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*, Boston, Butterworth-Heinemann
- Durkheim, Émile (1895), *As Regras do Método Sociológico*, Tradução de Pietro Nasseti- Ed. Martin Claretto — São Paulo (edição de 2007).
- Gottfredson, Michael R. e Hirschi, Travis (1990), *A General Theory of Crime*, Stanford, Califórnia, Stanford University Press.
- Jacobs, Jane (1961), *The Death and Life of Great American Cities*, Vintage Books, Nova Iorque.
- Jeffery, Ray C. (1971), *Crime Prevention Through Environmental Design*, Beverly Hills, Califórnia, Sage.
- Kelling, G. L., & Wilson, J. Q. (1982, March), *The Police and Neighborhood Safety*, *The Atlantic Monthly*, 127, 29.
- Machado, Paulo; Pereira, Álvaro; Rebelo, Margarida; Menezes, Marlucci; Lutas Craveiro, João (2007), *Metrópoles Seguras. Bases Para Uma Intervenção Multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto*, Relatório 114/2007. Lisboa, LNEC.
- Mead, G. (1934), *Mind, Self, and Society*, Ed. Charles W. Morris, University of Chicago Press.
- Newman, O. (1972), *Defensible Space. People and Design in the Violent City*, Great Britain, The Architectural Press Ltd.
- Park, R. E., Burgess, E. W., McKenzie, R. D. (1967), *The City*, Chicago, EUA, The University of Chicago Press.
- Sutherland, E. H. (1939), *Principles of New Criminology*, Filadelfia, Lippincott.
- Taylor, I., Walton, P., e Young, J. (1973), *The New Criminology. For a Social Theory of Deviance*, Londres, Routledge e Kegan Paul.
- Wood, Elizabeth (1961), *Housing Design, A Social Theory*, New York, Citizens' Housing and Planning Council of New York



## A cidade imaginada

### O Rio de Janeiro na percepção de pessoas com cegueira

*Olivia von der Weid*

PPGSA / UFRJ (oliviaweid@gmail.com)

#### Resumo

A motivação para a realização deste trabalho parte de inquietações a respeito do papel da imagem na sociedade atual e da observação de sua preponderância nas relações dos indivíduos com o mundo e com os outros. Estes questionamentos me levaram a refletir sobre o imaginário de pessoas com cegueira e a forma como apreendem o espaço e as relações.

Em abril de 2011, com o intuito de me aproximar do universo da pesquisa que estou desenvolvendo no doutorado, me inscrevi na Oficina Inclusiva, uma oficina de teatro para atores cegos e não cegos realizada na cidade do Rio de Janeiro. A oficina procurou trabalhar as possibilidades de representação teatral para além do sentido visual, como videntes e não videntes em cena podem expressar um sentimento, uma ideia, um texto. Meu questionamento principal de pesquisa tangencia a proposta — como é a percepção de mundo de pessoas com cegueira? Parte do tempo que estivemos ali se concentrou na experimentação e descoberta de novas medidas, não visuais, para si e para o ambiente ao redor. Ao longo da oficina, diversos exercícios corporais e espaciais foram propostos para provocar essa desestabilização e abertura para outras formas de percepção do mundo. Como se conectar com o outro e com o espaço sem o apoio do olhar? O que percebemos deste contato quando a visão está descolada dos olhos?

Essas experiências de desestabilização de uma compreensão do espaço centrada no olhar provocaram os questionamentos que geraram este paper. Como é a impressão espacial e urbana de pessoas com cegueira? Como é o imaginário destas pessoas da cidade em que habitam?

A cidade do Rio de Janeiro, com quase 12 milhões de habitantes na região metropolitana, é a segunda maior aglomeração urbana do Brasil. Principal destino turístico na América Latina, cidade brasileira mais conhecida no exterior, o Rio de Janeiro é conhecido internacionalmente por diversos ícones culturais e paisagísticos. Quais seriam as formas de perceber uma cidade vista como o “cartão

postal” do país, para além do aspecto imagético? Como se dá o deslocamento e ocupação espacial da cidade por pessoas com cegueira? Quais os cenários eleitos, as dificuldades encontradas?

Esta pesquisa se desenvolve com base em entrevistas em profundidade com pessoas com cegueira e também na observação a partir da convivência e circulação por espaços urbanos com estes indivíduos. A palavra imaginação no sentido primeiro dado pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, significa a “faculdade com que o espírito cria imagens, representações, fantasias”. Neste trabalho procuro compreender como são as imagens, representações, fantasias de pessoas com cegueira sobre a cidade em que habitam.

## Introdução

As reflexões elaboradas neste paper são o ponto de partida de um projeto mais amplo, que estou desenvolvendo durante o doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que tem por objetivo compreender o imaginário e a percepção de mundo de pessoas com cegueira.

Em abril de 2011, ao procurar dar início a esta pesquisa, tive a oportunidade de me inscrever na Oficina de Arte Inclusiva, uma oficina para atores, cegos e não cegos, que se realizou durante o período de um mês, com carga horária de 48h, no centro da cidade do Rio de Janeiro, e foi ministrada pela atriz e diretora AnaLu Palma e por Inny Accioly, também atriz.

A oficina tinha como objetivo trabalhar as possibilidades de construção cênica para além da visão, como videntes e não videntes em cena podem representar um sentimento, uma ideia, um texto. Como se conectar com o outro e com o espaço ao redor sem o apoio do olhar? O que percebemos deste contato quando a visão está deslocada dos olhos?

Algumas experiências baseadas em exercícios vivenciados na oficina, que tinham como intuito desestabilizar uma forma de estar no mundo situada no olhar e provocar a abertura para outras formas de entender o entorno e se colocar nele, provocaram os questionamentos que originaram este paper. Como é a impressão espacial e urbana de pessoas com cegueira? Que recursos são utilizados para formar uma imagem (ou uma representação) de um lugar que conhecem pela primeira vez? Como é o imaginário destas pessoas da cidade em que habitam?

A busca por respostas para estas perguntas gerou reflexões sobre as diferentes percepções da noção de espaço que surgem a partir de experiências de mundo situadas na não visualidade. As análises aqui elaboradas se baseiam na observação participante realizada ao longo da Oficina Inclusiva, em entrevistas semi-estruturadas feitas com três pessoas com cegueira e ainda no próprio convívio com estas pessoas após o término da oficina. Esta é uma primeira tentativa de sistematizar reflexões que procuram compreender a

dimensão espacial e urbana da percepção de mundo de pessoas com cegueira. Mais perto do começo do que do fim, pretende-se rascunhar caminhos para possíveis respostas, abrindo passagem para novas perguntas.

### **Corpo como localização do ser no mundo**

No primeiro dia da Oficina Inclusiva foi feita uma extensa rodada de apresentações ao longo da qual a diretora, nos momentos em que queria chamar atenção ou pedir silêncio, se utiliza da estratégia de apagar as luzes e colocar todos na mesma condição de escuridão. A sala onde se deu a Oficina não tinha janelas, a única porta permanecia fechada, então o contraste da luz apagada ou acesa era imediato, mesmo que com o passar do tempo os olhos pudessem se acostumar e vislumbrar sombras. Naquele momento entendo que a absorção do ambiente, das pessoas e das experiências que se dariam naquela sala não poderia se basear na observação pura e distanciada. O entendimento do que se passa não se centra no olhar.

Então qual é o mecanismo a ser utilizado quando as luzes se apagam, os olhos se fecham e o movimento e a interação se fazem necessários? O apagar das luzes como mediação provoca num primeiro momento a paralisia, pela perda de um domínio aprendido e conhecido: o olhar como guia — para o movimento, o equilíbrio, a escolha de direção, o toque, o reconhecimento espacial ou mesmo como ponto de partida para interação entre os presentes.

O corpo inteiro precisa se situar novamente enquanto atende ao comando de percorrer e explorar o espaço. Barulhos de deslocamentos, da respiração individual e dos que estão à volta, suspiros e grunidos, estalos de partes do corpo, os sons emitidos parecem salientar, como se estivessem mais altos do que de costume, porque irrompem inesperados, fora do controle de sua origem. Ao me aventurar aos primeiros passos meu corpo reage com receio de esbarrões em qualquer uma das outras 25 pessoas que vagam a esmo descobrindo o espaço. A estratégia primeira foi a de tatear com braços e mãos, que se projetam à frente e para os lados, numa tentativa de dominar minha circunferência e me certificar que não daria de encontro a nada ou ninguém, que não invadiria o espaço de outros e que meu espaço não seria também invadido por uma proximidade física que ainda não estava pronta para lidar, já que ainda não parecia ter domínio sobre esse corpo novo que se apresentava. Um corpo que precisa se reorganizar para entender o espaço e as pessoas a sua volta através do que sente, sem a confirmação imediata e cômoda do olhar.

Le Breton (2011), ao analisar as relações do homem com o seu corpo na modernidade, aponta que a experiência sensorial do homem ocidental moderno resume-se essencialmente à visão. O olhar, sentido da distância, da representação e mesmo da vigilância, é o vetor essencial da apropriação pelo homem de seu meio ambiente, especialmente nas cidades. O autor indica que

a sociedade ocidental repousa sobre um apagamento do corpo, sobre uma simbolização particular de seu uso traduzindo-se pelo distanciamento e pelo privilégio do olhar, que relega à indigência o olfato, o tato, a audição ou mesmo o paladar.

Desprovido deste vetor, o corpo inteiro precisa se colocar para entender o espaço. Na experiência da oficina e nas entrevistas realizadas posteriormente foi possível perceber que a primeira dimensão que se coloca para pensarmos a relação de pessoas com cegueira com o espaço é primeiramente compreender de que forma ele é apreendido. A mediação da ausência da visão coloca o corpo inteiro em movimento, um corpo que, na definição dinâmica proposta por Latour (2004), precisa “aprender a ser afetado” por essa diferença.

A partir da impossibilidade do uso do olhar para se situar no espaço, outros sentidos e outras estratégias se apresentam para compor essa forma. O tato, a distância percorrida, a direção, aparecem como indícios importantes, mas outras habilidades também são utilizadas por cada indivíduo de acordo com suas capacidades singulares. Angela, uma das entrevistadas, revela que entende um espaço que conhece pela primeira vez através das marcas do chão, da direção e deslocamento, mas também dos cheiros e sons característicos do lugar. Ela diz que ao percorrer por meio do tato os móveis, os materiais, a parede, consegue formar uma imagem — a sua imagem — do lugar.

Primeira coisa, me chama a atenção o chão, o solo onde eu piso. Eu procuro sempre identificar alguma coisa no chão. Qualquer coisa diferente ali que dê para eu identificar. Acontece muito de eu ir num lugar a primeira vez acompanhada de alguém que eu não sei e conseguir voltar a segunda sozinha. Exatamente por isso, pelas marcas no chão. (...) antes de entrar, eu já procuro vir assim procurando alguma coisa ali na calçada, prestando atenção no solo e no trajeto que eu estou fazendo pra chegar até a porta de entrada, esse é o primeiro passo. Se eu vou virar para a esquerda, para a direita, se eu vou seguir em frente, sabe, o cheiro de alguma coisa, aquela coisa do odor também ajuda muito, eu procuro também assimilar na hora, e ir identificando.. (...) Depois que eu estou dentro do local eu procuro assimilar os sons. A voz de alguém, procuro reconhecer a voz de alguém, algum ruído, alguma coisa assim, porque isso aí é meio que inexplicável, acontece, eu não tenho nem como explicar, essa parte aí dos sons. (...) Um lugar assim que eu possa identificar móveis, mesa, balcão, aquela coisa toda. Aí eu procuro sempre apalpar, com a mão, para poder sentir um design, alguma coisa e dali eu vou criando aquela... entendeu? A minha imagem.

Na entrevista com Jair vemos novos elementos e indícios corporais que se destacam nesse ato de conhecer um lugar. Além do som das vozes de pessoas que reconhece, que o ajuda a identificar o local onde se encontra, o entrevistado fala da temperatura e do deslocamento do ar como indicações de

localização em um ambiente interno ou externo ou como determinação da existência de objetos no caminho que percorre.

J: em outros lugares que eu nunca entrei eu conheço pelo ar e pela... se tiver as pessoas conversando eu conheço o local que eu vou.

O: pelos barulhos?

J: é, eu conheço.

O: mas pelo ar, como? Como você diz pelo ar?

J: pelo ar, porque a gente sente que entrou no lugar. Ali o ar já vem quente na gente.

O: pela temperatura do ar?

J: é, temperatura do ar. Aí nós já não estamos pro lado de fora, estamos para o lado de dentro. Aí já não é aquela temperatura de lá fora, do lado de fora. Aí a gente conhece, entendeu? É isso. (...) Agora se eu for chegar perto de uma coisa aí vem a quentura, vem um ar assim quente, da gente ter que parar porque sabe que tem um negócio assim na frente. (...) É, a gente sente. Poste a gente sente. O poste então é melhor ainda, o poste ali ele leva chuva, sol, aí o ar já vem mais rápido, é mais rápido, a gente pára mesmo na hora. Aí passa a bengala... é um poste.

Csordas (2008) indica que o paradigma da corporeidade considera que a experiência corporificada é o ponto de partida para analisar a participação humana em um mundo cultural. O autor desenvolve o conceito de modos somáticos de atenção para se referir às maneiras culturalmente elaboradas de estar atento a e com o corpo em ambientes que incluem a presença corporificada de outros. Partindo desse princípio podemos procurar compreender esta percepção espacial de pessoas com cegueira, a partir das sensações corpóreas desses corpos no mundo.

Csordas considera que estar atento com os olhos é apenas uma parte desse fenômeno, mas que percebemos a atenção visual mais como um “fitar” desincorporado, como um feixe, do que um “volver para”. A tendência é que a atenção visual seja considerada mais como uma função cognitiva do que como um engajamento corporal. A vivência dos exercícios e montagens de cena durante a Oficina Inclusiva e os depoimentos dos entrevistados sobre suas maneiras de apreensão espacial dos lugares são reveladores de outros modos somáticos de atenção que se justapõem ao visual. Nesse sentido, a situação de corpos no mundo marcados pela não visualidade nos ensina os papéis que sensações corpóreas provocadas por sons, cheiros, direção, toque, temperatura e deslocamento do ar, podem desempenhar para a composição espacial do mundo.

Dora, a terceira entrevistada, nos fala que a constituição do espaço, antes de ser visual, começa pela estrutura corporal de cada indivíduo. Antes de perceber a forma de um lugar, percebe-se primeiro a sua própria forma, a

própria fronteira entre si e o mundo, para então conhecer o entorno a partir desta superfície.

A constituição do espaço, embora o visual facilite muito as coisas, não precisa ser visual, porque a constituição do espaço ela começa da constituição do nosso corpo, quer dizer, da nossa percepção do nosso espaço, da nossa percepção do nosso esquema corporal, da nossa percepção da nossa forma.

Segundo Viveiros de Castro (1996), no multinaturalismo uma perspectiva não é uma representação porque as representações são propriedades do espírito, mas o ponto de vista está no corpo. A diferença entre os pontos de vista é dada pela especificidade dos corpos. Corpo, para o autor, é um conjunto de afecções ou modos de ser que constituem um habitus, é o modo pelo qual a alteridade é apreendida como tal. É possível pensar se o corpo de uma pessoa cega não se aproximaria, por intermédio da ausência da visão, da noção de perspectiva proposta por Viveiros de Castro a respeito do perspectivismo ameríndio e que se distancia da ideia de perspectiva como técnica realista de que nos fala Flores (2007). Conhecer o espaço a sua volta passa pelo corpo, pelas sensações e impressões apreendidas. O corpo é a fronteira que separa um indivíduo do outro, corpo-objeto como fator de individuação, mas também a superfície por meio da qual o mundo e os outros são alcançados, corpo misturado com a noção de pessoa, como forma de estar no mundo.

Dora conta que ao conhecer um lugar novo, por meio da distância percorrida e do tato, forma uma representação mental deste lugar que associa a um mapa. Sua descrição ressalta a planta do lugar, planos horizontais, linhas em relevo. Tendo como inspiração o conceito de rizoma, elaborado por Deleuze e Guatarri, pode-se pensar sobre a composição mental que Dora faz de um lugar e a relação que coloca entre mapa e informação, dissociando-os de um suporte visual.

Mapa é igual à imagem, está contaminado pelo visual. Na verdade mapa também não é visual. O mapa é a informação de como é aquele lugar. Às vezes você diz assim “vou dar o mapa de como vai na minha casa” e não é um desenho, é um monte de palavras, não é isso? vai em tal lugar, vira em tal lugar, vai em tal rua... não é assim? Então o mapa é uma informação. (...) O que eu faço é uma coisa até parecida com o visual, só que o suporte que eu uso pode não ser exatamente visual, pode ser tátil. Você pode pensar num mapa mesmo, numa planta baixa, mas pensa que as linhas, em vez de serem um risco, são um relevo. Pensa com linhas em relevo, está aí um mapa mental de uma pessoa cega.

Deleuze e Guatarri (1995) comparam o rizoma a um mapa, que difere do decalque por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. Oposto ao grafismo, ao desenho e à fotografia, oposto aos decalques, o

rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído. O mapa “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (...) um mapa tem múltiplas entradas enquanto o decalque volta sempre ao mesmo” (Deleuze & Guattari, 1995: 22). O “mapa mental de uma pessoa cega” mencionado por Dora estaria, nesse sentido, mais próximo do rizoma do que do decalque, com informações que conformam entradas, linhas que são moldadas e se modificam a partir de direções e distâncias percorridas ou materiais experimentados.

### **O espaço da cidade — deslocamentos**

Outra dimensão da concepção de espaço de pessoas com cegueira aparece nas entrevistas quando abordam suas relações com os espaços urbanos, os lugares frequentados, os efeitos que provocam. A escolha deste percurso urbano, os locais visitados e os locais evitados ou desconhecidos, aparece pautada não só nas relações sociais estabelecidas em cada lugar, mas na maior ou menor familiaridade com as próprias ruas, seu trajeto físico e os estabelecimentos.

DaMatta (1985) ao analisar a sociedade brasileira e sua relação com o espaço, identifica a atuação de dois códigos sociais complementares e diferenciados, o código da casa, fundado na família, na lealdade, na pessoa e no compadrio, e o código da rua, o mundo exterior, mais rígido, baseado em leis universais e no formalismo. Estes dois conceitos desenvolvidos pelo autor podem nos ajudar a pensar os graus de proximidade ou distanciamento que aparecem nas entrevistas de pessoas com cegueira sobre os espaços urbanos que frequentam. Na entrevista com Jair, percebe-se que as ruas, os bairros e os lugares frequentados são divididos em conhecidos e desconhecidos. O conhecimento passa pela familiaridade com o local, com os elementos físicos que o conformam e que se tornam marcações de reconhecimento, e também familiaridade com as pessoas e os estabelecimentos frequentados.

os lugares que eu sempre passo é os lugares que eu conheço. Quando eu saio de casa eu já sei que ali tem um vaso assim, um pé de não sei de quê... Aí eu passo ali, bato a bengala, eu desço, pego a rua, antes de pegar a rua eu... audição para ver se vem carro, aí não vem carro, eu atravesso. Aí tem a outra rua, eu vou andando, não vem carro eu atravesso. E vou para o ponto do ônibus. (...) na cidade os lugares que eu já andei, os bares que eu já parei, são os lugares que eu sempre vou, que as pessoas me conhecem. Paro, bebo alguma coisa, converso. (...) se vou numa rua que eu conheço, no caso vou lá em Botafogo, na rua São Clemente, aquela rua eu já conheço toda. Aí eu não preciso perguntar a ninguém, porque eu sei pra onde é, onde é que sai, ali eu conheço tudo. Em Copacabana, ali eu conheço, salto na Barata Ribeiro, vou andando e saio lá na beira da praia. Conheço, eu vou sozinho, entendeu?

Assim, os espaços conhecidos adquirem para Jair uma proximidade e uma intimidade que estão relacionadas ao conforto e a segurança da “casa”. Magnani (1996) desenvolve o conceito de “pedaço” para designar um espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, um ponto de referência que distingue determinados grupos de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações onde se desenvolve uma sociabilidade básica mais ampla que a fundada nos laços familiares e ao mesmo tempo mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. O bairro onde nasceu pode ser considerado como o “pedaço” de Jair, no sentido indicado por Magnani, mas o próprio bairro onde mora há 9 anos não tem o mesmo sentido de proximidade e familiaridade.

J: Nova Iguaçu, eu sou cria de lá, eu sou cria de Nova Iguaçu. Lá eu ando de olhos fechados, para qualquer lugar eu conheço, qualquer rua, te levo em qualquer lugar, porque eu sou cria de lá. Agora aqui... já vim morar aqui já cego. Tem 9 anos que eu moro aqui em Caxias.

O: mas você já se sente bem aqui no bairro, já conhece?

J: ah, porque eu já conheço. Os lugares que eu costumo andar eu já... só esses lugares aqui tá bom, o caminho pra mim pegar a condução, o caminho que eu salto para pegar a outra condução, esses caminhos é beleza, porque eu já chego em casa tranqüilo.

O: então são os lugares que você sabe, para chegar e sair...

J: é, pra eu chegar. É isso mesmo.

É interessante notar que o sentido de conhecimento e familiaridade dado aos espaços urbanos por Jair se coloca não apenas pelas relações de sociabilidade ali estabelecidas, mas também pelo domínio dos caminhos, do mapa daquele “pedaço” ou mesmo do “trajeto”<sup>1</sup>

percorrido para chegar e sair destas regiões. E esse domínio, tanto no seu caso quanto no caso de Angela, aparece ancorado em um momento anterior à perda da visão. Lugares anteriormente freqüentados por motivos de trabalho ou de lazer apresentam essa característica do “conhecido”, da segurança do caminho, dos estabelecimentos e construções que ali existem e dos trajetos percorridos. O depoimento de Angela sobre a experiência de mostrar Copacabana para um amigo, também cego, é ilustrativo:

A: Agora mais ou menos há uns 3 anos, eu... você vai achar até engraçado, eu trouxe um outro cego para conhecer Copacabana, que ele não conhecia. (...) eu

---

1 Magnani (2002) define a categoria “trajeto” como referente a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade, sendo a extensão e a diversidade do espaço urbano para além do bairro o que coloca a necessidade de deslocamentos por regiões distantes e não contíguas.

falei para ele que trabalhei muito tempo em Copacabana. Eu, quando enxergava, andava isso aí tudo e tal... aí ele disse “você seria capaz de ir a Copacabana só eu e você, só nós dois sozinhos?”. Eu digo “sou”. “você tem certeza que você vai saber onde você vai estar andando?”. “Olha, certeza, certeza eu não sei, mas uma coisa eu garanto, perdidos nós não vamos ficar”. (...) Aí pegamos o ônibus e descemos na Siqueira Campos. Cada rua que ia passando, que dava para eu reconhecer, porque às vezes eu distraia, ele falando comigo eu não sabia, né... aí quando entrou na Barata Ribeiro eu falei para ele “olha, aqui, esse ponto aqui é da rua Belford Roxo, ali está a rua tal, aqui a sua esquerda está a ministro Viveiro de Castro, que é transversal, e tal”.

O: e você ia reconhecendo como?

A: por memória anterior, entendeu? do espaço. Quando nós descemos na Siqueira Campos ficou mais fácil, porque andando eu já sabia onde eu estava atravessando... eu fiz assim, entrando numa rua, fazendo os quarteirões em ziguezague, aí fomos parar na beira da praia. Foi uma coisa engraçada, que eu nunca tinha pensado em fazer, e ele ficou maravilhado, mesmo sem enxergar, ele se sentiu como se ele estivesse enxergando Copacabana inteira.

O sentido de proximidade e domínio de espaços urbanos freqüentados antes da cegueira é transformado em distância e receio nos espaços que, ainda que visitados anteriormente, não adquiriram essa familiaridade. Na descrição de Jair sobre sua sensação ao andar por tais lugares mais afastados aparece a noção do espaço da rua “como algo movimentado, propício a desgraças ou roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são” de que nos fala DaMatta (1985:50). A insegurança de Jair se refere ao desconhecimento tanto do espaço físico de um bairro, quanto aos seus usos e seus freqüentadores.

J: Laranjeiras teve lugar que eu já andei, eu freqüentava. Muitos amigos que trabalhavam comigo moravam nesse lugar. A amizade que eu fazia era fora de série, eles gostavam de mim para caramba.

O: mas você ainda tem contato com essas pessoas hoje?

J: eu não tenho como, entendeu? tentei até ir na casa dessa pessoa lá em Laranjeiras, aí eu não encontrei. Fiquei com medo de nego me informar lugar errado lá.

O: você tem medo de andar pelos lugares?

J: é, porque hoje em dia... porque tem muita gente que fala que acha que eu não sou cego. Aí às vezes estou andando em um lugar, não sei como é que é aquele lugar ali, às vezes é ponto de droga deles, eles acham que eu não sou cego, e aí? vão fazer uma covardia como teve com aquele, o Tim Lopes, né? Poxa. Tudo isso eu penso.

## Tornar-se cego — reconstruções e deslocamentos

Wellman e Leighton (1979) apontam que a identificação da vizinhança como um invólucro dos laços comunitários nas cidades parte de um determinismo espacial. Os autores propõem que os vínculos sociais sejam o ponto de partida para uma análise da comunidade através do conceito de rede, o que liberaria o estudo da comunidade de bases espaciais. Para os autores, os laços sociais podem estar estabelecidos na vizinhança, mas também se localizam fora dela. A partir desta ideia de abertura de novos laços comunitários com base no estabelecimento de redes de suporte e sociabilidade proposta por Wellman e Leighton, é possível pensar a transformação das relações e laços comunitários de Angela e Jair após a mudança de uma condição de vidente para não vidente.

Tanto Angela quanto Jair relatam que ao se tornarem cegos viveram uma experiência de ruptura com determinados vínculos e rotinas anteriores, especialmente àquelas relacionadas ao trabalho. Esta ruptura significou perdas de determinados hábitos e relações, mas também uma abertura para novos espaços de sociabilidade e novos conhecimentos adquiridos. Jair, que antes de ficar cego trabalhou em restaurantes, confeitarias e lanchonetes da cidade, fala das novas atividades que passou a realizar a partir de cursos oferecidos por instituições voltadas para cegos, como a União dos Cegos, o Instituto Benjamim Constant,<sup>2</sup> ou outras instituições como escolas estaduais ou o SENAC.<sup>3</sup>

Talvez se eu estivesse enxergando eu não estava fazendo várias atividades que eu estou fazendo hoje, entendeu? Eu fiz a informática, aula de dança de salão, se eu estivesse enxergando eu não estava fazendo isso. Aula de cavaquinho que agora eu dou aula já tem 3 anos, já estou tocando cavaquinho. Essas coisas. Então adiantou uma coisa, mas a outra... mudou alguma coisa.

Angela, de forma mais direta, fala de uma mudança não só da condição física e do aprendizado de novas atividades, mas também de uma concepção de mundo, a partir da experiência da cegueira e da transformação que a entrada em novas redes comunitárias e o estabelecimento de novos laços sociais lhe proporcionou. Enquanto vidente estava inserida em um mundo de trabalho e condição social específicos, onde a situação familiar, a necessidade

---

2 O IBC é um centro de referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual. Fonte: [www.ibc.gov.br/](http://www.ibc.gov.br/)

3 O SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, é uma Instituição de educação profissional que tem como missão educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo. Oferece programas específicos para pessoas com deficiência. Fonte: <http://www.senac.br/>

financeira, o tipo de trabalho e a falta de tempo aparecem em seu discurso como fatores que a impediam de levar adiante ambições educacionais e pessoais.

Para mim no início foi difícil, mas hoje é uma superação de tudo, sabe, eu tenho uma visão da vida mais ampla do que quando eu enxergava. Muita gente não acredita quando eu falo isso. Mas é a mais pura verdade. (...) porque quando eu enxergava, eu comecei a trabalhar com 9 anos de idade, tive pouco estudo, mas uma coisa que eu gostava muito era de estudar. Mas aí depois que eu tive filhos... até eu ter meus filhos eu não consegui estudar porque tinha sempre aquela coisa de ter que trabalhar, trabalhar, trabalhar para poder ajudar minha mãe a criar os meus irmãos. Depois eu tive filhos, aí é tudo uma questão de... uma desculpa né? “bom, agora eu não posso estudar, porque eu tenho os meus filhos”, e aquela coisa toda. Então a minha vida eu estava sempre colocando em segundo plano, a minha vida era sempre em função de alguma coisa, de alguém, nunca em meu benefício. (...) E aí depois que fiquei cega eu reiniciei meu estudo. Ali que realmente eu comecei a conquistar tudo aquilo que eu falei para você que tem sido uma superação para mim, de vida... que está sendo melhor para mim agora sem a visão do que quando eu enxergava. Porque depois da perda da visão eu consegui encontrar tempo para acabar de criar meus filhos, cuidar de casa e estudar. Entendeu? Antes eu não conseguia encontrar isso, eu não conseguia abrir esse espaço para mim na minha vida, crescer em nada. E depois que eu perdi a visão eu consegui. Não tinha nenhuma qualificação assim profissional, eu trabalhava em casa de família, eu era cozinheira. E aí eu fui conquistando todo aquele meu espaço, coisas que até hoje eu fico pensando, como é que é a vida né? De repente através de um acidente ou alguma coisa parecida, que foi o que aconteceu comigo, você encontra a solução, o tempo, o espaço, você consegue... lutar por todos os seus objetivos. O que poderia ser uma dificuldade se torna mais fácil para você alcançar as coisas.

Angela conta em seu depoimento que a experiência de ruptura trazida pela cegueira interrompe com uma vivência anterior organizada em torno de certos padrões, ou certas disposições nos termos de Bourdieu (2002), proporcionando uma abertura para novas práticas. Depois de cega, Angela termina os estudos, faz cursos de qualificação profissional, encontra um novo emprego, participa de grupos de atividades artísticas como teatro e música.

Velho (2002) indica que o contato com outros grupos e círculos pode afetar fortemente a visão de mundo e o estilo de vida de indivíduos situados em uma classe sócio-econômica particular, estabelecendo diferenças internas. Pode-se pensar que tornar-se cego, nos casos específicos de Jair e Angela, além do rompimento com uma experiência corporal do mundo e do sofrimento advindo desta ruptura, trouxe também uma transformação na experiência social e cultural que também afeta a maneira como vivenciam a

cidade, os espaços freqüentados, os grupos de pertencimento. Por meio da entrada em outros circuitos urbanos relacionados às instituições para cegos e a abertura para novos campos de possibilidades (Schutz, 1979) que o contato com grupos e com experiências diversificadas proporciona, outros projetos e novas realidades podem ser elaborados e construídos.

### **A cidade imaginada — representações sobre o espaço**

A partir dos significados criados por pessoas com cegueira sobre a cidade do Rio de Janeiro, percepções que surgem relacionadas a vida urbana nesta cidade e a espaços determinados, procuro compreender quais seriam as possíveis representações da cidade para além de seus aspectos visuais.

Ao falar sobre a vida nas metrópoles, Simmel (2005) enfatiza a intensidade e o excesso de estímulos a que seus habitantes estão submetidos e a complexidade de suas relações e atividades. O autor destaca alguns fatores que caracterizam a vida nas grandes cidades, como a economia monetária, a pontualidade, a atitude de reserva, o caráter blasé. Mas a intensificação dos estímulos nervosos a que está submetido o habitante das grandes cidades é especialmente associada pelo autor “a rápida concentração de imagens em mudança, o intervalo ríspido no interior daquilo que se compreende com um olhar, o caráter inesperado das impressões que se impõem” (Simmel 2005:578). O excesso de informações visuais em uma metrópole pode não ter impacto em uma pessoa cega, mas o depoimento de Dora sobre os estímulos sonoros e o grau de atenção que precisa despender a eles nos faz pensar em uma possível correspondência entre o excesso de estímulos visuais e sonoros em uma cidade como o Rio de Janeiro e a intensidade que os últimos adquirem para uma pessoa que não enxerga.

Barulho me estressa, é uma coisa que às vezes eu digo para as pessoas “você gostariam de estar neste restaurante e vendo aqui do lado um lugar assim todo sujo, cheio de lixo? Comendo com aquele lixo?”, as pessoas “ah, não...”, eu digo “então, esse som que a gente está escutando, isso é um lixo, eu também não quero comer com esse lixo no meu ouvido”. Para mim um barulho ruim tem o mesmo efeito que um visual ruim, desagradável. Incomoda muito. Primeiro porque eu estou muito treinada a ficar muito ligada no barulho, porque pelos sons eu descubro o que está acontecendo no mundo, em volta de mim, é como eu tenho possibilidade de ter algum controle do ambiente. Então é uma coisa que até por uma questão de sobrevivência tem que ficar ligada. Por exemplo, estou andando na rua tenho que ficar ligada se tem um carro saindo de uma garagem. Depois porque com o barulho... quando você está em um ambiente barulhento, você olha para a boca da pessoa quando ela está falando. Embora você não faça exatamente leitura labial só, a leitura labial ajuda, você olha para a pessoa. Repara isso, no barulho você acaba focando mais do que se tivesse silencioso. E aí,

eu não escuto direito o que a pessoa está falando, porque eu fico escutando muito aquela barulhada toda e não consigo escutar direito, então acabo ficando cansada de falar, de conversar, não é agradável.

Castro (1999) ressalta que o reconhecimento de um lugar como turístico é uma construção cultural que envolve a criação de um sistema integrado de significados por meio dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada. O autor identifica, através da análise de guias de viagem e de campanhas da prefeitura, narrativas que apontam a cidade como dotada de incomparável cenário. No depoimento de Dora, o excesso de estímulos sonoros, juntamente com outros aspectos que percebe como exagerados, como a quantidade de pessoas e o cheiro, vai contribuir para a representação que faz de determinados lugares considerados turísticos na cidade do Rio de Janeiro, como as praias e a Lagoa Rodrigo de Freitas, que ultrapassam uma associação mais imediata com o cenário.

D: eu gosto de praia, mas eu não gosto muito das praias do Rio. Eu gosto de praias sossegadas, com menos confusão, com mais árvore... tomar uma cervejinha debaixo da árvore, sabe? Aquela coisa menos espetacular, acho que menos turística, nesse sentido assim de grande estilo... aquela confusão, aqueles grandes quiosques, aquela monteira de gente, não curto. Aquele som, aquela barulhada, não curto praia do Rio. Não curto, sabe o quê que eu não curto? A Lagoa Rodrigo de Freitas, eu não curto aquela Lagoa.

O: por quê?

D: porque você anda com aquele trânsito todo num lugar com tanto cimento, com tanta poluição, escutando aquele monte de trânsito, eu não consigo achar que é bom dar a volta na Lagoa, entendeu, não consigo me animar, não consigo curtir aquilo. Acho muito bobo. Muito bobo. (...) Cheiro é outra coisa que me incomoda. Por exemplo, a Lagoa tem essa coisa da poluição, acho que está muito ali na poluição, tá muito perto, a gente não passa da poluição. (...) Tem a ver com barulho, tem a ver com o clima, tem a ver com o cheiro.

Menezes (2001) aponta o Rio de Janeiro como a cidade-síntese do Brasil e o Cristo Redentor como o maior símbolo nacional, indelevelmente ligado à imagem do país. Para o autor a história do Cristo Redentor e a do corcovado estão intimamente ligadas ao processo de formação da identidade nacional e a da criação de seus símbolos máximos. Por outro lado, o morro do Pão de Açúcar, que abriga o primeiro teleférico instalado em 1912 no Brasil e o terceiro do mundo, é apontado pelo site da prefeitura da cidade como “um dos mais importantes ícones do turismo carioca, tornando-se uma das principais marcas registradas da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>4</sup> A comparação que Dora estabelece sobre suas impressões nas visitas feitas a estes dois pontos turísticos figurativos da cidade no Brasil e no exterior é interessante para pensar os

efeitos destes lugares a partir de uma perspectiva não visual e a atração ou não que exercem nestas condições. Sobre o Corcovado, diz Dora:

Diga-se de passagem, o primeiro dia que eu fui ao Cristo eu fiquei profundamente decepcionada. Fiquei. Eu era criança. Falaram que era um Cristo que estava numa cruz que era feita de pedra e que estava no alto de um morro. Ah... então eu imaginei primeiro que quando chegasse lá em cima eu ia ter mais contato com a natureza. Segundo que eu não achei que ia estar tudo fechado, gradeado, sabe? O próprio lugar onde você fica, todo murado... para mim, no alto do morro, eu imaginava uma coisa muito mais agreste, de muito mais contato mesmo. Aquela coisa assim... se chegar na beiradinha você cai. Para quem não está vendo dá muito mais a sensação de altura se você não tiver aquele monte de muro e grade em volta. Depois que o Cristo, eu achava que eu podia ir lá, subir, botar a mão de algum jeito... não podia. Não podia tocar, não podia ter a sensação da altura... e mesmo, tá bom, me conformando com essas coisas. Eu achava que aquele lugarzinho lá em cima onde estava o Cristo era um lugar assim muito acanhado, sabe, meio acanhadinho? Meio pequeno, meio restrito... você fica meio preso ali. Sabe? Eu me senti presa. Não tem muita opção ali. Eu achei tão bobo. Eu acho aquilo ali tão bobo, aquele passeio turístico. Eu gosto muito mais do pão de açúcar.

A experiência de visitar o Cristo Redentor é narrada por Dora como frustrante em relação às suas expectativas e ao imaginário que criou do lugar a partir de como o descreveram. Uma pessoa que não enxerga, apesar de estar no alto de um morro de 710 metros, não pode experimentar essa sensação de altura porque a forma como foi construído impede o toque e a proximidade com a natureza, maneiras de entrar em contato com a altura que aparecem em sua percepção. Por outro lado, um possível contato com uma experiência de altura é narrado por ela a partir de mudanças imaginadas para o bondinho do pão de açúcar, o teleférico que leva os visitantes até o alto dos dois morros que compõem o complexo. Em seu relato, podemos perceber a referência a alguns elementos que, em conjunto, contribuiriam para que uma pessoa que não enxerga não só tivesse a noção de dimensão do espaço, mas vivenciasse fisicamente a altura.

eu também me decepcionei o dia que disseram que o bondinho novo era transparente, eu imaginei um bondinho todo transparente, inclusive o teto e o chão. Quando eu vi aquele bondinho todo fechado, que só as laterais eram transparentes, eu achei absolutamente sem graça. É engraçado que a minha imaginação

---

4 Informações obtidas pelo site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

ela é sempre muito mais... quando as pessoas me falam como é, eu acho que eu sempre imagino uma coisa muito mais retumbante do que aquilo que é. Depois eu sempre me decepciono. (...) um bondinho muito mais interessante... “mas Dora, e quem tem medo de altura?” Dane-se, quem tem medo de altura não vai, quem tem medo de altura vai fazer o que no pão de açúcar? Não precisa ir. O pão de açúcar é uma experiência de altura, portanto ele tinha que ser todo transparente, entendeu? E eu imaginava mais, o meu bondinho do pão de açúcar era o seguinte: o chão e o teto transparentes e as laterais gradeadas, para você ter contato com o ar. Não era o bicho? Vai me dizer... Não seria incrível? Para sentir o vento, para sentir o ar, para sentir os cheiros, entendeu? Para sentir o silêncio da altura... Olha...

Outros aspectos, ainda na comparação entre Pão de Açúcar e Corcovado, são mencionados por Dora para descrever a sua impressão destes espaços. A possibilidade do contato com a natureza, a amplitude do lugar, o clima, a opção de espaços diferenciados, aparecem em seu argumento para justificar a preferência pelo Pão de Açúcar como passeio. As motivações para uma visita a este ponto turístico da cidade não estariam apenas ancoradas em uma perspectiva visual, o lugar ofereceria alternativas a serem percebidas e desfrutadas, enquanto o sentido de uma visita ao Corcovado estaria predominantemente fundado no aspecto visual da paisagem.

Tirando essa história do bondinho, o pão de açúcar é um passeio muito mais interessante. Você tem espaço maior. Primeiro porque são dois estágios, você tem as duas viagens. Segundo porque em todos os dois morros você tem mais espaço lá para passear. Você tem a vegetação, que você entra em contato, ele não é só um passeio de ver. No corcovado, embora seja mais alto, como você fica num lugar que é todo cimentado, que é todo de alvenaria, você fica preso ali, você não entra em contato com aquela sensação da altura. O pão de açúcar não, você entra em contato com a altura. Com o clima... é maior, é mais aberto. No corcovado, é o seguinte, você só sabe que está sol. O sol lá em cima, como você não tem muito onde ficar te torra, ou chovendo... ou ventando. São menos agradáveis as sensações. Agora o pão de açúcar, você tem a possibilidade de ficar na sombra de uma árvore, entendeu? De entrar numa loja e sair, de ficar observando o tempo ali fora, eu acho que tem mais interação. No pão de açúcar eu acho que você consegue ficar muito mais tempo aproveitando o passeio do que no corcovado. No corcovado você vai lá em cima, filma, tira foto e desce. Não tem aproveitar, passar um tempo. Não tem passar um tempo. Passar um tempo fazendo o quê? Você não tem nem onde ficar direito. Não é acolhedor aquele lugar.

Por ser marcado pelas relações estabelecidas entre os homens, Halbwachs (1990) indica que o espaço assume significados, sendo regido pelos mesmos símbolos que impregnam a vida social e se tornando ponto de referência na

estruturação da memória. Nas entrevistas com Angela e Jair, que se tornaram cegos depois de, respectivamente, 42 e 30 anos enxergando, se torna interessante observar a relação que estabelecem com os lugares da cidade que já viram e como estes espaços são representados atualmente em seu imaginário.

J: uma vez que a gente estava lá em Santa Teresa, aí tem um lugar lá que a gente sente o vento, vindo lá da praia. Ai que bom... muito legal, eu gosto. Ah meu Deus, se tivesse vendo, estava vendo aquela paisagem, linda, que está lá em baixo. Aí eu perguntei a minha professora, “dá para tu ver o quê?”, “ah, uma paisagem tão linda, Jair”, “ah, tá bom, eu também estou vendo...”. Mas só na mente né?

O: mas você consegue ver na mente?

J: é, porque eu já enxerguei uma época. Bota a paisagem que eu enxergava. Mas aí está tudo mudado, mas aquela imagem fica na mente.

Podemos comparar este relato de Jair, sobre a transposição da memória, ou da imaginação de uma paisagem para um lugar, com a experiência de *deja-vu* do poeta Bo Juyi no monte Lu utilizada por Berque (2010) para exemplificar seu argumento da realidade dos lugares em um território humano. Bo Juyi relata que, ao ver pela primeira vez o monte Lu, o amou como à sua terra natal. Quando ali chegou pela primeira vez o reconheceu como a sua terra natal. Berque considera que, em um lugar comum, já existente no subconsciente do poeta pela literatura e pela pintura, se estabelece o caso singular de uma paisagem concreta. O autor continua a sua argumentação dizendo tratar-se de uma lógica do devir e da identificação, e não da identidade. Seria a lógica da metáfora, S1 se transforma em S2 porque tem em comum o mesmo predicado, no caso, o mesmo campo referencial artístico ou literário. Considerando este raciocínio de Berque podemos pensar no caso de Jair que, ao se deparar com um lugar específico — em Santa Teresa, diante de uma vista — aciona uma imagem anterior, uma representação de paisagem. Correspondendo ou não à realidade, ou seja, suplantando a lógica da identidade e adentrando a lógica do devir e da identificação, as duas imagens — a vista de Santa Teresa e a imagem “vista” por Jair — se relacionam por seu lugar comum, o fato de serem paisagens.

Outro ponto que se ressalta nas entrevistas de Angela e Jair é sobre o imaginário de lugares que conheceram antes de ficarem cegos. Os dois contam que, ainda que outra pessoa diga que aquele lugar se transformou, a imagem do lugar que permanece ativa em sua memória é aquela que tinham antes de perderem a visão. Angela fala sobre esta questão:

A: No meu imaginário, as coisas são para mim como quando eu enxergava mesmo, não muda muito não, de quando eu enxergava, no meu imaginário.

O: e quando você falou antes de quando uma pessoa diz para você “esse lugar era assim, mas agora mudou...”, a sua imaginação sobre o lugar também muda?

A: muda. Mas fica mais a antiga do que aquela que a pessoa descreveu para mim.

O: fica a imagem anterior de lugares que você já foi?

A: exatamente.

Na mesma direção, Jair relata sobre sua impressão da praia de Copacabana e sobre sua imaginação de lugares que já conhecia:

J: a impressão do lugar está a mesma coisa. Eu parava sempre ali no posto 6, ali era o lugar que a gente sempre se encontrava para ver outras pessoas.

O: e aí como você imagina os lugares, quando você vai a um lugar que você já foi antes?

J: se eu for do jeito que eu estou agora eu não vou sentir diferença nenhuma.

O: você vai imaginar como era?

J: como era, é. Diferença nenhuma.

O: e se alguém te falar “aqui tinha tal prédio e agora construíram um posto...”, isso muda a imagem do lugar para você?

J: eu vou ficar com aquela imagem da antiga. Aquela imagem da antiga. Aí a pessoa falando isso para mim agora, eu vou falar, “pô naquela época eu enxergava, agora, não sei, tantos anos que passou, mudou então?” tudo bem, mas eu vou ficar com a imagem daquela... antiga.

Pollack (1992) considera a memória um fenômeno construído, onde os modos de construção podem ser tanto conscientes quanto inconscientes. Aquilo que a memória grava, recalca, exclui ou relembra é entendido pelo autor como resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Pollack ainda destaca que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa em sua reconstrução de si. A partir destas colocações podemos buscar compreender o imaginário de Jair e Angela dos lugares que conheceram antes da cegueira. Por terem tido, anteriormente, um acesso visual ao lugar e, certamente, pelo lugar participar de seu ser, no sentido colocado por Berque (2010) de relação entre os seres e as coisas, a imagem presente do lugar continua sendo aquela que é fruto desta relação passada. Ainda que a memória se modifique e se atualize com as novas relações estabelecidas com o lugar, a ruptura da cegueira atualiza a imagem passada, que permanece presente.

Halbwachs (1990) revela que, para que a nossa memória se beneficie da dos outros não é suficiente que eles nos tragam seus testemunhos, é também necessário que eles não tenham deixado de concordar com as suas memórias e que existam pontos de contato suficientes entre ela e as outras partes para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. A ruptura de um suporte visual advinda da cegueira faz com

que as novas descrições de um lugar que se transformou não permaneçam no imaginário de Angela e Jair, porque não há mais uma base comum para sua reconstrução. Retomando Berque (2010), em uma perspectiva individualista que considera o território como um espaço absolutamente neutro e exterior às subjetividades humanas, os lugares revistos por Angela e Jair talvez já não sejam. Mas pensando no mundo interior como continuidade com o meio, o lugar participa do ser e o ser participa do lugar, atualiza-se a existência de espaços que, mesmo que não sejam vistos por outros, em sua imaginação continuam sendo.

### **Considerações finais**

Neste artigo pretendi indicar um ponto de vista tridimensional da relação com o espaço, perspectiva que surgiu da interação com pessoas com cegueira a partir da experiência de observação participante e da realização de entrevistas.

Para se compreender a relação com o espaço para além do olhar, o sentido da distância, foi preciso primeiro uma atenção ao corpo como locus de um ser no mundo, e as possibilidades de apreensão desse mundo, do espaço em torno, a partir de uma não visualidade. Os sons, os cheiros, os movimentos, a distância percorrida, o deslocamento e a temperatura do ar, a conformação de mapas, entram em cena para participar da configuração desse espaço.

A segunda dimensão aparece na relação de pessoas com cegueira com o espaço urbano, nos deslocamentos, no sentido de familiaridade ou distância atribuídos aos bairros, caminhos ou trajetos percorridos. A participação em novas redes de sociabilidade a partir da cegueira indica a transformação não só dos locais visitados, mas também uma mudança da visão de mundo e da forma de experimentar a própria cidade.

Finalmente, a terceira dimensão abordada aqui se refere ao imaginário, às representações da cidade, ou de locais específicos desta cidade. A descrição de Dora sobre sua relação com pontos turísticos do Rio de Janeiro coloca nova luz sobre estes lugares, revelando aspectos que num primeiro momento podem permanecer ocultos pela centralidade que a visão adquire na assimilação de uma experiência. A atualização de imagens passadas na relação presente de Jair e Angela com certos lugares da cidade trazem questões sobre memória, identidade, identificação relacionadas ao espaço. No caso deles, se o lugar participa do ser, a impossibilidade atual da visão faz com que o passado imagético do lugar continue presente na relação que estabelecem com ele.

Acredito que, longe de esgotar a discussão, cada uma destas chaves, na compreensão da relação de pessoas com cegueira com o espaço, se exploradas minuciosamente, abrirão outras portas e novas possibilidades de investigação.

## Referências bibliográficas

- Berque, Augustin (2010), "Território e pessoa: a identidade humana", *Desigualdade & Diversidade — Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 6, jan/jul, pp. 11-23.
- Bourdieu, Pierre (2002), *Esboço de Uma Teoria da Prática. Precedido de Três Estudos Sobre Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta.
- Castro, Celso (1999), "Narrativas e imagens do turismo no rio de janeiro", in Velho, G. (org). *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Zahar, pp 80-87.
- Csordas, Thomas (2008), *Corpo/Significado/Cura*, Porto Alegre, Editora UFRGS.
- Damatta, Roberto (1985), *A Casa e a Rua*, São Paulo, Brasiliense.
- Deleuze, Gilles & Guatarri, Félix (1995), *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol 1., São Paulo, editora 34.
- Flores, Claudia (2007), *Olhar, Saber, Representar. Sobre a Representação em Perspectiva*, São Paulo, Musa.
- Halbwachs, Maurice (1990), *A Memória Coletiva*, São Paulo, Vértice.
- Latour, Bruno (2004), How to talk about the body? The normative dimension of science studies, *Body & Society*, 10(2-3): pp.205-229.
- Le Breton, David (2011), *Antropologia do Corpo e Modernidade*, Petrópolis, Vozes.
- Magnani, José Guilherme Cantor (1996), "Quando o campo é a cidade" in Magnani, J. G. C. & Torres, L. de L. (orgs.) *Na Metrópole. Textos de Antropologia Urbana*, São Paulo, EDUSP.
- Magnani, José Guilherme Cantor (2002), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n.49, pp. 11-29.
- Menezes, Pedro da Cunha e (2001), "Além do Cartão-Postal", in Menezes, P. C. & Dapieve, A. Da Janela *Vê-se o Redentor*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, pp. 13-24.
- Mondzain, Marie-José (2010), "What does seeing an image means?", *Journal of Visual Culture*, vol 9(3), pp.307-315.
- Schutz, Alfred (1979), *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Simmel, G. (2005), "As grandes cidades e a vida do espírito (1903)", *Mana*, Vol. 11, No.2, pp.577-591.
- Pollack, Michael (1992), "Memória e identidade social", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212.
- VELHO, Gilberto (2002), *Individualismo e Cultura. Notas Para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Viveiros de Castro, Eduardo (1996), *Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio*, *Mana* 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, Contra Capa, pp. 115-144.
- Wellman, Barry & Leighton, Barry (1979), "Networks, neighborhoods and communities", *Urban Affairs Quarterly* 14 (march), pp. 363-390.



## **Les dynamiques socio-spatiales de l'exclusion dans les espaces publics**

### **Réflexions théoriques et perspectives**

*Antonin Margier*

Université du Québec à Montréal, Québec (antoninm@hotmail.fr)

#### **Abstract**

Nowadays, liberal urbanism is spreading over the world and marginalized people become “socio symbolic obstruction” (Parazelli, 2002) to the “good business climates” (Harvey, 1989) images of cities. Therefore, marginalized people are often the subject of eviction in many public spaces. However, the emergence of citizen involvement and mobilization in public spaces to improve residential comfort can also bring some exclusivism forms. Those new kinds of urban production need to be considered to understand socio spatial dynamics of exclusion in public spaces. After a brief presentation of dominant approaches of this subject in scientific literature, this text aims at formulate a theoretical framework to making sense of this phenomena in a global perspective, including several issues of the contemporary city, from the emergence of citizen mobilization to the interurban competition.

#### **Résumé**

À l'heure où l'urbanisme libéral se généralise, les personnes marginalisées dans les espaces publics deviennent des “encombrements socio-symboliques” (Parazelli, 2002) qui vont à l'encontre des images de “good business climates” (Harvey, 1989) que les gestionnaires urbains tentent de construire, et font l'objet de processus d'exclusion. Cependant, l'émergence de la participation, de la mobilisation citoyenne dans la production des espaces publics peuvent également distiller certaines formes d'exclusivisme spatial au nom du confort résidentiel. Ces nouvelles manières de produire la ville nécessitent donc d'être prises en compte pour comprendre les dynamiques socio spatiales de l'exclusion dans les espaces publics. Présentant rapidement les approches dominantes sur ce sujet ainsi que leurs limites, ce texte vise à présenter un cadre théorique permettant d'appréhender ce phénomène de manière globale, intégrant plusieurs

enjeux de l'urbain contemporain, de l'émergence de la mobilisation citoyenne aux enjeux de compétition interurbaine.

## Introduction

Longtemps symboles de lieux démocratiques et de l'ouverture à autrui, les espaces publics perdent de leur vitalité et des possibles qui leur furent longtemps associés. Dans ces espaces de confrontation, d'interaction et de construction identitaire, les conditions d'accessibilité et d'échanges sociaux se modifient et certaines populations devenues "indésirables" se voient bien souvent opprimées et incitées à évacuer ces lieux. Comment dès lors appréhender la place des personnes marginalisées dans la ville et les phénomènes d'exclusion dans les espaces publics ? Nous verrons à travers un détour théorique que la prédominance de la géographie anglo-saxonne dans ce champ d'études tend à masquer certains enjeux relatifs à de nouvelles manières de produire la ville et les espaces publics, notamment dans la proximité et à travers la mobilisation citoyenne. Cette production dans la proximité, souvent valorisée au nom de la démocratie participative peut également être vectrice d'exclusion et mérite que l'on y porte un regard attentif. Nous proposons ensuite un cadre théorique permettant d'appréhender de manière globale les rapports de domination dans l'espace public à l'encontre des personnes marginalisées qui tiennent compte des différents échelons de production des espaces publics ainsi que des logiques d'appropriation dont leur position fait l'objet.

### La dimension punitive de la régulation des espaces publics

#### *La criminalisation de la pauvreté*

La diffusion du néo-libéralisme dans les sphères de l'aménagement et la compétition entre métropoles ont renforcé la nécessité pour les gestionnaires urbains de développer une image de marque attractive (Sassen, 1996; Harvey, 1989) Dans ce contexte, allant à l'encontre d'une image de prospérité et d'harmonie sociale, les personnes marginalisées deviennent des "encombrements socio symboliques" (Parazelli, 2009) dont la présence doit être minimisée. Dans la combinaison des phénomènes de privatisation et de sécurisation s'est ainsi progressivement dessinée une fermeture<sup>1</sup> croissante des espaces publics dont les personnes marginalisées sont les victimes (Sorokin, 1992; Zukin 1995; Flusty, 2001; Lees, 2003; Németh, 2009). En témoignent l'influence marquée de la théorie de la vitre brisée (Wilson et Kelling, 1982) sur les politiques urbaines actuelles ainsi que la généralisation de la "tolérance zéro". L'érosion de l'État social et la montée des idéaux néolibéraux dans la société accompagnant cette fermeture physique de l'espace public, les personnes marginalisées sont progressivement passées dans

l'imaginaire urbain du statut de victime à celui de criminel à contrôler (Smith, 1996; Wacquant, 2004). La régulation punitive de la pauvreté devient alors un outil légitime de préservation de la valeur visuelle et symbolique des espaces publics (Mitchell, 1997; Wacquant, 2004; Bellot et al, 2005; Parazelli, 2009), permettant en outre de masquer les symptômes de la crise urbaine. Ainsi se multiplient les décrets interdisant certaines pratiques telles que dormir, mendier ou s'asseoir dans la rue.

Les sans-abri (Zeneidi, 2002), les jeunes de la rue (Parazelli, 2002), les skateurs (Malone, 2002; Némey, 2006), les graffiteurs (Kokoreff, 1991; Ferrell, 1993) ainsi que les marchands ambulants (Crossa, 2009) et les prostituées (Hubbard, 2004; Séchet, 2009) voient alors leur accessibilité aux espaces publics s'amenuiser et leur présence susceptible d'être punie (Wacquant, 2004, Bellot, 2005). Cette judiciarisation de la pauvreté reflète alors pour certains auteurs une volonté d' "invisibilisation" des personnes marginalisées dans l'espace public (Mitchell, 2003). D'inspiration foucauldienne, Terrolle postule ainsi que sous couvert d'assistance et d'humanisme, le "ramassage" des sans-abri par le samu social participerait également à cette invisibilisation de populations dérangementes: "au prétexte d'une sollicitude éthiquement inattaquable envers cette population, le SAMU social œuvre à une salubrité publique discrète: nettoyer la ville de tous les sans feu ni lieu que notre société produit" (Terrolle, 2004 :150-151).

#### *La violence sociale de la recomposition de l'espace public démocratique*

Au courant des années 1990, des analyses critiques virent le jour face à ces dispositifs de criminalisation de la pauvreté. Ces critiques, bien souvent d'inspiration néo-marxiste (Smith, 1996; Davis, 1997; Mitchell, 2003), sont nées aux Etats-Unis et se basent sur les exemples de deux grandes métropoles, New York et Los Angeles. En analysant les rapports de domination qui guident la régulation des espaces publics, ces auteurs ont réussi à en révéler la dimension punitive et inégalitaire. En effet, au vu de la généralisation de

---

1 Nous entendons par "fermeture" de l'espace public l'ensemble des formes restrictives d'accès à l'espace public, qui d'inspiration consciente ou inconsciente, pénalisent majoritairement les personnes marginalisées dont les moyens d'y faire face sont limités. Ces restrictions peuvent être physiques avec l'émergence de clôtures et de barrières comme nous pouvons l'observer à travers les processus de résidentialisation, le développement des communautés fermées ou de privatisation de rues municipales (Lakehall, 2008). Mais cette fermeture peut également avoir une dimension symbolique, à travers la marchandisation de l'espace public et l'obligation de consommer pour l'occuper (Zukin, 1995), ou par le développement d'ambiances familiales et festives, desquelles les personnes marginalisées peuvent se sentir exclues, ou encore à travers la criminalisation de certains comportements associés aux personnes marginalisées (arrêtés anti-mendicité, etc.) (Wacquant, 2004; Bellot et al, 2005).

mesures répressives et nuisant aux personnes les plus démunies, Mike Davis évoque l'émergence d'un urbanisme "sadique" (Davis, 1997). Don Mitchell y voit pour sa part une "guerre aux sans-abri" et la volonté d'annuler l'accès à la ville pour cette catégorie de la population (Mitchell, 2003). Plus qu'une lutte contre la pauvreté, les mesures "anti-mendicité" visent selon lui à l'élimination des sans-abri en les empêchant d'avoir un endroit où pouvoir assouvir leurs besoins les plus primaires d'être humain, ce qui constitue un refus de leur accorder le droit à la ville. À travers les lois d'interdiction de mendier, d'uriner, de se coucher dans l'espace public, les droits des sans-abri en tant que citoyens sont bafoués: "the intent is clear: to control behavior and space such that homeless people simply cannot do what they must do in order to survive without breaking laws" (Mitchell, 1997 : 9). De fait, "to the degree that laws can annihilate spaces for the homeless, they can annihilate the homeless themselves" (Michell, 1997: 10).

En s'appuyant sur le contexte new-yorkais du début des années 1990, Neil Smith observe un traitement similaire de la pauvreté. Au cours de cette période de marasme économique, les discours sur la décadence urbaine se sont propagés avec une ampleur considérable, forçant à attirer l'attention des citoyens sur certains phénomènes qui y sont relatifs et notamment sur les menaces de la drogue, du crime et des violences urbaines. Smith explique alors comment cette récession et l'accroissement consécutif de la pauvreté ont abouti à l'émergence de discours moralisateurs criminalisant les personnes marginalisées. L'instauration d'une politique de "tolérance zéro" par le maire Rudolph Giuliani reflète la mise en pratique de cette criminalisation discursive et la métropole new-yorkaise reste encore un emblème de cette politique radicale de lutte contre les incivilités. Par ce terme de revanchisme, Neil Smith décrit l'ensemble des pratiques qui pénalisent et visent à nuire aux minorités sociales (sans-abri, prostituées, immigrants, etc.), accusées du déclin urbain.

Il s'agit alors de "nettoyer" l'espace urbain pour attirer les classes supérieures et satisfaire les investisseurs. Dans ce contexte, l'État se soumet aux pressions des promoteurs et met en œuvre des logiques de répression à l'encontre des indésirables. Les mesures punitives envers les personnes marginalisées vivant dans la rue et la destruction des campements précaires se généralisent. Et le zèle dont font preuve les autorités pour les appliquer témoigne clairement de la volonté d'empêcher ces individus de survivre dans la ville au nom d'une "qualité de vie" destinée aux classes supérieures. C'est cette approche interventionniste, criminalisant la pauvreté et les individus marginalisés que Smith qualifie de revanchisme:

The dominant discourse on homelessness has moved decisively away from the sympathetic albeit often patronizing stance of the late 1980s to a more brazen indictment of homeless people not just for their own predicament but for larger

social ills. In this classically revengeful conservatism, the connections between societal process and individual predicament are reversed (Smith, 1996: 227).

Cette analyse de la régulation des espaces publics a par la suite servi de cadre d'analyse pour de nombreuses recherches traitant de l'exclusion dans la ville néo-libérale. L'exportation des politiques de "tolérance zéro" en Europe et dans les pays du sud a incité de nombreux chercheurs à réutiliser le concept de revanchisme (MacLeod, 2002; Atkinson, 2003; Hubbard, 2004; Swanson, 2007) et à se focaliser sur des phénomènes de répression mis en œuvre par des classes privilégiées sur des minorités.

Or, de nombreux exemples d'exclusion révèlent que ce ne sont plus seulement les classes supérieures qui participent de l'exclusion (Aalbers, 2010) et de la mise à l'écart de certaines personnes marginalisées dans les espaces publics. L'universalisation d'une image mondialisée des espaces publics, l'émergence de la proximité comme catégorie de l'action (Fleury, 2007) ainsi que le phénomène "nimby" favorisent l'apparition de stratégies d'exclusion également au sein des classes les moins aisées, qui revendiquent aussi le droit à un espace public "de qualité" et sécuritaire. Sans sous-estimer la dimension punitive de certaines mesures répressives ni tomber dans un angélisme naïf, il nous semble que l'exclusion des personnes marginalisées dans l'espace public peut découler d'autres phénomènes liés à la production des espaces publics et aux représentations qui guident les différentes interventions. En ce sens, l'exclusion est parfois dénuée de relents revanchistes et s'inscrit davantage dans un processus structurel au sein duquel la dimension punitive n'est plus forcément aussi volontaire qu'elle a pu l'être à New York. Pour analyser la dimension exclusive des politiques de l'espace public, Gordon MacLeod invite alors à tenir compte de l'ensemble des acteurs qui produisent la ville, selon "a spatially grounded social process in which a wide range of different actors with quite different objectives and agendas interact through a particular configuration of interlocking spatial practices" (Harvey, cité par MacLeod, 2002: 618). Dans cette perspective, l'analyse des différents niveaux de production de l'espace public (notamment à travers les logiques territoriales qui guident l'intervention, l'aménagement et l'appropriation) nous semble pertinente pour révéler les dynamiques socio-spatiales de l'exclusion.

### **Une production des espaces publics dans la proximité**

De nombreuses analyses récentes focalisent donc avec raison sur les mesures discriminatoires prises dans l'espace public à l'encontre des personnes marginalisées, tout en s'inscrivant dans une critique plus large du néolibéralisme et des manières dont il se déploie dans l'espace urbain, ainsi que dans les représentations et les comportements. Cette perspective de réflexion incite donc les auteurs à s'inscrire dans une vision macrogéographique de la production des

espaces publics. Nous constatons alors une influence marquée des théories de la géographie radicale anglo-saxonne sur l'ensemble de la littérature relative aux rapports de domination dans les espaces urbains. Les principaux auteurs de ce courant s'appuient sur une vision néo-marxiste de l'espace (Castells, 1972; Harvey, 1973; Smith, 1984) selon laquelle ce dernier serait le produit des forces économiques, et notamment du modèle industriel capitaliste, qui modèlerait l'espace à sa guise pour favoriser l'accumulation et la circulation du capital. Or cette vision limite la prise en compte des interactions sociales de proximité et l'importance du sujet comme acteur et producteur de son espace de vie. La littérature se focalise ainsi davantage sur l'impact macrogéographique des mutations socio-économiques et la nécessaire image mondialisée à laquelle doivent aspirer les centres-villes (Sorkin, 1992), sur la privatisation des espaces publics (Zukin, 1995) ou sur les rapports de force entre groupes marginaux et groupes dominants (Don Mitchell, 1995; Smith, 1996) sans tenir compte de phénomènes intervenant à une échelle plus locale mais qui n'en participent pas moins à réduire considérablement l'espace de liberté des personnes marginalisées. Hormis Antoine Fleury qui a récemment analysé la proximité comme vecteur de fermeture des espaces publics (Fleury, 2010), la plupart des auteurs qui abordent l'exclusion de la marginalité l'expliquent donc à travers la production municipale des espaces publics et les objectifs associés d'intégration métropolitaine sur l'échiquier mondial sans que soient interrogées les différentes logiques scalaires de production et notamment leur articulation dans le phénomène d'exclusion. Par conséquent, les auteurs se concentrent sur des politiques répressives spécifiques et orientent leur analyse sur des espaces publics attractifs et "touristiques" conçus à l'échelle municipale. Et par simplification, cette dimension métropolitaine de la production des espaces publics semble généralisée à l'ensemble de l'espace urbain. Or, cette prise en compte excessive des dynamiques métropolitaines et de la production municipale masque à notre avis des enjeux liés à la proximité, à la production locale des espaces publics.

Car, nous assistons actuellement à l'émergence de la proximité comme catégorie de l'action (Sénécal, 2005; Bourdin, 2005; Fleury, 2007) au sein de l'aménagement. La multiplication des instances de participation, des tables de quartier et de concertation (Delbaere, 2010), témoigne justement de l'importance que prennent aujourd'hui les logiques territoriales de proximité dans l'aménagement. Et les espaces publics, souvent perçus dans les quartiers résidentiels comme une extension du "chez-soi", révèlent et soulèvent de nombreuses revendications citoyennes. Au point que la "proximité en termes d'action publique d'une part, la participation d'autre part, sont en fait les deux faces d'un même phénomène qui se renforce; ce sont ces deux principes qui définissent aujourd'hui le plus clairement l'action publique sur les espaces publics... et la catégorie même d'espace public" (Fleury, 2007: 511).

Or, malgré la dimension démocratique du processus, la production d'espaces publics dans la proximité et la prise en compte des aspirations des

habitants peut également développer des processus d'exclusion. Qu'il s'agisse de répondre à des exigences d'amélioration de la "qualité de vie", de sécurisation, de confort résidentiel (Bélanger, 2010) ou d'embellissement du paysage de proximité, l'organisation de l'espace qui en découle impose souvent un "ordre de place" (Creswell, 1996) orientant les comportements et les profils correspondant aux lieux. Dans cette perspective, la production des espaces publics dans la proximité — notamment grâce à la participation — concourrait également d'une dynamique de fermeture aux "indésirables" (Fleury, 2007). En renforçant le sentiment d'appartenance, en développant une identité micro-locale dans certains lieux, en valorisant le bien immobilier des propriétaires d'un quartier, les acteurs locaux (habitants, associations de quartier, acteurs publics, etc.) participeraient d'une certaine manière au développement d'un accès de plus en plus sélectif aux espaces publics. Moins spectaculaire et se manifestant parfois sous des formes plus subtiles, intégrées aux préoccupations des habitantes, l'exclusion dans la proximité semble régie par des logiques différentes que dans les espaces publics métropolitains. Or, ce sont justement ces logiques scalaires qu'il nous semble nécessaire d'interroger pour comprendre comment se déploie l'exclusion au sein de la production des espaces publics. Comme le signale Zukin, "every building, street, and neighborhood is simultaneously a cultural space and a part of a matrix of power" (Zukin, 2002: 347), et l'une des tâches actuelles des études urbaines est de relier l'analyse de ces phénomènes de proximité aux enjeux sociétaux de production de la ville.

### **Quelle approche théorique pour appréhender la dimension multiscale de l'exclusion dans les espaces publics?**

La géographie critique anglo-saxonne, par les concepts développés de revanchisme (Smith, 1996) ou de non-droit à la ville (Mitchell, 2003), permet de lier les phénomènes d'exclusion avec la valorisation des espaces publics dans un contexte mondialisé de compétition urbaine. Mais, en se focalisant sur les mutations urbaines associées au régime postfordiste et sur une vision néo-marxiste de l'espace, ces travaux ont souvent passé sous silence les rapports symboliques aux lieux, le rôle de l'espace sur les pratiques sociales, ainsi que la dimension rationnelle des actions individuelles et collectives dans la production des espaces de vie.

*Penser l' "espace social"*

Pourtant, loin d'être une substance, un contenant ou un simple reflet de la société, l'espace est produit par les interactions sociales en même temps qu'il les influe. Produit par des relations, l'espace est un "ordre (ou genre) déterminé de rapports" (Ledrut, 1984: 107). Or, "les rapports sociaux, abstractions concrètes, n'ont d'existence réelle que dans et par l'espace" (Lefebvre, 1974: 465).

De fait, considérer l'importance des relations sociales dans la structuration de l'espace permet de s'abstraire d'une conception de l'espace comme une totalité ou un système. Produire l'espace, c'est donc pour une société "créer une configuration spécifique de coexistence" (Ledrut, 1976: 358), la coexistence étant considérée comme l'ensemble des relations sociales vécues qui caractérisent une culture. Cette approche implique l'idée que les rapports sociaux constituent également des rapports spatiaux entre des positions distinctes par rapport auxquelles les individus se situent. C'est cet ensemble de relations spatiales qu'analyse la géographie humaine "sous leurs formes matérielles, immatérielles et idéelles, établies par une société en un temps donné entre tous les objets sociétaux distincts" (Levy et Lussault, 2003: 330). Or les individus ne font pas qu'observer, mais construisent également les "agencements spatiaux" (Levy et Lussault, 2003: 330) entre ces objets sociétaux et les conditions de leur accessibilité. Considérer l'espace comme une structure de relations ouvre donc des pistes pour comprendre les inégalités sociales ou les rapports de domination tels qu'ils s'inscrivent dans et par l'espace. Cependant, cette approche ne doit pas mettre de côté l'importance du rôle dynamique et antérieur de l'espace. Structuré par un ensemble de positions<sup>2</sup>, l'espace est en effet parsemé de significations symboliques, de valeurs, que les individus investissent dans leur parcours de vie. La notion de position devient alors centrale pour comprendre les stratégies d'appropriation et la production des espaces publics. Lorsque Hubert définit les organisations géographiques comme "productrices de relations dans l'espace", il suggère qu'elles "permettent de définir des positions relatives: elles sont donc aussi des référentiels relatifs" (Hubert, 1993: 38). Au point que pour cet auteur la position n'est plus une simple mesure géométrique mais "un véritable phénomène" (Hubert, 1993: 39). En s'inspirant de Ratzel, il montre que loin d'être une localisation abstraite d'un lieu, la position est le résultat de phénomènes de mobilité et de représentations, et "intervient dans l'existence de l'être géographique" (Hubert, 1993: 39). De fait, cette vision positionnelle implique également la notion de différenciation, de catégorisation de l'espace géographique selon une "topologie des places" (Desmarais, 1992: 258). La "position" dépasse donc la simple localisation spatiale ou le lieu, pour se définir en perspective d'autres positions et des discontinuités qui parsèment l'espace:

Le concept de position se distingue de celui de lieu. Un lieu est une partie indéterminée de l'espace géographique, tandis qu'une position est la détermination géographique de ce lieu. Elle est ce par quoi tel lieu se distingue qualitativement et acquiert une identité géographique (Hubert, 1992: 279).

---

2 Notre approche est ici inspirée de la théorisation de l'espace par la géographie structurale (Desmarais, 1992; Hubert, 1992) et notamment du concept de position (Hubert, 1992).

Le sens dont sont chargées les positions participe alors à l'élaboration des rapports à l'autre et aux processus de construction identitaire. C'est ainsi que certaines positions acquièrent une attractivité, instaurant des rapports de force pour leur appropriation et renforçant l'émergence de discontinuités spatiales. L'espace apparaît donc avec la reconnaissance de discontinuités qualitatives (Desmarais, 1992) entre des positions valorisées et recherchées par plusieurs groupes sociaux, et dont les dimensions symboliques peuvent être particulièrement fortes, tant au niveau identitaire qu'au niveau marchand et politique. Qu'il s'agisse des dynamiques de socialisation marginalisée des jeunes de la rue par l'appropriation de certains lieux (Parazelli, 2002) ou de la construction identitaire des résidents d'un quartier par l'utilisation et l'investissement de l'espace public, l'espace est en jeu dans les interactions sociales (Giddens, 1987) qui participent à leur tour à lui donner du sens. Produits sociaux (Lefebvre, 1974), les espaces publics sont le résultat de l'investissement de sens issu de la planification, des significations symboliques ainsi que des usages sociaux dont ils sont l'objet. Cette production met alors en jeu une multitude d'acteurs, d'échelles d'interventions et d'intérêts autour de positions.

L'attractivité d'une position induit donc des processus d'appropriation, et cette appropriation passe souvent par la projection de soi ou du collectif dans cette position. Qu'elle soit matérielle ou idéale, l'appropriation induit effectivement une spatialisation de valeurs dans l'espace (Ripoll et Veshambre, 2006), qui constitueraient alors des "références utilisées par un et/ou des acteurs (...) pour se définir en se distinguant des autres acteurs" (Lusault, 2007: 93). Cette vision illustre l'importance des logiques de distinction et de reconnaissance qui accompagnent la mise en oeuvre des stratégies d'appropriation. L'acte d'appropriation permet donc de renforcer la position sociale de groupes sociaux en privilégiant certaines formes d'"entre-soi" symboliques et identitaires. Mais l'appropriation a également un rôle important dans la construction de soi. En dépassant la notion de capital spatial ou d'espace ressource, Michel Parazelli en montre la dimension structurante dans les processus d'identification et de construction sociale de l'individu:

L'espace et son appréhension symbolique représentent un point d'appui psychosocial fondamental de la structuration identitaire, car c'est par l'appropriation de lieux (si elle perdure dans le temps) que l'individu peut accomplir et stabiliser un processus d'identification, l'espace représentant le foyer de tous les possibles (Parazelli, 2002: 141).

Selon les significations symboliques initiales des positions, l'appropriation accompagne donc des processus de construction identitaire, par l'investissement de sens et les pratiques socio spatiales qu'elle implique. Comprendre les logiques de l'appropriation nécessite alors d'analyser les rapports de force socio-politiques dans l'espace urbain mais également la signification des positions

et la dynamique géosociale de leur attractivité ou de leur répulsion. Nous considérerons donc l'appropriation comme l'ensemble des moyens mis en œuvre pour l'acquisition (et sa conservation) d'une position favorable à une construction de soi ou du groupe, qui s'établit dans la relation aux autres.

*L'espace et la structuration sociale de la société*

Introduire la valeur positionnelle des espaces publics permet à notre sens d'en expliquer avec finesse les enjeux d'appropriation, les conflits qui l'animent ainsi que la morphologie qui les caractérisent. Cela permet notamment d'analyser les rapports de domination dans l'espace urbain ainsi que les dynamiques d'exclusion telles qu'elles se manifestent aux diverses échelles scalaires. Cette exclusion se joue selon nous dans la tension entre différentes formes d'investissement matériel et symbolique d'une position et dans les rapports de forces qui modifient les conditions de son appropriation. Ainsi, les apports de la géographie critique anglo-saxonne, malgré leur pertinence, doivent faire l'objet d'un réajustement théorique afin de saisir les enjeux actuels de l'exclusion des personnes marginalisées au sein de la production des espaces publics et des différentes logiques scalaires qui l'animent. Cela passe notamment par la reconnaissance, au même titre que les influences structurelles macrogéographiques, de l'individu en tant qu'acteur et producteur de son espace de vie, "admettre cette pluralité d'échelles (micro-macro) pour mieux saisir l'objet étudié (...), retenir cette double pertinence complémentaire du micro et du macro, c'est se doter de nouvelles clés de compréhension des mécanismes en jeu" (Gumuchian et al., 2003: 8). Dans cette perspective, il importe donc de dépasser la vision manichéenne de la société, établie entre "la position qui affirme l'hégémonie des structures sociales, et qui réduit l'acteur à l'agent agi par" et "celle qui proclame la souveraineté absolue de la personne, maîtresse d'elle-même et des choses, son émancipation des contraintes sociétales" (Lussault, 2000: 11-12). La contribution de Bourdieu sur la structuration de la société tente de résoudre cette dissociation entre les approches structuraliste et individualiste, notamment à travers la volonté de développer "une philosophie de l'action (...) qui prend acte des potentialités inscrites dans le corps des agents et dans la structure des situations où ils agissent ou, plus exactement dans leur relation" (Bourdieu, 1994: 9-10). Il a notamment beaucoup insisté sur la nécessité de tenir compte des pratiques de chacun dans la structuration et la reproduction de la société. Cependant, dans la théorie bourdieusienne, l'influence de l'habitus sur ces pratiques limiterait considérablement la rationalité des individus:

les structures qui sont constitutives d'un type particulier d'environnement (e.g. Les conditions matérielles d'existence caractéristiques d'une condition de classe) et qui peuvent être saisies empiriquement sous la forme des régularités associées

à un environnement socialement structuré, produisent des *habitus*, système de dispositions durables, structures structurées prédisposées à fonctionner comme structures structurantes, c'est-à-dire en tant que principe de génération et de structuration de pratiques et de représentations qui peuvent être objectivement "réglées" et régulières "sans être en rien le produit de l'obéissance à des règles, objectivement adaptées à leur but sans supposer la visée consciente des fins et la maîtrise expresse des opérations nécessaires pour les atteindre et, étant tout cela, collectivement orchestrées sans être le produit de l'action organisatrice d'un chef d'orchestre" (Bourdieu, 1972: 174-175).

Tout en accordant également de l'importance aux pratiques, Giddens se démarque de cette théorie en attribuant aux agents une pleine réflexivité de leur action: "une personne est un agent qui se donne des buts, qui a des raisons de faire ce qu'il fait et qui est capable, si on le lui demande, d'exprimer ces raisons de façon discursive (y compris de mentir)" (Giddens, 1987: 51). Cette approche théorique constitue alors selon nous un cadre pertinent d'analyse. En effet, la dualité du structurel, telle que théorisée par l'auteur est intéressante puisqu'elle ne donne la primauté ni à la structure ni aux agents sociaux mais privilégie une interaction entre les deux, "dans la théorie de la structuration, le" structurel "est conçu comme un ensemble de règles et de ressources engagées de façon récursive dans la reproduction sociale" (Giddens, 1987: 41-42). Autrement dit, "le structurel n'est pas que contraignant, il est à la fois contraignant et habilitant" (Giddens, 1987:75) en tant qu'il offre les outils pour les actions individuelles et collectives par lesquelles se reproduisent les systèmes sociaux. La réflexivité des agents participerait alors de cette reproduction: "la forme réflexive de la compétence propre aux agents humains constitue l'élément le plus profondément engagé dans l'organisation récursive des pratiques sociales" (Giddens, 1987: 51). Dans cette optique, l'espace n'est pas neutre, il est contraignant au même titre qu'il est un moyen d'agir et d'interagir; "l'espace n'est pas une dimension vide le long de laquelle des groupes sociaux se structurent; il faut plutôt l'examiner à partir de sa mise en jeu dans la constitution des systèmes d'interaction" (Giddens, 1987: 434). Cette théorie met donc de l'avant les interactions réciproques entre la société (qu'il s'agisse d'individus ou d'un collectif) et l'espace. Mais elle questionne également les enjeux de domination et de pouvoir tels qu'ils se manifestent, tant dans les relations systémiques entre des acteurs et des collectivités dans un "espace temps étendu" (Giddens, 1987: 77) qu'au niveau des interactions dans la coprésence. Tenant compte des propriétés structurelles des systèmes sociaux comme des pratiques quotidiennes, la théorie de la structuration permet de s'extraire de la dualité entre structuralisme et individualisme tout en reliant les différentes logiques scalaires qui animent la production de l'espace et d'éclairer les formes d'exclusion qui en découlent.

## Conclusion

Après avoir expliqué comment la production des espaces publics dans la proximité pouvait s'avérer exclusive, ce texte appelle d'une part à décentrer le regard des espaces publics centraux pour questionner les espaces publics résidentiels et périphériques et d'autre part à un renouvellement de l'approche théorique dominante sur l'exclusion des personnes marginalisées. En effet, sans nier l'influence de phénomènes mondiaux et d'un néolibéralisme globalisant sur l'évolution de la production des espaces publics, il s'agit aussi de comprendre comment dans la proximité et la coprésence, certaines interactions sociales aboutissent également à une fermeture de l'espace public. Comme nous l'avons vu, le concept de position est pertinent pour saisir les significations symboliques des espaces publics et l'investissement qui en résulte. Cet emprunt à la géographie structurale, en intégrant la dimension ontologique de l'espace et les rapports symboliques aux lieux, permet également de révéler la diversité des fonctions qu'ils revêtent selon les acteurs, et de comprendre les enjeux d'appropriation qui en découlent. Cette élaboration théorique devrait permettre d'obtenir une vue plus générale sur l'exclusion des personnes marginalisées que des études focalisées sur une seule échelle de production des espaces publics ou sur une politique spécifique de répression. Il s'agit notamment de dépasser les approches d'inspiration structuraliste, qui négligent l'importance des pratiques quotidiennes des individus dans la production sociale. Par ailleurs, en tenant compte des différentes logiques scalaires dans lesquelles s'inscrit la production des espaces publics, une telle analyse permet d'intégrer plusieurs enjeux de l'urbain contemporain, de l'émergence de la mobilisation citoyenne aux enjeux de compétition interurbaine.

## Références bibliographiques

- Aalbers, Manuel B. (2010), "The Revanchist Renewal of Yesterday's City of Tomorrow", *Antipode*, Vol 42.
- Atkinson, Rowland (2003), "Domestication by Cappuccino or a Revenge on Urban Space? Control and empowerment in the management of public spaces", *Urban Studies*, vol 40, no 9, p.1829-1843.
- Bélangier, Hélène (2010), "Pour qui et à qui ce parc ? Gentrification et appropriation de l'espace public dans l'arrondissement du Sud-Ouest de Montréal (Canada)", *Lien Social et Politiques*, No 63.
- Belloc Céline, Isabelle Raffestin, Marie-Noëlle Royer et Véronique Noël (2005), *Judiciarisation et criminalisation des populations itinérantes à Montréal*, Rapport de recherche pour le Secrétariat National des Sans-abri, en partenariat avec le RAPSIM, Université de Montréal.
- Bourdieu, Pierre (1972), *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de 3 études d'ethnologie kabyle*, Librairie Droz, Genève.

- Bourdieu, Pierre (1994), *Raisons Pratiques. Sur la théorie de l'action*, Éditions du Seuil.
- Castells, Manuel (1972), *La Question Urbaine*, Éditions François Maspero, Paris.
- Creswell Tim (1996), *In place, Out of place. Geography, Ideology, and Transgression*, University of Minnesota Press, London.
- Crossa, Veronica (2009), "Resisting the entrepreneurial city: Street vendor's struggle in Mexico city's historic center", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol 33, no 1, p.43-63
- Davis, Mike (1997), "La forteresse L.A", dans *City of Quartz. Los Angeles, Capitale du Futur*, Éditions La Découverte & Syros, Paris.
- Delbaere, Denis (2010), *La Fabrique de L'Espace Public. Ville, Paysage et Démocratie*, Éditions Ellipses, Paris.
- Desmarais, Gaetan (1992), "Des prémisses de la théorie de la forme urbaine au parcours morphogénétique de l'établissement humain", *Cahiers de Géographie du Québec*, Vol 36, No 98.
- Ferrell Jeff (1993), *Crimes of Style. Urban Graffiti and the Politics of Criminality*, Garland Publishing inc, New York and London.
- Fleury, Antoine (2007), *Les Espaces Publics dans les Politiques Métropolitaines. Réflexions au Croisement de Trois Expériences: de Paris aux Quartiers Centraux de Berlin et Istanbul*, Thèse de géographie sous la direction de Thérèse Saint-Julien, Paris 1 Sorbonne.
- Fleury, Antoine (2010), "Les contradictions d'un espace public produit dans la proximité", *L'espace Politique*, vol 10, no 1.
- Flusty, Steven (2001), "The Banality of Interdiction: Surveillance, Control and the Displacement of Diversity", *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol 25, No 3.
- Giddens, Anthony (1987), *La Constitution de la Société. Éléments de la Théorie de la Structuration*, Presses Universitaires de France.
- Gumuchian, Hervé, Eric Grasset, Romain Lajarge et Emmanuel Roux (2003), *Les Acteurs, ces Oubliés du Territoire*, Anthropos.
- Harvey, David (1973), *Social Justice and the City*, Edward Arnold Publishers, London.
- Harvey, David (1989), "From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism", *Geografiska Annaler*, Vol. 71, No. 1, pp. 3-17.
- Hubbard, Phil (2004), "Revenge and Injustice in the Neoliberal City: Uncovering Masculinist Agendas", *Antipode*, No 36.
- Hubert, Jean-Paul (1992), "Sur les prétentions scientifiques et la légitimité philosophique d'une théorie des formes de l'établissement humain", *Cahiers de Géographie du Québec*, Vol 36, No 98.
- Hubert, Jean-Paul (1993), *La Discontinuité Critique. Essai sur les Principes à Priori de la Géographie Humaine*, Publication de la Sorbonne, Paris.
- Kokoreff Michel (1991), "Tags et zoulous; une nouvelle violence urbaine", *Esprit*, Février.

- Lakehal, Lila (2008), "La fermeture municipale de rues publiques à Londres: le cas des Gating Orders à Camden", *Géocarrefour*, Vol 83, No2.
- Ledrut, Raymond (1976), *L'espace en question, ou le nouveau monde urbain*, Éditions Anthropos, Paris.
- Ledrut, Raymond (1984), *La Forme et le Sens dans la Société*, Librairie des Méridiens.
- Lees, Loretta (2003), "The ambivalence of diversity and the politics of Urban renaissance: The case of youth in downtown Portland, Maine", *International Journal of Regional and Urban Research*, vol 27, no 3, p. 613-34.
- Lefebvre, Henri [1974 (2000)], *La production de l'espace*, Éditions Anthropos, Paris.
- Levy, Jacques et Michel Lussault (2003), "Espace (I)" dans Lévy, Jacques et Michel Lussault (Dir). 2003, *Dictionnaire de la Géographie et de L'Espace des Sociétés*, Éditions Belin.
- Lussault, Michel (2000), "Action(s) !", dans Lévy, Jacques et Michel Lussault (Dir), *Logiques de L'espace, Esprit des Lieux*, Éditions Belin.
- Lussault, Michel (2007), *L'homme Spatial. La Construction Sociale de L'espace*, Éditions du Seuil.
- MacLeod, Gordon (2002), "From urban entrepreneurialism to a 'Revanchist City'? On the spatial injustices of Glasgow's Renaissance", *Antipode* vol 34, no 3, p. 602-624.
- Malone, Karen (2002), "Street life: youth, culture and competing uses of public space", *Environment and Urbanization*, vol 14, no 2, pp.157-168.
- Mitchell, Don (1995), "The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy", *Annals of the Association of American Geographers*, vol 85, no 1, p.108-133.
- Mitchell, Don (2003), *The Right to the City. Social Justice and The Fight for Public Space*, The Guilford Press, New-York.
- Parazelli, Michel (2002), *La Rue Attractive, Parcours et Pratiques Identitaires des Jeunes de la Rue*, Presses de l'université du Québec.
- Parazelli, Michel (2009), "Existe-t-il une 'morale globale' de la régulation de la rue? Réflexions autour de l'hypothèse d'un imaginaire écosanitaire", *Géographie et Cultures*, No 71, automne 2009.
- Perraton, Charles (1984), "Du réel à l'imaginaire dans les pratiques d'espace", *Communication et Information*, Vol 6, No 2-3, P. 346-356.
- Ripoll, Fabrice et Vincent Veschambre (2006), "L'appropriation de l'espace: une problématique centrale pour la géographie sociale" dans Séchet, Raymonde et Vincent Veschambre, *Penser et Faire la Géographie Sociale. Contributions à Une Épistémologie de la Géographie Sociale*, Presses Universitaires de Rennes.
- Sassen, Saskia (1996), *La Ville Globale*, éditions Descartes et Cie.
- Sénécal, Gilles. 2005. "Conflits de proximité et coopération: une géographie des acteurs et des interactions sociale", *Cahiers de Géographie du Québec*, vol 49, No 138, pp. 277-285.
- Bourdin, Alain (2005), *La métropole des Individus*, Éditions de l'aube.

- Smith, Neil (1996), *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*, Routledge.
- Sorkin, Michael (éd) (1992), *Variations on a Theme Park. The New American City and the End of Public Space*, Hill and Wang, New York.
- Swanson, Kate (2007), "Revanchist urbanism heads south: the regulation of indigenous beggars and street vendors in ecuador", *Antipode*, Vol 39, No 4.
- Terrolle, Daniel (2004), "La ville dissuasive, l'envers de la solidarité avec les SDF", *Espaces et Sociétés*, 2004, no116-117, p 143-157.
- Wacquant, Loic (2004), *Punir les Pauvres. Le Nouveau Gouvernement de L'insécurité Sociale*, Agone, Marseille.
- Wilson, James Q et Georges L. Kelling (1982), "Broken Windows", *Atlantic Magazine*, Mars.
- Zeneidi-Henry Djemila (2002), *Les SDF et la Ville. Géographie du Savoir-Survivre*, éditions Bréal, collection D'autre Part, Paris.
- Zukin, Sharon (1995), *The Cultures of Cities*, Blackwell.
- Zukin, Sharon (2002), "What's Space Got to Do With It?", *City & Community*, Vol. 1, No 4.